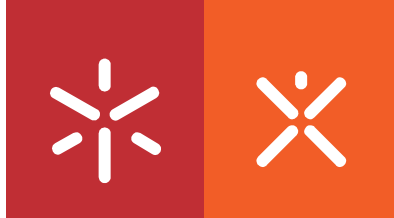




Universidade do Minho
Instituto de Educação

Maria Lúcia Ferreira de Faria

**Juventude, Associativismo e
Participação: um estudo das associações
juvenis do Distrito do Porto**



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Maria Lúcia Ferreira de Faria

**Juventude, Associativismo e
Participação: um estudo das associações
juvenis do Distrito do Porto**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Associativismo e
Animação Sócio-Cultural

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Fernando Ilídio Ferreira

Junho de 2010

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Fernando Ilídio Ferreira, meu orientador, pela paciência, pela disponibilidade e por todo o auxílio que me prestou.

Ao Doutor Constantino Teixeira pelos materiais disponibilizados.

À minha filha Carla Filipa e aos meus pais.

RESUMO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito de participação de todos os indivíduos na vida da comunidade. O tema do trabalho escolhido para a elaboração desta dissertação de mestrado incide nos processos participativos no âmbito do associativismo juvenil.

Alguns estudos realizados em Portugal concluem que os jovens portugueses de hoje se inclinam para uma valorização de atitudes pós-materialistas, tais como uma sociedade mais humanizada e uma cidadania participativa; não descuram o sistema de valores materialistas, privilegiado pela geração precedente, mas reinterpreta-no.

Neste contexto, elegemos as associações juvenis do distrito do Porto, inscritas na RNAJ (Registo Nacional de Associações Juvenis), para conhecermos e compreendermos os processos de participação associativa. Em termos metodológicos, recorremos ao inquérito por questionário, o qual foi enviado aos Presidentes da Direcção de oitenta e nove associações juvenis do distrito, das quais responderam apenas trinta e duas.

Os resultados do estudo revelam um envolvimento activo dos Presidentes da Direcção e uma heterogeneidade quanto ao percurso associativo das associações inquiridas. Também nos apercebemos que as associações promovem o processo de participação não de uma forma global, mas em algumas áreas associativas: os associados participam nas várias dinâmicas da associação – nos meios, nos recursos, no processo e nos resultados – contudo, da implicação dos associados na tomada das decisões, infere-se uma participação mínima, corroborada por alguns itens do questionário relacionados com a liderança hierárquica/autoritária.

Relativamente à dinâmica associativa, reflecte-se uma tendência para a organização associativa participativa, confirmada pelos valores que incorrem na liderança democrática. No que diz respeito às relações com os poderes públicos assiste-se a uma simultânea autonomia e dependência do Estado e uma concertação entre estes dois pólos.

Este trabalho, de natureza extensiva, não permitiu aprofundar, tanto quanto desejaríamos, o conhecimento sobre os processos participativos nas associações juvenis, pelo que apontamos para a realização de outros estudos de natureza intensiva, como por exemplo, os estudos de caso.

ABSTRACT

The Universal Declaration of Human Rights establishes the right of all individuals to participate in community life. The theme of the work chosen for the preparation of this dissertation focuses on participatory processes in youth associations.

Some studies carried out in Portugal conclude that the Portuguese youth of today are inclined to an appreciation of post-materialist attitudes such as a more humane society and a participatory citizenship, not neglecting the materialistic value system, favored by the previous generation, but reinterpreting it.

In this context, we chose youth associations in the region of Porto, registered in RNAJ (National Register of Youth Associations), to be acquainted with and better understand the processes of associative participation. As for methodology, we used the survey questionnaire, which was sent to the Chairmen of eighty-nine youth associations' youth of the district, getting feedback from only thirty-two of those.

The study shows an active involvement of the Chairmen and heterogeneity in what concerns the path followed by the associations surveyed. We also realize that associations promote the process of participation not only in a global way but also in some association areas: associates get involved in various dynamics of the association: in means, resources, process and results. However, from the involvement of members in making decisions a reduced participation is inferred, supported by some questionnaire items related to the hierarchical/authoritarian leadership.

For the associative dynamics, a tendency towards participatory membership organization is noticed confirmed by the values that incur in the democratic leadership. With regard to relations with the government, we witness a simultaneous autonomy and dependence on the State and a dialogue between these two poles.

This work, of an extensive nature failed to deepen as much as we wished the knowledge of participatory processes in youth associations, therefore, we aim at conducting further studies of intensive nature such as, for example, case studies.

ÍNDICE GERAL

Pág.

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – JUVENTUDE, SOCIEDADE E MUDANÇA SOCIAL	18
1.1 – Problematização do conceito de juventude	18
1.2 – Os jovens e os valores materialistas e pós materialistas.....	24
1.3 – Os jovens e as éticas de vida na sociedade portuguesa	28
1.4 – Os jovens e as instituições	33
1.5 – Os jovens e a família.....	36
1.6 – Os jovens e o trabalho.....	38
1.7 – Os jovens e a escola.....	43
1.8 – Os jovens e a religião.....	43
1.9 – Preocupações dos jovens.....	44
1.10 – Políticas de juventude e solidariedades intergeracionais	45
CAPÍTULO I I– O TERCEIRO SECTOR E AS ESPECIFICIDADES DO ASSOCIATIVISMO.....	47
2.1– As organizações do “Terceiro sector”.....	47
2.2 – O associativismo e os princípios de liberdade, democracia e solidariedade.....	50
2.3 – A heterogeneidade das associações: perspectivas jurídicas e sociológicas.....	54
2.4 – Transformação da realidade associativa	58
2.5 – Tensões e desafios que se colocam actualmente às associações.....	62
2.6 – As associações juvenis	68

CAPÍTULO III– PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E VOLUNTARIADO.....	72
3.1 – Conceitos e tipologias de participação.....	72
3.2 – Constrangimentos e possibilidades de promoção da participação associativa.....	76
3.3 – Participação e voluntariado	84
 CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM DO DISTRITO DO PORTO.....	 90
4.1– Alterações demográficas na estrutura da população portuguesa	90
4.2 – A população jovem do distrito do Porto	92
4.2.1– Localização do distrito do Porto	92
4.2.2 – Caracterização demográfica	93
4.2.3 – Contextualização económica.....	99
4.2.4 – Contextualização educativa	103
 CAPÍTULO V – A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS EM ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO DISTRITO DO PORTO: RESULTADOS DE UM INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO...	 104
5.1 – A utilização do inquérito por questionário para o estudo da participação em associações juvenis	104
5.2 – A construção do questionário e os procedimentos de recolha, tratamento e análise dos dados	110
5.3 – Análise e interpretação dos dados	121
5.3.1– Caracterização dos inquiridos	121
5.3.2 – Ano de constituição, número de sócios e natureza jurídica das associações	123
5.3.3 – Envolvimento na criação da associação	125
5.3.4 – Actividades promovidas pela associação	127
5.3.5 – Práticas associativas dos associados	131
5.4 – Dinâmicas sócio-organizacionais das associações	140
5.5 – Participação dos utentes na associação	150
5.6 - Voluntariado nas associações juvenis.....	153
5.7 - Discussão dos resultados.....	158

CONCLUSÕES	164
BIBLIOGRAFIA	168
ANEXOS	175

ÍNDICE DOS QUADROS E DO MAPA

Pág.

Quadro 1 – distribuição percentual da população residente e estimativas da população	91
Quadro 2 – População residente em Portugal em 2001	93
Quadro 3 – Estimativas da população residente em 31/12/06 e população residente dos 15 aos 29 anos em 31/1/06	94
Quadro 4 - Actividade económica nos concelhos do distrito do Porto	99
Quadro 5 – População residente empregada, segundo grupo etário no distrito do Porto.....	100
Quadro 6 – Total da população jovem no distrito do Porto e associações inscritas	107
Quadro 7 – Áreas, categorias e variáveis do inquérito por questionário	110
Quadro 8 – Síntese do processo de recolha dos inquéritos por questionário	119
Quadro 9 – Distribuição das associações juvenis inquiridas pelos concelhos do distrito do Porto.....	120
Quadro 10 – Formas jurídicas das associações juvenis	125
Quadro 11 – Razões apresentadas pelos inquiridos no envolvimento da criação da associação juvenil	126
Quadro 12 – Participação dos associados nos resultados associativos	135
Quadro 13 – Periodicidade da participação	137
Quadro 14 – Formas de participação	138
Quadro 15 – Organização associativa centralizada e participativa	140
Quadro 16 – Coordenação interassociativa e relações com os poderes públicos	144
Quadro 17 – Plano formativo das associações juvenis	148
Quadro 18 – Liderança democrática e liderança autoritária	149
Mapa 1 – Distrito do Porto subdividido em 18 concelhos	92

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente no distrito do Porto por grupos etários	93
Gráfico 2 – População residente no distrito do Porto em 2001, dos 15 aos 29 anos	94
Gráfico 3 – População jovem (nados vivos) no distrito do Porto	95
Gráfico 4 – População jovem residente nos concelhos do distrito do Porto em 2001	96
Gráfico 5 – Estimativas da população jovem residente nos concelhos do distrito do Porto, em 2006	97
Gráfico 6 – População residente jovem no distrito do Porto, por concelhos em 2001 e 2006	98
Gráfico 7 - Comparação da população total e empregada jovem residente, no distrito do Porto, por concelhos em 2001 – grupo etário 15 -19 anos	101
Gráfico 8 - Comparação da população total e empregada jovem residente, no distrito do Porto, por concelhos em 2001 – grupo etário 20 -24 anos	101
Gráfico 9 - Comparação da população total e empregada jovem residente, no distrito do Porto, por concelhos em 2001 – grupo etário 25 -29 anos	102
Gráfico 10 – População jovem residente no distrito do Porto, desempregada em 2001	103
Gráfico 11 – Idade dos inquiridos	121
Gráfico 12 – Género dos inquiridos	122
Gráfico 13 – Habilitações académicas dos inquiridos	122
Gráfico 14 - Situação profissional dos inquiridos	123
Gráfico 15 – Razões do envolvimento associativo	126
Gráfico 16 – Actividades promovidas pelas associações	128
Gráfico 17 – regularidade dos vários tipos de actividades	129
Gráfico 18 – Públicos abrangidos pelas actividades realizadas	130
Gráfico 19 – Grupos etários a quem se destinam as actividades	131
Gráfico 20 – Meios e recursos disponibilizados pelos associados	132
Gráfico 21 – Participação dos associados no processo associativo	134
Gráfico 22 – Razões da participação dos associados nos resultados associativos	136
Gráfico 23 – Implicação dos associados na tomada de decisões	137
Gráfico 24 – Formas de participação dos associados	139
Gráfico 25 – Instrumentos de comunicação utilizados pelas associações juvenis	142
Gráfico 26 – Comunicações exteriores utilizados pelas associações juvenis	143
Gráfico 27 – Autonomia versus dependência das associações juvenis	144
Gráfico 28 – Dependência das associações juvenis do Estado	146

Gráfico 29 – Liderança democrática	149
Gráfico 30 – Liderança autoritária/hierárquica	150
Gráfico 31 – Participação dos utentes nas associações	151
Gráfico 32 – Comparação dos itens: participação dos utentes nas actividades e públicos abrangidos – utentes pelas actividades promovidas	151
Gráfico 33 – Regularidade da participação dos utentes nas actividades	152
Gráfico 34 – Grupos etários dos utentes participantes	153
Gráfico 35 – Voluntariado nas associações juvenis	153
Gráfico 36 – Grupos etários dos voluntários	154
Gráfico 37 – Qualificação académica dos voluntários	155
Gráfico 38 – Situação profissional dos voluntários	155
Gráfico 39 – Natureza das actividades dos voluntários	156
Gráfico 40 – Regularidade do voluntariado	157
Gráfico 41 – Motivações dos voluntários	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RNAJ – Registo Nacional do Associativismo Jovem.

SPSS15 - (Statistical Package for Social Sciencies), versão 15.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

ONG – Organizações Não Governamentais

PAJ – Programa de Apoio Juvenil.

PAI – Programa de Apoio Infra- Estrutural.

PAE – Programa de Apoio Estudantil.

IPJ – Instituto Português da Juventude.

IDL – Iniciativa de Desenvolvimento Local.

INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito de participação de todos os indivíduos na vida da comunidade. O tema do trabalho escolhido para a elaboração desta dissertação incide nos processos participativos no âmbito do associativismo juvenil.

O conceito de juventude é uma categoria social característica da segunda metade do século XX. É um conceito heterogéneo e mutável, dependendo a sua definição da época, das condições sociais, políticas e culturais existentes, entre outras.

Ciências como a sociologia e a psicologia deram importantes contributos para o seu estudo, mas as transformações a nível da cultura de valores, após a Segunda Guerra Mundial, marcam um período de transição de uma época dominada por um sistema de valores materialistas para uma outra onde prevalece um sistema de valores pós-materialistas. Os primeiros encontram-se relacionados com a satisfação de necessidades elementares, das quais se destaca o bem-estar e a segurança física. Os segundos estão associados a um conjunto de atitudes que privilegiam a qualidade de vida, a autonomia individual e a participação social. Ora, alguns estudos revelam que é com estes últimos valores que os jovens de hoje mais se identificam. Os valores pós-materialistas manifestam-se em preocupações com as dimensões estética, intelectual, ambiental e humanista da vida; a realização, expressão e liberdade pessoal; a tolerância e a solidariedade social; o envolvimento mais próximo e participado dos indivíduos nos processos colectivos de tomada de decisão.

No caso dos jovens portugueses essa alteração de valores deu-se após o 25 de Abril. A *Revolução dos Cravos* veio desbloquear e generalizar uma dinâmica de mudança cultural e proporcionou uma explosão de participação social, a defesa da auto-realização, da liberdade pessoal, da democracia, da ecologia, da multiculturalidade e do aumento da participação dos cidadãos.

No entanto, no tempo de instabilidades e incertezas em que vivemos, as transformações económicas, sociais, políticas e culturais têm exercido fortes influências sobre as condições e formas de vida das novas gerações, o que fez mudar a identidade dos próprios jovens e da própria sociedade.

É nesta complexa realidade de atitudes, valores e actuações que urge reflectir sobre as associações juvenis enquanto espaços de dinamização da participação. Para

isso, elegemos as associações juvenis do distrito do Porto, inscritas na RNAJ, para colher a opinião dos seus Presidentes da Direcção, através do inquérito por questionário. Definimos como principal objectivo conhecer o processo de participação associativo, ou seja, compreender o modo como as associações juvenis promovem a participação dos seus associados e utentes.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, dos quais se apresenta seguidamente uma breve síntese.

Com o primeiro, intitulado *Juventude, Sociedade e Mudança Social* pretendemos conhecer a realidade da juventude portuguesa nos aspectos conceptuais, éticos, religiosos, educativos, familiares e profissionais. Começa-se por problematizar o conceito heterogéneo e mutável de juventude, referindo-se os contributos das perspectivas sociológica e psicológica para a sua definição. Destacam-se ainda, as condições da vivência juvenil, da actualidade, que afectam a maneira de ser e de actuar dos jovens na própria sociedade. Abordam-se também, neste primeiro capítulo, as alterações culturais e éticas verificadas após a Segunda Guerra Mundial e, no caso dos jovens portugueses, com o advento da democracia, a própria mudança da sociedade e da identidade dos jovens. Salientam-se as relações que os jovens têm com as instituições actuais, a família, o trabalho, a escola, a religião, bem com as preocupações que revelam em relação à sociedade. Por fim, referem-se as políticas públicas voltadas para os jovens e o contributo intergeracional na sustentação da juventude actual.

No segundo capítulo, designado por *Terceiro Sector e as Especificidades do Associativismo*, reflecte-se sobre o próprio conceito de *Terceiro Sector* e as organizações que o integram, nomeadamente, organizações associativas e solidárias. Este tema também é abordado tendo em conta o seu surgimento e a sua evolução ao longo do tempo, sobretudo em Portugal. Faz-se referência, igualmente, às perspectivas jurídicas e sociológicas das associações, particularmente das associações juvenis. Por fim, mencionam-se as transformações da realidade associativa, bem como aos seus desafios e tensões na actualidade decorrentes das transformações ao nível da sociedade e do Estado-Providência.

O terceiro capítulo, denominado por *Participação, Comunicação e Voluntariado* começa por definir o conceito de participação, os modos e tipologias de participação e os graus de envolvimento participativo, distinguindo-se o modelo de participação centralizado do modelo organizativo participativo. De seguida, mencionam-se os constrangimentos e possibilidades de promoção da participação associativa e salienta-se

a comunicação como factor fundamental da participação associativa. O voluntariado é também destacado, tendo em conta a sua conceptualização, as suas configurações histórico-culturais e as suas esferas ao nível dos grupos primários, do mercado e do Estado.

O quarto capítulo, intitulado, *Caracterização da População Jovem do Distrito do Porto* começa por explorar as alterações demográficas na estrutura da população portuguesa, desde os censos de 1991, até aos dados demográficos estatísticos de 2008, e incide na localização do distrito do Porto e na sua caracterização demográfica e socioeconómica. A contextualização educativa é realizada apenas com dados referentes à região Norte de Portugal.

Por fim, no quinto capítulo, designado por *Participação Dos Jovens Em Associações Juvenis Do Distrito Do Porto: Resultados De Um Inquérito Por Questionário*, apresentamos a metodologia da investigação empírica e os resultados do estudo. Começamos por fundamentar a utilização do inquérito por questionário para o estudo da participação em associações juvenis e apresentamos algumas tipologias para classificação das associações, uma das quais serve para classificar as associações juvenis em estudo. De seguida, explicamos os procedimentos na construção desta técnica de investigação, os procedimentos de recolha e o tratamento, a análise e interpretação dos dados, bem como a discussão dos resultados. No que diz respeito ao processo de recolha, foram recebidos, via postal e electronicamente trinta e dois inquéritos por questionário de oitenta e nove enviados. Na análise e interpretação dos dados, começamos por caracterizar os inquiridos e as associações juvenis inquiridas. Depois, analisamos e explicamos as variáveis das categorias contempladas no inquérito por questionário, através de gráficos e quadros, recorrendo aos programas Excel e estatístico SPSS15. Depois inferimos os resultados de todos os itens contemplados no inquérito por questionário.

Cumpre-me também agradecer a disponibilidade e o empenho dos inquiridos no preenchimento dos inquéritos por questionário. Sem a sua participação o trabalho teria sido infrutífero.

CAPÍTULO I

JUVENTUDE, SOCIEDADE E MUDANÇA SOCIAL

1.1. Problemática do conceito de juventude

Existem várias definições possíveis para delimitar a juventude: a faixa etária, com limites variando de 10 a 35 anos, conforme o propósito de classificação que é bastante utilizada em estatísticas; a determinação da maturidade (maturidade dos indivíduos mediante, por exemplo, o uso de variáveis biológicas e psicológicas); a definição de critérios socioeconómicos para estabelecer os limites da juventude – renda, escolarização, casamento, paternidade ou maternidade, ambiente rural ou urbano e independência económica; e estado de espírito, estilo de vida ou sector da cultura, terminologias relacionadas às expressões culturais e aos comportamentos juvenis (Catani e Gilioli, 2004).

Em relação à definição da juventude em função da faixa etária, Sáez, *et al.* (2006:57) são de opinião que existe um certo consenso entre os trabalhos realizados na Europa, sobre a juventude, por se considerar esta etapa como um cenário que oscila entre os 15 e os 30 anos. Recentes estudos em Espanha utilizaram o intervalo 15-29 anos; em França, os intervalos costumam compreender, também, os 15-29 anos. Em Portugal, no último inquérito efectuado em Portugal, para o Observatório da Juventude, em 2005, utilizou-se o intervalo de idades compreendido entre os 15 e os 30 anos. Já no que respeita à Lei nº 23, de 2006, que estabelece o regime jurídico do associativismo jovem, considera a idade igual ou inferior a 35 anos. Neste caso, depreende-se que os indivíduos são jovens até aos 35 anos.

De acordo com S. Ferreira (2006: 15-16), para se chegar estatisticamente a algo próximo da condição juvenil, e ainda que fiquemos a um nível meramente demográfico, é praticamente inevitável passar pela definição de escalões etários. Qualquer investigação de natureza quantitativa e extensiva sobre “juventude” dificilmente poderá deixar de balizar etariamente o seu campo de observáveis, de acordo com alguns critérios definidos em termos de etapas do ciclo de vida dos jovens. No entanto, são cada vez mais diversos os processos que medeiam a “idade jovem” e a entrada na “idade adulta”. Tais processos assumem formas, combinações e tempos de duração e concretização diferentes, consoante os grupos e contextos sociais a que os jovens de uma mesma geração pertencem.

Com efeito, na perspectiva das ciências sociais, indagar o conceito de juventude é entrarmos num universo amplo e heterogéneo, com variadas formas de comumente se entender o mesmo. A categoria juventude não é socialmente homogénea, podendo, por exemplo, ser vista como uma aparente unidade, quando referida a uma fase de vida, ou como diversidade, quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros (Duque, 2007; Ferreira V. 1998; Pais, 1996).

Baseando-se em Pascual (1995), Duque (2007) apresenta várias acepções do conceito de juventude. A juventude pode ser definida como um estado ou status, isto é, como uma posição social, a que o jovem se vincula a partir de uma idade. Esta posição, na estrutura social, manifesta-se num modelo de comportamento e numa estrutura de valores, que parece converter-se no comportamento cultural da actual sociedade, na qual “ser jovem” constitui um valor positivo. Também se encontram referências ao termo juventude como um estado incompleto: ou seja, como uma situação de caminho ou transição de um estado (infância) ao outro, (adulto) no qual se manifesta um processo, um tempo de espera.

Na perspectiva sociológica de J. Machado Pais (1996), a juventude é considerada como função das estruturas produtivas e demográficas. Entende-se a transição como um processo social, como tal relativo, isto é, que não está presente em todas as culturas, dependendo do contexto social em que o mesmo se desenvolve. Assim, segundo esta óptica, é possível distinguir uma pluralidade de juventudes e de grupos sociais dentro deste intervalo de idade, das que resultariam a variável dependente, relacionada com outras variáveis estruturais como classe social, situação económica e família de procedência.

Em muitas interpretações, a juventude é afigurada tanto como objecto de socialização como sujeito de socialização. Há outra concepção, referida também por Pais, (1996: 37), que tende a definir a juventude como geração. Neste sentido, os jovens constituem um grupo numa fase de vida; um grupo que, mais do que se assumir como integrado na vida social, se manifesta como um grupo de negação e de reconstituição da própria sociedade, através de novos comportamentos, atitudes, expressões e ideias. Se na perspectiva anterior eram percebidos numa óptica de reprodução social (como agentes sociais), neste caso, aparecem como motor de mudança, numa relação de contradição com o estado adulto e oposto à ordem social vigente.

No mesmo sentido, Catani e Gilioli (2004:90-98) defendem que existem várias representações sobre a juventude, oscilando entre as que encaram a juventude como um

fenómeno cultural comum e relativamente uniforme em todo o mundo, adoptando-se assim a noção de (sub)cultura juvenil, no singular; e as que adoptam o conceito de subculturas juvenis (no plural).

Na tendência da (sub)cultura juvenil, no singular, configurada por volta da década de 1940, predomina a ideia de que há uma unidade cultural da juventude no mundo todo. O seu auge situa-se entre 1945-1975, período do Estado de Bem-Estar Social, quando o emprego e o consumo juvenis se expandiram de modo intenso. Nessa época, o rock'n'roll, a revolução sexual, o conflito entre gerações, acentuado na década de 1960 e particularmente com os movimentos de juventude de 1968, contribuíram para o nascimento de uma cultura juvenil massiva e de um mercado consumidor internacional que contribuiu para identificar grupos, estilos e tendências jovens.

A tendência das subculturas juvenis (no plural) abandona a ideia de uma cultura juvenil homogénea e consolida a percepção de que a juventude é composta por um sem número de pequenos grupos sociais (por exemplo, as chamadas “tribos” urbanas), cada qual com uma cultura específica. Esta representação expandiu-se no estudo das culturas juvenis posteriores à Segunda Guerra Mundial, na Grã-Bretanha.

A partir da década de 1980, os estudos sobre a juventude converteram-se, em grande medida, em estudos culturais, nos quais se analisa a influência cada vez maior das culturas juvenis sobre as indústrias culturais, a moda, a comunicação e os cenários da vida quotidiana das cidades. Houve um movimento de desmistificação do ideal do jovem resistente, transgressor e com atitudes alternativas, substituído pela percepção de que as gerações jovens seriam alienadas, passivas, carentes de idealismos e utopias. Noutros estudos, a delinquência voltou a assumir grande importância e perspectivou o jovem como “problema”.

Da década de 1990 até à actualidade também se estudou a juventude como capital humano a ser aproveitado economicamente. Os jovens continuaram a ser encarados como “problema” social, mas considerando-se que a solução não seria mais o simples emprego dos antigos métodos de repressão dos comportamentos e da rebeldia, mas a expansão de políticas públicas como tentativa de integrar os jovens excluídos no mercado de trabalho. Outra linha de pesquisa deste período consistiu na caracterização da juventude como fase de menores responsabilidades, dando talvez mais tempo aos jovens pobres de ascender e permitindo à juventude das classes médias experimentar mais o prazer, a diversão e o ócio.

Numa perspectiva mais radical, Catani e Gilioli (2004) citam Sagera (1992), que defende um sistema social baseado no “etarismo”, isto é, como há o racismo, o machismo, as discriminações de classe e outras, a sociedade actual estaria organizada segundo um sistema “etarista”, que discriminaria tanto os jovens e as crianças, como os velhos. A idade adulta corresponderia ao curto momento da vida no qual o indivíduo desfrutaria de vantagens sobre os outros segmentos etários.

No entanto, na opinião destes autores (ibid: 104) a juventude é uma ideia que contempla multiplicidades, não correspondendo a uma condição “natural” do ser humano. À primeira vista é justificada com aspectos do desenvolvimento biopsicológico dos indivíduos, contudo, fundamenta-se numa construção que varia conforme a época e as condições sociais, políticas e culturais existentes e é uma categoria social característica da segunda metade do século XX.

A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes correspondem diferentes teorias que podem ser agrupadas em duas principais correntes sociológicas da juventude: a corrente geracional e a corrente classista (Pais, 1996). A corrente geracional, que tem mais tradição na sociologia da juventude, toma como ponto de partida a noção de juventude, entendida no sentido de *fase de vida*, e enfatiza o aspecto unitário da juventude. Nesta corrente admite-se a existência de uma cultura juvenil definida como um sistema de valores socialmente atribuídos à juventude a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais e que, de certa maneira, se oporia à cultura de outras gerações, assumindo diferentes tipos de discontinuidades intergeracionais, quer de rupturas, conflitos ou crises intergeracionais, quer de socialização contínua. Na corrente classista a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por desigualdades sociais. As culturas juvenis são sempre culturas de classe, são entendidas como produto de relações antagónicas de classe; os problemas são partilhados por jovens de determinada classe social.

No entanto, J. Machado Pais (ibidem) desconfia da linearidade de certos determinismos, até pela natureza das transformações socioeconómicas que parecem afectar a estrutura de classes, na sua composição e evolução, da população portuguesa contemporânea, nomeadamente o carácter cada vez mais urbano da juventude. Por um lado, segundo o autor (ibid: 90), a sociedade actual, de “massas”, parece tornar a cultura juvenil como uma extensão da cultura de massas pouco ou nada dependente da estrutura de classes, por outro lado, parece verificar-se uma mútua interdependência entre cultura

de massas e cultura juvenil. Desta forma, os critérios a tomar para definir as culturas juvenis não podem ser tomados como absolutos e exclusivos.

De acordo com Sáez *et al.* (2006:56-61) e Pais (1996: 29), a juventude é uma categoria de contornos pouco precisos. Não é mais do que uma das construções sociais cuja concretização é específica e inerente a cada momento e circunstância histórica. Logo, é uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo. Na Idade Média a juventude aparecia definida, quase exclusivamente, em função da sua relação familiar de carácter filial. O jovem varão era, antes de mais, um filho, e esse mesmo vínculo restritivo ao grupo familiar e à linhagem era o que impedia o surgimento de qualquer ideia de categoria colectiva. A alteração da sensibilidade, com a aproximação do Iluminismo, provocou, a partir do século XVIII, um crescente interesse pela educação. A partir desse momento o vínculo das ideias de educação e juventude começaram a ganhar terreno, apesar de selectiva e hierarquicamente, entre as diferentes classes e grupos sociais. Mais tarde, no século XIX, verifica-se um novo auge do individualismo burguês e romântico que tinha na juventude um dos seus âmbitos de concretização mais visíveis. Esse novo individualismo ajudou a espalhar a ideia de relações e alterações de gerações. À medida que o século avançava, a consciência da importância das boas relações entre pais e filhos aparece de forma paralela ao crescente triunfo da família burguesa, como estrutura de integração e reprodução social.

Sáez, *et al.* (ibidem) salientam a contribuição do século XX para novas abordagens e perspectivas relativamente à percepção da juventude. A Psicologia, como uma das disciplinas que abriu caminho para essa nova forma de entender a vida social, proporcionará os rudimentos para uma re-conceptualização da juventude, tratando-a como uma época de crise e de alteração psicológica, como uma etapa de maturação psicológica e afectiva. No decorrer do século outros âmbitos, como o social e o político, avançam com essa dimensão reflexiva. Neste contexto a juventude afirma-se cada vez com mais liberdade, num contexto familiar cada vez mais aberto e com respeito pelos valores e pelos estilos de vida dos diferentes grupos de idades que a configuram. Na linha de pensamento destes autores foram as alterações sociais mais profundas as que incidiram de uma forma determinante, tanto na configuração da família, como no papel e identidade das novas gerações de jovens. O desactivar do modelo familiar patriarcal autoritário provocou, por um lado, o declive da hierarquia de idade como critério de prestígio e poder e, por outro lado, a ruptura das estratégias de relações no seio da família, promovendo uma maior autonomia dos jovens. A idade e o patriarcado, que

tinham caminhado juntos, dissolveram-se do mesmo modo, agora em paralelo, encontrando, para isto, o apoio proporcionado pela mesma instituição familiar que até então se havia encarregado de cortar as eventuais veleidades de autonomia e liberdade aos seus membros.

Por estas razões, estes autores são de opinião que, na actualidade, o debilitar dos costumes, o alongamento das transições profissionais e a dilatação do tempo da vivência de experiências tendem a atrasar cada vez mais o acesso ao pleno status de adulto. Face às actuais circunstâncias, Du Bois Reymond (1998) e Pais (2002), citado por Sáez *et al.*, 2006:64), propõem vários modelos de itinerário de passagem para a vida adulta:

- Jovens em situação precária que se vêm compelidos a conjurarem trabalhos temporais com o desemprego e actividades formativas diversas;
- Jovens adultos com recursos consideráveis que contam com a liberdade de poderem eleger entre várias opções, de acordo com as suas necessidades e preferências;
- Jovens adultos que gostariam de encontrar novas alternativas profissionais conjugando a formação e emprego, mas, perante a incerteza, optam por apostar na segurança não renunciando ao posto de trabalho que possuem;
- Jovens adultos que mantém uma grande dependência do núcleo familiar paterno devido, tanto às carências de assistência social, como a estratégias maximizadas da ajuda familiar.

Em suma, como sustenta Pais (1996: 318), a juventude aparece cada vez menos associada a uma categoria de idade e cada vez mais a um conjunto diversificado de modos de vida. Hoje a condição juvenil corresponde a um tempo alargado devido, entre outros factores, ao prolongamento das carreiras escolares e formativas, bem como ao retardamento e da reforçada vulnerabilidade das inserções laborais dos jovens, cada vez mais sujeitos ao desemprego, ao subemprego, ao emprego temporário e a formas de emprego “atípico”. Estes factores estruturais têm, por sua vez, efeitos importantes nas trajectórias juvenis, patentes, por exemplo, nos sucessivos adiamentos de várias formas de autonomização: as saídas dos jovens da casa parental acontecem cada vez mais tardiamente; os projectos de conjugalidade e de parentalidade protelam-se no tempo; os investimentos tendem a acentuar-se no “aqui e agora” dos consumos, dos lazeres, das sociabilidades e dos afectos. A condição juvenil diversificou-se e não se traduz num grupo homogéneo. Antes se materializa numa realidade social heterogénea, atravessada por múltiplas clivagens sociais e culturais.

1.2. Os jovens e os valores materialistas e pós-materialistas

As transformações societais têm fortes dimensões socioeconómicas e políticas, mas também se verificam ao nível da cultura e dos valores. Para Inglehart (1990, cit. por S. Ferreira, 1998), o fim da II Guerra Mundial marca um período de transição de uma época dominada por um sistema de valores materialistas para uma outra onde prevalecerá um sistema de valores pós-materialistas. Os primeiros encontram-se relacionados com a satisfação de necessidades elementares, das quais destaca o bem-estar e a segurança física. Os segundos estão associados a um complexo de atitudes que privilegiam a qualidade de vida, a autonomia individual e a participação social.

Concretizando, os valores materialistas traduzem-se em objectivos de vida que dão primazia ao crescimento e à segurança económica, à ordem pública e à estabilidade social, à integridade física e à defesa contra o risco de guerra, ao passo que os valores pós-materialistas se manifestam em preocupações com as dimensões estética, intelectual, ambiental e humanista da vida, em prioridades de realização, expressão e liberdade pessoal, em esforços no sentido de promover a tolerância e a solidariedade social, assim como um envolvimento mais próximo e participado dos indivíduos nos processos colectivos de tomada de decisão.

Esta tese de mudança cultural, segundo Inglehart, desenvolve-se em torno da ideia de que, de uma maneira geral, a satisfação de necessidades imediatas correlacionadas com a subsistência e a segurança física das populações tende a ser prioritária em relação à satisfação de outro tipo de desejos de foro mais expressivo. Por outro lado, desenvolvendo a sua socialização primária em condições de segurança formativa, substancialmente diferentes daquelas que caracterizam o contexto de socialização das gerações que as precederam, observar-se-á entre as camadas jovens nascidas no pós- guerra uma gradual inflexão nas suas prioridades valorativas no sentido de privilegiarem um sistema de atitudes pós-materialistas, ou seja, de reorientarem as suas disposições subjectivas do plano das meras aspirações materiais e de segurança física para o plano das preocupações com a qualidade de vida e com a realização pessoal e social.

Estas e outras transformações económicas, sociais e culturais afectam a população no seu conjunto e, de um modo especial, os jovens. Como refere Duque (2007), elas têm exercido fortes influências sobre as condições e formas de vida das novas gerações, o que fez mudar a identidade dos próprios jovens e da própria

sociedade. Uma particularidade de muitos jovens contemporâneos é a de viverem um tempo de instabilidade e de incertezas, de tensão entre o presente e o futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de independência (Pais, 2001).

Sáez *et al.* (2006) referem várias causas da mudança da vivência da juventude, todas elas interligadas. O prolongamento da escolarização, que se tem vindo a universalizar consecutivamente, provocou, nos últimos cinquenta anos, um extraordinário atraso acumulado na inserção dos jovens no mundo do trabalho. Uma certa esperança igualitária nascida ao abrigo da universalização da educação parece naufragar quando a força dos factos continua a demonstrar o peso discriminatório das hierarquias, a capacidade estratégica de acesso aos âmbitos de produção e decisão. As próprias regras impostas pelo mercado de trabalho podem provocar o aumento das desigualdades sociais. A conjuntura mundial também não favorece a relação com o trabalho concebida como um vínculo para toda a vida. Hoje a incerteza tende a prevalecer. Os contextos instáveis e competitivos são uma realidade. Nada parece adquirido com um carácter permanente, nem a formação, nem o saber e nem a competência parecem definitivas. Estes autores afirmam que é como se o elixir da eterna juventude tivesse entrado na nossa sociedade por uma porta falsa de precarização sócio-laboral e exigência da formação permanente.

A situação de instabilidade sócio-laboral e profissional parece provocar também situações de instabilidade na consolidação de vínculos afectivos e de casamento ou a impossibilidade de satisfazer as necessidades de habitação. Neste contexto, a família reaparece como uma referência de apoio e um suporte ao qual cada um recorre na procura do possível (Pais, 1996; Sáez *et al.*, 2006). Por tudo isto, a incerteza converteu-se numa circunstância omnipresente no processo de acesso à vida e à condição de adulto e atrasa o momento em que se forma um corpus estável de opiniões e atitudes sociais.

Sáez, et al (2006:66-68) explicam que os valores da juventude europeia actual são algo comedidos e estão amortecidos, comparativamente com os ecos românticos e militantes de uma juventude dos finais dos anos sessenta. Os jovens de hoje estão menos politizados, comprometem-se menos com os movimentos políticos e sindicais e inclusivamente o ecologismo está a retroceder do centro das suas preocupações na Europa Ocidental. Na generalidade os jovens mostram-se pouco incisivos na sua crítica em relação às ideias liberais na economia, mantendo um elevado nível de confiança no sistema educativo. Estes autores referem, ainda, que os indicadores estão a divergir no que diz respeito à moral pública e social dos jovens europeus. O rigor em matéria de

costumes privados continua a dissolver-se e tende a aumentar quando a matéria diz respeito à moral pública. Reconhecer a cada um o direito de viver como quiser não significa que esse direito possa ser exercido sem nenhum controlo, do mesmo modo na vida pública e na vida privada. Esta alteração parece muito significativa e representa uma ruptura face à ideologia de libertação dos anos sessenta sem que isso implique um simples retorno aos valores morais.

No que diz respeito aos jovens portugueses, J. Machado Pais (1998) explica que as sondagens recentemente realizadas, quer em Portugal quer no estrangeiro, têm mostrado que é entre os jovens que encontramos uma maior orientação para valores associados ao desenvolvimento moderno e ao chamado “pós-materialismo” - maior valorização do direito de liberdade de expressão, maior tolerância para com as minorias étnicas e maior investimento nas relações afectivas e nos valores da intimidade. Ou seja, os jovens parecem orientar-se mais para a defesa da liberdade pessoal, da auto-realização, da igualdade de oportunidades, da democracia, da ecologia, da convivência multicultural, do desarmamento nuclear, da qualidade de vida e do aumento da participação dos cidadãos.

No entanto, as prioridades dos jovens portugueses relacionadas com o pós-materialismo estão longe de superar as conotadas com o materialismo (S. Ferreira, 1998). Os estudos realizados por este autor revelam que os jovens continuam a conferir prioridade à manutenção de um alto nível de crescimento económico e da ordem e segurança no país, assim como, ainda que menos pronunciadamente, ao combate à subida de preços. Só depois destas aparecem as prioridades dadas ao progresso em direcção a uma sociedade mais humana e ao aumento da participação dos cidadãos nas decisões políticas, indicadores de valores pós-materialistas. Os próprios jovens portugueses mostram-se relutantes em pôr de parte algumas preocupações materialistas, provavelmente por muitos deles viverem problemas e dificuldades reais. As actuais dificuldades no acesso ao primeiro emprego, as elevadas taxas de desemprego juvenil, e a precariedade das condições em que muitas vezes exercem a sua actividade profissional, são factores que, certamente, não deixarão de preocupar largas camadas de jovens em Portugal, contribuindo para o perdurar da importante valoração dos domínios do trabalho, da profissão e da educação entre as novas gerações.

Este autor recorre novamente ao modelo teórico de Inglehart para explicar esta realidade: a emergência dos valores pós-materialistas só se verifica quando os problemas económicos e de segurança mais básicos se encontram minimamente

superados no interior de determinado grupo social, resultando da presença de um contexto de segurança física e económica estável e durável durante os primeiros anos de socialização dos seus membros. Decorre daqui a hipótese de que, nas novas gerações nascidas no pós-guerra, os indivíduos que se formaram num contexto familiar relativamente próspero, ou seja, de origem social mais elevada, se encontram mais aptos a desenvolver atitudes e a partilhar valores de natureza pós-materialista do que aqueles que se formarem em circunstâncias sociais e económicas mais precárias e inseguras. Simultaneamente, prevê-se que os níveis de instrução mais altos se encontrem associados ao pós-materialismo, não só porque o acesso do jovem a uma educação mais elevada pressupõe, desde logo, a presença de um nível de segurança formativa relativamente alto no decurso da sua socialização, mas também porque o próprio processo educativo tenderá a precipitar um envolvimento de atitudes pós-materialistas, proporcionando o acesso a categorias cognitivas, a conhecimentos e a redes renovadas de circulação de informação, que poderão vir a reestruturar as estruturas simbólicas de ideação, categorização e avaliação utilizadas pelos jovens na sua relação com a sociedade e com o mundo em geral.

Ainda de acordo com os estudos de S. Ferreira (1998), são os indivíduos de condição mais alta e nível de instrução mais elevado que começam a dar indícios, ainda que parcos, de maior abertura aos valores de natureza pós-materialista, em particular à humanização da sociedade, combinado este objectivo com uma nítida valorização da manutenção de um alto nível de crescimento económico. Este modelo misto, isto é a partilha de um sistema de valores hibridizado entre as opções de ordem materialista e de ordem pós-materialista, localiza socialmente o germinar do sentimento de fadiga do desenvolvimento identificado por Giddens (1995, cit. por S. Ferreira, 1998:188) em muitas das actuais sociedades economicamente avançadas, que evidencia a consciencialização de que “o crescimento económico continuado não vale a pena a não ser que melhore activamente a qualidade de vida da maioria das pessoas”. Este autor sugere, desta forma, num futuro “sistema de pós-escassez”, a organização de uma economia socializada e humanizada.

Verifica-se, portanto, entre os jovens, a coexistência de atitudes materialistas e pós-materialistas que, segundo S. Ferreira (ibidem), é indicadora de uma ética perante a vida e a sociedade que designa de pós-materialismo defensivo e que se traduz na assunção de alguns valores tipicamente pós-materialistas sem que tal implique, necessariamente, o abandono de atitudes tradicionalmente conotadas com o

materialismo, como a preocupação com o (des)emprego e com o crescimento económico. Assim, surgem novas combinações de valores – como a expressão pessoal e o bem-estar material, o individualismo e o multiculturalismo, a realização através do trabalho e do lazer, as prioridades dadas ao crescimento económico e à humanização da sociedade, as preocupações com a protecção do ambiente e com o desemprego, os princípios do prazer e da responsabilidade – todos concorrendo para a concretização de uma noção alargada e flexível de qualidade de vida.

Na mesma linha, Borges e Pires (1998: 267) explicam que em sociedades cujo sistema económico se encontre ainda em fase de consolidação, os indivíduos tendem a privilegiar a segurança material e a defender uma autoridade estatal que assegure a estabilidade. Estas autoras também fazem referência à hipótese de Inglehart: as prioridades dos indivíduos tendem a reflectir o contexto socioeconómico envolvente. Mais recentemente, a evolução da economia, a difusão da informação e das novas tecnologias, promovem uma segurança relativa às condições materiais deixando assim estas de estar no centro das preocupações dos indivíduos.

1. 3. Os jovens e as éticas de vida na sociedade portuguesa

Para A. Ferreira (1998:132-144) é possível verificar a existência de duas éticas de vida principais entre a população portuguesa – a Ética Romântica e a Ética Puritana – que estão associadas a duas das três gerações definidas pelo autor: a geração da Grande Guerra, que inclui os nascidos antes de 1941, isto é com mais de 54 anos, e a geração de Abril, que engloba os nascidos entre 1971 e 1980, com idades entre os 15 e os 34 anos.

Assim, a Geração da Grande Guerra aparece associada, em termos gerais, à ética puritana ou protestante. Esta geração considera o trabalho como um dever e uma obrigação dos indivíduos para com a sociedade, bem como uma actividade onde se deve colocar total empenho mesmo que isso implique sacrifícios. Para esta geração, o trabalho em si mesmo é uma actividade da qual se deve retirar um sentimento de orgulho, independentemente da sua natureza concreta, e rejeita-se a ideia de que o emprego ideal é aquele em que se trabalha menos. Esta geração revela-se bastante conservadora no que respeita à área familiar, condenando a coabitação, valorizando o casamento e partilhando de uma visão tradicional, no que respeita ao papel do homem e da mulher face ao investimento numa carreira profissional e à divisão de tarefas na vida conjugal.

Além disso, encontra-se associada a esta geração uma moralidade bastante conservadora e repressiva, seja nas áreas dos costumes, do civismo público ou da sexualidade. Esta geração só admite relações sexuais heterossexuais e após o casamento, condenado a masturbação, o adultério, a prostituição e a pornografia e parece ser rigorosa e inflexível nos princípios morais, mesmo face aos amigos. Os indivíduos desta geração manifestam-se prudentes, conservadores e pessimistas quanto às novas opções a tomar na vida, ao futuro, à mudança e à inovação; consideram a vida como uma preocupação atrás da outra e procuram alguma segurança ao poupar dinheiro, sempre que lhes é possível. São indivíduos religiosos que participam na missa por sentimento de dever e para se sentirem perto de Deus.

Por seu turno, a Geração do 25 de Abril parece estar mais associada à ética romântica e ao individualismo expressivo. Esta geração considera o trabalho um direito que a sociedade deve garantir aos indivíduos e valoriza, acima de tudo, num emprego, o prazer que ele pode proporcionar e as possibilidades de promoção e carreira. De um modo geral, esta geração considera que uma pessoa não se deve esforçar demasiado no trabalho, pois há coisas mais importantes na vida. Valoriza ainda a remuneração e a experiência profissional em detrimento da segurança e do prestígio.

Ao contrário da anterior, esta geração revela-se totalmente favorável à coabitação e rejeita o papel tradicionalmente subordinado da mulher em relação ao homem, quer no investimento profissional, quer na tomada de decisões na esfera conjugal. Alias, defende uma igualdade na distribuição das tarefas domésticas. Na área da sexualidade, valoriza o prazer, a experimentação e até a transgressão: admite todo o tipo de relações sexuais, aceitando a homossexualidade masculina e feminina, a masturbação, o adultério; pensa que o sexo tem sentido em si mesmo, pelo prazer que proporciona; associa às relações sexuais, como aspectos mais importantes, o prazer, o erotismo, o orgasmo e o envolvimento romântico; considera o desejo mútuo, o desejo de passar um bom bocado ou apenas o facto de duas pessoas se amarem como suficientes para terem relações sexuais, não sendo necessário que sejam casadas e tem, ainda, uma visão positiva da pornografia, associando-a à diversão.

Esta geração do 25 de Abril considera como direitos mais importantes a liberdade de expressão e o direito à privacidade, ou seja, o direito de uma pessoa fazer o que desejar na sua vida sem que os outros tenham nada a censurar. Assim, em termos morais revela uma atitude fortemente permissiva e transgressora face aos costumes e face à ética de civismo público. Esta atitude permissiva e tolerante revela-se ainda face

aos amigos envolvidos em situações mais ou menos dúbias do ponto de vista ético, podendo mesmo colocar o problema das fronteiras entre permissividade e tolerância, de um lado, e apatia e indiferença do outro, ao afirmar-se que mesmo que um amigo seja racista, traficante de droga ou envolvido em grupos neo-nazis a amizade por ele se manteria inalterada.

Os jovens desta geração manifesta uma atitude positiva face à vida, considerando-a uma agradável aventura, privilegiando o risco ao tomar novas opções de vida, valorizando as novas ideias e as consequências positivas das mudanças e mostrando-se confiantes quanto ao seu futuro pessoal. É entre os jovens que se verifica a valorização do espírito de aventura e da ética de experimentação. Os jovens parecem encontrar-se confrontados não com uma ausência de valores mas com uma coexistência nivelada dos mesmos, dada a diversidade de referências sociais e culturais que vão da família à escola, passando pelos media.

Borges e Pires (1998: 273) explicam que as éticas sociais com marcado cunho puritanista (com os seus partidários do trabalho, da poupança, da submissão, do controlo e da disciplina) e que orientam as gerações mais velhas, estão a dar lugar paulatinamente, a éticas individualistas com marcado cunho hedonista. A proliferação entre os jovens de valores hedonistas e as dificuldades crescentes de integração profissional leva-os a procurarem uma socialização através do consumo. Os jovens evidenciam uma atitude de desvalorização da poupança. Enquanto as gerações mais velhas se encontram orientadas por valores que se radicam num ideário de colectivismo societal, as jovens gerações (mais instruídas) abraçam valores mais flutuantes que assentam num individualismo societal. No primeiro caso dá-se uma subordinação das aspirações individuais a causas colectivas: os direitos sociais, as identidades comunitárias, as dependências emocionais. No segundo caso dá-se uma subordinação das causas colectivas às aspirações individuais: realização pessoal, direitos privados, iniciativas individuais. Estes dois ideários cruzam-se no universo de valores dos portugueses.

Também para S. Ferreira (1998: 179) existe um sentimento de ruptura entre o sistema de valores adoptado pelos jovens de hoje e o sistema de valores das gerações que os precedem. Este contraste intergeracional não depende apenas de factores tradicionalmente estereotipados da juventude, nem do simples efeito de idade, que no decorrer da trajectória de vida dos indivíduos e do seu inevitável caminhar biológico para o envelhecimento seriam neutralizados. Pródigos em múltiplas e profundas

reestruturações de natureza diversa, económica, política, demográfica e social, os últimos trinta anos da história portuguesa inauguraram um quadro global de socialização diferente daquele em que foram formadas as gerações mais velhas, diferença essa passível de se reflectir culturalmente na emergência e fixação de novas atitudes, valores e representações entre as gerações jovens.

Um dos acontecimentos geradores de tal situação é o 25 de Abril, desencadeador e condensador das mais importantes dinâmicas de transição sociocultural. Com o 25 de Abril, nasceu uma geração com uma identidade própria, cultivando atitudes distintas das suas antecessoras, arredadas das normatividades morais e éticas impostas e dominantes no anterior regime. O 25 de Abril veio desbloquear e generalizar uma dinâmica de mudança cultural e proporcionou uma explosão de participação social.

S. Ferreira (ibid: 169) identifica vários domínios que compõem os sistemas de diferenciação intergeracional: os domínios do gosto e do lazer, assim como as preocupações com o corpo e a vivência da sexualidade. Também se denotam diferenças em matéria de vestuário e de música, assim como ao nível de uma maior valorização por parte dos jovens dos tempos livres e das actividades físicas. Outros atributos ainda bastante cotados como factores de distinção da actual juventude em relação às gerações suas antecedentes, referem-se ao seu menor interesse pela religião, um menor sentido de disciplina e de responsabilidade, bem como um menor interesse pela dimensão política. A menor importância dada ao dinheiro, ao trabalho como realização pessoal e à carreira profissional, ou ainda o menor interesse pelos estudos, são características apresentadas para distinguir a população juvenil. No entanto, segundo este autor (ibidem), a importância central das dimensões da ludicidade, da imagem e do prazer, entre os jovens, não os faz adoptar uma atitude de rejeição ou de indiferença face aos valores do dinheiro, do trabalho e da educação formal.

Assim, este autor (ibid: 73) afirma que poderemos estar a assistir não a uma diminuição do valor atribuído pelos jovens àquelas dimensões, mas a uma renovação nos modos de as valorizar, traduzida em novas atitudes face ao dinheiro, ao trabalho e à educação, assim como à reorganização dos lugares que lhes são atribuídos na matriz das prioridades de vida. Por exemplo, a posse do dinheiro entre os mais jovens não é tanto combinada com uma atitude ascética, que remete para a sua acumulação sistemática pela segurança que proporciona no momento presente e no futuro, mas valorizada pelo prazer que permite enquanto meio de satisfação de desejos consumistas e/ou suporte de afinidades simbólicas com um determinado estilo de vida. Também, a valorização do

trabalho enquanto virtude em si mesmo, atravessada de um sentimento de dever, tem vindo a ser parcialmente substituída entre os jovens por diferentes atitudes, em que dominam factores instrumentais de ascensão social ou de realização pessoal, consoante as condições sócio-económicas de que os jovens partem na procura de emprego e/ou na estruturação de uma carreira profissional. As preocupações com o trabalho ultrapassam a sua instrumentalidade relativa à sobrevivência, para adquirirem novos conteúdos que remetem para valores de prestígio, de gosto pelo que se faz, de participação social, mais uma vez orientados pela procura de prazer e de realização social e individual. Do mesmo modo, o interesse das novas gerações na acumulação de capital escolar já não se reduzirá ao seu valor instrumental enquanto mera certificação facilitadora do acesso seguro a uma profissão e a um salário regular e condigno. O saber, actualmente de acesso relativamente disponível e diversificado, é igualmente valorizado como símbolo de status e fonte de prestígio social e, mais do que permitir um determinado estilo de vida, ele passa a fazer parte integrante desse mesmo estilo de vida, sendo também simbolicamente investido como meio pessoal de realização intelectual e cultural.

Além disso, Duque (2007:27) salienta que os jovens tendem a relativizar valores mais clássicos como o da “humildade”, da “disposição ao sacrifício”, do “controlo das próprias necessidades”, da “submissão”, do “amor ao próximo”, da “vocação para o serviço”, da “lealdade às organizações” (laicas ou religiosas). Não obstante, estes valores não desaparecem necessariamente. Podem, por um lado, ser reinterpretados ou actualizados, utilizando uma nova linguagem. Por outro, podem coabitar com outros novos valores que também impulsionem à participação. Pode ainda acontecer que nos tempos modernos, valores como a “auto-realização”, a “autonomia” e a “competência em acção” substituam o lugar de valores “tradicionais” como a “disciplina”, o “respeito aos mais velhos” ou a “participação organizada”.

Segundo J. M. Pais, (1998:33-35), encontramos, entre os jovens, três principais triângulos de valores. Um primeiro – com vértices no hedonismo, no convivialismo e na diversão – dá suporte, por definição, a uma solidariedade convivial. As teorias sobre as implicações do “ciclo vital” nos comportamentos colectivos têm mostrado como o envolvimento em processos participativos, implicando diferentes formas de solidariedade, se encontram condicionados pelo posicionamento dos indivíduos no seu ciclo de vida. As solidariedades juvenis têm, com efeito, uma essência convivialista.

Um segundo triângulo associa os valores da sedução, da transgressão e da tolerância. Quem seduz transgredir um estado (de eventual privação), pressupondo ser

correspondido (tolerado). Isto é, satisfação imediata, em torno do lúdico, do gozo, da liberalidade, por oposição às satisfações adiadas, ao puritanismo, à segurança, à ética do trabalho como dever.

Finalmente, um terceiro triângulo que desemboca num individualismo expressivo – associa o hedonismo, o narcisismo e a expressividade. É próprio dos jovens sentirem a vida como vida, como processo, como realidade que flui de forma expressiva; os jovens desejam libertar energias retidas. As gerações mais velhas, em contrapartida, dão mais importância aos conteúdos de vida do que às formas de a expressar. É também provável que o envelhecimento da população, provocado pelo alongamento da esperança de vida, possa contribuir para um reforço da ligação das gerações mais velhas ao passado – de um passado feito de consolação e refúgio, ante um futuro que se teme. Entre os jovens, por sua vez, a propensão para o individualismo expressivo acasala-se bem com a crescente flexibilização dos modos de vida, baseada em processos de negociação, improvisação e autonomização de decisões. Algumas das atitudes dos jovens portugueses, mais do que para um relativismo cultural, apontam para um pluralismo coexistencial, facilitador da comunicação e dos tráfegos interculturais. Tanto o individualismo expressivo como a solidariedade convivial parecem desenvolver-se ao arrepio das velhas identidades ancoradas em posições de classe rígidas. Estas, embora persistindo, sofreram graduais erosões, a que não é estranha a crescente massificação do sistema de ensino, a qual se associa, por sua vez, a processos de individualização, no sentido em que, de um modo geral, os jovens de hoje não estão (ou pensam não estar) tão dependentes de hierarquias sociais herdadas como o estiveram seus pais, por isso mesmo tendo (ou julgando ter) um maior grau de liberdade para construir as suas próprias identidades.

1.4. Os jovens e as instituições

Na perspectiva de S. Ferreira (1998: 209), as instituições em geral, sejam elas de natureza política e democrática (como os Sindicatos, o Estado, o Parlamento, o Governo, os Partidos Políticos ou as Autarquias), de natureza tradicional e autoritária (como a Igreja, as Forças Armadas ou a Polícia), ou ainda de prestação de serviços de carácter social no seu sentido mais lato (como a Escola, os Tribunais, os Hospitais, os Bancos, o Patronato ou a Imprensa), são instrumentos socialmente concebidos e operacionalizados com o fim de cumprirem determinadas funções especializadas e de

satisfazerem determinadas necessidades específicas aos membros de uma dada sociedade.

Segundo S. Ferreira (ibidem), são vários os autores que constataam, nas sociedades ocidentais contemporâneas, um acentuado decréscimo nos níveis de confiança institucional. As suas causas mais profundas são remetidas para algumas tendências culturais características da época actual, como o recentramento individualista e o reforço das pertenças microssociais, com a crescente valorização dos espaços de relacionamento interpessoal informal e de escala reduzida por parte dos mais jovens, em detrimento das grandes estruturas centralizadas, impessoais e de participação formal, como espaços colectivos de identificação, de afirmação e realização individual. O autor também refere a influência que factores como o aumento global e acelerado da escolarização, assim como as facilidades hoje proporcionadas em termos de circulação e acesso a conhecimentos e informação actualizada, através da expansão dos meios de comunicação mediática, tiveram no actual declínio da confiança nas instituições, ao criarem condições potenciadoras do desenvolvimento de uma atitude menos submissa, mais activa e mais crítica por parte dos cidadãos na sua experiência directa com as instâncias de regulação da sua vida social.

Por outro lado, (ibid: 152), a assunção da centralidade do individualismo que caracteriza o fenómeno “pós-materialista”, em termos da valorização da realização e da autonomia individual, faz prever um baixo índice de confiança nas instituições que asseguram regular o funcionamento colectivo da sociedade, nomeadamente naquelas que tradicionalmente ditam normas e pretendem orientar os sujeitos nas suas escolhas, que se querem cada vez mais pessoalmente determinadas.

Com base nos seus estudos, S. Ferreira (1998: 212-214) constata que junto das classes etárias mais jovens existe um declínio de confiança nas instituições, nomeadamente nas instituições tradicionais e de natureza autoritária, assim como nas instituições políticas e de regulação democrática. Este declínio é particularmente acentuado para o caso da Polícia, do Estado, do Patrono e das Autarquias Locais, sendo também sentido, se bem que de forma menos intensa, junto das Forças Armadas, do Governo, do Parlamento, dos Sindicatos e dos Partidos Políticos. Estes dados revelam-nos um afastamento cada vez maior, por parte dos jovens de hoje, em relação às instituições mais conotadas com atitudes de natureza conservadora e conformista, representantes dos valores da tradição, da manutenção da ordem e da autoridade, ou, por

outro lado, representantes de orientações sociais de perfil mais colectivizante e estatizante.

A Escola, os Bancos, os Tribunais, a Imprensa e os Hospitais continuam a merecer um crédito de muita confiança por parte de uma larga faixa dos jovens, justamente porque são espaços sociais cuja organização, modo de funcionamento e finalidade apontam para essa forma de pragmatismo processual, estabelecendo com eles uma proximidade quotidiana. Além disso, instituições como a Escola ou os Bancos oferecem-lhes reais possibilidades de realização e de satisfação individual.

No caso concreto das instituições de poder e intervenção política, o enfraquecimento dos níveis de confiança entre a população mais jovem também se encontra correlacionado com o acentuado desinteresse que demonstram pelas matérias políticas, assim como a sua parca predisposição para a participação social em formas organizativas de tipo convencional e /ou em actividades institucionalmente associadas à defesa de interesses colectivos.

S. Ferreira (ibid: 241) cita a este propósito Danièle Linhart e Anna Malan (1990) que opinam sobre uma diferente postura social dos jovens que apelidam de individualismo pragmático. Este é materializado na sua preferência em desenvolver estratégias eminentemente pessoais, e/ou assentes nas micro-comunidades em que se integra, percepcionados como núcleos de participação social mais informais, de natureza mais relacional do que institucional, muitas vezes fundados em redes de afinidades simbólicas, onde o prazer e a ludicidade estão presentes sem risco de serem cerceados.

Analisando estes fenómenos, Catani e Gilioli (2004: 71) referem que a dimensão do envolvimento da juventude com a política sofreu mudanças ao longo dos tempos. O rótulo “geração 68” associava uma suposta cultura jovem, genérica, à rebeldia política, à oposição aos sistemas autoritários, às utopias e ao desejo de mudança social. Depois de mais de duas décadas, essa imagem idealizada foi esvaziada pelas representações dos média e substituída pela imagem da juventude como unicamente associada às “tribos urbanas” e aos teens “alienados”, em especial na década de 1990. A juventude é então caracterizada como delinquente, criminosa, “desviante” ou “passiva”. A essência juvenil contemporânea foi associada ao desinteresse pela política e pelas instituições oficiais, identificando os jovens, em primeiro lugar, como consumidores.

No entanto, nem todos os jovens das décadas de 1960 e 70 eram “revolucionários”, seja no campo da política, dos costumes, da música ou da moda.

Muitos eram tradicionalistas e conservadores. De modo similar, nem todos os jovens da actualidade são “consumistas” (no caso das camadas médias e altas) e “delinquentes” (quando se refere aos pobres) ou “desocupados”. Há muitos que se interessam por política e participam em movimentos sociais.

1. 5. Os jovens e a família

Relativamente à vida familiar, Vasconcelos (1998: 385-386) explica que as mudanças mais referidas pelos portugueses apontam essencialmente num sentido: o de que se verificou uma democratização generalizada nas famílias portuguesas nos últimos 30 anos. De facto, a menção à maior democraticidade nas relações familiares, à maior libertação da mulher em relação ao marido, à maior comunicação entre os cônjuges, à divisão mais igualitária das tarefas domésticas entre os cônjuges e à maior independência dos filhos em relação aos pais são aspectos mais específicos de um processo global de democratização, flexibilidade, desinstitucionalização e equalitarização nas relações familiares.

A possibilidade de controlo da natalidade (facto de origem tecnológica incorporado como possibilidade social) e a possibilidade de divórcio (facto de origem político-jurídica que veio dar vazão a uma disponibilidade social preexistente) vêm apenas potenciar o processo acima referido. Por outro lado, é sabido como esse processo em muito está ligado à relativa desregulamentação dos interditos sexuais e à vivência crescente de uma sexualidade não-reprodutiva e tendencialmente hedonista e experimentalista, sobretudo entre os mais novos.

As mudanças foram no sentido diacrónico – do institucionalismo normativo para o relacionamento negociado, da assimetria estatutária para a paridade igualitária, do rígido para o flexível. Segundo Vasconcelos, (1998: 385-397) essa mudança vai, grosso modo, no sentido indicado por Inglehart, de uma postura mais materialista para uma postura mais pós-materialista.

Roussel, por sua vez, (1989, cit. por Barrisco, 2006:39) salienta que nas últimas décadas surgiram novos desenhos do domínio familiar, traçados pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, pela afirmação de uma concepção menos durabilista do casamento, pelo desenvolvimento da coabitação informal, por uma maior indiferenciação de papéis de género, por um maior centramento na “qualidade” das relações e nas suas recompensas afectivas.

Barrisco (2006:40-64), tendo em mente estas transformações sociais, refere que a idade média de casamento dos jovens portugueses foi adiada, isto é, em 2004 os jovens do sexo masculino esperavam até aos 28.6 anos para casar; as mulheres, até aos 26,9 anos. Nos dados demográficos estatísticos mais recentes, relativos a 2008¹, a taxa bruta de nupcialidade continua a diminuir, o que corrobora os dados deste autor. Este retardamento é devido à interligação de vários factores: ao prolongamento de estudos; às dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, que por vezes é instável e precário; e ao facto de muitos jovens optarem por viver em união de facto, podendo casar ou não posteriormente.

Esta autora (ibidem) salienta o decréscimo do número de casamentos entre os jovens - cerca de 31,4% de 1990 até 2004, a diminuição do casamento católico e o aumento do casamento civil e das uniões de facto. Segundo esta autora, parece então haver uma destradicionalização da sociedade portuguesa e uma maior aceitação de diferentes modelos familiares. (ibid: 73)

Barrisco referencia (ibid: 66) também um aumento de nascimentos extra matrimoniais, indicador da emergência de um novo padrão comportamental relativamente à constituição de novas famílias, em que o estatuto de casado deixa de ter a relevância de outros tempos.

No que diz respeito à dissolução do casamento por divórcio, entre 1990 e 2004 a proporção dos divórcios juvenis, no total de divórcios, aumentou significativamente. (ibid: 49). Relativamente à duração dos casamentos dissolvidos por divórcio, verificou-se uma tendência de encurtamento da duração dos casamentos de 1 a 4 anos.

Os jovens têm cada vez menos filhos e em menor número. Vários são os factores apontados pela autora (2006:64 e 73): a liberação dos comportamentos sexuais; a divulgação do planeamento familiar; a difusão de métodos contraceptivos; a saída das mulheres para o mundo do trabalho e a diminuição da sua disponibilidade para terem filhos e a garantia de estabilidade económica, cada vez mais difícil, provocando o adiamento desta decisão. Ora, disto resulta o retardamento da idade em que têm filhos, o que implica uma diminuição da fertilidade da mulher. As questões económicas relacionadas com a educação dos filhos também podem ter implicações no número de filhos que cada mulher quer ter. Os dados mais recentes relativos a 2008² permitem-nos

¹ Informação disponibilizada no site www.pordata.pt, consultada em 15 de Maio de 2010.

² Informação disponibilizada no site www.pordata.pt, em 15 de Maio de 2010.

constatar que a fecundidade nos grupos etários dos 15 aos 29 anos diminuiu, enquanto nos coortes dos 30-34 anos e 35-39 anos tem vindo a aumentar.

1.6. Os jovens e o trabalho

Segundo Monteiro (2004:85), as mudanças quanto à função do trabalho e do emprego têm vindo a alterar o próprio ciclo de vida dos indivíduos. Outrora, a sociedade industrial institucionalizou progressivamente *um ciclo de vida de três etapas* nítidas e autónomas: a formação, o trabalho e a reforma. Estas etapas sucediam-se de forma linear no tempo e correspondiam a distintas idades da vida de uma pessoa, ou seja, a juventude para a formação, a idade adulta enquanto período economicamente activo e por fim, a reforma e a inactividade. O prolongamento e a multiplicação dos períodos de formação, as dificuldades relacionadas com a obtenção do primeiro emprego, os esquemas de reforma antecipada, são alguns dos novos dados que têm vindo a transformar a vida, enquanto tempo de “destino”, num tempo “gerido” e singular.

No que diz respeito ao início da laboração dos jovens, Borges e Pires (1998: 251-252) distinguem os motivos para começar a trabalhar, nas diferentes gerações: a uma geração mais velha, em que cada elemento da família deveria contribuir para o bem-estar comum, opõe-se uma geração mais nova, individualista, com vontade de desejo de independência financeira e que espera ser a família a prover às suas necessidades até que os próprios o desejem.

Estas autoras (ibid: 247) aludem a vários estudos realizados noutros países que sugerem a emergência de novos valores relativos ao trabalho: nas últimas décadas, as sociedades ocidentais têm assistido a uma transição onde a preocupação com condições materiais tem vindo a ser gradualmente substituída pela maior atenção dada à possibilidade de realização pessoal através do trabalho. De acordo com estes estudos, esta mudança de valores seria liderada pelas gerações mais novas, podendo isso significar quer uma transformação dos sistemas de valores das sociedades quer um distanciamento intergeracional em torno destas questões. Como refere J. M. Pais (2001:19), os paradigmas do trabalho e da economia estão em crise. Os jovens rejeitam a instrumentalidade do trabalho e valorizam as satisfações intrínsecas que dele possam retirar.

Borges e Pires (ibidem) explicam que a transição para o pós-materialismo se caracteriza pela emergência de novos valores: da escassez passa-se à segurança do conquistado, no trabalho já não é o salário a preocupar os indivíduos mas sim a qualidade, a motivação e o interesse despertado. A centralidade do trabalho nas vidas das pessoas já não deve, então, ser encarada tanto como um reflexo da sua necessidade económica, mas sim como o resultado de uma actividade gratificante.

Estas autoras recorrem também à hipótese de socialização de Inglehart (1994) para explicar esta diferença entre as gerações portuguesas: as prioridades dos indivíduos reflectem o contexto socioeconómico em que decorreu o seu processo de socialização. Assim, entre indivíduos cuja infância e juventude se passaram num contexto de pobreza e de carências materiais será mais provável encontrarmos atitudes de defesa da poupança, de sentido do dever e de disciplina. Por seu turno, para aqueles que cresceram numa época de desafogo económico, os valores mais privilegiados seriam a iniciativa e a responsabilidade pessoais, a tolerância e a compreensão. Os contextos socioeconómicos em que jovens e idosos de hoje foram socializados podem ter aqui alguma influência: o apelo à poupança, à disciplina e ao esforço individual são valores que constituíram o pano de fundo da juventude daqueles que hoje têm mais de 45 anos e hoje não se encontram muito difundidos. Para os jovens de hoje, pelo contrário, o quotidiano é marcado pelo apelo ao consumo, o enaltecer do prazer rápido e a transitoriedade das situações.

Nos estudos de Borges e Pires (1998:273) a identificação dos aspectos mais importantes num emprego segundo o nível de instrução e o status socioeconómico reforça a hipótese da pós-escassez de Inglehart. Assim, parece que a partir do momento em que algumas condições estejam asseguradas – condições essas potencialmente atingidas pelos indivíduos com nível de instrução mais elevado e/ou de status mais altos – começam a privilegiar-se questões mais ligadas à satisfação pessoal, as quais, para quem trabalha sem grandes compensações financeiras – como será o caso nos status sociais mais baixos – não poderão vir senão em posições muito afastadas da questão central: ter um emprego seguro e bem pago. A ser assim, os valores pós-materialistas não serão tanto característicos de algumas sociedades, mas sim dos grupos sociais e economicamente melhor posicionados nessas sociedades.

Estas autoras fazem uma breve referência à teoria de Maslow (1978) sobre as necessidades humanas, que estão hierarquizadas em cinco níveis (regra geral representadas de forma piramidal): o primeiro corresponde às necessidades fisiológicas

(alimento, protecção contra os elementos físicos); o segundo às necessidades de segurança (protecção contra os perigos físicos e económicos); o terceiro às necessidades de pertença (ser aceite numa comunidade humana, família, meio profissional ou outra), o quarto às necessidades de estima (ser reconhecido, ter uma competência, ser apreciado); o quinto e último à necessidade de realização pessoal (poder exercer a sua criatividade ao nível artístico, intelectual, técnico). Segundo Maslow, é necessário que as necessidades dos primeiros níveis estejam satisfeitas para que as dos níveis superiores se manifestem, segundo a hierarquia já referida. Tendo como base as suas investigações, as referidas autoras demonstram que para muitos portugueses as necessidades básicas não estarão suficientemente satisfeitas para que as necessidades de ordem superior se façam sentir com mais premência.

Ainda sobre as representações e os valores associados ao trabalho, Vieira (2006:90 - 98) sustenta que, num tempo marcado pela instabilidade e pela precariedade laboral, e em que o desemprego constitui um dos problemas que mais aflige os jovens, a inserção profissional constitui-se como importante momento nos percursos juvenis. Baseando-se nos censos de 2001, este autor refere a situação de progressiva dependência familiar, na qual os jovens a cargo da família subiram para a esmagadora maioria de 76,3%, e a redução da população juvenil activa, devido, entre outros factores, ao aumento considerável da condição estudantil e ao retardamento da inserção profissional. Este autor também realça os 47,3% dos jovens que estavam empregados, em 2001, com níveis de instrução abaixo do ensino secundário, o que aponta para uma estrutura dominante do mercado de trabalho alicerçada na mão-de-obra barata desqualificada. Do ponto de vista da situação na profissão, a grande parte dos jovens encontra-se na condição de trabalhador por conta de outrem. Concentra-se principalmente em ocupações profissionais relativamente pouco qualificadas, como o operariado, ou o trabalho administrativo do comércio e dos serviços. No entanto, existe um envolvimento crescente em lugares de chefia, reflexo, segundo o autor, de mudanças estruturais no sistema produtivo e no perfil sectorial da sociedade pós-industrial.

Sobre a taxa de desemprego junto dos jovens, este autor (ibid: 104) verifica o seu acréscimo, salientando a menor taxa de desemprego à medida que se avança na idade juvenil. Na condição de desemprego, a maior parte dos jovens contou com o suporte familiar como principal meio de vida, seguindo-se os jovens que se apoiaram no subsídio de desemprego.

Vieira (ibid: 107) referencia também as qualificações académicas dos jovens desempregados, situando o 3º ciclo como o mais representativo. Assinalável é, por um lado, a quadruplicação do peso relativo dos jovens desempregados com formação académica superior, no espaço de 14 anos (5,1% em 1992 para 20,6% em 2005) e, por outro, a queda acentuada do peso dos jovens desempregados com apenas o 1º ciclo do ensino básico (20,3% em 1992 para 6,6% em 2005). O autor observa algumas oscilações na também subida, com menor intensidade, do desemprego dos jovens com o ensino secundário.

O acréscimo do desemprego entre os jovens com qualificações académicas superiores pode ser explicado, segundo o autor (ibid: 110), em parte por estratégias de resistência a empregos precários ou desqualificados e também pela predominância de empresas de pequena e média dimensão no tecido produtivo nacional, dirigidas por agentes sociais detentores de baixos graus de escolaridade e resistentes a políticas de recrutamento de quadros superiores. Outra explicação terá a ver com a democratização e a generalização dos títulos académicos, que perdem parte do seu poder distintivo. Com efeito, ocorreu uma alteração da valorização dos títulos académicos na sociedade contemporânea (Pais, 2001:45). Segundo este autor, o percurso educativo não termina com a obtenção de um “canudo”; a chamada empregabilidade pressupõe uma formação contínua, dada a permanente reconversão tecnológica da economia que determina que as carreiras académicas já não tenham uma saída definitiva, garantida para toda a vida. Hoje em dia muitos jovens rodopiam por uma multiplicidade de trabalhos precários, intervalando inserções provisórias no mundo do trabalho com desinserções periódicas. Em lugar de uma rotina estável ou de uma carreira previsível, atributos que caracterizavam os tradicionais postos de trabalho, há um enfrentamento com um mercado de trabalho flexível (Pais, 2001).

Este autor explica que há quem veja nestas transformações um projecto novo de sociedade, uma mudança que, num contexto de pleno emprego, poderia oferecer possibilidades de redução da jornada de trabalho e uma maior libertação das pessoas para actividades sem fim lucrativo. Mas há também quem pense que o sistema económico capitalista, para se manter competitivo, acaba por assentar num modelo de redução de custos, de aumento da produtividade e flexibilização do trabalho e, consequentemente, na diminuição dos que têm emprego fixo. O resultado traduz-se em desemprego ou trabalho precário.

J. Machado Pais (2001:30) salienta que as políticas de combate ao desemprego partem da necessidade de determinação do quantitativo dos desempregados, no entanto, um dos grandes problemas do mercado de trabalho é o do desemprego oculto – oculto porque normalmente, não aparece nas estatísticas, porque se mascara de trabalho clandestino. Em Portugal, mais de 50% dos desempregados dos 20 aos 24 anos têm vivido no desemprego por 6 meses ou mais. A percentagem de jovens desempregados no conjunto da população desempregada é das mais elevadas da Europa, rondando os 50% (45,3% no ano 2000), o mesmo acontecendo com a percentagem de jovens envolvidos em “trabalho temporário” nos últimos anos. O emprego precário tem aumentado numa proporção dez vezes superior ao aumento do emprego permanente. O volume de desemprego de longa duração entre jovens tem implicado o surgimento de fenómenos consideráveis de exclusão, nomeadamente entre os que detêm baixos níveis de qualificação, os estrangeiros e certas categorias de mulheres. A precariedade de emprego, faz com que muitos jovens andem, como eles próprios dizem, “aos saltos”: de trabalho em trabalho, passando pelo desemprego, num recorrente movimento yô-yô (Pais, 2001).

Este autor (ibid: 74) sublinha que a escola nem sempre funciona como um tampão ao desemprego, pois a percentagem de jovens portugueses que abandonam a escola antes dos 20 anos continua a ser das mais elevadas da Europa. A “geração yô-yô” é uma geração dominada pelo aleatório e parece assentar numa ética de experimentação que possibilita aos jovens que a integram uma deambulação pelos mais variados estatutos profissionais, estudantis ou conjugais, tornando possível o movimento yô-yô. Desta forma, a linearidade tradicional das carreiras profissionais é bloqueada pelo capitalismo actual. Como efeito da globalização da economia, algumas empresas, perante uma crescente volatilidade do mercado, uma maior concorrência económica e uma diminuição das margens de lucro, sobrevivem à custa da flexibilização laboral, recorrendo a desempregados ocasionais, subempregados e subcontratados (ibid: 48). Assim, os jovens vivem em estruturas sociais crescentemente labirínticas que os fazem envolver-se em trajectórias yô-yô.

Em suma, os modos precários de ligação ao mundo do trabalho que caracterizam a condição juvenil de hoje tendem a conferir um grau forte de indeterminação ao futuro de muitos jovens. De tal forma que é mesmo problemático falar de “transição” para a vida adulta. De facto assiste-se, na sociedade contemporânea, a um prolongamento da condição juvenil: porque os percursos escolares são mais longos, porque há uma mais

tardia inserção no mercado de trabalho; porque o acesso a casa própria é difícil e porque os casamentos se retardam.

1.7. Os jovens e a escola

Relativamente à escola, Borges e Pires (1998:317) verificam que, nos grupos etários mais jovens, a escola é mais valorizada, quer na sua vertente relacional, quer na vertente instrumental. O prolongamento da vida escolar, de que decorre uma maior manipulação de símbolos e referências culturais, parece ter uma influência muito decisiva na construção dos valores. Quanto mais elevado é o nível de instrução ou o status, mais as preocupações se afastam das questões materiais para se aproximarem de valores mais expressivos associados ao trabalho e à escola.

Segundo Vieira (2006:76-80), as taxas de escolarização avançadas pelos censos de 1991 e 2001 traduzem um crescente envolvimento dos jovens portugueses no sistema de ensino. Considerando a distinção de género observa-se que esta evolução positiva da taxa de escolaridade juvenil é mais alta nas mulheres.

Apesar de as taxas terem vindo a aumentar ao longo dos anos, com maior incidência nos escalões etários mais jovens, à medida que se avança na idade decresce a taxa de escolarização. Entre os jovens, o nível escolar com mais representatividade sobe até ao 3º ciclo do ensino básico, albergando 33,2% do total de jovens em 2001. De registar que foram os jovens nos níveis de ensino superior que mais que duplicaram, em 2001. No lado oposto, regista-se que 27,8% do total da população, em 2001, possuía apenas o ensino primário (1º ciclo do ensino básico).

Participamos também da preocupação do autor (ibid: 87) com o total de jovens que abandonam o ensino: 11,8% fazem-no apenas com o 1º ciclo do ensino básico; 22,8% com o 2º ciclo do ensino básico e 19,8% com o 3º ciclo do ensino básico. Assim, em 2001, do total de jovens que já não frequentavam o ensino, cerca de 35% abandonaram-no precocemente, sem completarem a escolaridade mínima obrigatória.

1.8. Os jovens e a religião

Relativamente à religiosidade dos jovens europeus, Sáez *et al.* (2006:68) referem que ela tem pouco a ver com os aspectos mais moralistas e restritivos. A nova religiosidade exalta o relacional, a subjectividade, a autonomia, também partilhada, da procura espiritual.

Os estudos de Pires e Antunes (1998: 517), no que diz respeito à vida religiosa, demonstram uma nítida diferença entre gerações em matéria religiosa. Existe um afastamento das gerações mais novas das crenças, das práticas, dos valores e dos critérios de vida religiosos ou de inspiração religiosa, designadamente no grupo etário dos 25-34 anos. Estas autoras também colocam a hipótese de que os crentes jovens apresentam valores e modos de vida que não coincidem com os dos crentes mais idosos, indo essa diferença, em geral, no sentido de uma maior heterodoxia, designadamente em matéria moral. Almeida (1990: 63) refere também esta tendência, nos jovens portugueses, quando explica que os ateus e indiferentes se situam preferencialmente nestes estratos etários.

Por sua vez, Duque (2007:29) explica que a perda do monopólio religioso, por parte das instituições ou Igrejas, e com ele a perda do capital simbólico, que agora pode ser livremente reinterpretado e manipulado, prescindindo de qualquer estrutura, rito ou regra, deu origem a novas configurações ou sensibilidades religiosas. Apesar do narcisismo e do individualismo que podem caracterizar a sociedade moderna, os jovens não deixaram de manter uma relação com o transcendente, isto é, acreditam que “Deus” é importante para o seu futuro pessoal, o que pode indiciar o regresso do fenómeno religioso, devido à grande desilusão ante o fenómeno da modernidade que prometeu resolver todos os problemas da humanidade. Perante a decepção dos jovens e mesmo das outras faixas etárias, surgem duas atitudes a ter com a religião: a privatização da fé, (a religião livra-se do seu papel de instância legitimadora social e passa a ser entendida na sua dimensão mais interior, somente espiritual), cujo nome mais próximo para a população jovem seria o indiferentismo religioso, uma espécie de supermercado, onde, cada um, quando precisa, vai buscar o “produto que mais lhe convém no momento”, e o regresso à pureza das doutrinas, à autoridade das escrituras, à interpretação magisterial, provocando nos jovens uma actuação fundamentalista.

1.9. Preocupações dos jovens

Nos estudos já citados de S. Ferreira (1998:195-208), o autor sublinha algumas manifestações de preocupação por parte dos jovens portugueses. Uma delas é o risco de ameaça bélica. No universo simbólico juvenil, as prioridades são a manutenção da ordem da segurança e a importância do valor da Paz.

Outra preocupação dominante dos jovens é a contracção de SIDA. Segundo S. Ferreira, estamos diante de um efeito geracional decorrente da mudança ocorrida na própria vivência sexual.

A percepção das difíceis condições de acesso ao emprego e o desemprego também se encontra muito difundida entre a população juvenil. A taxa de desemprego juvenil mantém-se elevada, com tendência para crescer, a precariedade profissional instala-se e a garantia de protecção social futura por parte do Estado é cada vez mais posta em causa.

A conservação dos recursos naturais, as várias formas de degradação ambiental e os problemas ecológicos em geral, temas outrora marginais no espaço público, passaram a ser alvo de atenção central na sociedade contemporânea, dominando no momento presente a agenda mediática e política de praticamente todos os países economicamente avançados, se bem que em graus diferenciados. A vitalidade do debate e da controvérsia gerada em torno dessas questões decorre, em grande medida, da consciencialização mais ou menos generalizada da ameaça de catástrofes ecológicas como parte integrante do perfil de potenciais riscos da sociedade moderna, enquanto consequência directa do sucesso obtido pelo modelo de desenvolvimento característico da modernidade, mediada pelo impacto da industrialização sobre o meio material.

A consciência ambiental aparece assim como uma das principais manifestações da mentalidade dita pós-materialista, onde o modelo das necessidades sucumbe ao modelo das responsabilidades no projecto de sociedade pretendida e na participação na defesa da qualidade de vida.

Quanto às atitudes perante as minorias étnicas, os níveis de intolerância tendem a declinar à medida que se sobe na hierarquia social e que cresce o volume de capital escolar dos indivíduos.

1.10. Políticas de juventude e solidariedades intergeracionais

Se o reconhecimento da juventude como categoria social diferenciada é um fenómeno do século XX, a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens é ainda mais recente. Catani e Gilioli (2004:76) citam Sergio Balardini (2003), que identifica quatro objectivos nas diferentes políticas da juventude: políticas *para* a juventude – paternalismo, protecção, controlo do tempo livre dos jovens e dirigismo social tutelado pelos adultos; políticas *através* da juventude – chamados à

mobilização e instrumentalização de movimentos juvenis por partidos ou pelo Estado; políticas *com* a juventude – participação na execução das políticas públicas a eles destinadas e nos processos de tomada de decisão; e políticas *a partir* da juventude – actividades e iniciativas planeadas e realizadas por jovens.

As políticas públicas voltadas para os jovens estão relacionadas com o sistema de protecção social e de redistribuição pública entre activos e não activos, o qual tem sido abalado pela crise económica (Pais, 1998: 38-39). Este autor sustenta que uma nova pobreza acaba por se desenvolver, afectando desempregados e inactivo, jovens e idosos, à margem do sistema de segurança social. À crise do welfare state parece suceder-se um regime de welfare family. Ou seja, em virtude da degradação das transferências públicas através do sistema de protecção social, crescem de importância as transferências privadas de natureza familiar: heranças, doações, fluxos monetários contínuos, ajudas diversas. Os níveis de dependência familiar e as correspondentes solidariedades familiares tendem, por isso mesmo, a aumentar. Assim sendo, mais do que um altruísmo intergeracional, o que estará em jogo é, provavelmente, um altruísmo familiar. J. Machado Pais defende que a inexistência de flagrantes descontinuidades intergeracionais pode ser devida a estes altruísmos de micro-solidariedade, apoiados por transmissões patrimoniais não apenas no sentido descendente, mas no sentido ascendente. As ajudas materiais cruzam-se com trocas culturais entre pais-filhos e em alguns meios sociais, entre avós-netos.

Os novos contextos demográficos caracterizam-se por à baixa das taxas de fecundidade e ao aumento da esperança de vida se juntarem novas transmissões patrimoniais entre as gerações, novas recomposições relacionais e novas solidariedades intergeracionais. As recentes tendências demográficas fazem com que o peso relativo da população activa seja cada vez menor, relativamente aos beneficiários do sistema de providência: quer jovens crescentemente escolarizados e à margem do mercado de trabalho; quer uma terceira idade reformada e com uma esperança de vida prolongada.

A nível da estrutura familiar criam-se condições para uma convivência mais alongada e multigeracional, com novas malhas de relacionamento, influências e interajudas. À família nuclear de âmbito residencial contrapõe-se a família alargada de âmbito relacional, pondo em confronto quatro gerações. Assim, vários factores convergem para que as novas gerações sejam portadoras de diferentes e novos valores, os quais são também passados às gerações mais velhas. Não são apenas os adultos que influenciam os jovens; os jovens também influenciam o mundo dos adultos, observando-se, hoje,

não apenas formas de socialização vertical, mas também uma certa horizontalidade intergeracional de valores, atitudes, gostos e estilos de vida.

CAPÍTULO II

O TERCEIRO SECTOR E AS ESPECIFICIDADES DO ASSOCIATIVISMO

2.1. As organizações do “terceiro sector”

De acordo com Quintão C. (2004) o Terceiro Sector é um tema cada vez mais abordado nos discursos técnicos, políticos e científicos e designa uma realidade social heterogénea e difusa, em grande parte por conhecer de forma sistemática, mas com uma relevância política, económica, social e cultural cada vez mais reconhecidas, nomeadamente no contexto da União Europeia. É habitualmente designada, também, como economia social ou solidária, sector das organizações não lucrativas ou voluntárias, terceiro sistema, Organizações Não Governamentais, entre outras designações.

O termo Terceiro sector foi utilizado pela primeira vez por J. Delors e J. Gaudin em 1979 e tem tido uma utilização crescente desde o final da década de noventa. É utilizado genericamente para designar um conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de actividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos dominantes – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos – designados frequentemente por Estado e Mercado.

O terceiro sector é importante em vários domínios: no económico, porque produz bens e serviços em inúmeras áreas de actividade económica, por dinamizar novas áreas de actividade, novos produtos, novos mercados em resposta a necessidades sociais não satisfeitas pelos sectores público ou privado lucrativo; no sector do emprego e na luta contra o desemprego; na luta contra a exclusão social e no desenvolvimento local.

No contexto do mundo ocidental, o Terceiro Sector abarca as associações, as cooperativas, as mutualidades, as fundações, os sindicatos, os clubes recreativos e as organizações religiosas entre outras. Sílvia Ferreira (2004), agregando vários contributos teóricos sobre as organizações do Terceiro Sector, caracterizou-as da seguinte maneira: privadas, autónomas e formais (com alguma realidade institucional); não têm lucro como objectivo principal e priorizam o serviço à comunidade ou a um grupo; envolvem alguma participação voluntária; destacam-se pelos valores de solidariedade; estão inseridas no sector económico com elevado risco financeiro e associam trabalho assalariado com trabalho voluntário.

As organizações compreendidas na designação Terceiro Sector nasceram no século XIX por iniciativa da sociedade civil. Desenvolveram-se diferentemente entre si, de região para região ou de país para país. Após a Segunda Grande Guerra, o Estado-Providência instrumentalizou as organizações até à década de oitenta. A partir da década de noventa despontou uma renovação do Terceiro Sector: com a progressiva globalização económica e a preeminência do capitalismo, o Estado-Providência retrai-se e para fazer face aos problemas actuais, económicos, sociais, ambientais, assiste-se por um lado a um movimento de aproximação dos vários ramos do Terceiro Sector entre si, designadamente pela constituição de estruturas federativas e representação comum a nível nacional e cada vez mais transnacional; por outro, para lutar contra a exclusão social e o desemprego, assiste-se a um movimento de renovação, inovação de iniciativas e experiências e mobilizam-se o voluntariado, a participação, as parcerias, os donativos, os benefícios fiscais e o desenvolvimento local.

Quintão (2004) sustenta que ao longo da década de oitenta as organizações mais fortes consolidaram-se e na década de noventa foram objecto de um interesse crescente por parte da OCDE e da Comissão Europeia, que as designaram por empresas sociais. Emergiu uma nova economia social ou solidária perspectivada como um espaço de actividade económica, ou seja como sistema de produção material de bens e serviços, intermédio entre o Estado, o Mercado e a economia familiar e doméstica que se caracteriza precisamente por combinar e partilhar recursos destas outras esferas de actividade e reunir características específicas.

A autora deste texto apresenta algumas perspectivas teóricas sobre o Terceiro Sector. A *economia social e solidária* é um conceito com expressão em França, na Bélgica, na região do Quebec no Canadá e também em Portugal, Espanha, Itália e Suécia e reafirma os princípios e a ambição original da economia social que recusa as

divisões entre a acção económica, social e política e acciona projectos cívicos democráticos, participativos e economicamente plurais (e nesse sentido, alternativos ao sector público e privado), ou seja, formas de mobilização e organização de recursos para a produção material de bens e serviços, recorrendo a vários princípios económicos (a redistribuição, a reciprocidade e a troca no mercado) e a vários recursos (monetários e não monetários). Por sua vez, o *sector das organizações não lucrativas ou voluntárias* são designações com expressão em países anglófonos, como os EUA e o Reino Unido, e com alguma influência nos países do norte e centro da Europa.

Este quadro teórico e conceptual internacionalizou-se a partir dos anos noventa, designadamente através de um projecto liderado pela Universidade de Johns Hopkins nos EUA, mas não se ajusta convenientemente às características do Terceiro Sector no contexto Europeu, porque exclui o ramo cooperativo e o segmento de algumas mutualidades. Através do projecto Johns Hopkins estabeleceram-se critérios que permitem definir o sector não lucrativo: são entidades formalizadas (instituídas), privadas (institucionalmente separadas do governo); não distribuidoras de lucro; auto-governadas e voluntárias ou envolvendo um elevado grau de voluntariado.

Em 1997 a Comissão Europeia lançou uma acção Piloto, desenvolvendo resultados tais como a constatação da configuração de um “novo” e de um “velho” Terceiro Sistema, ou seja, a existência de duas gerações de organizações. A opção pelo termo *sistema* em detrimento do termo *sector* reside no facto de este último sugerir a efectiva existência e reconhecimento de um terceiro sector económico a considerar a par dos sectores público e privado lucrativo. Todavia, este reconhecimento não é ainda uma realidade efectiva em nenhum país, apesar de reunir um maior consenso entre os investigadores a nível internacional. Portanto, o conceito de “terceiro sector” tem fronteiras difusas e corresponde a uma realidade heterogénea e plástica, para a qual não existe uma definição conceptual única e consensual, estando, todavia, em afirmação.

Apesar da crescente afirmação do conceito de “terceiro sector”, Ferreira, F. I. (2004) chama a atenção para o seu carácter redutor, argumentando que ele tende a circunscrever a “questão social” ao tema da exclusão social. Segundo este autor, o tema da exclusão social tem feito esquecer, em grande medida, a questão das desigualdades sociais. Enquanto esta tem uma dimensão estrutural, dizendo respeito à sociedade no seu conjunto, os “excluídos” tendem a ser vistos apenas como uma colecção de indivíduos, como os náufragos do sistema económico capitalista. Além disso, o designado “terceiro sector” tem posto a tónica na dimensão económica, dando conta de

formas de organização e de actividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços. Embora distintas das dos dois agentes económicos dominantes – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos –, comumente designados por Estado e Mercado, as abordagens do terceiro sector ignoram frequentemente os princípios fundadores do associativismo, designadamente, a liberdade, a democracia e a solidariedade.

2.2. O associativismo e os princípios de liberdade, democracia e solidariedade

O associativismo é a sociedade civil organizada, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em vários campos da vida social, constituindo um importante meio de exercer a cidadania (Quintão, 2002:19). Trata-se, de acordo com esta autora, de um movimento no qual as pessoas se agrupam em torno de interesses comuns, constituindo associações, entidades com personalidade jurídica e com objectivos de cooperação. É uma forma de intervenção da sociedade civil que se orienta pelos princípios de liberdade, de democracia e solidariedade:

Liberdade - o direito à livre constituição de associações nasceu com o Decreto-Lei nº 594/74, de 7 de Novembro, estabelecendo o nº 1 do seu artigo 11º uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade, ou seja, “toda a pessoa tem direito à liberdade de associação”. O Estado de Direito, respeitador da pessoa, não pode impor limites à livre constituição da associação, “senão das que previstas pela lei”, tal como refere o nº 2 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 594/74 de 7 de Novembro. A Constituição da República Portuguesa, também refere, através do seu artigo 46º, que “os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal”. Sendo estas livres de prosseguir os seus fins “sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado”, nem podem ser suspensas as actividades “senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial”. Ninguém pode ser obrigado a entrar ou permanecer numa associação. Não são permitidas associações armadas nem do tipo militar, militarizadas ou para militares, nem organizações que perfilhem a ideologia fascista”.

Democracia – o funcionamento de uma associação baseia-se na igualdade entre os seus membros, traduzida na expressão, “um associado, um voto”. A democracia interna pressupõe, também, a participação de todos os associados na vida associativa, nomeadamente, através da assembleia-geral e da responsabilidade partilhada, já que todos os associados podem vir a ocupar os cargos directivos.

Solidariedade – as associações resultam de um conjunto de esforços, em primeiro lugar dos fundadores e depois de todos os associados. É a capacidade de cooperação desinteressada de todos os associados que garante o desenvolvimento da associação e a prossecução dos seus fins.

Capucha (1990: 31) define o associativismo como uma forma de organizar as populações, de as levar a rentabilizar os seus recursos e capacidades, de melhorar as suas condições de vida, de as tornar capazes de decidir autonomamente dos seus destinos e, ainda, de as levar a assumir-se e a fazer representar junto dos poderes estatais.

Existem várias explicações sobre o surgimento do associativismo (Laville *et al.*, 1997: 42-51): a *explicação utilitarista*, na qual o fenómeno associativo não é mais do que uma modalidade da acção colectiva, não no sentido monetário, mas no sentido de responder às diminutas ofertas existentes do Mercado e do Estado; a *explicação normativa*, na qual o ser humano tem necessidade de agir numa organização normativa de cooperação social colectiva; e a *explicação comunitária*, na qual o associativismo implica uma adesão voluntária sobre um horizonte de inteligibilidade de ordem intersubjectiva.

Estes autores referem que existem duas ideias chave no associativismo: a ideia de cooperar voluntariamente e livremente e a ideia de criar uma solução para um problema claro. A experiência associativa situa-se na confluência do movimento da transformação social e do militantismo cidadão. A sua dimensão cultural é bastante importante, visto os actores associativos demonstrarem o seu sentimento de pertença, envolvendo-se na dinâmica associativa e integrando-se na cultura associativa.

No que concerne a Portugal, e numa breve perspectiva histórica, o começo do associativismo, segundo Quintão (2002:20- 21), surge associado às primeiras corporações, organizações de base profissional, que congregavam indivíduos unidos pelos mesmos interesses. Os comerciantes, sob o lema “a união faz a força”, pretendiam garantir em conjunto, protecção face a determinados riscos. Este movimento foi-se

aperfeiçoando ao longo dos últimos setecentos anos, acompanhando a evolução social e económica.

As mudanças políticas também se reflectiram no associativismo em Portugal, sendo três os momentos marcantes a realçar: o século XIX; o século XX e após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Durante o século XIX, a revolução industrial levou ao aparecimento do confronto entre classes e reivindicações colectivas. Em Portugal a influência de ideólogos foi fundamental para o aparecimento de organizações com carácter associativo. Foi durante este século que se desenvolveu uma forte consciência cívica e que foi reconhecido o papel importante das associações na vida das comunidades e do país.

Durante o Estado Novo, o associativismo sofreu fortes condicionalismos, com a redução da liberdade das associações e com a centralização dos poderes do Estado. Apesar da existência do associativismo e do reconhecimento das chamadas associações de assistência ou beneficência e as associações de socorros mútuos, a sua componente de intervenção social e política é restringida e outras são mesmo proibidas, como por exemplo, os partidos políticos.

Depois do 25 de Abril de 1974, a liberdade de associação é reposta constitucionalmente, sendo a criação e desenvolvimento das associações motivada.

As associações desenvolvem acções de crescente importância em áreas muito diversificadas, nomeadamente: educação, preservação do ambiente, defesa do património, promoção da cultura e reforço de direitos, complementando assim a intervenção do Estado. Deste modo cria-se uma relação de interdependência entre as associações e o Estado.

Em Portugal, segundo Monteiro, (2004: 161-162) os dados existentes da realidade associativa portuguesa permitem retratar algumas tendências que atravessam o fenómeno. Assim sendo, os dados apontam para um crescimento continuado das associações sindicais durante a década de oitenta e primeiros dois anos da década de noventa para depois regredir continuamente e voltar a crescer nos últimos anos da década de noventa. Entretanto o movimento ambientalista cresce durante a década de noventa.

Este autor é de opinião (ibidem), tal como Barreto (2002, cit. por Cristóvão e Miranda, 2006) que nas duas últimas décadas surgiu uma mutação nas formas organizativas e processos de participação colectiva na esfera pública, definida como a

emergência de novos movimentos sociais. Actualmente existe um reforço de novas configurações associativas marcadas por renovados centros de interesse que vão ao encontro da defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias e que se opõem ao reino dos mercados. Relativamente às organizações e associações de carácter social, os números tendem para a duplicação destas organizações no espaço de um decénio. Este fenómeno é relevante visto o peso que as IPSS têm vindo a adquirir no campo da acção social. Baseando-se nas informações disponibilizadas pelo INE, este autor salienta também as Associações de Cultura e Recreio, que se encontram em maior número no Norte e Centro litorais e com uma significativa quantidade de associados com um baixo índice de participação. No entanto, refere que estamos muito longe dos índices de pertença associativa verificados na Holanda e países nórdicos.

Em Portugal, apesar da inexistência de informação que permita traçar um retrato preciso sobre a extensão e significado económico e social do associativismo, Monteiro, 2000: 297) constata um declínio de representatividade de instâncias tradicionais como os sindicatos e partidos e o crescimento das associações ligadas à defesa do ambiente, à cultura e recreio, ou ainda das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que deixam antever um cenário com mudanças significativas no comportamento e na intervenção associativa.

Monteiro (2004) identifica a ambivalência como uma das características próprias e mais marcantes do universo do associativismo e desenvolvimento local em Portugal. Desta forma, tanto existem associações que oscilam entre uma gestão instrumental da acção ou a sua orientação de acordo com a defesa de um projecto político próprio, como associações que apostam na autonomia de pensamento e acção ou associações que incorporam mecanismos de regulação tutelados pelo Estado.

A diversidade também se verifica na intervenção que pode focalizar-se sobre a vertente social ou simultaneamente económica e social. Pode também existir uma oscilação entre uma intervenção essencialmente auto-centrada ou hetero-centrada. As opções das associações oscilam entre práticas que tanto podem fragilizar a sua independência face aos poderes do Estado e do Mercado e aprofundar um cenário de crise identitária, ou, ao invés, reforçar o carácter alternativo e autónomo da intervenção associativa.

2.3. A heterogeneidade das associações: perspectivas jurídicas e sociológicas

A heterogeneidade das associações é visível na sua diferenciação através dos objectivos que perseguem, das pessoas que as integram, das fórmulas organizativas e das actividades que levam a cabo (Garcia e Terron, 1997). No entanto, é necessário ter presente que, para além de uma perspectiva jurídica que subjaz à constituição e ao funcionamento de uma associação, a perspectiva sociológica coloca mais claramente em evidência essa heterogeneidade.

Em termos jurídicos, uma associação de acordo com nasce através do acto de constituição, como refere o nº1 do artigo 167º do Código Civil, onde devem ser especificados “o património social, a denominação, o fim e sede da pessoa colectiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração”. É quando um conjunto de pessoas, composto por pessoas disponíveis e empenhadas na concretização dos objectivos comuns e unidas por uma necessidade ou interesse comum, se constituem como Comissão Instaladora (Brandão, 2002: 21).

Ao escolher um nome para a associação tem que se ter em conta os fins que esta desenvolve ou propõe desenvolver e deve ser aprovado em Assembleia-geral. Quando nasce deve prosseguir determinados objectivos, e deve definir as actividades que pretende desenvolver para a concretização dos objectivos.

Os Estatutos elaborados são um conjunto de normas que têm como finalidade regular o funcionamento da associação e onde são definidos as competências dos órgãos e os direitos e deveres dos associados. Nos Estatutos, tendo em conta o artigo 167º do Código Civil, deve constar: a natureza jurídica; a denominação; o âmbito e sede da associação; os fins prosseguidos; os órgãos sociais e a composição, as competências e o funcionamento; o modo e condições de admissão dos associados, os direitos e os deveres e as sanções pelo não cumprimento; as receitas e as despesas e os princípios a que devem obedecer a gestão; o modo como podem ser alterados os estatutos; as condições em que pode ser deliberada a dissolução da associação e o regime eleitoral dos órgãos associativos.

O primeiro passo legal consiste no preenchimento do “Pedido de Certificado de Admissibilidade de Firma ou Denominação de Pessoa Colectiva” e do “Pedido do Cartão provisório”. De seguida efectua-se a Escritura Pública, a associação adquire

personalidade jurídica, para finalmente dar início de actividade na repartição de Finanças Públicas da sede social da associação.

Em termos de funcionamento, as associações têm obrigatoriamente três órgãos: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo que tem por competência decidir sobre questões fundamentais relacionadas com a vida da associação. E é composta, normalmente, por uma mesa de três elementos: o Presidente, um Vogal e um Secretário. Na Assembleia Geral os associados podem expressar a sua opinião e decidir através do voto. A direcção é o órgão executivo, ao qual compete gerir a associação e tomar decisões relativas ao seu quotidiano. Normalmente é composto por cinco elementos: o Presidente, dois Vogais, um Secretário e um Tesoureiro. O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador. Tem por competência dar parecer sobre o relatório de contas, orçamento e plano de acção, bem como sobre todos os documentos que a Direcção submeter à sua apreciação. Podem ser criados outros órgãos com funções consultivas ou executivas que deverão estar previstas nos Estatutos e têm que ser compostas no mínimo por três elementos, um Presidente e dois Vogais.

Os associados, membros que constituem uma associação, possuem direitos e deveres. Os direitos dos associados consistem em participar nas reuniões da Assembleia Geral; eleger e ser eleito para cargos dos órgãos da associação; requerer a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia-geral, consultar os livros, relatórios, contas e demais documentos que dizem respeito à gestão da associação, quando se verifique um interesse legítimo.

Os deveres dos associados são: pagar pontualmente as suas quotas, sempre que sejam associados efectivos, comparecer às reuniões da Assembleia - geral; respeitar as disposições dos estatutos e regulamentos, bem como as decisões dos órgãos da associação e desempenhar com zelo os cargos para que foram eleitos.

No que diz respeito ao financiamento, uma associação que prossiga fins não lucrativos pode obter receitas para a realização de determinado tipo de actividades através de quotas pagas pelos associados, comparticipação dos associados e outros, actividades desenvolvidas, doações, heranças e respectivos rendimentos, donativos e produtos de festas ou outros eventos organizados e subsídios obtidos, mediante acordos de cooperação celebrados com o Estado.

Numa perspectiva sociológica, a associação pode ser abordada como um espaço que opera a passagem da esfera privada para a esfera pública através de um reencontro inter-pessoal (Laville *et al.*, 1997). Estes autores explicam que a associação corresponde

juridicamente a uma estrutura formal e independente, isto é, não controlada por uma entidade exterior, distinta do Estado e das colectividades territoriais, não sendo comercial a sua actividade principal, não distribuindo proveitos aos seus membros ou aos seus administradores e comportando uma composição de participação voluntária. Portanto, a associação está entre uma rede de socialização primária e secundária porque supõem relações directas personalizadas, construindo redes sociais que ultrapassam o domínio territorial, familiar ou profissional. A associação é igualmente sócio-comunitária porque não se impõe nem pela força das armas, nem pela força da autoridade e da tradição. Ela assenta numa comunidade onde as relações entre as pessoas se regem pelos princípios de liberdade e igualdade, conciliando a pertença à comunidade política e a afirmação do indivíduo.

Segundo Licínio Lima (1986:27), as associações são agrupamentos constituídos por números variados de indivíduos, com objectivos determinados e com formas de organização mais ou menos elaboradas. São produtos das vontades individuais e colectivas, e manifestações da liberdade de associação diversas. São criadas por iniciativa popular, geralmente independentes de movimentos religiosos e políticos e encerram um enorme potencial de promoção da participação dos cidadãos, de capacidade de conscientização, de discussão e resolução de problemas locais. Por mais diferenças que possam existir entre elas, é o seu carácter mais ou menos informal, a reunião de vontades e a concentração de esforços para a realização de certos objectivos que as une. Baseiam-se no voluntarismo e na participação e as suas estruturas e formas de organização são geralmente simples e flexíveis, conseguindo assim contrariar as tendências de uniformidade burocrática e de gigantismo encontrado na maior parte das organizações modernas.

Uma associação é um grupo de pessoas que se une para trabalhar colectivamente na consecução de um objectivo (Claves, 1994:53). Ao falarem de associações, Regojo, Mas, Tschorne (1990: 12-16), referem-se a organizações dinâmicas que emergem da sociedade civil, no sentido de arranjam soluções para as necessidades de âmbito territorial e/ou sectorial. Estes autores referem também as características comuns de qualquer estrutura associativa: a participação activa das pessoas que voluntariamente se comprometem em actuar junto da comunidade; a organização da participação através de um conjunto de regras e procedimentos e a elaboração de linhas de actuação, de objectivos bem definidos. Segundo estes autores, as associações defendem os interesses de uma comunidade ou grupo; um grupo de pessoas que se constituem com um vínculo

jurídico, respondendo a três razões principais configuradas em três tipologias básicas de associações da nossa realidade:

a) Para influenciar com a sua acção e o seu projecto numa realidade específica (bairro, região), num determinado sector (juventude, desporto, cultura), numa área específica da sociedade (luta pela igualdade de direitos de grupos marginalizados), ou promover a solidariedade de grupos sociais e impulsionar o fim da opressão que impede qualquer desenvolvimento, (associações de solidariedade social ou ONG).

b) Para responder à necessidade de desenvolvimento cultural, de ocupação dos tempos livres, de promoção social daqueles que a integram.

c) Para vender um serviço, com forma jurídica regulada, menos dispendioso do que em qualquer outra empresa. Estes autores consideram que apenas as associações capazes de definirem o campo de actuação e os objectivos, traduzindo-os em acções concretas ou projectos, podem motivar e potenciar realmente a participação voluntária.

López (1997:18) referencia as associações como espaços de participação que têm uma importante função educativa dado que permitem a aprendizagem de habilidades, técnicas e conteúdos para o trabalho cooperativo, para a participação social. Supõem um aprofundamento de valores e atitudes relacionadas com a participação, a solidariedade, a defesa do meio ambiente, traduzindo-se numa responsabilidade na transformação social e consequentemente numa sociedade mais justa.

Em função de diferentes critérios, Claves (1994) identifica diferentes tipos de associações, designadamente: associações centradas na satisfação das necessidades e dos interesses dos seus próprios membros; associações centradas em satisfazer as necessidades e interesses de indivíduos ou colectivos com problemáticas específicas, independentemente dos seus membros estarem ou não afectados; associações destinadas a incidirem nalgum aspecto da realidade de interesse geral e associações preparadas para prestar um serviço determinado.

Um critério tem a ver com o tipo de constituição: existem associações formais, com personalidade jurídica, reguladas por normas que conduzem a tomada de decisões e funcionamento, e associações informais, nas quais não existem normas rígidas.

Outro critério é o tipo de organização interna: podemos estar perante associações centralizadas, nas quais existem uma hierarquização de funções, especialização na repartição de tarefas e tomadas de decisões desenvolvidas e controladas por um núcleo de membros fixos, ou perante associações descentralizadas, nas quais os objectivos e decisões são acordados por todos os membros. Nestas últimas, as tarefas são

distribuídas segundo critérios funcionais e desenvolvidas com grande autonomia por distintos núcleos.

Quanto à durabilidade das associações, estas podem ser associações pontuais, que desaparecem quando os objectivos são alcançados, ou associações de duração indefinida, cujos objectivos se renovam e adequam com o tempo.

Outro critério definidor pode ser o campo temático em que as associações trabalham: cultural, educativo, ecologista, social, assistencial, económico, saúde, etc.

Os públicos envolvidos (os próprios membros da associação ou um sector social concreto - crianças, jovens, mulheres, terceira idade, grupos marginalizados e excluídos ou a comunidade social, em geral), o âmbito territorial (bairro, local, provincial, regional, estatal, nacional, internacional), a forma de actuação (se são informativas/sensibilizadoras, formativas, de investigação, de intervenção directa), a coordenação com outras associações (se desenvolvem as suas actividades de forma isolada, sem se vincularem a outras ou de acordo com os seus intentos, agrupam-se em redes, plataformas, federações, confederações) e a continuidade e estabilidade das actividades desenvolvidas são também critérios apresentados pelo autor citado (ibid: 30-36) como diferenciadores e auxiliares na caracterização e definição do perfil de cada associação.

2.4 - Transformações da realidade associativa

A realidade associativa é dinâmica e mutável, pois todos os dias surgem novas associações com diferentes propósitos (Claves, 1994: 39-42). Este autor sugere, portanto, uma reflexão sobre as conjunturas e as tendências que influenciam estas organizações, no sentido de as conhecermos melhor.

A concepção do desenvolvimento humano está em mudança, pois desenvolvimento não é sinónimo de crescimento económico. O actual modelo de desenvolvimento, confinado à sua vertente de crescimento económico, associado ao livre mercado, gera desequilíbrios profundos entre as pessoas, nos sectores económicos, nos países, e é um desenvolvimento predador, que conduz ao aniquilamento da Natureza. Ainda que fosse possível um crescimento universal e ilimitado, este seria escasso porque não garantiria o desenvolvimento pleno do ser humano - a felicidade humana não resulta apenas da satisfação das necessidades materiais básicas.

Nas últimas décadas, os conceitos *de desenvolvimento sustentado* (não consumir mais do que aquilo que se produz), *desenvolvimento integral* (no qual se contempla a satisfação de todas as necessidades humanas e não apenas as básicas), *desenvolvimento auto centrado* (no qual se respeita as capacidades e potencialidades próprias de cada comunidade e de cada território) e *eco - desenvolvimento* (no qual se valoriza o equilíbrio de uma relação harmoniosa com o meio ambiente), têm vindo, gradualmente, a consolidar-se.

Com efeito, estão a surgir novos âmbitos de intervenção, tais como a ecologia, a cooperação entre países ricos e pobres (para impulsionar o desenvolvimento destes), o racismo, a xenofobia e os fenómenos de nova pobreza que estão a ser impulsionadores de novas associações ou a incorporar a agendas de outras. Por outro lado, a crise do Estado-Providência, que tende a reduzir os seus programas e propósitos de cariz social e a privatizar mais serviços públicos, significa que a sociedade civil, frente a muitas necessidades e situações, tem de encontrar respostas exequíveis.

Como consequência destas transformações, Claves (ibidem) recomenda que é preciso redefinir o papel daqueles que participam nas associações e as suas formas de organização e actuação. Segundo este autor, o altruísmo ou a militância de outrora tendem a desaparecer, sendo substituídos por motivações ligadas aos interesses ou satisfação pessoais. As reivindicações puras e duras estão a ser substituídas por acções de sensibilização, educação social, prestação de serviços ou criação de opinião. Verifica-se também o crescente protagonismo das mulheres e o aumento de pessoas desocupadas (devido ao aumento da escolaridade, da idade da emancipação, ou da idade de procriação) na participação das associações. Por outro lado, cada vez mais há um reforço da dimensão local do associativismo. As iniciativas tendem a fortalecer os seus vínculos e raízes num território concreto. Isto não implica necessariamente o aumento do localismo, mas pensar no global e actuar no local, ou seja, ter em consideração o conhecimento dos problemas a nível mundial, mas actuar numa realidade concreta, no terreno.

Não existe um consenso em relação ao sentido das transformações da realidade associativa, mas elas são visíveis e têm a ver com vários factores. De acordo com a Constituição Portuguesa, fazer parte de uma associação é um direito inalienável de todos os portugueses. Sáez, *et al.* (2006:297) referem que fazer parte de uma associação possibilita dinamizar e empreender determinados objectivos em grupo, tendo em vista a prossecução de um objectivo comum. Essa possibilidade é aberta aos jovens menores de

dezoito anos, através da sua integração em associações juvenis que se pretende serem verdadeiras escolas de cidadania. Estes autores (ibid: 277), baseando-se num estudo realizado no final de 2004 para a Secretaria de Estado da Juventude, verificam que a maior parte dos jovens portugueses (86,4%) não são membros de qualquer associação ou grupo cívico, social ou partidário. Não são por isso muito participativos e activos em agremiações. A principal razão apontada para este facto é a falta de interesse ou motivação para a inclusão numa associação.

Em grande medida, a transformação do fenómeno associativo prende-se com a crise de representação e de funcionamento das instituições democráticas (Silva e Ferreira (2005: 6-9), que se reflecte no enfraquecimento do sentido de comunidade e da solidariedade pública, no crescente cinismo em relação à política, na desafecção em relação às instituições públicas e no declínio das instituições que sustentam a sociedade civil e a democracia. À luz destas tendências, a dinamização do papel dos cidadãos nas decisões e nas políticas públicas e das contribuições cívicas é, segundo estes autores (ibidem), crucial para o desempenho do sistema político e para a qualidade da democracia. Como salienta a este respeito Delgado (ibid: 197), a participação é um processo em permanente construção que não pode estar reservado para certos momentos característicos da democracia representativa, frequentemente reduzidos ao acto de votar. A democracia participativa é um espaço real de autonomia, que pretende partilhar o poder de tomar decisões. Neste sentido, as associações são espaços privilegiados de afirmação da sociedade civil e de desenvolvimento da cidadania democrática.

Claves, (1994:32), apresenta diversas razões de carácter interno que contribuem para a debilidade das associações cívicas e dos movimentos sociais.

A maior parte das associações fazem uma exígua análise da realidade. Isto é, os seus objectivos e a sua linguagem não correspondem muitas vezes aos interesses e necessidades reais da sociedade. Outras vezes não se realizam revisões, reflexões periódicas dos seus intentos, pois podem estar obsoletos perante uma realidade em constante mutação, envolvida na realidade global.

Os objectivos de muitas são genéricos, pouco precisos e com uma certa indefinição. A população não consegue identificar-se com objectivos que estão ultrapassados, atingidos e pouco relacionados com as suas necessidades reais e interesses concretos.

Muitas associações têm um número baixo de membros activos, quer devido ao abandono dos seus dirigentes que passaram para o lado do político, quer devido à inexistência actual de valores como a militância, a entrega e o sacrifício.

As estruturas organizativas de muitas associações são formais, rígidas e reproduzem um esquema hierarquizado e vertical. Muitas dessas instituições caem nos mesmos vícios que denunciam: o protagonismo pessoal, a disputa do poder, o dirigismo, a hierarquização excessiva, a falta de participação interna e a utilização da associação para a própria promoção pessoal.

Ainda segundo Claves (*ibidem*), na maioria das associações existe uma exígua planificação da sua prática e posterior avaliação/reflexão da sua acção. Improvisa-se com excessiva frequência e não se trabalha com método. As actividades tornam-se num fim em si mesmas e não servem para alcançar objectivos. Além disso, a formação dos membros de grande parte das associações apresenta grandes lacunas, pois não se dá grande importância à formação.

Por outro lado, a maioria das associações carece de recursos necessários para puderem desenvolver os seus objectivos e recorre a apoios de entidades e programas estatais. Como consequência do excesso dos apoios e das subvenções das instituições públicas, as associações tornam-se dependentes, gerando-se fenómenos de clientelismo e de subordinação das associações às orientações e critérios das instâncias político-institucionais.

Face a uma crise de voluntariado, muitas associações optam por contratar profissionais. Esta situação pode ser vantajosa ou não: se o técnico reformular a sua organização e o seu funcionamento de forma a melhorar a participação efectiva dos membros, esta situação pode trazer mudanças positivas para todos; mas se, pelo contrário, a excessiva burocratização introduzida pelo técnico visar a suspensão da iniciativa e da participação dos membros, permitindo o acumular de todo o poder nas suas mãos, a associação terá muito a perder. Como sustenta Laville (1997: 285), a profissionalização deve ser controlada para respeitar os valores do projecto associativo. Demasiados profissionais enguiçam a dinâmica social; demasiados voluntários tornam a gestão associativa dificultada.

Em síntese, Aguilera, (1990: 20-22) refere que o associativismo actual é muito mais variado e heterogéneo, de pequenos grupos que se reúnem para satisfazer interesses concretos, com um menor nível de estruturação. Existe um desmembramento

do associativismo informal e mudança no sentido de pertença: a pertença a um colectivo deixa de “ser de “ para se converter em “estar em”.

Este autor (ibidem) refere que existe uma perda de efectividade e presença social, isto é a maioria das associações foram despolitizadas e entraram no processo de reequacionamento, deixaram de ter um papel educativo difuso e cingem-se às funções explícitas e aos objectivos mais concretos e uni funcionais. Também refere que caminhamos para um associativismo mais autónomo, compartimentado, sem pontos de contacto. Desta forma, deve-se estimular um modelo de associativismo que mantenha uma dimensão de serviço social, estruturado e organizado, com garantias de poder alcançar os objectivos fixados, com uma concepção de serviço público e também com neutralidade ideológica, e com uma base social ampla, evitando o elitismo nos fins e nos meios.

Deste modo, deve-se otimizar o rendimento da associação: realizar bem aquilo para que nasceu, o que implica assumir as próprias limitações, renunciar a objectivos inalcançáveis e adequar a estrutura e os meios aos fins. A qualidade da acção depende da preocupação com a formação, da renovação do voluntariado, das metodologias e do tempo real de trabalho. A ampliação dos serviços e dos sectores de intervenção numa perspectiva mais globalizada, o fortalecimento da interacção com outras associações e o aumento da presença social, sem colocar em perigo a primazia do voluntariado, a independência económica e ideológica e a democracia interna são medidas importantes para promover o associativismo.

2.5. Tensões e desafios que se colocam actualmente às associações

Estêvão e Afonso (1998: 79) citam Alexis de Tocqueville (1991), que salienta a importância das associações voluntárias, pois são uma das principais garantias da liberdade e um mecanismo que fortalece a participação e a democracia. No entanto, constata-se uma certa ambiguidade nas definições disponíveis ou alguma dispersão na focalização do que os autores entendem ser as características mais definidoras das associações. Neste sentido, e recorrendo a D. Knoke e D. Prensky (1984), começam por distinguir organizações empresariais de organizações voluntárias. Partindo de parâmetros como o sistema de incentivos, a estrutura formal, a liderança e a autoridade, as condições do meio e a eficiência, Estêvão e Afonso (ibidem) consideram que as organizações empresariais usam essencialmente incentivos centrados em interesses

utilitários, ao passo que as associações utilizam incentivos de ordem afectiva e normativa. No respeitante à divisão interna do trabalho, as organizações empresariais têm, em geral, uma divisão mais complexa de trabalho e uma diferenciação vertical e horizontal mais explícita, enquanto as organizações voluntárias ostentam uma maior simplicidade na divisão do trabalho e na sua estrutura interna. Quanto à tomada de decisão, encontramos tendencialmente um processo mais centralizado nas organizações empresariais, em contraste com os processos mais democráticos das organizações voluntárias – diferenças também visíveis em relação aos padrões de autoridade, que oscilam entre os hierárquicos e os colegiais, e em relação à liderança, mais profissionalizada num caso e mais amadora noutro. As organizações empresariais visam o lucro e o crescimento, com indicadores quantificáveis de performance, enquanto as organizações voluntárias apontam para metas colectivas, mais difíceis de mensurar face, por exemplo, à sua ambiguidade.

De seguida, citam Drucker (1994, *ibid*: 84) para caracterizar as organizações voluntárias não-lucrativas: possuem uma gestão compreensiva, mas também cada vez mais empresarial; têm um compromisso com uma missão; uma ênfase no papel da liderança e uma atenção especial às relações humanas; relações privilegiadas e responsabilizantes com a comunidade; e relações de confiança que devem sobrepor-se a conflitos internos, precisamente porque, segundo este autor, todos estão comprometidos numa boa causa.

Nesta perspectiva, Estêvão e Afonso, (1998: 86), caracterizam as associações como estruturas intermitentes. Estas estruturas seriam assim designadas pelo facto de se reactivarem de tempos a tempos, aproveitando acontecimentos marcantes ou iniciativas esporadicamente surgidas; implicariam uma espécie de hibernação relativamente à sua actividade, acompanhada de um aparente refluxo do consentimento; e levariam a graus de participação variáveis.

No mesmo sentido, Laville *et al.* (1997: 69-70) distinguem associações de empresas, explicam que numa sociedade comercial existe um anonimato onde o interesse dos participantes é material, enquanto nas associações apela-se a um bem comum. O motivo da criação associativa é o sentimento da defesa do bem comum que exige uma acção colectiva, com um objectivo claro. A génese da associação é entendida, implícita ou explicitamente, como um atenuar de faltas ou insuficiências que os indivíduos exteriorizam ou uma resposta à ausência de uma resposta cabal a um problema vivido. Nas associações é necessário estabilizar as relações internas e com o

exterior, isto é, criar lógicas institucionais cuja legitimação não se pode basear na produção de bens e serviços, como se verifica nas empresas. Essas lógicas emergem quando se constituem formas de coordenação colectiva, tais como: tipo de prestações da associação, modos de construção de relações com os utentes e com os associados, recrutamento, formação interna, mobilização de recursos, entre outras. Outra característica é o facto de a associação ser indissociável da produção de ligações sociais que supõem a elaboração de regras que regem as relações entre os membros.

Laville (1997: 75-86) defende que as associações com um funcionamento permanente e com um objectivo de praticar o bem comum, estão em condições de assumir uma actividade económica, logo podem ser apelidadas de associações gestionárias ou empresas associativas. No entanto, explica que estas associações não funcionam como as empresas. A primeira diferença organizacional consiste na produção de bens e de serviços. No caso das associações os bens e os serviços são gerados pela ligação social, inversamente, na empresa é o bem ou o serviço que cria a ligação social. A associação reúne pessoas por adesão livre e instaura relações entre elas fundadas na igualdade de direito, seja qual for a for a sua relação. Por sua vez, os membros de uma sociedade comercial agrupam-se a fim de partilhar os benefícios ou de aproveitar os resultados económicos. Fruto de transformações políticas e socioeconómicas, a evolução de algumas associações chega a conhecer uma trajectória que as caracteriza como quasi-empresas. Laville defende, por isso, que a análise das associações deve integrar esta multi-dimensionalidade dinâmica da relação da actividade económica como a mobilização de recursos: os donativos e outras formas de contribuição não monetárias e os recursos públicos ligados, por exemplo, à utilidade social das actividades.

Além desta tensão entre o carácter empresarial e voluntário das organizações e dos desafios que se colocam às associações em relação à sua intervenção na esfera económica, outra tensão tem a ver com o tipo de relação, de maior autonomia ou dependência, que as associações mantêm com os poderes públicos.

Friedman (1996) cita Bernard Eme (2001) para avançar a tese de que actualmente as associações enfrentam uma profunda crise, simultaneamente cultural e política, em grande parte derivada da crescente opção por lógicas técnico-instrumentais em detrimento de lógicas cívicas e solidárias e de uma visão política de transformação da sociedade. Actualmente, as associações oscilam entre o risco de instrumentalização por parte dos poderes públicos, perdendo a sua autonomia, e o risco de exclusão de

financiamento público, ficando impossibilitadas de realizar acções de utilidade social (Laville *et al.*, 1997). No entanto, estes autores insistem que o valor central de uma associação é o de se constituir num movimento de acção colectiva em torno de um projecto, de objectivos e finalidades pelas quais se comprometeram e reuniram inicialmente. Para fazerem face aos riscos acima referidos, as associações desenvolvem estratégias de mudança e de adaptação utilizando métodos e técnicas empresariais que não dominam seriamente, fazendo-as voltar aos valores voluntaristas e criar inaptações, conflitos, protestos e desinteresses que necessariamente devem ser resolvidos.

Sobre esta relação entre as associações e o Estado, Laville *et al.* (1997: 332), referem que, com advento do Estado-Providência, as associações com um cariz filantropo, complementares das intervenções estatais ou contestatárias, foram secundarizadas. Também Estêvão e Afonso (1998: 75) defendem que a gradual ampliação da função reguladora e regulamentadora por parte do Estado ter-se-á traduzido numa inibição simultânea do associativismo. Estes autores citam Drucker (1993), que considera que na maior parte dos países desenvolvidos, a tradição de voluntariado foi esmagada pelo Estado-Providência. No mesmo sentido, Quintão (2004) salienta que após a Segunda Guerra Mundial se instrumentalizaram as organizações do Terceiro Sector, designadamente para efeitos da institucionalização e expansão do Estado Social na vertente dos sistemas de protecção social. Estas organizações viram o seu quadro de actividade transformado, fragmentado e regulado ao longo das décadas de 1960 a 1980.

No pós-guerra, o Estado assumiu-se como o garante de consolidação de um último patamar da cidadania, o dos direitos sociais (Monteiro, 2004: 298-299). No entanto, este autor explica que em Portugal a tardia transição política para um regime democrático se reflectiu sobre a igualmente tardia e frágil implantação de um sistema de protecção social. As políticas do Estado português tenderam a evoluir de forma simultaneamente minimalista e maximalista. Minimalista no modo como acabou por conciliar sólidos esquemas de protecção aos indivíduos inseridos no mercado institucional de trabalho com frágeis penetrações na esfera do bem-estar e apoio social aos desfavorecidos e excluídos, protocolizando com o sector privado não lucrativo a prestação desses serviços. Maximalista, quando na relação entre o Estado e essas instituições e seu envolvimento numa política de universalização de alguns direitos

fundamentais, o primeiro passou a assumir uma acção fortemente orientadora e tutelar sobre a gestão das segundas.

Analisando o período das duas últimas décadas, Monteiro (2004) identifica inflexões, apontando para uma concepção de um Estado-Providência mais activo, apostado em novas formas de regulação e coesão sociais: fala-se de um “Estado animador”, na aposta em novas sinergias entre este e a sociedade civil, na prioridade ao emprego pela promoção de novas políticas de inserção, quer sejam por via de acções de formação-qualificação, de políticas de subvenção à contratação de pessoas com dificuldade de inserção, de programa de empregabilidade, explorando a oportunidade de novas necessidades sociais, ou, pela que é porventura a expressão mais visível da renovação das políticas, a implementação de um rendimento mínimo de inserção. Ainda segundo o autor, em Portugal estas iniciativas percorreram um trajecto “de cima para baixo”, sendo o Estado a propor à sociedade civil uma partilha de responsabilidades na sua concretização/execução, o que suscita uma reflexão sobre a eficácia das iniciativas e do aprofundamento de uma real subalternização da sociedade civil em relação às políticas do Estado.

Na perspectiva de Estêvão e Afonso (1998: 77), num contexto em que a crise de certas fórmulas, como a do Estado-Providência, se aprofunda, e em que a interpenetração do Estado com a sociedade civil é cada vez mais intensa, a expressão da sociedade civil tende a revestir-se de novas soluções que poderão passar por outras estruturas de intermediação entre os pólos tradicionais desta dicotomia, implicando uma maior intercomunicabilidade ou “dupla regulação”- a do Estado para a sociedade e a da sociedade para o Estado.

Apesar de estar a ocorrer um movimento geral de mercantilização dos serviços relacionais (Laville e al., 1997: 330), designadamente com a entrada em palco de empresas privadas nesta área tradicionalmente específica das associações, Alcides Monteiro (2004: 300-301) também constata, na vida associativa, o desenhar-se de alternativas revitalizadoras de valores com significado, onde a intervenção se pauta por princípios de solidariedade, de reciprocidade, de exercício democrático e autónomo da gestão, de responsabilização individual e colectiva. Esta intervenção tende cada vez menos a desenhar-se na oposição clássica entre sociedade civil e Estado e estes e a esfera mercantil. Verifica-se sim uma simultânea autonomia, dependência e concertação entre estes pólos.

São, portanto, diversas as tensões e os desafios que enfrentam actualmente as associações. Claves (1994:41) refere, também, que a crise do Estado-Providência torna-o propenso a reduzir os seus programas e propósitos de cariz social e a aumentar a privatização dos serviços públicos. No entanto, a sociedade civil, frente a muitas necessidades e situações, organiza-se para encontrar respostas exequíveis. Aguilera (1990:14) é de opinião que a sociedade civil é capaz de se organizar de forma autónoma de solidária, através de associações informais e sobretudo formais. Acerca do deficiente sistema de representação política actual, Rofteutscher (2000: 233) defende que o reforço do papel das associações voluntárias é uma resposta muito popular porque as pessoas aprendem a confiar, desenvolvem uma noção mais forte de comunidade, os interesses são mediados de modo mais fiável, seguem-se progressivamente taxas mais elevadas de participação política, resultando numa integração social garantida. Desta forma a democracia moderna pode ser recuperada pelo associativismo que contribui para a aquisição de virtudes e competências democráticas.

É inegável a importância das associações na actualidade, face à crise económica e social que enfrentamos. Apesar de vivermos na era tecnológica, que poderia erradicar a fome e possibilitar bem-estar a toda a população, Silva (2000) recorda que cerca de 80% da humanidade vive em situação de pobreza. Ao mesmo tempo que a riqueza global de muitos países aumenta, presencia-se um aumento paralelo dos níveis de desemprego e de marginalização, aumentando o grupo de excluídos do sistema. A sociedade, dinamicamente em crise, mas também em reconstrução (Monteiro (2004), é uma sociedade em que os laços estruturantes perderam eficácia, legitimidade e valor simbólico, reflectidos numa incapacidade do todo social em integrar uma parte dos seus membros, por sua vez votados a uma deriva que oscila entre a desinserção e medidas reparadoras de sucesso variável. Uma sociedade em que a flexibilização e o carácter precário dos estatutos associados ao trabalho põe em causa esse “emprego” como principal denominador da integração social. Uma sociedade em que a figura do Estado-Providência é posta em dúvida no seu papel essencial de regulador social e de garantia de segurança em prol da coesão social. Mas também uma sociedade que encerra em si um movimento em direcção contrária que procura abrir espaço a alternativas de sentido inovador, acima de tudo protagonizadas por novas categorias de actores. Assim o indicia o empenhamento das iniciativas emanadas da sociedade civil, em autonomia ou enquadradas pelos poderes públicos, na procura de alternativas de inserção e reconstrução dos laços sociais.

2.6 - As associações juvenis

As associações juvenis, segundo Garcia e Terron (1997) intentam agrupar pessoas jovens que pretendem alcançar diversos fins. Constituem-se um grupo específico devido à sua composição etária o que influencia a sua maneira de se organizar e comunicar. Compartilham atitudes, códigos e valores que, de uma forma geral, são diferentes dos códigos e valores dos adultos. São agentes mediadores que permitem a participação dos jovens na vida social, espaços de formação e espaços que satisfazem necessidades tanto dos membros da associação como das pessoas à sua volta. Incorporam também a formação em conteúdos diversos relacionados com os fins específicos de cada associação juvenil. As associações juvenis devem também constituir-se em espaços de relação, abertos e flexíveis onde exista a preocupação de todos participarem, numa relação horizontal, independentemente das responsabilidades e capacidades de cada um.

De igual modo, Garcia F. (1997:212) defende a especificidade das associações juvenis no mundo associativo, salientando-as também como um colectivo heterogéneo pela diversidade de funções que cumprem e pelos destinatários a quem se dirigem as suas acções. De acordo com Quintão L. (2002:28) o associativismo juvenil é a oportunidade de desenvolver projectos e participar em actividades.

A lei do associativismo juvenil, Lei nº 23/2006 de 23 de Junho estabelece o regime jurídico do associativismo jovem, bem como os programas de apoio ao desenvolvimento das suas actividades. No artigo dois classifica as associações juvenis, as associações de estudantes, bem como as federações de associações de jovens, como associações de jovens. Também neste artigo são definidos os grupos informais de jovens.

Tomando como ponto de partida esta lei, elaboramos um esquema que sintetiza esta classificação.

ASSOCIAÇÕES DE JOVENS

ASSOCIAÇÕES JUVENIS

- Associações com mais de 75% de associados com idade igual ou inferior a 30 anos, em que o órgão executivo é constituído por 75% de jovens com idade igual ou inferior a 30 anos.
- Associações sócio – profissionais com mais de 75% de associados com idade igual ou inferior a 35 anos, em que o órgão executivo é constituído por 75% de jovens com idade igual ou inferior a 35 anos.
- São equiparadas a associações juvenis as organizações de juventude partidárias ou sindicais, as organizações nacionais e as entidades sem fins lucrativas desde que preencham os requisitos mencionados nesta lei.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES

São associações de estudantes aquelas que representam os estudantes do respectivo estabelecimento de ensino básico, secundário, superior ou profissional.

FEDERAÇÕES DE ASSOCIAÇÕES

As associações juvenis e as associações de estudantes são livres de se agruparem ou filiarem em federações de âmbito sectorial, local, regional, nacional ou internacional com fins idênticos ou similares aos seus. São federações de associações aquelas constituídas por, pelo menos, três associações.

GRUPOS INFORMAIS DE JOVENS

São grupos informais de jovens os grupos que sejam constituídos exclusivamente por jovens com idade igual ou inferior a 30 anos, em número não inferior a cinco elementos.

Esta lei do associativismo juvenil também refere, no artigo 40º, os programas de apoio ao associativismo jovem que se dividem em apoio financeiro, técnico, formativo e logístico. O apoio financeiro está enquadrado no Programa de Apoio Juvenil (PAJ), visando o apoio ao desenvolvimento das actividades das associações juvenis e dos grupos informais de jovens; no Programa de Apoio Infra-Estrutural (PAI), visando o apoio ao investimento em infra-estruturas e equipamentos que se destinem a actividades e instalações das associações de jovens e no Programa de Apoio Estudantil (PAE), visando o apoio financeiro ao desenvolvimento das actividades das associações de estudantes.

O apoio técnico é proporcionado pelo IPJ, nomeadamente nas áreas de assessoria jurídica, contabilidade e fiscalidade, engenharia e arquitectura, tecnologias de informação e comunicação.

O apoio formativo é assegurado através de programa composto por medidas anuais e ou plurianuais, a regulamentar por portaria do membro do Governo, responsável pela área da juventude. A gestão do programa é da competência do IPJ.

O apoio logístico é proporcionado pelo IPJ, quando solicitado e na medida do estritamente necessário, e é incluído no âmbito dos programas a aprovar, no quadro desta lei.

Garcia e Terron (1997:18) defendem as associações juvenis como espaços de participação com uma importante função educativa, pois permitem a aprendizagem de destrezas, técnicas e conteúdos para o trabalho cooperativo e para a participação social. Pressupõem um aprofundamento de valores e atitudes relacionados com a participação, a solidariedade, o respeito do meio ambiente, a responsabilidade na transformação social e a consecução de uma sociedade mais justa.

Segundo Fernandes (1998:317), o associativismo, é por regra utilizado para medir, de algum modo, a disposição para assumir e exercer os direitos cívicos e políticos por parte da juventude portuguesa. A literatura sociológica acerca das culturas juvenis aponta no sentido de não se dever sobrevalorizar as taxas de adesão às associações formais, frequentemente baixas entre os jovens, e de aperfeiçoar a construção de indicadores susceptíveis de captar as novas modalidades informais do associativismo e consequentemente, da cidadania. Esta autora confirma, nos estudos que realizou, a relativa debilidade das identidades associativas dos jovens portugueses. Qualquer que seja o tipo de associativismo, as taxas de adesão são relativamente baixas. No que diz respeito a um associativismo cívico, normalmente considerado com maiores preocupações cívicas, as taxas de adesão variam entre mínimos que se situam em torno de 1% para os grupos ecologistas, os movimentos de acção social ou cívica e os partidos políticos (onde só entre a faixa etária dos 21-24 anos se encontram mais de 2% de adesões) e os 5% de aderentes às associações de estudantes (com um máximo de 9% na faixa etária dos 18-21 anos). De uma forma geral, as raparigas manifestam uma disposição marginalmente superior aos rapazes para aderir ao associativismo cívico, nomeadamente a nível religioso, estudantil e ambiental. No que respeita ao associativismo recreativo, só a adesão dos homens aos grupos desportivos ultrapassa os 10%. Pode-se dizer que os mais jovens aderem preferencialmente aos grupos musicais e teatrais e aos clubes desportivos, que constituem formas de associativismo recreativo, e que os mais velhos têm mais expressão entre os aderentes aos sindicatos e associações profissionais, práticas conotadas com o associativismo cívico.

Por sua vez, os dados do estudo de Sáez, *et al.* (2006: 73), sobre a juventude no espaço atlântico, confirmam a presença de uma certa inconsistência associativa a nível europeu, que aumenta nos casos de Portugal e de Espanha (respectivamente, 70% e 65% de jovens não pertencem a nenhuma associação). A presença de associações religiosas de jovens é mais forte em Inglaterra e na Europa Central do que o é em Espanha, Portugal e França. Uma diferença também apontada é a que se reflecte no âmbito cultural. Aqui, França, Espanha e Portugal parecem demarcar-se na sua prevalente querença pelo associativismo cultural, em comparação com a debilidade deste indicador no caso da Grã-Bretanha. Onde parece produzir-se uma coincidência bastante generalizada é na preferência, em todos os países, pelo desporto.

Estes autores (*ibid*: 83- 84), no que diz respeito às estruturas que facilitam a participação juvenil, explicam que as organizações para a juventude são um canal importante, precedidas pela televisão e subsequentes ao sistema educativo. No que diz respeito às medidas para facilitar a participação da juventude na sociedade, sublinham a consulta dos jovens antes de tomar decisões, o incentivo do voluntariado, a criação de associações juvenis em todos os países da União Europeia, o acesso a informação específica para a gente jovem e a elaboração de programas de educação para a cidadania.

No estudo europeu referido por Silva e Ferreira (2005:10) constata-se uma forte adesão dos jovens no sector desportivo, seguindo-se das associações estudantis, as associações culturais e artísticas e as de natureza religiosa ou paroquial. Um pouco mais distanciadas, aparecem as associações de juventude e as de natureza política, designadamente partidária. Com valores quase residuais surge por fim um leque vasto de associações cuja acção contempla diversos campos sociais (comunitário, profissional, ambiental, sindical ou de defesa de direitos).

Uma realidade em grande ascensão é o associativismo informal, envolvendo principalmente grupos juvenis (Claves, 1994). Segundo Claves, estes grupos caracterizam-se por não terem uma estrutura formal de funcionamento (regulamentos, estatutos, registos legais, quotas, etc.), porque a maioria das vezes o seu principal objectivo é satisfazer de forma colectiva um interesse pessoal que é partilhado pelos seus membros. Não têm a pretensão de influenciar a realidade que os envolve. Exercem um papel importante no espaço relacional e na coesão social. Este autor reflecte sobre a possibilidade destes grupos, inconscientemente, preferirem formas horizontais de relação e interacção que contrariam as formas verticais de relação (que implícita ou

explicitamente seguem uma estrutura hierárquica.) Assim sendo, podem ser um motor, um exemplo de funcionalidade e espontaneidade, contrária à burocracia e à rigidez formal que podem chegar a aniquilar muitas associações tradicionais. Poderão, sugere o autor, manifestar uma aversão à militância, ao compromisso, à pertença a um vínculo permanente, em favor do vínculo livre, temporal e informal. Possivelmente, querem atingir resultados concretos e satisfações imediatas mais do que interesses e objectivos abstractos ou a longo prazo. Claves finaliza esta reflexão salientando a necessidade de se observar atentamente estas dinâmicas associativas informais, analisar o que é que se esconde por detrás destas formas organizativas e reflectir sobre o que podemos aprender com elas para renovar o associativismo mais convencional.

CAPÍTULO III

PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E VOLUNTARIADO

3.1. Conceitos e tipologias de participação

Como foi referido no capítulo anterior, as especificidades do associativismo, apesar da crescente complexidade e dificuldade de se estabelecerem fronteiras com outras organizações sociais, têm a ver com princípios, valores e práticas promotores da liberdade, da democracia e da solidariedade. A participação é um elemento central das associações, por maioria de razão num contexto em que se reconhecem as limitações de um sistema político baseado na democracia representativa, que tende a reduzir-se ao voto e a desvalorizar as múltiplas formas de expressão da democracia participativa.

Claves (1994:53-55) define a participação como algo que é mais do que estar presente, é tomar parte, intervir e implicar-se. Não é casual, nem é um feito espontâneo ou mágico, fruto do voluntarismo dos seus membros. Não é um fim em si mesmo, é um meio de intervir numa tarefa, numa actividade, na consecução de uma objectivo ou na realização de um projecto. Este autor sublinha: sem participação não há associativismo nem se alcançam os objectivos da associação.

Segundo Palacios (1994: 11-14), a participação é a intervenção de indivíduos ou de grupos de pessoas na discussão e tomada de decisões que os afectam para a

consecução de objectivos comuns, compartilhando métodos de trabalho específicos. É tomar parte activa nas distintas fases que afectam o funcionamento do grupo, desde a sua constituição inicial, passando pela sua estruturação, a tomada e a posta em prática das decisões, a avaliação dos resultados e assumir parte do poder ou do exercício do mesmo. Limbos (1986:9) refere que a participação pode ser entendida como centrípeta – tomar parte, ter vantagens, obter facilidades, consumir o que é proposto ou produzido por outros, isto é aproveitar-se de benefícios materiais, económicos, sociais ou culturais; e centrífuga, cooperando *com o seu quinhão*, colaborar e envolver-se activamente.

Relativamente aos modos de participação, este autor (ibid: 22) propõe os seguintes: a participação física, geográfica, que corresponde ao acto de estar presente; a participação intelectual, na qual veicula-se novas ideias enriquecedoras para o grupo; a participação pragmática, operacional, na qual o membro realiza acções concretas e a participação por especulação que tem como objectivo tirar proveito das situações, das actividades, das realizações ou do prestígio do grupo; neste caso, trata-se de uma forma de participação consumidora. Também explica que a participação verbal é a mais frequente mas não se deve descurar a participação não verbal. Assiste-se actualmente à utilização de recursos tecnológicos que colocam a escrita, que teve o seu apogeu durante os dois últimos séculos, num patamar menos importante. O autor reflecte sobre a participação livre ou obrigatória da actualidade. Com efeito, a participação forçada manifesta-se sobretudo no meio profissional, mas gradualmente invade o sector do tempo livre.

Sobre os graus de participação, Lima (1986: 183-185) distingue participação decretada, formal, relevada do plano das orientações externas, da participação regulada por regras não formais (ou participação não formal) e da participação regulada por regras informais (ou participação informal). A participação formal é uma forma de participação decretada, no sentido em que está sujeita a um corpo de regras formais legais relativamente estável, explicitado, organizado e estruturado de forma sistemática e consubstanciado num documento com força legal. A participação formal é regulamentada a um nível normativo com regras formais muito precisas e orientações e limitações que devem ser observados em conformidade. Pode ser entendida como participação legalmente autorizada. A participação não formal é realizada tomando predominantemente como base um conjunto de regras menos estruturadas formalmente, geralmente constantes de documentos produzidos no âmbito da organização e em que a intervenção dos actores na própria produção de regras organizacionais para a

participação pode ser maior. Em articulação com as disposições legalmente instituídas, a participação não formal poderá sempre constituir-se como uma interpretação organizacionalmente localizada das regras formais, uma adaptação ou mesmo uma alternativa. A participação informal é realizada por referência a regras informais, não estruturadas formalmente, produzidas na organização e geralmente partilhadas em pequenos grupos. Relevam de regras que se constituem como orientações informais actualizadas, por vezes com uma certa regularidade, eventualmente à margem de estatutos e de regulamentos. Emerge na/da acção organizacional passando a constituir-se como orientação possível para acções subsequentes. Trata-se de uma participação que acrescenta sempre algo à participação formal e à participação não formal. Na participação informal os actores participam de outra forma, elegem objectivos ou interesses específicos, não definidos formalmente, orientam-se em certos casos por oposição a certas regras estabelecidas, ou em complementaridade a essas regras, perspectivadas como insuficientes, desajustadas ou indesejáveis.

Este autor também destaca o tipo de intervenção previsto para os actores participantes, consoante o seu acesso e a sua capacidade de influenciar a decisão, e de decidir, assumir formas de intervenção directa ou indirecta. A participação directa releva da concepção mais antiga de democracia, facultando a cada indivíduo, dentro de critérios estabelecidos, a sua intervenção directa no processo de tomada de decisões, realizada tradicionalmente pelo exercício do direito de voto. Dispensa a mediação e a representação de interesses. A participação indirecta, é uma forma de participação mediatizada, realizada por intermédio de representantes designados para o efeito, os quais podem ser designados por diferentes formas e com base em diferentes critérios – eleição directa por todos os membros da organização ou somente por certas categorias, eleição no âmbito de certos departamentos, eleição individual ou por lista.

Relativamente ao envolvimento, Lima (1998:187-188) distingue a participação activa, reservada e passiva. A participação activa caracteriza-se pela manifestação de atitudes e comportamentos de elevado envolvimento na organização, individual ou colectiva. Traduz capacidade de mobilização para a acção, para o conhecimento, para as possibilidades de participação, atenção e vigilância em relação a todos os aspectos considerados importantes para a afirmação, defesa e alargamento das margens de autonomia dos actores e da sua capacidade de influenciar as decisões. Não despreza as garantias formais oferecidas, procurando mesmo desenvolvê-las e conquistar outras, utilizando uma variada gama de recursos que podem ir da eleição de representantes, da

participação nas reuniões, divulgação da informação, produção de propostas, elaboração de requerimentos e petições, até à forma de contestação e de oposição, com recurso a lutas sindicais e greves. A participação passiva distingue-se por comportamentos e atitudes de desinteresse e de alheamento, de falta de informação imputável aos próprios actores, de alienação de certas responsabilidades ou de desempenho de certos papéis, de não aproveitamento de possibilidades, mesmo formais, de participação. Sem romper frontalmente com a ideia de participação e sem recusar a possibilidade de vir a intervir activamente, queda-se na maioria dos casos por uma certa apatia. O absentismo em geral e a falta de comparência a certas reuniões, as dificuldades de eleição de representantes, a resistência oferecida à aceitação de certos cargos e funções, a falta de informação e o desconhecimento da regulamentação em vigor na organização, especialmente a relativa à participação, são alguns dos elementos mais comuns que a caracterizam. A participação reservada situa-se num ponto intermédio entre a participação activa e a participação passiva. Caracteriza-se por uma actividade menos voluntária, mais expectante ou mesmo calculista, através da qual não empenha definitivamente recursos, para não correr riscos ou comprometer o futuro, aguardando eventualmente para tomar uma posição mais definida.

Com base em Meister (1972), Estêvão e Afonso (1998: 84) constroem a seguinte tipologia: *participação voluntária*, que é própria de uma associação que tem origem num determinado grupo social preocupado essencialmente com aspectos reivindicativos e de criação de novos comportamento; a *participação suscitada*, que origina uma associação impulsionada por indivíduos ou grupos que não serão necessariamente seus futuros participantes ou membros; a *participação de facto* que ocorre pela simples razão de qualquer indivíduo pertencer a diferentes grupos sociais; a *participação espontânea*, que acontece nos grupos informais; e a *participação puramente instrumental* resultante da transformação de grupos voluntários em grandes organizações burocratizadas.

Monteiro (2004: 275-303) distingue dois tipos de participação: a participação-incorporação e a participação-crítica. A primeira tem a ver com iniciativas orientadas no sentido do prolongamento dos mecanismos de uma democracia representativa e aplicada na forma de trabalho com as estruturas representativas da população. Ou seja, numa aproximação às comunidades, a adopção de uma estratégia que adquire os significados de consulta e implicação na acção. A segunda, no oposto, consolida a figura associativa como lugar e exercício de *empowerment*, como acção dirigida a, para

e com as populações, entendendo esta acção como a conjugação entre a consciencialização e a participação conjunta nos processos que implicam decisão.

Relativamente ao modelo de organização associativa, Claves (1994, 73-76) distingue o modelo centralizado do modelo organizativo participativo. No primeiro existe um rígido controlo que impede que a participação associativa se desenvolva naturalmente. Os membros da associação não se sentem implicados na tomada e execução das decisões, acabando por sentir-se mão-de-obra barata de projectos alheios. Esta forma de organização converte-se num obstáculo para o amadurecimento e o desenvolvimento tanto da associação como dos seus membros que não compartilham decisões, responsabilidades e tarefas. No modelo organizativo participativo as decisões são tomadas de forma mais ponderada, o que favorece uma maturação dos membros e da própria associação. É estimulada a criatividade e a livre iniciativa. As funções são delegadas, confiam-se responsabilidades e distribuem-se tarefas. As pessoas trabalham com mais gosto e a médio prazo são mais produtivas, conseguindo – se uma maior satisfação como resultado da sua participação. Este autor reconhece a dificuldade da aplicação deste modelo na sua totalidade, defendendo, no entanto, que ele deve ser promovido e dinamizado sempre que houver condições para tal, de forma a implementar os objectivos definidos. Na hora de eleger os métodos de actuação, de adequar os objectivos e os recursos disponíveis, os membros da associação devem ser activamente implicados, tanto na sua preparação como no seu desenvolvimento. As estratégias devem ser sempre promotoras da participação. Na acção associativa (ibid: 124) o quê e o como pretendemos alcançar são de igual importância.

3.2. Constrangimentos e possibilidades de promoção da participação associativa

A Declaração Universal do Direitos Humanos estabelece nos seus artigos 27º e 28º que todos os homens têm o direito de participar livremente na vida da comunidade. De acordo com Peruzzo (1998), o homem, animal social, vive em grupos múltiplos e diversificados que vão da família à colectividade mundial, passando pela cidade, a empresa, a escola ou a universidade, grupos e instituições intermediárias, e as nações.

No entanto, há vários autores e estudos que revelam que um défice de participação, em geral, e nas associações, em particular. Relativamente à participação activa dos associados na vida das respectivas associações, Quintão (2002) refere que

não é global nem homogénea. Para se falar dos níveis de participação associativa, importa reter as diferentes naturezas que essa participação pode tomar: uma dissociação entre aqueles associados que apenas contribuem através das suas quotas e os que, para além dessa contribuição, assumem uma disponibilização de tempo e participação activa na vida da instituição, mas também a consideração daqueles que não estando filiados/associados contribuem de modo esporádico para a associação (donativos e outros) ou ultrapassam esse patamar para se envolverem em colaboração nas acções empreendidas. Numa perspectiva global, a taxa de participação voluntária em associações é ínfima porque cerca de metade dos que pertencem a associações não desempenham nelas qualquer trabalho voluntário. Contudo, este autor sustenta também que, aparentemente, os portugueses embora menos associativos são mais militantes do que a média dos europeus. Nalgumas associações a percentagem de actividade dos portugueses é igual ou superior à do conjunto dos países europeus. É o caso das associações desportivas e recreativas, religiosas, culturais e sobretudo, dos grupos políticos.

Na perspectiva de Claves (1994:22-23) existem sete causas que podem explicar os baixos níveis de participação:

- Os valores, as atitudes e os hábitos dominantes na maioria da população não favorecem a participação social nem a organização cívica.
- Não existe uma educação para a participação social. A escola, a família não desenvolvem a motivação e a capacidade para a tolerância, o diálogo, o trabalho de grupo, a iniciativa colectiva.
- São transmitidos, através dos meios de comunicação, reforços dos valores dominantes, tais como a competitividade ou o superar os outros pela quantidade e qualidade de coisas que possuímos. Não existe um verdadeiro interesse pelos temas sociais, que servem para criar espectáculos destinados a aumentar os níveis de audiência. Por mais dramáticas que as situações sejam, não impressionam.
- Não existe interesse nos partidos políticos, para as pessoas se organizarem ou para o fortalecimento dos movimentos sociais. Para os governantes as associações cívicas ou movimentos sociais são um entrave e chegam a ser incómodas, pois controlam, criticam, reivindicam e acentuam os conflitos sociais. No entanto, os partidos políticos para conseguirem vingar, apoiam-se nestas associações, por um lado para aumentar os seus votos nas urnas, por outro, para controlá-las e subordiná-las. Chegam mesmo a

incorporar nas suas agendas os seus objectivos e as suas reivindicações ou a absorver os seus dirigentes mais activos e seduzi-los com um cargo político.

- A maioria das pessoas não está interessada nas propostas e apelos da participação social, considerando que a participação não serve para quase nada ou nada resolve.
- Para além disso a *Ideologia da Delegação e Representação* está muito vincada nas mentalidades das pessoas. Os nossos representantes, por quatro anos, devem resolver os problemas sociais.
- O autor salienta também que os modelos organizativos e de actuação das próprias associações estão algo ultrapassados e não são atractivos para a maioria da população.

Segundo Claves (1994), para que a participação se produza nas associações é preciso que existam um conjunto de condições. Algumas dessas condições são extrínsecas às associações e dependem do contexto social e do momento histórico. Dependem dos valores socialmente dominantes, dos meios e recursos disponibilizados para que se desenvolva o projecto associativo, dos estímulos a favor ou não da cooperação e da solidariedade que se alcança. Outras condições são internas e dependem, em grande medida, da actuação e funcionamento da associação.

No entender de Silva (1979), desenvolver a participação é fazer com que o funcionamento dos grupos não seja regido e regulado apenas de fora sem ter em conta e ouvir antes aqueles que lhe pertencem. É aceitar o jogo da liberdade de todos os homens e dar-lhes ao máximo a oportunidade de se informar, de se exprimir e de tomar as suas responsabilidades na obra colectiva.

Para que se produza uma autêntica participação devem-se, assim, cumprir os seguintes requisitos (Palacios, 1994:11-14):

- O grupo estar formado por indivíduos que têm interesses comuns;
- Esses indivíduos estarem dispostos a elaborar em conjunto determinados objectivos;
- Que a consecução desses objectivos se integrem num projecto comum;
- Que a atitude dos indivíduos comprometidos no projecto comum assuma os princípios de respeito, tolerância, pluralismo ideológico e livre expressão de ideias;
- Que se produza uma repartição de tarefas para alcançar esse objectivos (uma vez repartidas, serão os responsáveis das mesmas quem as realizam;)
- Que as decisões levam-se a cabo com a colaboração de todos os membros do grupo;
- Que exista um marco de gratificação individualizada que recompense os esforços individuais e que permita uma estruturação espontânea e solidária do grupo. Neste

sentido, Palacios (ibidem) propõe uma escala de participação, em ordem crescente, com os seguintes níveis:

- a) Informação – transmite-se apenas uma decisão tomada pela autoridade para que os afectados a executem;
- b) Consulta – pede-se opinião aos afectados, se bem que a decisão é tomada pela autoridade;
- c) Elaboração de propostas – os afectados propõem opções e argumentam a favor ou contra, mas a autoridade decide em todo o caso aprovando ou modificando propostas ou assumindo outras diferentes;
- d) Delegação – outorga-se uma delegação de atribuições de um âmbito determinado, na qual o indivíduo que recebe tal atribuição delegada actua com autonomia para a sua execução, se bem que a responsabilidade última corresponde ao que delegou, mantendo a autoridade definitiva;
- e) Co-decisão – produz-se a decisão em comum e traz a participação dos afectados;
- f) Co-gestão – a participação dos implicados produz-se na tomada das decisões e na praticabilidade das mesmas;
- g) Autogestão – a decisão corresponde a quem põe em prática a dita decisão e actua com total autonomia.

No mesmo sentido, Claves (1994) distingue diferentes graus de participação associativa: a informação, que é o grau mínimo de implicação possível; a consulta, em que os membros têm a oportunidade de opinar antes da tomada da decisão por parte dos dirigentes, e a co-decisão, que é o grau de participação em que as decisões tomadas de forma colectiva por todos os membros que propõem ideias e intervêm nas resoluções adoptadas. Esta última é o grau de participação associativa mais elevada.

A participação associativa implica que os seus membros ou os seus destinatários queiram tomar parte, queiram intervir no projecto associativo e nas suas actividades. Segundo Claves (1994: 57-58), a motivação participativa assenta em três pilares básicos: o interesse subjectivo ou ideológico, (quando a proposta associativa incide ou coincide com as ideias ou ideias dos membros, com os seus interesses e/ou necessidades pessoais); a satisfação sócio afectiva (quando a associação permite ou facilita o reconhecimento social, reforça o sentimento de pertença a um grupo ou colectivo social) e a percepção de rentabilidade e utilidade da proposta associativa. Este autor salienta também a importância de se cuidar e se reforçar a motivação ao longo de todo o processo associativo.

Outra condição interna necessária à participação nas associações é a formação (ibid: 183). É um instrumento para desenvolver os conhecimentos, as atitudes e as capacidades pessoais e colectivas que permitem dar resposta às necessidades da associação derivadas tanto da sua actuação, como do seu funcionamento. O desenvolvimento das iniciativas e actividades associativas requerem, na maior parte das vezes, conhecimentos e destrezas específicas. Se os membros da associação não têm esses conhecimentos, farão apenas um esforço voluntário, traduzido por vezes em fracasso e frustração. Este autor (ibid: 59-61) também salienta a importância da formação para a comunicação e a coesão grupal, isto é, os seus membros devem saber comunicar entre si, resolver conflitos internos, trabalhar em equipa, de forma a melhorar a sua dinâmica grupal e não cair num estado de casualidade e intuição; e a formação para o funcionamento organizativo, isto é, a organização dos recursos humanos, materiais, técnicos, económicos, a organização das actividades internas e externas e da comunicação com a comunidade envolvente.

A terceira condição imprescindível ao bom funcionamento das associações é o poder participar (ibid: 62-64). Este autor atribui grande importância à organização/planificação participativa das tarefas, à organização participativa da comunicação e coesão grupal, de forma a evitar rumores, desinformação e alheamento, e à organização participativa da manutenção associativa, no sentido de não colocar o poder nas mãos apenas de alguns. A este respeito, Silva (ibid: 32) acrescenta que a participação é inconcebível sem informação preliminar, ou seja, é indispensável que se introduza no processo de participação um tempo para a informação e a reflexão e outro para a decisão.

A participação associativa não se improvisa, é algo que, no entender de Claves (ibidem), se constrói e se desenvolve gradualmente num processo que contempla três âmbitos fundamentais: o cumprimento das tarefas que advêm dos objectivos traçados; os processos de comunicação e coesão interna entre os membros; e o funcionamento interno da associação. Nestes três domínios, os membros podem participar disponibilizando recursos e meios (económicos, técnicos e humanos) necessários, podem também participar no processo de organização, analisando a realidade e definindo os objectivos da associação, identificando ou elaborando o programa, os métodos de intervenção ou de trabalho necessários para levar a cabo as tarefas, executando as mesmas tarefas, realizando as actividades previstas e avaliando os processos e os seus resultados. O autor acima citado é de opinião que neste nível de

participação intervêm poucas pessoas, contrariamente à participação nos resultados (benefício de serviços, produtos da actividade, aperfeiçoamento dos níveis de informação e comunicação interpessoal, aproveitamento de vantagens ou obtenção de prestígio) que é um dos níveis mais frequentes de participação. Contudo, por vezes, neste nível é difícil distinguir membros associativos de consumidores e usuários.

Na perspectiva de Monteiro (2004), o incremento da capacidade de participação – ou se quisermos de *empowerment*, enquanto ênfase na autonomia da tomada de decisão dos indivíduos e comunidades organizadas – passa sobretudo por provocar uma tomada de consciência permanente do meio social sobre os seus próprios problemas e capacidade de solução, sem se esgotar nesta dimensão para a associar a um envolvimento na tomada de decisões, nas acções e na avaliação continua de todos os processos de acção. A abordagem do empowerment, que é fundamental para um desenvolvimento alternativo (Friedmann, 1996), coloca a ênfase na autonomia das tomadas de decisão de comunidades territorialmente organizadas, na autodependência local, na democracia directa (participativa) e na aprendizagem social pela experiência. Este autor defende um desenvolvimento alternativo centrado no povo e no seu ambiente, ao invés de se centrar na produção e no lucro. Assinala a importância dos espaços de vida dos povos na produção das condições de vida, assim como o profundo interesse na melhoria destas, incluindo a qualidade do ambiente físico mais próximo.

Aguileta, (1990: 19) argumenta que para se potenciar a participação popular e ampliar o espaço *do público* deve-se apostar em reconhecer os colectivos organizados que intentam num desenvolvimento individual, grupal e social. A incidência da sociedade civil sobre si mesma é a principal via de participação. No entanto, algumas administrações locais praticam sobre a sociedade civil programas socioculturais que mais não poderiam chamar-se de difusos, relacional ou folclórico. Esta prática incide em indivíduos isolados ou sobre massas não estruturadas e são benéficos a nível da publicidade política mas são inúteis na reconstrução do tecido social. Para potenciar a participação popular deve-se apostar nos colectivos organizados que intentam incidir sobre eles mesmos (a nível individual e grupal) e sobre o que rodeia (intervenção social). Este autor (ibid: 24) explica que actualmente assistimos a um bombardeamento de posições das mais diversas circunstâncias, a favor da participação. Mas o simples facto de se falar muito dá uma pista de que algo não funciona: se realmente se participasse, não haveria necessidade de todo este bombardeamento. E a participação seria vivida quotidianamente, de forma muito natural. Curiosamente, quando este nível

de participação real desaparece, torna-se um objecto de reflexão. A acção participar é substituída pela palavra *falar, reflectir sobre participação*. Não se trata de um processo de acção-reflexão-acção, em que se avalia a prática anterior para a melhorar numa actuação futura. O importante é falar, pronunciar o vocábulo, como se ao dizer “temos que participar” estivéssemos de facto a participar. Para corroborar esta ideia, salienta que os programas socioculturais de certas organizações não são mais do que retóricas auto-propagandistas; neste caso, estamos perante uma pseudoparticipação e não perante uma dinâmica participativa.

Para tornar a sociedade civil mais participativa, este autor considera que se devem evitar certos erros, designadamente:

- As associações devem conservar a sua independência das subvenções e dos apoios estatais que recebem da administração central;
- No campo sócio cultural e de serviços sociais é comum o acesso de quadros procedentes das associações a postos institucionais: esta é uma estratégia indevida de acesso à administração que prejudica a associação;
- No controlo público existe falta de transparência e obscuridade;
- Na administração existem estratégias indevidas de pressão;
- Na associação - ausência de alternativas reais: apresentação de projectos irrealizáveis e alternativas que não se sustentem.

Outra condição fundamental da participação associativa é a comunicação. Relativamente à comunicação associativa Claves (ibid: 169-172) distingue a comunicação interna, quando se produz entre os membros, da comunicação externa, que se estabelece entre a associação e o que a rodeia. A comunicação externa é um processo fundamental que se adapta às iniciativas, às realidades que rodeiam a associação, aos indivíduos a quem são dirigidas e às necessidades e/ou problemas sobre os quais se actua. No entanto, é necessário ter em conta que a comunicação não surge de forma espontânea. Os processos de comunicação necessitam de ser construídos, acompanhados e reforçados.

Palacios (ibid: 24), tal como Limbos (1986:26), opinam que uma boa participação implica o estabelecimento de estruturas de comunicação que permitam a intervenção responsável dos membros de um determinado colectivo. Também Terron e Garcia (1997: 29-31) defendem que a comunicação não pode deixar de ser feita com o que rodeia a associação, sejam elas pessoas ou entidades diversas. A comunicação

bilateral deve enriquecer a associação, actualizar as suas ideias e renová-la, seja ela realizada com membros da associação, pessoas, entidades ou outras associações.

Claves (1994) também distingue duas formas básicas de comunicação: a comunicação unilateral, na qual a outra pessoa não tem possibilidade de responder e tem um papel de simples receptor e executor da tarefa; e a comunicação recíproca, dinâmica, na qual existe a possibilidade de responder, de dissipar dúvidas e de influenciar com a sua resposta na informação recebida. Esta última aumenta a motivação e a implicação dos membros no trabalho da associação porque passam de meros receptores, a emissores e co-responsabilizados pelas acções. Terron e Garcia (1997:23) também estabelecem esta distinção, mas alertam que nem sempre é fácil diferenciar a comunicação interna da externa e ambas devem ser coerentes na perspectiva de uma comunicação integral.

Por sua vez, Palacios (ibid: 29-30) distingue quatro redes de comunicação: a rede centralizada, na qual o chefe da organização distribui a informação unidireccionalmente entre os membros que configuram a rede; as estruturas de tipo circular, nas quais a mensagem se transmite sucessivamente de uns membros para outros; a rede quadrangular que se caracteriza por qualquer membro ser receptor e emissor de mensagens, logo configura um maior dinamismo na comunicação; e a rede em teia, na qual a informação se transmite através de algumas das suas ramificações e a comunicação se estende a outros níveis. Para que a comunicação se realize de forma rápida e eficaz e sirva adequadamente os objectivos que se pretende atingir é necessário adaptar a estrutura comunicativa às metas fixadas. Palacios (ibidem) não tem dúvidas de que as organizações de tipo mais democrático e participativo produzem mais satisfação nos indivíduos e melhores resultados. E é nestas organizações que o líder tem um papel importante na promoção da comunicação.

Para se fazer circular a informação são necessários diversos instrumentos. Claves (1994) destaca os boletins internos de carácter periódico, os anúncios, as reuniões informativas, as actas de reuniões e as redes de informação via postal, telefone, fax, endereço electrónico ou página da associação na Web. Para promover a informação, Palacios, (ibid: 32-39) realça as técnicas de leitura em grupo, a investigação de dados, o brainstorming, o phillips 66, o role-playing, a mesa redonda, o painel, os seminários, as jornadas e os congressos.

Num mundo cada vez mais interconectado e globalizado, onde a maior parte dos problemas do nosso tempo não tem uma solução isolada, é preciso procurar respostas

integrais que promovam mudanças e transformações profundas. Claves (ibid: 195-196) refere que a coordenação, a união de vontades e o agrupamento de forças tem uma importância maior do que em qualquer outro momento histórico e apresenta várias vantagens que vão desde um maior conhecimento e importância por parte da sociedade dos problemas identificados pelas associações, uma maior aceitação e participação dos indivíduos externos às organizações, uma actuação integrada e eficaz, um aumento de conhecimentos e intercâmbio de experiências, um maior acesso a recursos e um aumento da democracia associativa interna.

3.3. Participação e voluntariado

A definição de voluntariado adoptada por Silva e Ferreira (2005:25) e por Claves (1994: 133) reúne uma dupla condição: a realização de um trabalho de ajuda aos outros sem receber pagamento monetário e a referência à intenção ou ao desejo de ajudar os outros. Na perspectiva de Roca (1990: 61) a Carta Europeia para os voluntários reconhece que o trabalho voluntário define-se de diferentes formas, mas deve incluir os seguintes elementos: que se ocupem dos interesses das outras pessoas ou da sociedade; que careça de interesse económico pessoal (ou, como refere o Comité de Ministros do Conselho da Europa, realizado de maneira desinteressada por pessoas que por sua própria vontade participam na acção social); que se desenvolva de forma mais ou menos organizada; que seja uma eleição livre e que se expresse por meio pacífico.

Sáez, *et al.* (2006:72-79), baseando-se em dados do inquérito elaborado pela Comissão Europeia de 2001 a jovens europeus (espanhóis, portugueses, franceses e ingleses) concluiu que numa situação de emprego ou desemprego, os jovens praticam o voluntariado de forma ínfima. Por outro lado, Roca (1994: 28) defende que a nossa época permitiu a criação de condições objectivas para um salto qualitativo do voluntariado que deixou de ser uma instituição residual que mobiliza unicamente pessoas desocupadas.

Trilla, (2004: 282- 283), por seu turno, entende o conceito de voluntariado, quer como um conjunto de atitudes ou disposições pessoais, quer como uma forma organizada de presença e acção social. É um conceito moderno e pode definir-se como uma acção de interesse não particular, que se desenvolve de forma gratuita, sem qualquer contrapartida económica, nos tempos livres da pessoa voluntária e por motivações diversas. Contudo, este conceito deve estar bem delimitado e controlado

para não desembocar numa forma de pseudoprofissionalização ou subprofissionalização ou até mesmo defrontar-se com actividades com pouco rigor, falta de preparação ou baixa exigência. Quanto à função na sociedade, o voluntariado desempenha um papel muito importante de mediação entre o Estado e o indivíduo. É um elemento desinstitucionalizador da assistência, promotor de participação e mobilização dos cidadãos, socializador do que é público, por meio da concertação entre as organizações com o Estado. O voluntariado actual colmata as carências que a debilitação ou o desaparecimento dos grupos primários, que constituem uma rede de solidariedade entre as pessoas, deixam a descoberto, especialmente no âmbito da relação interpessoal.

Este autor (ibid: 286) defende o voluntariado como uma possibilidade de presença social e de participação em tarefas sociais, culturais, políticas, religiosas, cívica, sem os constrangimentos de uma dinâmica profissional. Em contrapartida a defesa da profissionalização passou pela identificação exclusiva com os valores do profissionalismo. Deste modo, o profissional é aquele que tem uma maior preparação ou formação para a tarefa, aquele que pode garantir uma maior responsabilidade no desempenho e, em geral, aquele que pode actuar com maior rigor e competência. Todavia, do lado do voluntariado aparecem vozes críticas que acusam os profissionais de criarem demasiada distância com a tarefa que desempenham, de diminuírem o compromisso e a disponibilidade, de perderem a motivação pelo trabalho cingindo-o a um enquadramento laboral rígido. No entanto, Trilla (ibid: 287) argumenta que os valores da vocacionalidade ou de profissionalismo são próprios das pessoas e não do âmbito jurídico-laboral que as vincula à tarefa.

Claves (1994) considera que existe uma crise de voluntariado e, por isso, muitas associações optam por contratar profissionais. Esta situação pode ser vantajosa ou não: se o técnico reformular a sua organização e o seu funcionamento de forma a melhorar a participação efectiva dos membros, esta situação pode trazer mudanças positivas para todos; mas se, pelo contrário, a excessiva burocratização introduzida pelo técnico visar a suspensão da iniciativa e da participação dos membros, permitindo o acumular de todo o poder nas suas mãos, a associação terá muito a perder.

Roca (1990: 34) defende que o voluntariado é mais do que um resíduo histórico; ele tem um papel importante na política social moderna. O voluntariado é uma qualidade daquele que, para além dos seus deveres profissionais, dedica de modo continuado e desinteressado parte do seu tempo a actividades em favor dos outros. O voluntariado é uma expressão do exercício de cidadania, é um factor básico da

construção da sociedade e é empreendido livremente e de forma participativa. O voluntariado responde a uma cultura de solidariedade que activa e promove as reservas de altruísmo existente na sociedade. É uma qualidade da acção que nasce da consciência solidária, com carácter altruísta, sem pretensões de lucro e originado pelo desinteresse. Tem como referência a cultura de gratuidade que se apoia na consciência libertada para a solidariedade e disponível para a cooperação. No entanto, o autor adverte que quando o voluntariado é uma estratégia para ocultar interesses ou se orienta apenas para substituir guetos de marginados por guetos de assistidos, estamos perante uma patologia do voluntariado por quebra de solidariedade. Segundo este autor (ibidem) são distintas as configurações históricas, sociais e culturais pelas quais é representado o voluntariado. Este não é homogéneo, nem está caracterizado por um âmbito próprio. Desta forma, o autor divide o voluntariado em três esferas de extensibilidade:

- O voluntariado na esfera dos grupos primários: na acção voluntária que se desenvolve no interior dos grupos primários de convivência, constroem-se redes de convivência e fomentam-se as potencialidades de auto-organização. O mais importante são as redes de reciprocidade familiar e de amizade e a grande variedade de iniciativas de grupo. Através da convivência, exerce-se o primeiro nível de acção voluntária. Apesar de termos assistido a uma debilidade dos grupos primários, começa a desenhar-se na nossa sociedade, na opinião deste autor, uma solidariedade primária articulada através da ajuda mútua que se caracteriza da seguinte maneira: partilha de problemas de uma experiência em comum; vivência de acordo com certos valores e espontaneidade, ausência de estrutura e incipiente organização.

A acção voluntária aparece quando determinadas forças que constituem a solidariedade primária decrescem ou se deterioram. O voluntariado desempenha neste caso um poder de reconstrução da solidariedade que protege as relações significativas. Tem uma função compensadora da conservação e do sustento dos mundos vitais dos indivíduos. Actualmente a crise económica voltou a valorizar a família como protectora e criou um prolongamento da juventude que deseja alargar a sua permanência nela.

Aqui a acção voluntária cumpre a função de apoio na socialização e cumpre a função desinstitucionalizadora da protecção civil, que na modernidade tornou-se num efeito perverso, pois o Estado de bem-estar e providência tende a unir-se aos especialistas e profissionais que tratam cada uma das carências com um aparato administrativo segregador. O autor que estamos a citar é de opinião que as diversas actividades, como reconfortar ou aconselhar uma pessoa, assistir a um agonizante, ensinar a andar, a falar

ou a cantar às crianças, cozinhar um prato, cuidar de um jardim, etc., não têm sentido económico e deveriam ser levados a cabo por familiares, amigos, cooperativas de bairro e não ser um serviço profissionalizado feito por profissionais assalariados. Estas actividades fazem parte do sentido de viver.

- O voluntariado na esfera do mercado: enquanto os grupos primários assentam num suposto entendimento natural, a esfera do mercado expressa-se através de disposições contratuais. Ao mercado reconhece-se o estímulo de competência e de garantia de eficácia. Com o mercado também se produziu uma libertação das solidariedades mecânicas existentes nos grupos primários, imprescindíveis para a inovação e a mobilidade; a protecção social libertou-se dos controlos da família e deste modo permitiu ao indivíduo vias inéditas de realização. No cenário do mercado circula a acção voluntária que se metamorfoseia nas distintas versões das chamadas instituições sem fins lucrativos: assumem distintas formas e versões, desde as cooperativas até às associações, desde as fundações até às sociedades.

Este autor (ibid: 43) afirma que para se considerar o voluntariado no interior do mercado são necessárias três características:

- Aceitação do espaço do mercado como espaço próprio onde se assumem as vantagens como individualismo, oferta-procura, competência e eficácia.
- Não ter como fim primário o incremento do capital mediante benefício. Apenas se intenta que a empresa permita o desenvolvimento humano, profissional e integral de quem trabalha nela.
- São grupos desmercantilizados, cujos membros não se definem pelo mercado de trabalho e cuja disponibilidade de tempo é mais flexível.

A opinião deste autor é de que o voluntariado na esfera do mercado, através das instituições sem fins lucrativos, cumpre a função da tarefa de compensação e a função correctora daquelas leis que tradicionalmente definem o mercado. Estas instituições nunca são gratuitas, pois estão sustentadas com fundos públicos ou privados, mas renunciam à competitividade e ao lucro.

Em suma, o voluntariado na esfera do mercado move-se pela vontade de conciliar o crescimento económico e a igualdade social, corrigindo as práticas do capitalismo selvagem que atenta contra a conciliação entre o mercado e a justiça. Cumpre a função de estabilizador e representa o impulso moral face à igualdade, porque o mercado é uma máquina desigual.

- O voluntariado na esfera do Estado: na sociedade existem necessidades que por razões de eficácia ou de equidade se satisfazem de forma colectiva e através de um serviço público. Existe uma desigualdade na sociedade que deve ser abordada preventivamente, assistencialmente e compensadoramente pelo sector público. Uma política social moderna não pode existir sem o compromisso do Estado que deve contrariar a auto limitação do mercado na sua forma capitalista. O Estado Social traz uma vantagem evidente em organizar a generalização da assistência, universalizar as prestações, garantir os direitos, assegurar a qualidade de vida e distribuir a riqueza.

Quando se é capaz de articular ambas as instâncias – o Estado e a Sociedade – encontramos-nos diante do Estado Social. Neste sentido, Roca (ibid: 50) distingue Estado Social e Estado de Bem-estar. Este último põe em primeiro lugar os valores do crescimento quantitativo e o bem-estar consumista, enquanto o Estado social se orienta basicamente para a qualidade de vida, o cuidado do meio ambiente, a satisfação das necessidades básicas e a implantação dos direitos sociais.

O compromisso do Estado é um pilar fundamental do bem-estar que necessita de revalorizar as instâncias sociais não governamentais, de modo que é importante estatizar o bem-estar social. Uma acção eficaz através do Estado com uma forte presença de organizações solidárias – sejam movimentos sociais, sejam organizações não governamentais – pode assegurar a vigência dos direitos sociais. Enquanto os movimentos sociais têm uma acção informal e descontínua, com formas de organização pouco rígidas e hierarquizadas, as organizações não governamentais têm uma configuração mais estruturada que lhes permite utilizar, na relação com o Estado, a negociação, a concertação e o compromisso. Ambos os voluntariados têm a função de transformação social, de socialização do público e de mediação entre o Estado e os indivíduos mais marginalizados da sociedade.

Na perspectiva de Roca (ibid: 55), a vigência actual do voluntariado advém de quatro processos estruturais que caracterizam a sua dinâmica e os seus perfis.

- Processo económico sustentado pela tecnologia: o carácter do trabalho sofreu uma notável modificação; o volume de trabalho necessário para a subsistência da sociedade diminuiu visivelmente, o qual significa uma nova relação entre trabalho e tempo livre;
- Processo social: cresceram as contingências sociais e com elas a vulnerabilidade em extensão e intensidade. A fragilidade sofisticou-se.

- Processo político que consagrou a participação cidadã: o voluntariado é a expressão deste processo de democratização da sociedade e consequentemente a criação da cidadania.
- Processo cultural que responsabiliza as populações na gestão dos seus próprios destinos.

Também Marchioni e Puche (1990:85) defendem o espaço social do voluntariado como um espaço mais completo e interactivo. Historicamente, representava um âmbito compensatório da ausência ou insuficiência do Estado para atender às necessidades sociais mais urgentes, através da beneficência e da assistência social. Hoje, aparece como um espaço com múltiplas intersecções com o território do Estado, do mercado e da solidariedade primária. A visão paternalista de um voluntariado altruísta e com conotações religiosas dedicado a resolver as disfunções sociais já não se sustém, actualmente. Desta forma, expandiram-se e diversificaram-se os âmbitos de actuação do voluntariado, que vão desde a informação e a complementaridade de serviços que a própria administração vai pondo em marcha, tais como o apoio familiar, as actividades preventivas, através de acções educativas e de ócio e tempo livre, a reinserção de sectores sociais com mais dificuldades na sua comunidade, a dinamização social e cultural, a defesa do meio ambiente, ou a preocupação pelos problemas do chamado Terceiro Mundo.

O voluntariado é antes de tudo um direito de cidadania e uma forma de participação organizada na vida social. Os designados destinatários dos programas deixam de ser meros receptores de uma acção realizada para se converterem paulatinamente em protagonistas da sua própria luta e actividade e resolverem os problemas que os afectam. Tradicionalmente, a acção voluntária estava associada a conceitos como generosidade, caridade, altruísmo, gratuidade. Actualmente, apesar da continuidade de muitos destes conceitos, destaca-se como conceito chave, que fundamenta a acção voluntária, o conceito de solidariedade. Este conceito sofre vicissitudes na sociedade actual individualista, com hábitos consumistas. No entanto, esta sociedade tem consciência de que não pode viver isolada e a impossibilidade de vivermos em *ilhas* produz um estímulo para a acção voluntária. Nos países mais desenvolvidos, a acção voluntária está a ser considerada como um direito à participação social por parte de todos os cidadãos, como também um dever, pelo qual cada cidadão deve responder em justa reciprocidade dos benefícios que a sociedade lhe concede. Desta forma, a acção voluntária torna-se mais laica e cidadã.

Marchioni e Puche (ibidem) explicam que existe uma pluralidade de origem social, ideológica e de campos de intervenção no voluntariado. As tarefas são diversificadas tendendo cada vez mais a uma certa especialização e a uma maior qualificação técnica. Verifica-se o interesse de incrementar os níveis de formação na maior parte das organizações de voluntários e no associativismo social em geral.

No que diz respeito à origem social dos voluntários actuais, esta é heterogénea. Não se trata apenas de pessoas com alto nível económico e muito tempo livre que se dedicam a exercer a caridade e o altruísmo. Abundam casos de voluntariado de procedências das classes média e baixa. Relativamente à pluralidade, verifica-se um aumento do número de voluntários do sexo masculino e uma diversidade na idade: destacam-se claramente os voluntários mais jovens (entre 15 e os 25 anos de idade) e os voluntários maiores de 55 anos de idade. Estes autores salientam que esta incidência nestas faixas etárias se deve ao facto de estas idades estarem menos polarizadas em torno da actividade familiar e profissional e as pessoas estarem mais dispostas a dedicar uma parte do seu tempo a tarefas de solidariedade social. Desta forma pode-se afirmar que o voluntariado de hoje é mais polivalente, actua em âmbitos cada vez mais diferenciados, é mais qualificado, mais cidadão e menos paternalista.

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM DO DISTRITO DO PORTO

4.1. Alterações demográficas na estrutura da população portuguesa

Dentro das alterações demográficas que têm vindo a ocorrer na estrutura da população portuguesa, Barrisco (2006:23) destaca a ocorrência de mudanças na estrutura etária da população e, particularmente, o envelhecimento demográfico. A pirâmide etária da população portuguesa evidencia o fenómeno de duplo envelhecimento, ou seja possui um aumento relativo do número de idosos (envelhecimento do topo) e uma diminuição do peso relativo dos jovens

(envelhecimento na base).³ Em consequência, à população jovem tem vindo a ser atribuída um valor de raridade; é um segmento populacional em que é cada vez mais importante investir devido à sua progressiva diminuição.

Esta autora sublinha, contudo, que a população portuguesa está num período de crescimento, sobretudo devido ao aumento dos fluxos imigratórios e ao aumento da esperança média de vida.

Relativamente à evolução da população jovem a tendência evolutiva de crescimento não se reproduz, evidenciando-se nos censos de 1991⁴ para os de 2001 uma diminuição do número de jovens, como se verifica no quadro 1.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE E ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO					Quadro 1
Censos/ Estimativas	Total da População	População entre os 15-29 anos %	Faixas etárias		
			15-19 anos %	20-24 anos %	25-29 anos %
Portugal, 1991	9.867.147	23.7	<u>8.5</u>	<u>7.7</u>	<u>7.3</u>
Portugal, 2001	10.356.117	22	<u>6.6</u>	<u>7.6</u>	<u>7.8</u>
Portugal, 2008	10.627.250	18.5	<u>5.4</u>	<u>5.9</u>	<u>7.1</u>

No entanto, em 2001 o coorte 25-29 anos aumenta significativamente. A partir dos dados demográficos estatísticos relativos a 2008⁵ também verificamos uma diminuição considerável do número de jovens.

Barrisco (ibidem), no que diz respeito à distribuição da população jovem pelo território nacional, explica que o peso da população jovem de cada distrito é diferente. Existe uma maior concentração de jovens em distritos marcadamente urbanos, nomeadamente, em Lisboa e no Porto. Em 2004, as duas metrópoles concentravam 37,3% dos jovens portugueses (19,8 de Lisboa e 17,5% do Porto). Em suma, a distribuição territorial da população juvenil nos últimos 14 anos (1991-2004) vem cimentar as tendências de litoralização e urbanização da população jovem.

³ Em dados demográficos estatísticos mais recentes, relativos a 2008, também encontramos dados sobre o índice de envelhecimento da população portuguesa, desde 1960, que tem vindo a aumentar, proporcionando, simultaneamente um aumento do índice de longevidade (Informação disponibilizada no site www.pordata.pt, consultado em 15 de Maio de 2010).

⁴ Informação consultada, em 29 de Maio de 2010, no site www.pordata.pt - População residente, segundo os censos, total e por grupo etário.

⁵ Informação consultada em 15 de Maio de 2010, no site www.pordata.pt, População residente, estimativas a 31 de Dezembro, total e por grupo etário.

4.2. A população jovem no distrito do Porto

4.2.1. Localização do distrito do Porto

O distrito do Porto, com uma área de 2395 km², corresponde ao núcleo da província tradicional do Douro Litoral. Confronta a norte com o distrito de Braga, a leste com o distrito de Vila Real, a sul com o distrito de Viseu e com o distrito de Aveiro e a oeste com o Oceano Atlântico.

O distrito do Porto, tal como se ilustra no mapa 1, subdivide-se em 18 municípios: Amarante; Baião; Felgueiras; Gondomar; Lousada; Maia; Marco de Canaveses; Matosinhos; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Porto; Póvoa de Varzim; Santo Tirso; Trofa; Valongo; Vila do Conde; Vila Nova de Gaia.

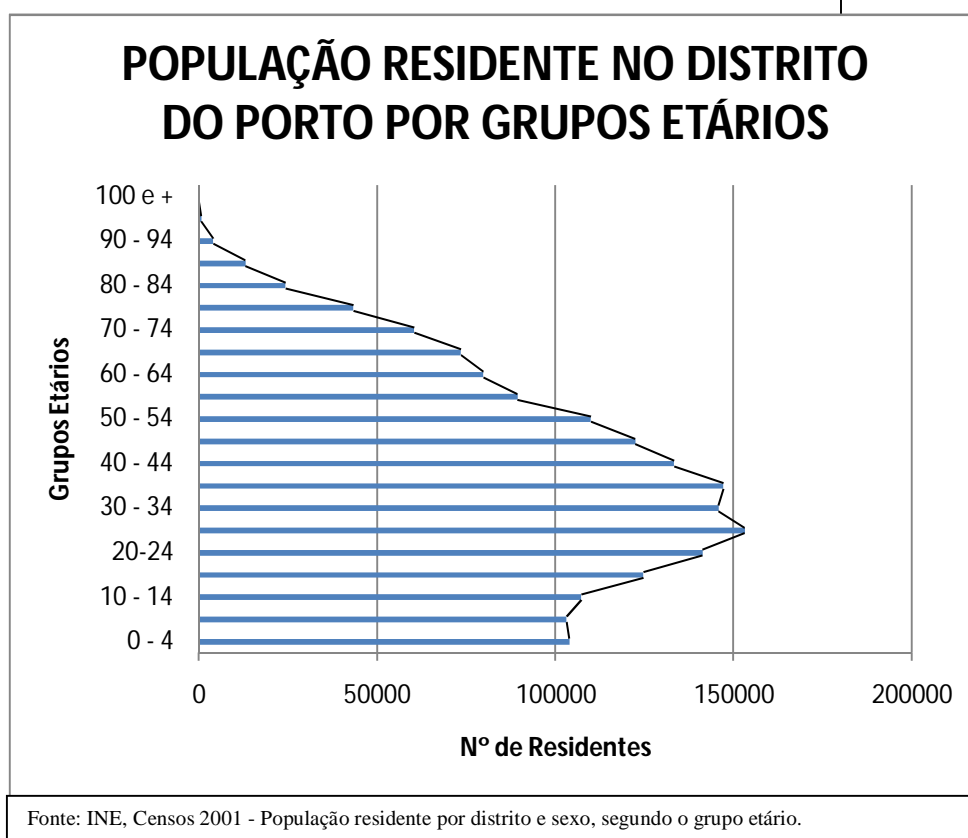


4.2.2. Caracterização demográfica

Com o quadro 2 pretendemos destacar que 48% da população residente na região Norte, morava, em 2001, no distrito do Porto.

POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL EM 2001		Quadro 2
Portugal	10.356.117	
Norte	3.687.293	
Porto	1.781.836	
Fonte: INE, Censos 2001		

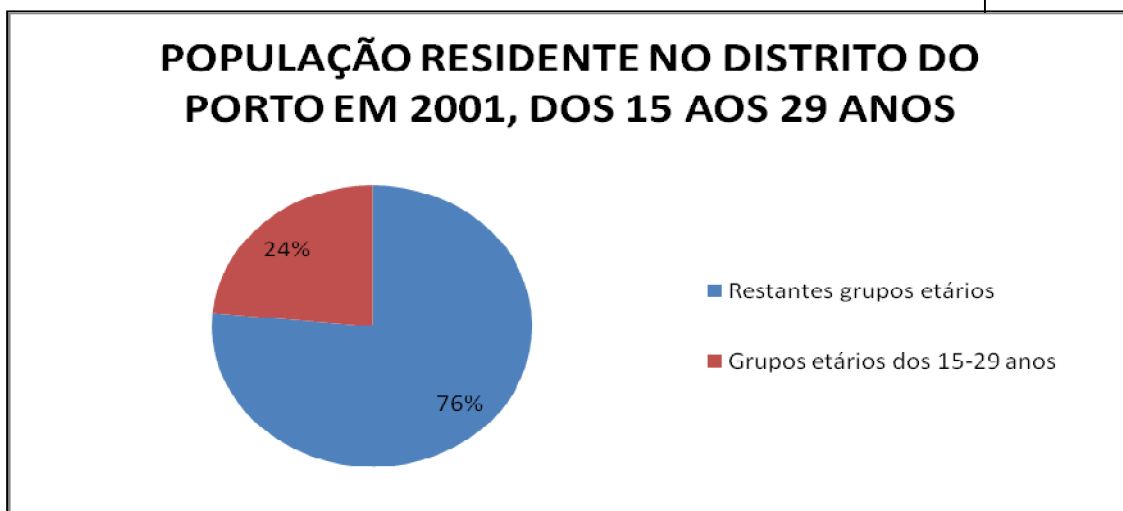
Gráfico 1



Ao observarmos o gráfico 1 constatamos uma gradual diminuição do número de jovens no distrito do Porto. Embora se verifique um envelhecimento da população, como salienta Barrisco (2006:23), verifica-se igualmente uma grande concentração de

jovens, em comparação a outros distritos do país. Veja-se o gráfico 2: cerca de 1/4 da população residente no distrito do Porto, em 2001, tem entre 15 e 29 anos.

Gráfico 2

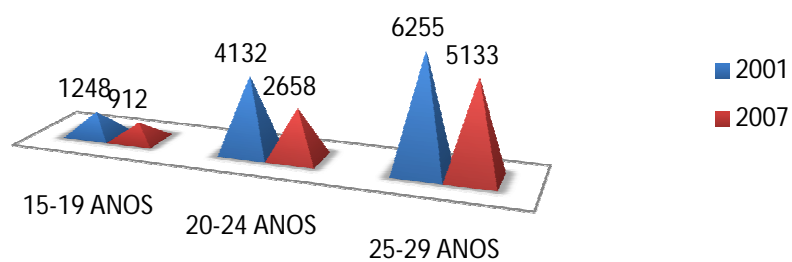


Contudo, através das estimativas de população residente, no distrito do Porto, em 31/12/2006, verifica-se um aumento da população residente em 2% e simultaneamente um decréscimo da população jovem em cerca de 4%, como podemos observar no quadro 3.

DISTRITO DO PORTO		
ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 31/12/2006	POPULAÇÃO RESIDENTE DOS 15-29 ANOS EM 31/12/2006	Quadro 3
1817986	361106	
Fonte: INE, Estimativas de população residente (provisórias, póscensitárias), por sexo e grupos etários, em 31/XII/2006		

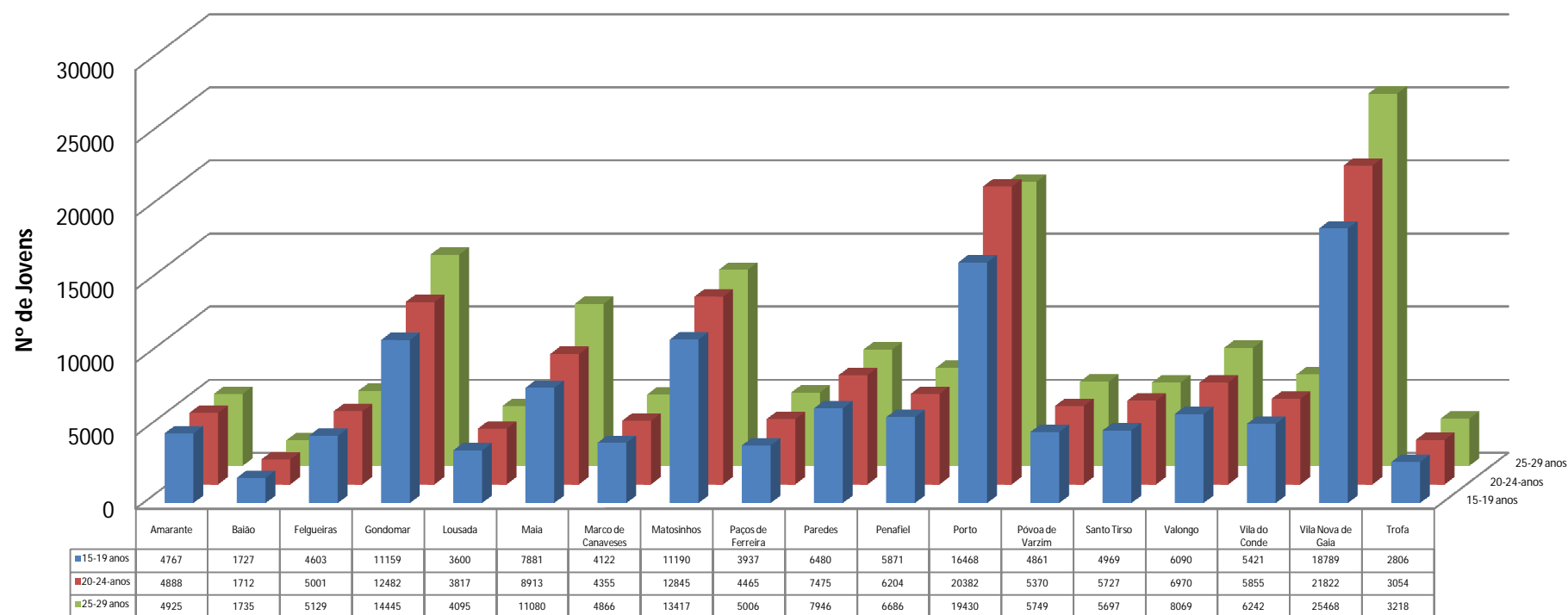
Como sublinham Duque (2007) e Barrisco (ibidem), no conjunto da população portuguesa existe também um decréscimo de nascimentos considerável, no distrito do Porto, entre 2001 e 2007, observável no gráfico 3. Parece-nos que este facto é derivado das razões anteriormente apontadas por Barrisco (2006:64 e 73): a emancipação da mulher, tornando-a menos disponível para ter filhos mais cedo, reduzindo o seu número e a estabilidade económica e profissional quer da mulher, quer do agregado familiar.

POPULAÇÃO JOVEM (NADOS VIVOS) NO DISTRITO DO PORTO



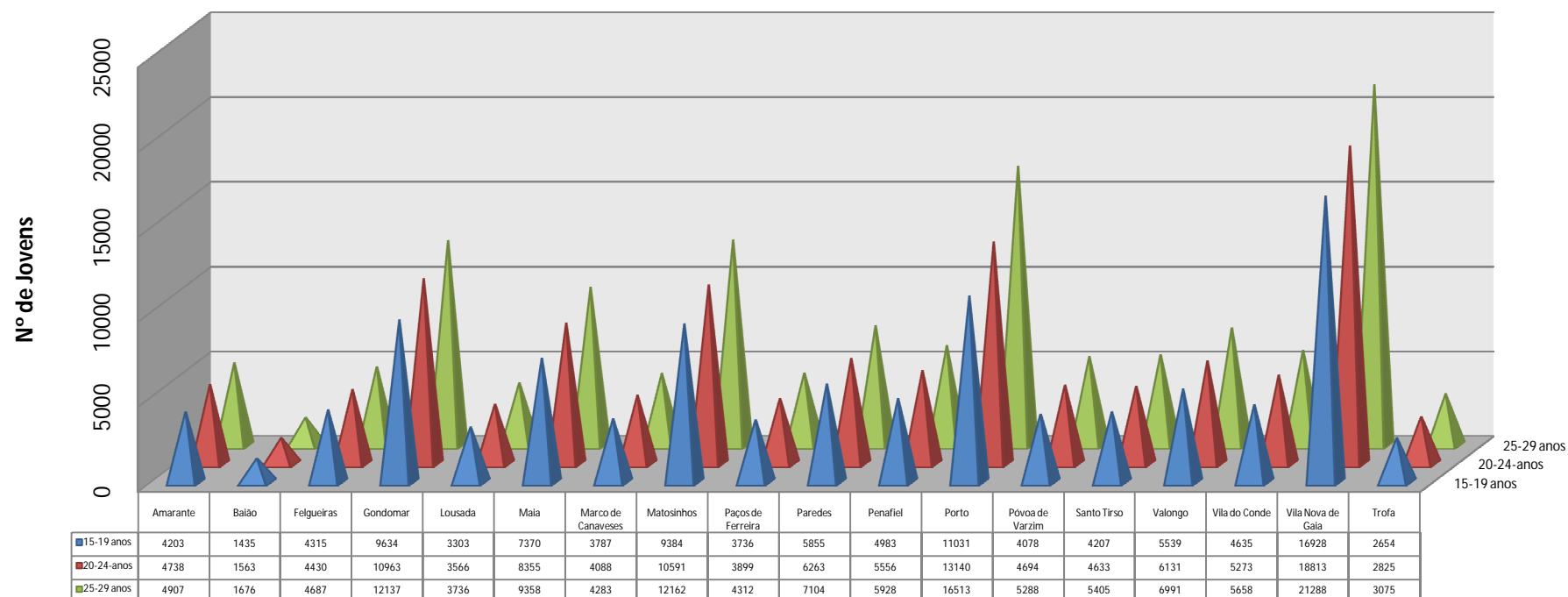
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2001 e 2007

POPULAÇÃO JOVEM RESIDENTE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DO PORTO, EM 2001



Fonte: INE, Censos 2001, População Residente por Concelho e Grupo Etário

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO JOVEM RESIDENTE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DO PORTO, EM 2006

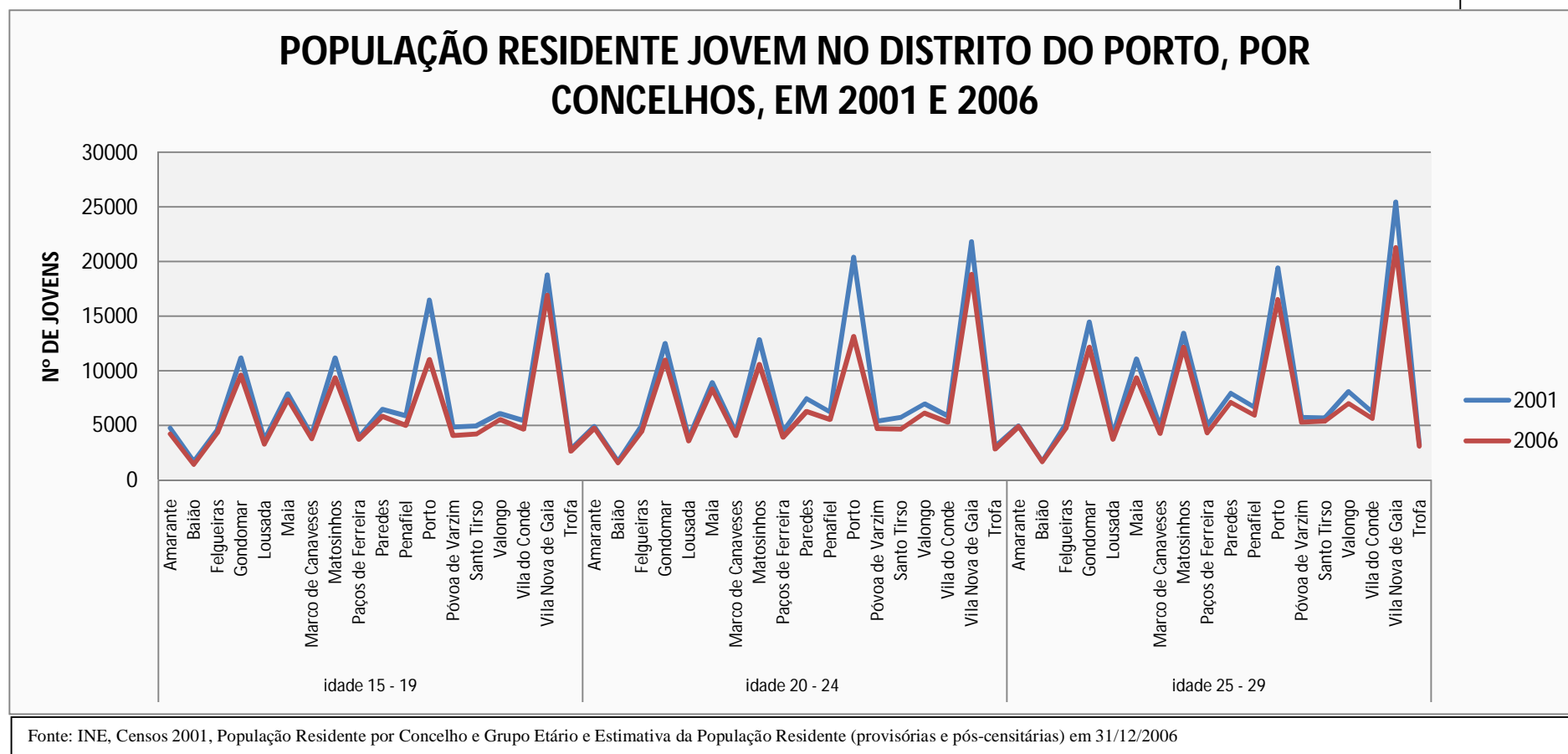


Fonte: INE, Estimativa da População Residente (provisórias e pós-censitárias) em 31/12/2006

No que diz respeito aos gráficos 4 e 5, respeitantes à população jovem residente nos concelhos do distrito do Porto, em 2001 e 2006, observa-se um maior número de jovens residentes nos concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar e Matosinhos. Este fenómeno vem de encontro ao referido fenómeno de litoralização e urbanização da população. Paralelamente, há também a assinalar o decréscimo do grupo etário residente mais jovem, dos 15 aos 19 anos, em todos os concelhos, o que evidencia, a par da diminuição dos nascimentos, um envelhecimento da população.

No gráfico 6 observa-se uma diminuição da população jovem em todos os grupos etários e concelhos, no período de 2001 a 2006.

Gráfico 6



A densidade populacional jovem verificada nos grandes centros urbanos dever-se-á, também, à procura de melhores condições de habitabilidade, empregabilidade e nível de vida.

4.2.3. Contextualização económica

Como se observa no quadro 4, a nível económico o distrito do Porto destaca-se por uma predominância do sector secundário e terciário, em todos os concelhos. No entanto, nos concelhos situados junto do litoral (Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Gaia e Gondomar), o sector terciário aumenta significativamente.

Quadro 4

ACTIVIDADE ECONÓMICA NOS CONCELHOS DO DISTRITO DO PORTO

CONCELHOS	SOCIEDADES NO SECTOR PRIMÁRIO (%) EM 31/12/2004	SOCIEDADES NO SECTOR SECUNDÁRIO (%) EM 31/12/2004	SOCIEDADES NO SECTOR TERCIÁRIO (%) EM 31/12/2004
Amarante	2,9	41,8	55,3
Baião	3,8	56,4	39,8
Felgueiras	1,0	48,1	50,9
Gondomar	0,2	33,4	66,4
Lousada	1,4	52,8	45,7
Maia	0,6	27,6	71,9
Marco de Canaveses	3,3	51,3	45,5
Matosinhos	0,7	19,1	80,2
Paços de Ferreira	0,7	42,3	57,0
Paredes	0,7	41,8	57,5
Penafiel	3,7	43,4	52,9
Porto	0,6	11,5	87,9
Póvoa de Varzim	3,0	29,8	67,3
Santo Tirso	1,1	41,4	57,5
Trofa	1,0	42,2	56,9
Valongo	0,6	31,7	67,7
Vila do Conde	3,5	34,8	61,7
Vila Nova de Gaia	0,5	30,0	69,5

Fonte: <http://www.govcivilporto.gov.pt/p.districto.g/pagina/6> - Dados de caracterização dos concelhos do distrito do porto.

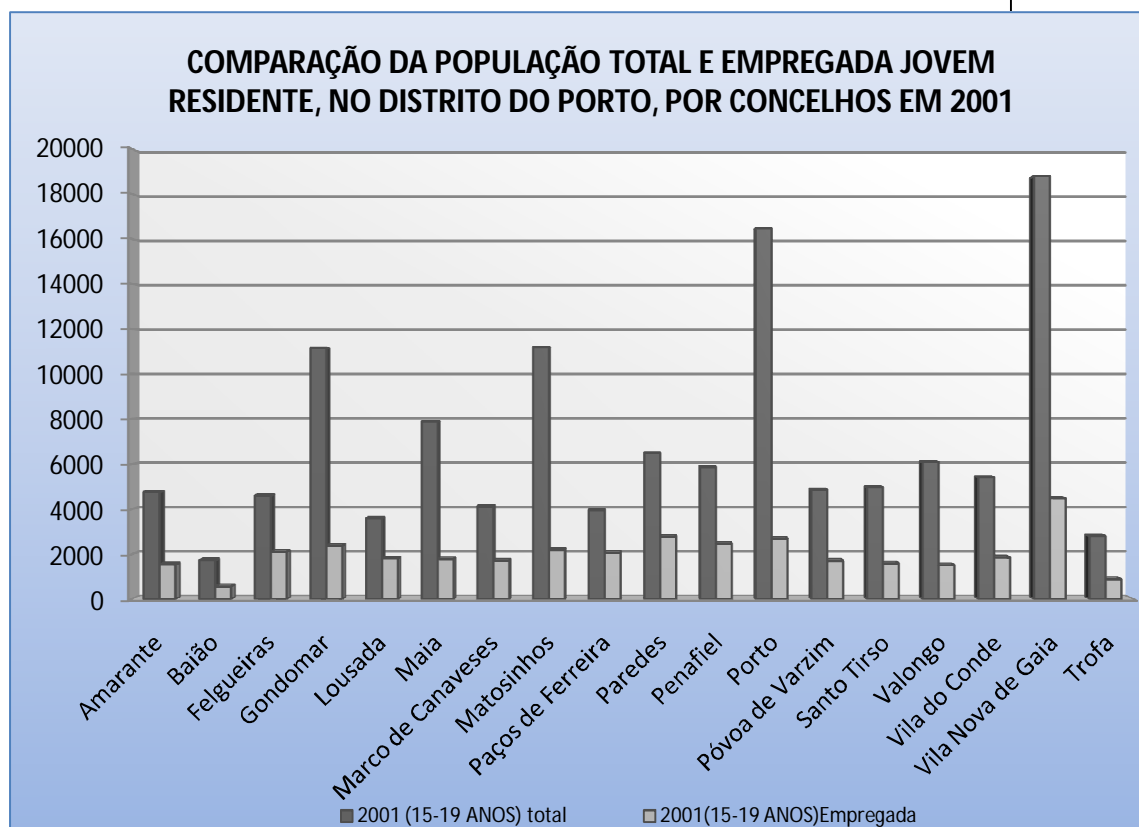
Como se pode observar no quadro 5, o desemprego juvenil é mais acentuado no coorte etário dos 20 – 24 anos e a população inactiva verifica-se no grupo etário dos 15-19 anos, fruto do número elevado de jovens que frequentam a escola.

DISTRITO DO PORTO					
GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	POPULAÇÃO ACTIVA	POPULAÇÃO EMPREGADA	POPULAÇÃO DESEMPREGADA	POPULAÇÃO INACTIVA
15 - 19	124741	42331	36124	6207	82410
20 - 24	141337	101383	91999	9384	39954
25 - 29	153203	136040	127678	8362	17163
Fonte: INE, Censos 2001. População residente, empregada segundo grupo etário.					

Ao observarmos os gráficos 7, 8 e 9 sobre a população jovem total e empregada, residente no distrito do Porto, constatamos que a faixa etária dos 15 – 19 anos apresenta um considerável número de jovens que não estão empregados. Se cruzarmos esta informação com o gráfico 10, *População Jovem Residente no distrito do Porto, desempregada em 2001*, verificamos que o número não é significativo, atendendo, parece-nos, à frequência escolar considerável nesta faixa etária.

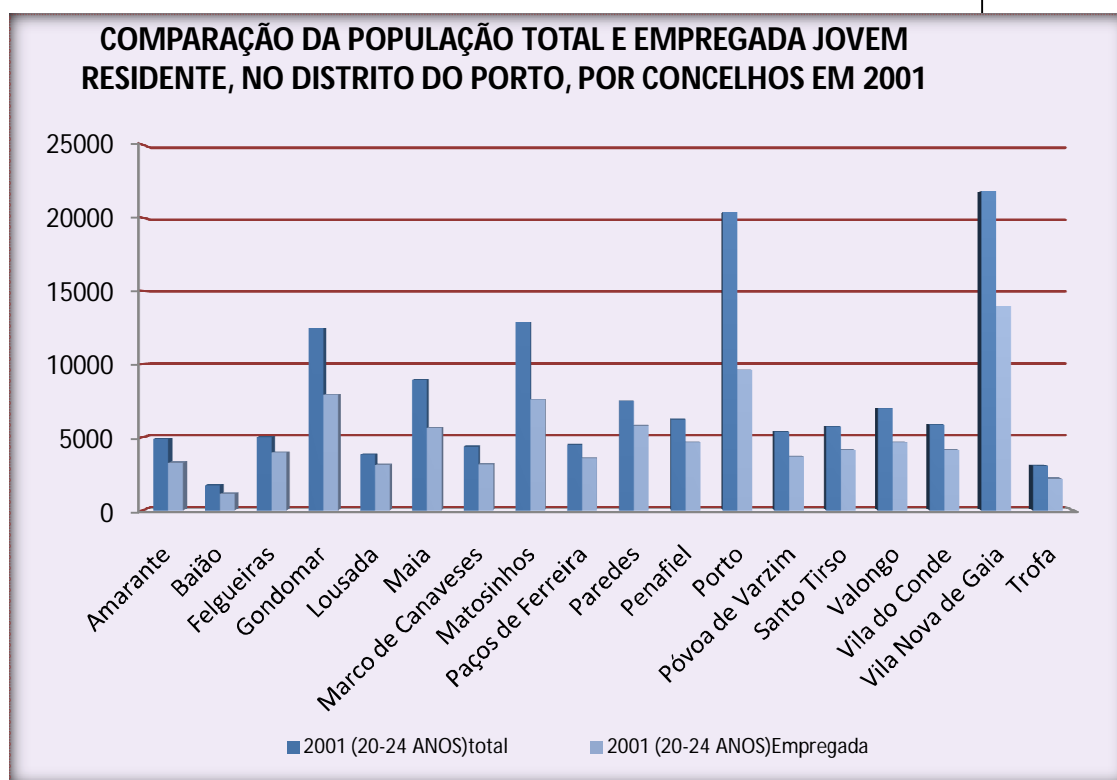
A corroborar estas ideias está o estudo de Sáez, *et al.* (2006:276), que incidiu na região Norte de Portugal, no qual se verifica a presença de desempregados, estudantes, domésticos, reformados incapacitados e noutras situações, e também de Vieira (2006:90-98), que refere o aumento considerável da condição estudantil e o retardamento da inserção profissional.

Gráfico 7



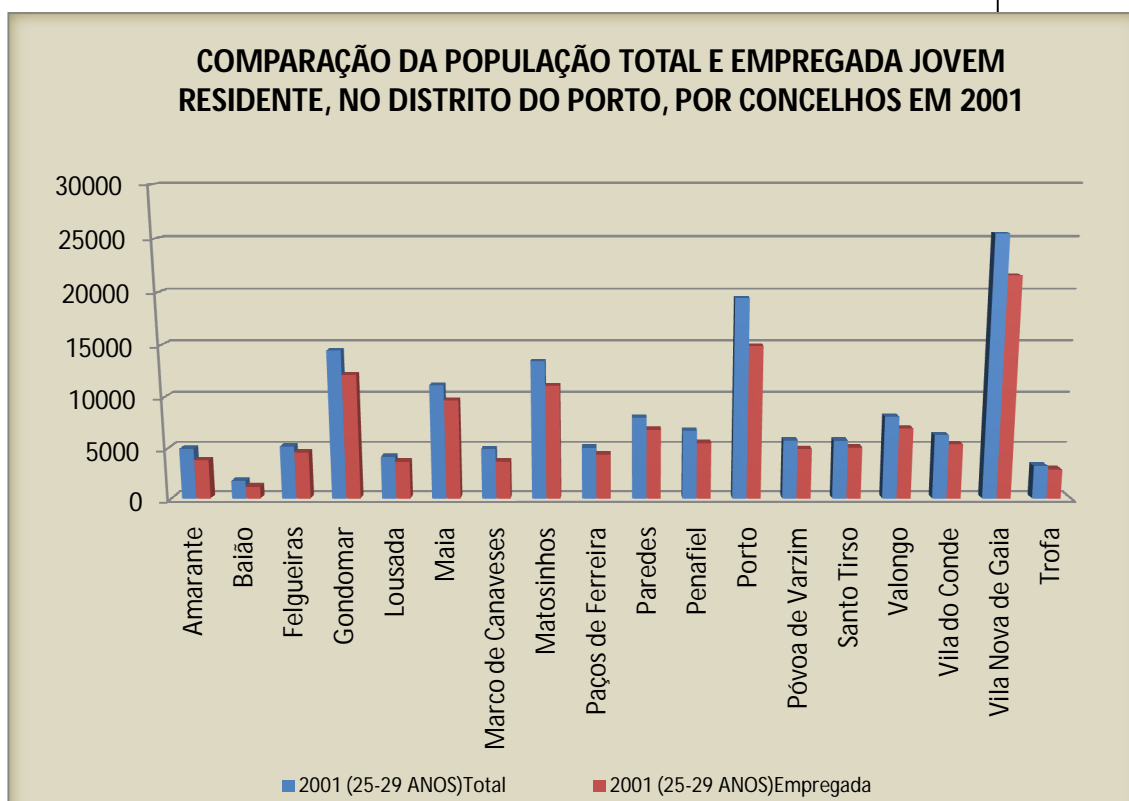
Fonte: INE, Censos 2001. População residente, empregada, segundo grupo etário, nível de instrução e sexo e População Residente por Concelho e Grupo Etário

Gráfico 8



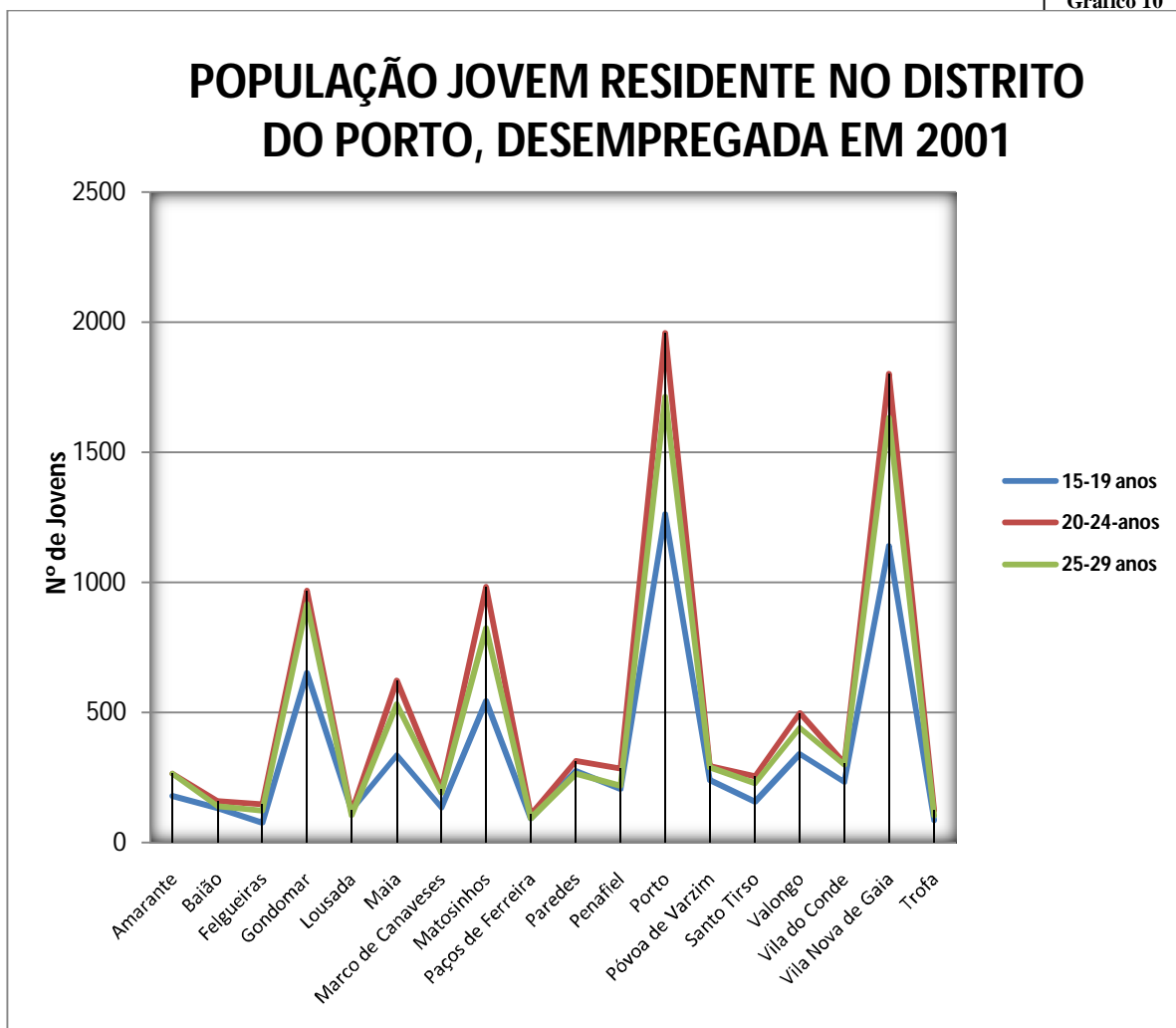
Fonte: INE, Censos 2001. População residente, empregada, segundo grupo etário, nível de instrução e sexo e População Residente por Concelho e Grupo Etário

Gráfico 9



Fonte: INE, Censos 2001. População residente, empregada, segundo grupo etário, nível de instrução e sexo e População Residente por Concelho e Grupo Etário

No que diz respeito ao cohorte dos 20 - 24 anos (gráfico 8), verifica-se um aumento da empregabilidade destes jovens, culminado na faixa seguinte (gráfico 9) com uma considerável empregabilidade da juventude. Contudo verifica-se, em simultâneo, um aumento dos desempregados nestas duas últimas faixas etárias, como se constata no gráfico 10.



Fonte: INE, Censos 2001. População residente, desempregada, segundo o grupo etário.

No entanto, como se pode observar no gráfico 10, existem concelhos no distrito do Porto com *picos* de desemprego consideráveis. É o caso dos concelhos de Gondomar, da Maia, de Matosinhos, do Porto e de Vila Nova de Gaia.

O grupo etário no qual se verifica mais desemprego é o grupo etário dos 20 - 24 anos, seguido pelo grupo dos 25-29 anos. Parece-nos que esta tendência contraria a evolução do panorama nacional que, segundo Vieira (2006:104), à medida que se avança na idade juvenil a taxa de desemprego é menor.

4.2.4. Contextualização educativa

Para melhor conhecerem os jovens compreendidos entre os 15 e os 29 anos da região Norte de Portugal, Sáez, *et al.* (2006: 277-280) realizaram um inquérito entre 15 e 31 de Janeiro de 2005. Os distritos mais representativos na amostra foram o Porto e Braga. Neste estudo as qualificações escolares da população inquirida revelaram-se

fracas: perto de metade atingiu apenas o equivalente ao 3º ciclo do Ensino Básico. Apenas cerca de 14% alcançaram habilitações ao nível médio ou superior.

Tal como os autores anteriores, Vieira (2006:76 - 80) corrobora esta ideia de que, entre os jovens, o nível escolar com mais representatividade sobe até ao 3º ciclo do ensino básico, albergando 33,2% do total de jovens, em 2001.

CAPÍTULO V

A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS EM ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO DISTRITO DO PORTO: RESULTADOS DE UM INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

5.1. A utilização do inquérito por questionário para o estudo da participação em associações juvenis

Ghiglione e Matalon (1997: 11-12) explicam que o inquérito por questionário serve para conhecer e medir comportamentos de uma população em um ou mais domínios da vida social. Estes autores acrescentam que realizar um inquérito é interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma generalização: não são os indivíduos pessoalmente que nos interessam, mas a possibilidade de retirar do seu discurso conclusões mais vastas, interpretá-las e generalizá-las. Este método serve também para compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências e as representações, que só são acessíveis de uma forma prática pela linguagem, e que só raramente se exprimem de forma espontânea e objectiva. Conscientemente ou não, a pessoa diz-nos apenas o que *pode* e *quer* dizer-nos, facto que é determinado pela representação que faz da situação e pelos seus próprios objectivos, que não coincidem necessariamente com os do investigador. Desta forma, esta técnica não dispensa uma crítica séria, nem o reconhecimento dos seus limites, nem a explicitação das condições em que o inquérito aparece efectivamente como único meio de obter as informações pretendidas.

Segundo Felizes, (17-24:1994), o inquérito por questionário é uma técnica complexa que se insere no campo definido como o da observação não participante. De

acordo com Ferreira. V., (167:1986), é a técnica de construção de dados que, com uma natureza quantitativa e com a sua capacidade de objectivar informação, obtém um estatuto máximo de excelência e autoridade científica no quadro de uma sociedade e de uma ciência dominadas pela lógica formal e burocrática-racional.

Na perspectiva de Javeau, (1992:30), os inquéritos por questionário visam recolher três categorias de informações: dados factuais, objectivos (idade, habilitações académicas, endereço, passatempos...); juízos subjectivos, (opiniões, atitudes sobre factos, ideias valores, acontecimentos ou pessoas) e conhecimentos sobre várias áreas.

No estudo empírico que realizámos, o inquérito por questionário foi utilizado, em termos metodológicos, para conhecer e compreender os processos de participação em associações juvenis. Fala-se e escreve-se tanto sobre o que é a participação, como se deve processar a participação, os seus intervenientes, etc., que quisemos conhecer mais de perto este fenómeno, na actualidade. Para isso, decidimos indagar as Associações Juvenis do distrito do Porto, inscritas na RNAJ (Registo Nacional do Associativismo Jovem), recorrendo ao inquérito por questionário. Os inquiridos são os Presidentes das Direcções das Associações Juvenis do distrito do Porto, inscritas na RNAJ, em Março de 2008.

O principal objectivo desta investigação empírica foi conhecer/compreender os processos de participação associativa. Assim, o questionário abrangeu vários itens, nomeadamente: as actividades promovidas e os públicos abrangidos, associados e utentes, considerando os grupos etários; as reuniões realizadas; os meios e os recursos disponibilizados pelos associados; os modos de participação no processo associativo; as razões da participação dos associados nos resultados associativos; o voluntariado; a implicação na tomada de decisões dos associados; a periodicidade e as formas de participação dos associados; a organização associativa predominante nas associações juvenis; os instrumentos de comunicação como o exterior, as formas de coordenação inter-associativa; a formação; a liderança, entre outros.

O questionário teve igualmente como objectivo recolher informação relativa aos presidentes de direcção das associações, designadamente: categorias etárias, habilitações académicas, situação profissional, razões do envolvimento associativo, entre outros aspectos.

A listagem das associações, recolhida em Março de 2008, das oitenta e nove associações juvenis inscritas na RNAJ, pertence ao distrito do Porto. As associações juvenis estão localizadas em todos os concelhos com excepção do concelho de Paços de

Ferreira. A RNAJ, segundo informações retiradas do sítio do Instituto Português da Juventude (IPJ), é o Registo Nacional do Associativismo Jovem e é um instrumento de identificação, em arquivo, de associações juvenis e equiparadas, sedeadas em território nacional continental ou no estrangeiro, das associações de estudantes sedeadas no território nacional, dos grupos informais de jovens sedeados em território nacional continental e das entidades sem fins lucrativos de reconhecido mérito que realizem actividades para jovens. São ainda objecto da RNAJ as federações de associações juvenis e de estudantes.

É de salientar, no quadro 6, a existência de um maior número de associações juvenis nos concelhos de Vila Nova de Gaia e Porto, com maior número de população juvenil.

Monteiro (2004: 192), também no levantamento da distribuição geográfica das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL) constatou que é no Norte e no Centro que se concentram uma grande percentagem, podendo adivinhar-se um nexo de relação entre a sua implantação e a necessidade de colmatar focos de problemáticas e promover novos laços de solidariedade

Quadro 6

CONCELHOS	TOTAL DE POPULAÇÃO JOVEM (15-29 anos)	ASSOCIAÇÕES JUVENIS INSCRITAS NA RNAJ	PERCENTIS DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS
Amarante	13848	2	2,2%
Baião	4674	1	1,1%
Felgueiras	13432	2	2,2%
Gondomar	32734	7	7,9%
Lousada	10605	3	3,4%
Maia	25083	2	2,2%
Marco de Canaveses	12158	2	2,2%
Matosinhos	32137	4	4,5%
Paços de Ferreira	11947	-	-
Paredes	19222	5	5,6%
Penafiel	16467	4	4,5%
Porto	40684	34	38,2%
Póvoa de Varzim	14060	3	3,4%
Santo Tirso	14245	3	3,4%
Valongo	18661	4	4,5%
Vila do Conde	15566	1	1,1%
Vila Nova de Gaia	57029	11	12,4%
Trofa	8554	1	1,1%
TOTAL		89	

Segundo Lima (1986:29), a variedade das associações é também a variedade dos seus objectivos e das suas práticas, que vão desde o carácter humanitário, recreativo, educativo, de assistência, criação cultural, à defesa de certos valores, etc. Contudo, este autor refere que as vantagens de classificação são acompanhadas por dificuldades diversas, tais como, problemas de carácter metodológico ou derivados do enquadramento teórico ou do quadro conceptual adoptados.

No referente às propostas de tipologias para o enquadramento e classificação das organizações genericamente consideradas, Estêvão e Afonso (1998: 81) tendem a distinguir dois grandes grupos: as organizações económicas ou com fins lucrativos e as organizações voluntárias ou sem fins lucrativos. É nesta última categoria que são normalmente alocadas as associações, embora haja certas formas associativas mistas ou híbridas que não são integráveis na dicotomia referida.

Gurvitch (1979, citado por Estêvão e Afonso, 1998: 80) aponta como critérios que permitem identificar os agrupamentos voluntários, onde integra as associações, os inerentes às motivações da sua constituição; os relativos à regulamentação do acesso; os que acentuam o grau de formalização da estrutura interna; os ligados à duração ou ciclos

de vida associativa; os que salientam o grau de permeabilidade ou intercomunicabilidade com a sociedade; os que explicitam a importância das regras de adesão ou impedimento de filiação; os que realçam o sistema de controlo interno dos seus membros; os que dão ênfase aos valores e princípios ideológicos que regem as associações; e os que apontam para uma tipificação da natureza jurídica das associações. Para além destes, o autor acrescenta outros critérios que permitem igualmente distinguir as associações e que têm a ver com: o conteúdo funcional; a envergadura ou complexidade organizacional; o ritmo de decisão e concretização das soluções adoptadas; o nível de articulação inter-associativa; a idade dos associados e, entre muitos outros, a natureza dos objectivos enunciados.

Também R. Sainsaulieu, P. Tixier e M. Marty (1983, citados por Estêvão e Afonso, 1998: 82), depois de considerarem que a génese das associações está na vontade colectiva de mudança e de vivências de relações menos independentes e menos hierárquicas, apontam alguns critérios que podem ser utilizados para estabelecer tipologias de associações e que devem partir, quer da análise dos sectores em que ocorre o associativismo (sector social, cultural ou de actividades comerciais), quer da relação que as associações mantêm com o poder público. No caso destas últimas associações, estes autores distinguem os seguintes tipos: as associações para-públicas, as associações de expressão ou de participação, e as associações de defesa ou de reivindicação.

As associações para-públicas, caracterizando-se por um sistema de gestão pouco rígido e descentralizado, são percepcionadas apenas como uma etapa do percurso evolutivo pela qual muitos grupos passam em direcção a uma maior integração ou institucionalização no serviço público. As associações de expressão e de participação são aquelas que actuam preferencialmente nos domínios cultural, desportivo, meio ambiente, etc., e que mantêm, por vezes, uma certa relação com o poder político autárquico sem que, necessariamente, apresentem como dominância uma preocupação democrática ou autogestionária. As associações de defesa e reivindicação são aquelas que, de alguma forma, se assemelham aos novos movimentos sociais e têm preocupações de democratização e de funcionamento colectivo.

Estêvão e Afonso (1998: 80-85) referem mesmo a ausência de um corpo teórico consistente, e sublinham que as associações enquanto tipos específicos, genericamente integráveis nas organizações voluntárias e/ou nas organizações não-lucrativas, recobrem uma multiplicidade de grupos que não são homogéneos uma vez que apresentam

variações nas formas de participação ou de envolvimento dos seus membros, ou em outras dimensões organizacionais.

No entanto, Lima (ibid: 33-34) refere que existem vantagens em classificar tipologicamente as associações pois permite um estudo das mesmas, mais organizado e sistematizado. Portanto, as classificações surgem com o fim de estudar as associações segundo certos pontos de vista, não se tratando de classificações absolutas ou de carácter universal. A classificação tipológica criada por este autor, aquando do estudo de diversas associações do distrito de Braga, em 1982, baseou-se em vários parâmetros e distinguiu três diferentes tipos de associações:

Associações de tipo 1 – predominantemente desportivas;

Associações de tipo 2 – predominantemente recreativas;

Associações de tipo 3 – predominantemente educativas.

Por sua vez, Monteiro (2004: 202) refere que no quadro do estudo de Comparação Internacional do Sector Não Lucrativo foi ensaiado um procedimento de classificação dos sectores de actividade em que se centra a actuação destas organizações, propondo uma divisão do sector em onze grupos, por sua vez ainda divididos, cada um deles, em vários sub-grupos.

Grupo 1 – Cultura, desporto e lazer;

Grupo 2 – Educação e investigação;

Grupo 3- Saúde;

Grupo 4 – Serviços Sociais;

Grupo 5 – Ambiente;

Grupo 6 – Desenvolvimento local e alojamento;

Grupo 7 – Serviços jurídicos e defesa de direitos;

Grupo 8 – Intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado;

Grupo 9 – Actividades internacionais;

Grupo 10 – Associações profissionais e sindicais;

Grupo 11 – Organizações não classificadas em outros domínios.

Esta classificação, estabelecida a partir da actividade principal exercida pela organização, tem vindo a ser adoptada como contributo para compreender o tipo de intervenção empreendida pelas Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDLs).

De acordo com o estudo de Monteiro (ibid: 164), as Associações de Cultura e Recreio encontram-se em maior número no Norte e Centro litorais. No estudo que realizámos, concluímos, também, analisando os objectivos e actividades desenvolvidas

por cada associação, enunciados publicamente em diversas páginas electrónicas, que 39,3% das associações juvenis são recreativas e culturais.

5.2. A construção do questionário e os procedimentos de recolha, tratamento e análise dos dados

O enunciado do inquérito, apresentado em anexo, é constituído por dezoito questões, divididas em sete áreas:

- Identificação do inquirido;
- Envolvimento associativo na criação da associação do inquirido;
- Identificação da Associação Juvenil;
- Prática associativa dos associados;
- Dinâmica associativa da Associação Juvenil;
- Participação dos utentes na Associação Juvenil;
- Voluntariado na Associação Juvenil.

O seguinte quadro apresenta as áreas, categorias e itens correspondentes a cada uma delas.

Quadro 7

ÁREA	CATEGORIAS	ITENS
IDENTIFICAÇÃO DOS INQUIRIDOS	CARACTERÍSTICAS DOS INQUIRIDOS	<u>Independentes/objectivas</u> (de acordo com a denominação de Ferreira. V. (1986:175))
		<u>Idade:</u> 15-19 Anos. 20-24 Anos. 25-29 Anos. Igual ou superior a 30 anos.
		<u>Sexo:</u> Feminino. Masculino.
		<u>Escolaridade:</u> 1º Ciclo do ensino básico. 2º Ciclo do ensino básico. 3º Ciclo do ensino básico. Secundário. Bacharelato. Licenciatura. Mestrado. Outro.
		<u>Situação profissional:</u>
		<u>Outra situação:</u> Desempregada. Estudante.

		Aposentado. Outra. S/resposta.
ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO NA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	LIGAÇÃO À ASSOCIAÇÃO	<u>Dependentes</u>
		Sim. Não.
	RAZÕES DO ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO Ajuda	Contribuir para que a sociedade se torne melhor. Resolver problemas na minha região. Ajudar os outros (membros da associação e outras pessoas). Obter financiamento para a Associação e as suas actividades.
	RAZÕES DO ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO Interesse	Conviver com os amigos. Ocupar o meu tempo livre. Melhorar a minha qualidade de vida. Adquirir prestígio.
	RAZÕES DO ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO Outra	
IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	ANO DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	Ano da constituição.
	Nº DE ASSOCIADOS	Sócios.
	ACTIVIDADES PROMOVIDAS	Cariz social. Cariz educativo. Cariz cultural. Cariz ambiental. Cariz religioso. Cariz recreativo. Cariz desportivo. Outro.
	REGULARIDADE DAS VÁRIAS ACTIVIDADES	Diárias, Semanais, Quinzenais, Mensais, trimestrais, Semestrais, Anuais, Bianuais e Regularidade variável.
	PÚBLICOS ABRANGIDOS PELAS VÁRIAS ACTIVIDADES REALIZADAS	Sócios, Utentes, Habitantes da localidade, Outros.
	GRUPOS ETÁRIOS DESTINATÁRIOS DAS VÁRIAS ACTIVIDADES DINAMIZADAS	A – crianças dos 0 aos 14 anos. B – jovens dos 15 aos 29 anos. C – adultos dos 30 aos 64 anos. D – idosos dos 65 anos ou mais.
	Nº DE REUNIÕES	Ordinárias. Extraordinárias.
	MEIOS E RECURSOS ASSOCIATIVOS DISPONIBILIZADOS PELOS	Participam nas reuniões. Pagam as quotas com regularidade. Disponibilizam informação e conhecimentos. Realizam trabalho voluntário. Prestam um serviço aos outros e à comunidade. Disponibilizam meios técnicos ou infra-estruturas que

PRÁTICA ASSOCIATIVA DOS ASSOCIADOS	ASSOCIADOS	possuem. Facilitam contactos com várias entidades.
	PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NO PROCESSO ASSOCIATIVO	Definem os objectivos da associação. Elaboram o programa anual. Elaboram os métodos de intervenção. Executam as tarefas de gestão. Realizam as actividades planeadas. Analisam os processos e os resultados. Empenham-se no projecto associativo. Avaliam as actividades durante o seu desenvolvimento. Avaliam as actividades finalizadas.
	RAZÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NOS RESULTADOS ASSOCIATIVO	Usufruem dos serviços prestados pela Associação. Ganham o respeito dos outros ao serem associados. Aperfeiçoam os níveis de informação e comunicação interpessoal. Adquirem novas experiências e enriquecimento pessoal. Beneficiam de vantagens económicas. Beneficiam de vantagens culturais. Conhecem novas pessoas. Obtêm prestígio. Melhoram a auto – estima. Beneficiam de um espaço de convívio. Contribuem para a transformação da sociedade. Fazem-se ouvir se participarem numa associação.
	IMPLICAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES DOS ASSOCIADOS	São informados das decisões tomadas pelos dirigentes. São consultados antes que seja tomada uma decisão por parte dos dirigentes. Tomam as decisões colectivamente.
	PERIODICIDADE A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS	Participam permanentemente e habitualmente. Participam em assembleias ordinárias ou extraordinárias. Participam pontualmente. Não participam.
	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS	Participam em situações de convívio. Participam, nos órgãos da associação, nos processos onde são tomadas as decisões. Delegam as suas responsabilidades em pessoas devidamente identificadas. A sua participação manifesta-se através de representantes eleitos. De forma espontânea e regular colaboram, por meio de terceiros, na dinâmica associativa.
DINÂMICA ASSOCIATIVA	ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA CENTRALIZADA	Os diferentes cargos na associação estão estabelecidos segundo uma ordem hierárquica. A adaptação às mudanças, produzidas ao longo do tempo, é muito difícil. As propostas e as ideias apresentadas são valorizadas em função da hierarquia associativa. As decisões de maior importância são tomadas por um ou pelas pessoas que constituem o núcleo central da associação. A informação circula de cima para baixo e os membros de base recebem e executam as decisões tomadas pelos dirigentes. As distintas funções e responsabilidades são desempenhadas sempre pelas mesmas pessoas. As estruturas de trabalho têm uma natureza hierárquica na qual um nível inferior depende do nível superior. O funcionamento interno e a forma de realização das tarefas estabelecem-se de acordo com regras

		<p>determinadas e fixas.</p> <p>A comunicação e a participação desenrolam-se por canais formais (reuniões dos órgãos).</p>
	<p>ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA PARTICIPATIVA</p>	<p>As funções associativas são distribuídas de acordo com as capacidades/potencialidades e a disponibilidade dos seus membros.</p> <p>As ideias são valorizadas pelo seu interesse e não por quem são tomadas/representadas.</p> <p>O trabalho desenvolve-se em equipa.</p> <p>O funcionamento e a actuação associativa são avaliados e esta avaliação contribui para a melhoria do funcionamento da associação.</p> <p>Nas decisões implica-se o maior número possível de membros.</p> <p>A informação circula tanto de forma vertical como horizontal, tanto de cima para baixo, como de baixo para cima.</p> <p>As decisões delegam-se, repartem-se e partilham-se.</p> <p>A organização está permanentemente aberta ao exterior (à sociedade, às outras associações e entidades, aos outros colectivos.)</p>
	<p>INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELA ASSOCIAÇÃO</p>	<p>Os boletins internos têm um carácter periódico.</p> <p>Na sede associativa promove-se a utilização de anúncios.</p> <p>Realizam-se reuniões informativas sobre problemas, projectos e actividades.</p> <p>É uma norma associativa o registo em actas.</p> <p>Uma rede de informação faz-se através de correio, telefone, fax e endereço electrónico.</p> <p>Uma página na Web é essencial para comunicar com o exterior.</p>
	<p>COMUNICAÇÕES EXTERIORES</p>	<p>Os sócios são sempre convocados para as assembleias. A comunidade, em geral é convidada a participar em actividades organizadas pela associação.</p> <p>Os sócios são mobilizados para a solução de um problema determinado.</p> <p>Anualmente são captados novos sócios.</p>
	<p>COORDENAÇÃO INTERASSOCIATIVA E RELAÇÃO COM OS PODERES PÚBLICOS</p>	<p>Estabelecem-se parcerias e protocolos com outras entidades de âmbito associativo.</p> <p>A maioria das parcerias e protocolos são elaborados com entidades estatais.</p> <p>As parcerias com entidades estatais e com organismos públicos de financiamento tornam a associação mais autónoma.</p> <p>As parcerias com entidades estatais e com organismos públicos de financiamento tornam a associação mais dependente.</p> <p>A relação da associação com as entidades estatais garante a sobrevivência da associação em termos financeiros.</p> <p>A coordenação com outras associações permite alcançar resultados mais depressa que uma associação individualmente.</p> <p>A coordenação com outras associações serve para implementar actividades de formação desde um curso formativo, à organização de um seminário, de um encontro, etc.</p> <p>Na coordenação com outras associações partilham-se instituições informações de interesse mútuo, sobre subvenções, sobre programas, sobre métodos de trabalho, sobre formas de organização, sobre a gestão de recursos</p>

		<p>ou sobre questões legais.</p> <p>A coordenação entre associações é uma ótima forma de rentabilizar determinados recursos materiais (infra-estruturas e equipamentos).</p> <p>A coordenação entre associações é uma ótima forma de rentabilizar recursos humanos.</p>
	PLANO FORMATIVO	<p>A formação dos membros da associação é importante para a realização mais eficaz das tarefas de cada um.</p> <p>A formação dos membros da associação é importante para a coesão interna, de forma a melhorar o espírito de grupo e fortalecer o sentimento de pertença.</p> <p>Os membros da associação participam em acções de formação promovidas pela própria associação.</p> <p>Os membros da associação participam em acções de formação promovidas por entidades externas.</p> <p>A formação tem como principal objectivo a melhoria da organização, da gestão e do funcionamento da associação.</p> <p>A associação promove actividades de formação para os seus membros e para outras pessoas interessadas.</p> <p>Para a realização de actividades de formação a associação conta apenas com os seus recursos.</p> <p>Para a realização de actividades de formação a associação conta com financiamento externo.</p> <p>A formação realizada na e/ou pela associação envolve todos os membros da associação (sócios, dirigentes, profissionais e voluntários).</p> <p>A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os dirigentes.</p> <p>A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os trabalhadores.</p> <p>A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os sócios.</p>
	LIDERANÇA DEMOCRÁTICA	<p>A liderança partilhada e participada é mais eficaz para a associação alcançar os seus objectivos.</p> <p>Escutar as opiniões dos outros é fundamental para tomar decisões.</p> <p>A liderança deve estimular a reflexão, a participação e a iniciativa de todos os membros da associação.</p> <p>Os líderes associativos devem estar ao serviço da cidadania e da transformação da sociedade.</p> <p>A liderança constrói-se com exemplos de compromisso e de dedicação, ganhando assim o respeito e a confiança dos outros.</p> <p>Os líderes associativos são mais reconhecidos quando garantem a coesão interna da associação e a tornam competitiva com outras associações e outros serviços e instituições.</p> <p>Os líderes associativos são mais reconhecidos quando se abrem à comunidade local e à sociedade em geral e cooperam com outras entidades.</p>
	LIDERANÇA HIERÁRQUICA /AUTORITÁRIA	<p>A liderança individual é mais eficaz para atingir os objectivos da associação.</p> <p>A liderança é sempre exercida pela mesma pessoa porque dessa forma todos sabem quem manda e isso traz vantagens e resultados.</p> <p>A liderança deve ser constante e permanente para controlar tudo o que se passa na associação.</p> <p>Os líderes associativos devem tomar as decisões e informar os restantes membros.</p>

		A liderança impõe-se contra a opinião dos restantes associados.
PARTICIPAÇÃO DOS UTENTES NA ASSOCIAÇÃO	ACTIVIDADES EM QUE PARTICIPAM	Cariz social. Cariz educativo. Cariz cultural. Cariz ambiental. Cariz religioso. Cariz recreativo. Cariz desportivo. Outro.
	REGULARIDADE DA PARTICIPAÇÃO DOS UTENTES NAS ACTIVIDADES Diárias, Semanais, Quinzenais, Mensais, trimestrais, Semestrais, Anuais, Bianuais e Regularidade variável.	Cariz social. Cariz educativo. Cariz cultural. Cariz ambiental. Cariz religioso. Cariz recreativo. Cariz desportivo. Outro.
	GRUPOS ETÁRIOS PARTICIPANTES A – crianças dos 0 aos 14 anos. B – jovens dos 15 aos 29 anos. C – adultos dos 30 aos 64 anos. D – idosos dos 65 anos ou mais.	Cariz social. Cariz educativo. Cariz cultural. Cariz ambiental. Cariz religioso. Cariz recreativo. Cariz desportivo. Outro.
	MOTIVAÇÕES DOS UTENTES PARTICIPANTES	
VOLUNTARIADO NA ASSOCIAÇÃO	EXISTÊNCIA DE VOLUNTÁRIO NA ASSOCIAÇÃO	Sim. Não.
	GÉNERO DOS VOLUNTÁRIOS	Feminino. Masculino.
	NÚMERO DOS VOLUNTÁRIOS EM GÉNERO	Feminino. Masculino.
	GRUPOS ETÁRIOS DOS VOLUNTÁRIOS	A – crianças dos 0 aos 14 anos. B – jovens dos 15 aos 29 anos. C – adultos dos 30 aos 64 anos. D – idosos dos 65 anos ou mais.
	QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA DOS VOLUNTÁRIOS	S/ qualificação. 1º Ciclo do ensino básico. 2º Ciclo do ensino básico. 3º Ciclo do ensino básico. Secundário. Bacharelato. Licenciatura. Mestrado. Outro.

	SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS VOLUNTÁRIOS	Empregado. Desempregada. Estudante. Aposentado. Outra.
	NATUREZA DAS ACTIVIDADES DOS VOLUNTÁRIOS	Cariz social. Cariz educativo. Cariz cultural. Cariz ambiental. Cariz religioso. Cariz recreativo. Cariz desportivo. Outro.
	REGULARIDADE DAS ACTIVIDADES	Diárias, Semanais, Quinzenais, Mensais, trimestrais, Semestrais, Anuais, Bianuais e Regularidade variável.
	MOTIVAÇÕES DOS VOLUNTÁRIOS	Sentimento de caridade. Aquisição de experiência. Convivência. Realização pessoal. Contribuição para o desenvolvimento local. Outro.

Na construção do questionário, optámos por incluir quatro questões fechadas, de forma a tornar o inquérito uniforme e a legitimar a generalização e a quantificação de todo o trabalho de planeamento, execução e tratamento dos resultados, tal como salientam Felizes, (1994:32) e Javeau (1992:69). Mas também introduzimos vinte e quatro questões abertas de forma a não impor um quadro de referências com o qual o inquirido não se identifica. Ghiglione e Matalon (1997:117) explicam que as questões abertas dão à pessoa inquirida impressão de que de facto está a ser ouvida. Um questionário totalmente fechado, sobretudo se for longo, torna-se rapidamente fastidioso. Apoiando-se nas listas de respostas que lhes apresentamos, as pessoas podem reflectir cada vez menos e tornar cada vez menos cuidado com o que escrevem. Algumas podem também irritar-se ao ver que não as deixam exprimir-se livremente à sua maneira e ter a impressão de que estão a ser manipuladas. Javeau (1992:71) defende a utilização das questões abertas quando não prevemos as respostas possíveis. Tuckman (2000:312) também explica que as questões de resposta não estruturada garantem a fidelidade das respostas porque o sujeito dará as suas próprias respostas e não quererá simplesmente estar de acordo com o investigador.

O questionário que construímos também contempla três questões semi-fechadas que Javeau (1992:72) caracteriza como facilitadoras na verificação, pois grande parte das respostas estão previstas e são possíveis influenciadoras na resposta das pessoas inquiridas. O questionário inclui ainda duas escalas de concordância - de Likert - nas quais o inquirido coloca apenas uma cruz na casa com a qual se identifica.

Segundo Bell (1997:174), as escalas de Likert pedem aos inquiridos que indiquem o grau de concordância ou discordância com determinada afirmação ou série de afirmações, considerando uma escala de cinco ou sete pontos. As respostas são depois pontuadas de 1 a 5, podendo, assim, ser avaliadas as opiniões dos inquiridos.

Nestas escalas optámos por inserir cinco respostas – *discordo totalmente*, *discordo*, *sem opinião*, *concordo* e *concordo totalmente*, porque, tal como indicam Ghiglione e Matalon (ibid: 135-137), existem várias vantagens: as pessoas inquiridas podem ter a impressão, com apenas duas respostas possíveis, que estão a forçar a tomar posições muito nítidas, que não são as suas, e que não se interessam propriamente por aquilo que pensam. Depois, no tratamento dos dados extraímos uma informação mais rica, percebem-se mais detalhes e pode-se escolher o agrupamento que se achar melhor e não necessariamente juntar as duas primeiras respostas num lado e as outras noutra. A resposta *sem opinião* é uma indicação importante que é necessário recolher, logo optamos também por propô-la no mesmo plano que as opiniões propriamente ditas. Para que os inquiridos não respondam de modo a dar a melhor imagem possível, designada por distorção de resposta por expectativa social, como explica Tuckman (2000:333), não se revelou a verdadeira designação do inquirido por questionário e incluíram-se itens de “recheio”, itens que se referem a uma área não relacionada com a que se está a medir, tais como a inquirição da profissão para se alcançar a situação profissional e a natureza das associações juvenis.

O questionário foi elaborado tendo em vista o seu preenchimento pelos Presidentes da Direcção das oitenta e nove Associações Juvenis, do distrito do Porto, inscritas na RNAJ. Para isso, através de endereços electrónicos que encontramos na Internet, enviámos uma carta (anexo 1) de apresentação a sessenta e três associações juvenis, especificando o objectivo do inquérito, anunciando o envio do questionário via postal ou, se assim o desejasse, a nossa passagem pela associação juvenil com marcação prévia do dia do nosso atendimento. Como não obtivemos resposta, decidimos através do telefone obtê-la. Qual não foi o nosso espanto quando a maioria delas nos disseram que preferiam recebê-lo de forma electrónica. Depois de o transformar em questionário electrónico (anexo 2), enviámo-lo a sessenta e três associações juvenis. Este trabalho foi metódico e perseverante porque muitas associações ora não o recebiam, ora apagavam o correio electrónico recebido sem o lerem, ora esqueciam-se de preencher o questionário, o que nos levou a insistir e a reenviá-lo por mais de três vezes a cada

associação, acrescido sempre de um telefonema a recordar a importância da sua colaboração.

Como nos indica Ghiglione e Matalon (1997:165) o principal inconveniente dos inquéritos postais é a extremamente reduzida taxa de respostas. Assim pode ser muito eficaz o envio de cartas no sentido de lembrar o inquérito às pessoas.

Para as 26 que não conseguimos obter contacto telefónico e/ou endereço electrónico, optámos por enviar uma carta introdutória a solicitar o contacto telefónico e o endereço electrónico. Como nenhuma respondeu, ainda decidimos, através da linha telefónica 12118 recolher os contactos telefónicos. Sem recolha profícua, optamos por enviar o inquérito por questionário, via postal, de forma a ser auto-administrado.

Enviámos os inquéritos ao longo do mês de Outubro de 2009 e recebemo-los durante este e os meses de Novembro e Dezembro. A dificuldade de contacto com as associações juvenis e a recolha dos inquéritos por questionário foram tarefas extraordinariamente difíceis e condicionaram o desenvolvimento da investigação. Do total de oitenta e nove associações juvenis, vinte e nove responderam ao inquérito enviado electronicamente e três responderam ao inquérito enviado via postal, num total de trinta e dois inquéritos respondidos.

Das cinquenta e sete associações juvenis que não responderam, três cartas foram devolvidas por terem mudado o endereço e por estarem encerradas, duas não nos foi possível contactar por forma alguma e seis justificaram-se através do responsável pela associação, da seguinte maneira:

- Azáfama nas actividades associativas – uma associação;
- Convalescença de saúde - uma associação;
- Questões familiares - uma associação;
- Extensão e a falta de clareza do inquérito - uma associação;
- Encerramento da associação juvenil - uma associação;
- Não enquadramento da associação no preenchimento do inquérito por questionário - uma associação.

É também de referir as justificações, os comentários e as advertências de algumas associações juvenis aquando do envio dos inquéritos via electronicamente:

“a nossa associação é um pouco diferente: foi fundada apenas e só para defender os melhores interesses duma Tuna...”

“a nossa associação é diferente da maioria das associações, foi criada apenas porque se sentiu necessidade de criar um órgão de Direcção que pudesse assumir responsabilidades na gestão mais minuciosa do grupo;”

“ porque necessitávamos desse estatuto para concorrer ao financiamento do IPJ”.

Elaborámos o quadro 8 que clarifica o processo de recolha dos inquéritos por questionário e o quadro 9 que distribui pelos respectivos concelhos as associações juvenis que responderam e não responderam ao inquérito.

Quadro 8			
FORMA DE ENVIO	ENVIADOS	RECOLHIDOS	NÃO RECOLHIDOS
Electronicamente	63	29	33
Via postal	26	3	24

No quadro 9 verifica-se uma distribuição bastante heterogénea e dispersa de associações juvenis no distrito e a ausência de associações juvenis no concelho de Paços de Ferreira. Obtivemos 35,9% dos inquéritos preenchidos do total das oitenta e nove associações juvenis do distrito do Porto.

Relativamente ao ponto de vista quantitativo, como refere Lima no seu estudo (1986:49), obtiveram-se dados percentuais que não se afastam muito da realidade. À excepção das associações juvenis dos concelhos de Lousada, Maia, Valongo e Trofa, que não responderam ao inquérito, a percentagem das associações juvenis que responderam nos restantes concelhos forneceu-nos dados com os quais poderemos trabalhar com uma certa segurança. Pensamos que a qualidade dos inquéritos recolhidos preservou a dispersão geográfica, viabilizando assim o prosseguimento do trabalho.

Quadro 9

CONCELHOS	ASSOCIAÇÕES JUVENIS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO	ASSOCIAÇÕES JUVENIS QUE NÃO RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO	TOTAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS NO DISTRITO	PERCENTIS DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS NO DISTRITO
Amarante	1 (50 %)	1 (50 %)	2	2,2%
Baião	1 (100 %)	-	1	1,1%
Felgueiras	2 (100 %)	-	2	2,2%
Gondomar	1(14,3 %)	6 (85,7 %)	7	7,9%
Lousada	-	3 (100 %)	3	3,4%
Maia	-	2 (100 %)	2	2,2%
Marco de Canaveses	2 (100 %)	-	2	2,2%
Matosinhos	2 (50 %)	2 (50 %)	4	4,5%
Paços de Ferreira	-	-	-	-
Paredes	2 (40 %)	3 (60 %)	5	5,6%
Penafiel	2 (50 %)	2 (50 %)	4	4,5%
Porto	12 (35,3 %)	22 (64,7 %)	34	38,2%
Póvoa de Varzim	2 (66,6 %)	1 (33,3 %)	3	3,4%
Santo Tirso	2 (66,6 %)	1 (33,3 %)	3	3,4%
Valongo	-	4 (100 %)	4	4,5%
Vila do Conde	1 (100 %)	-	1	1,1%
Vila Nova de Gaia	2 (18,2 %)	9 (81,8 %)	11	12,4%
Trofa	-	1 (100 %)	1	1,1%
TOTAL	32	57	89	100%

No que diz respeito à classificação tipológica, baseamo-nos na proposta de Monteiro (2004) e utilizamos a classificação e divisão do sector não lucrativo em onze grupos. Atendendo aos parâmetros das *actividades desenvolvidas* e da *regularidade das actividades* em cada associação juvenil, enunciados nos inquéritos recolhidos, distinguimos as associações inquiridas da seguinte forma: vinte e três associações do grupo 1 (cultura, desporto e lazer); sete do grupo 2 (educação e investigação); uma do grupo 3, (saúde) e uma do grupo 5 (ambiente). Desta forma, constatamos, tal como este autor (ibidem) uma preponderância – cerca de 72% das associações inquiridas – de associações de cultura e recreio, no Norte e Centro Litorais, mais propriamente de associações juvenis, no distrito do Porto.

Em termos de tratamento dos dados, utilizámos o programa Excel, com excepção das duas escalas de concordância, cujos dados foram tratados através do software estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciencies), versão 15. No

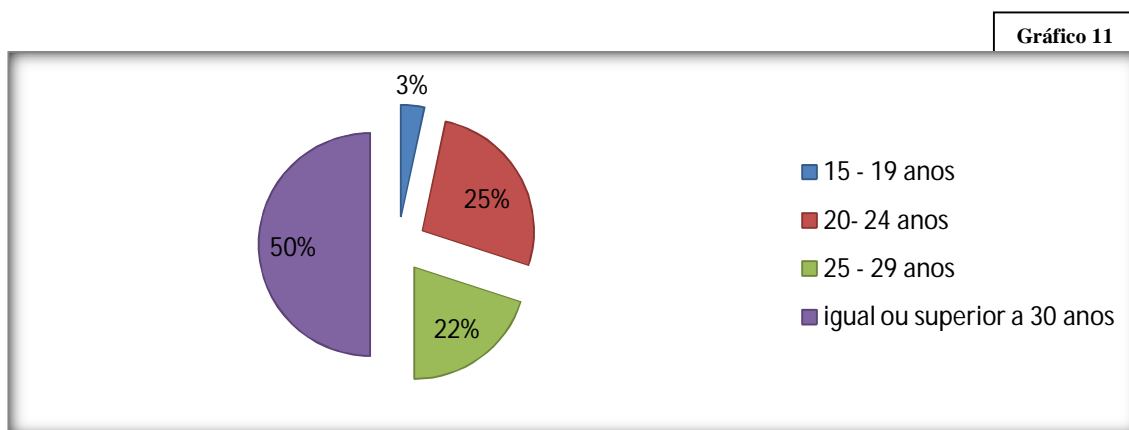
programa Excel utilizamos tabelas, gráficos de colunas, de cilindros, de barras e circulares. Nas escalas de concordância, como se observa no quadro 7, pontuámos de 1 a 5 as várias respostas: *Sem opinião*, 1; *discordo totalmente*, 2; *discordo*, 3; *concordo*, 4; e *concordo totalmente*, 5.

Quisemos elaborar uma tabela de frequências absolutas, na qual se observou o número de vezes dos valores (1 a 5) atribuídos às questões respondidas pelos inquiridos. Nalgumas questões, transformámos a frequência das respostas em percentagens (frequência relativa) para melhor visualização dos resultados. Também utilizamos tabelas e histogramas de frequências absolutas e relativas de todas as variáveis.

5.3. Análise e interpretação dos dados

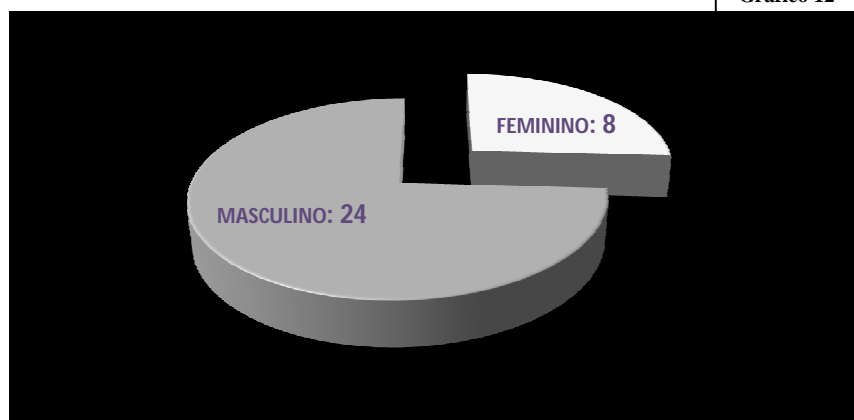
5.3.1. Caracterização dos inquiridos

Como se observa no gráfico 11 a maior parte dos Presidentes da Direcção das Associações Juvenis do distrito do Porto que responderam ao inquérito por questionário apresentam a idade igual ou acima dos 30 anos



Não obstante Sáez *et al.* (2006:57) constatarem que a nível europeu os trabalhos sobre a juventude consideram esta etapa oscilante entre os 15 e os 30 anos, a lei nº 23 de 2006 aplica o termo *jovens* a indivíduos com idade igual ou inferior a 35 anos. Esta lei é um suporte para todas as associações juvenis, logo as idades apresentadas pelos inquiridos enquadram-se nesta legislação.

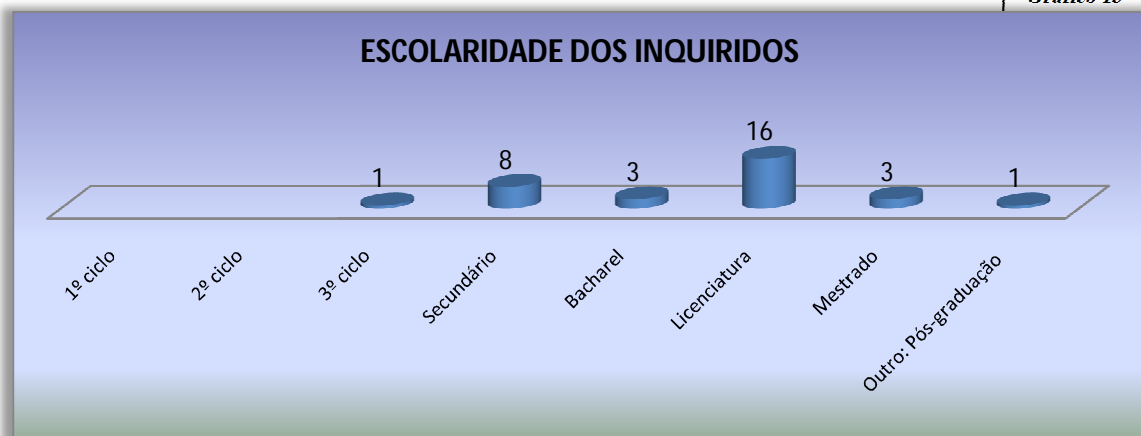
Gráfico 12



Como se observa no gráfico 12 a grande maioria dos Presidentes da Direcção das Associações estudada são homens.

Como se constata no gráfico 13 metade dos inquiridos são licenciados. O que vem corroborar os autores Pais (1998:36 - 41) e Ferreira S. (ibid: 187), que se baseiam na tese de mudança cultural de Inglehart, para explicar que é entre os jovens que encontramos uma maior orientação para valores associados ao desenvolvimento moderno e ao chamado “pós-materialismo”.

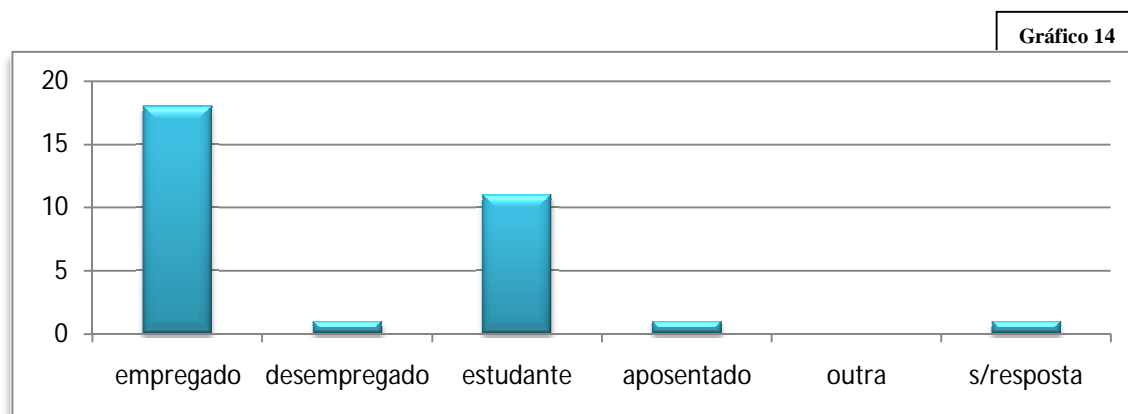
Gráfico 13



A este modelo cultural estão associados níveis de instrução mais altos que simultaneamente tendem a precipitar um envolvimento de atitudes pós-materialistas, tais como o aumento da participação dos cidadãos. Parece-nos então que os indivíduos com mais formação académica acedem com mais frequência a aplicar valores pós-materialistas.

Silva, (2005:12) também refere que o nível de instrução elevado aparece associado aos jovens associados, passando o inverso em relação à população menos instruída.

Quanto à situação profissional, dezoito dos inquiridos estão empregados. Outra indicação que se apreendeu nos inquéritos é que oito em onze estudantes são licenciados



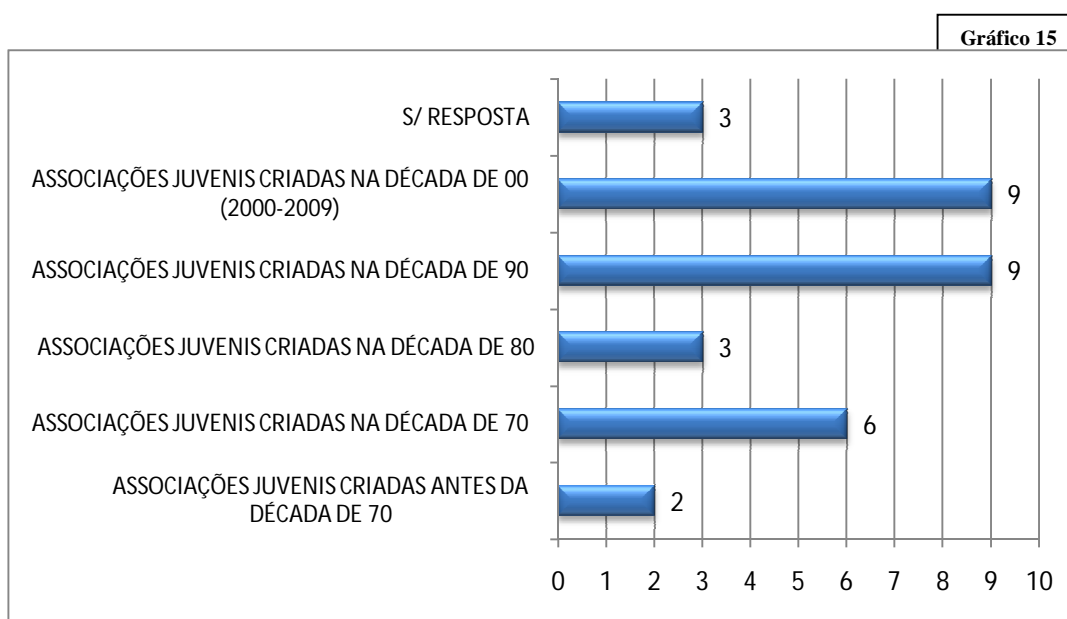
Estes dados vão de encontro ao que Ferreira S. (1998: 179) e Borges e Pires (1998:317) explicam: é junto dos jovens que a escolarização é mais valorizada. Os jovens preocupam-se com a qualidade de vida com a sua realização pessoal, intelectual, cultural, por isso o saber não é só valorizado enquanto valor instrumental, mas é símbolo de status e fonte de prestígio social.

5.3.2. Ano de constituição, número de sócios e natureza jurídica das associações

O ano da constituição das associações juvenis participantes no estudo varia entre 1912 e 2006. Como se observa no gráfico 15, a maioria das associações foram criadas a partir da década de 90 do século XX. Três associações juvenis não responderam a esta questão.

Como refere Silva e Ferreira (2005: 6 - 9), as associações são um espaço privilegiado de afirmação da sociedade civil e de desenvolvimento da cidadania democrática. Apesar de existirem poucos dados sobre a realidade associativa portuguesa, Monteiro (2004:161-162) retrata algumas tendências que atravessam o fenómeno. Assim sendo, os dados apontam para um crescimento continuado das associações sindicais durante a década de oitenta e primeiros dois anos da década de noventa para depois regredir continuamente e voltar a crescer nos últimos anos da década de noventa. Entretanto o movimento ambientalista cresce durante a década de noventa.

Actualmente, as associações têm novos interesses que vão ao encontro da defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias e que se opõem ao reino dos mercados.



No que diz respeito ao número de sócios de cada associação juvenil, este varia entre 20 e 2000. Esta questão foi respondida por 29 inquiridos e a mediana de sócios situa-se nos 167. Como referem Erasmie e Lima, (1989:141) e Bell (1997:164), utiliza-se a mediana quando a distribuição é irregular e quando a média daria uma imagem falsa da situação real. A moda é de 30 associados.

Relativamente à natureza jurídica os inquiridos responderam de forma diversificada e onze não responderam a este item. Com base nos dados apreendidos elaboramos o seguinte quadro-síntese:

Quadro 10

FORMA JURÍDICA	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES
Associação com estatuto de ONGD	1
Desportiva, Cultural e Recreativa	1
Associação Juvenil	3
Associação Sem Fins Lucrativos	4
Associação Juvenil sem Fins Lucrativos	2
Associação de Utilidade Pública	3
IPSS	1
Associação Cultural Sem Fins Lucrativos	1
Associação	1
Entidade Recreativa	1
Agremiação Desportiva	1
Outras actividades associativas	1
Associação Juvenil de Âmbito Local	1

Tal como na constituição das IDLs, referenciadas por Monteiro (2004: 1999), a "Associação Sem Fins Lucrativos" é uma forma privilegiada das associações juvenis inquiridas.

5.3.3. Envolvimento na criação da associação

Na questão sobre a ligação à fundação da associação juvenil à qual presidem na actualidade, criámos uma questão fechada, à qual teriam de responder "sim" ou "não" e uma questão semi-fechada com quatro variáveis para a categoria *interesse* e quatro variáveis para a categoria *ajuda* e uma categoria aberta *outro*.

Neste item 16 inquiridos responderam que não estavam ligados na criação da associação juvenil e 16 responderam afirmativamente. Estes últimos assinalaram as razões do envolvimento na criação da associação juvenil.

O quadro 11 sintetiza os resultados.

Quadro 11			
CATEGORIAS	AJUDA	INTERESSE	OUTRO
VARIÁVEIS	Contribuir para que a sociedade se torne melhor	Conviver com os amigos	
	Resolver problemas na minha região	Ocupar o meu tempo livre	
	Ajudar os outros (membros da associação e outras pessoas)	Melhorar a minha qualidade de vida	
	Obter financiamento para a Associação e as suas actividades	Adquirir prestígio	

Como se observa no gráfico 15, o item “*contribuir para que a sociedade se torne melhor*” é a preferida dos 16 inquiridos, seguida dos itens “*resolver problemas na minha região*” e “*ajudar os outros*”.

Parece-nos que quanto ao envolvimento, os inquiridos manifestam uma participação activa que, segundo Lima (1998: 187-188), caracteriza-se por atitudes e comportamentos de elevado envolvimento na organização individual ou colectiva.



É claramente observável o facto da categoria *ajuda* ter uma maior frequência de respostas, transformada em valores percentuais, em comparação com a categoria *interesse*.

Referindo-nos novamente ao modelo teórico de Inglehart (1990, citado por Ferreira S., 1998, 182-188), os jovens dão primazia a vários valores e atitudes pós-materialistas, entre os quais a tolerância e a solidariedade social. A incidência de

respostas na categoria *ajuda* leva-nos inferir a presença de atitudes e espírito de voluntariado entre os inquiridos.

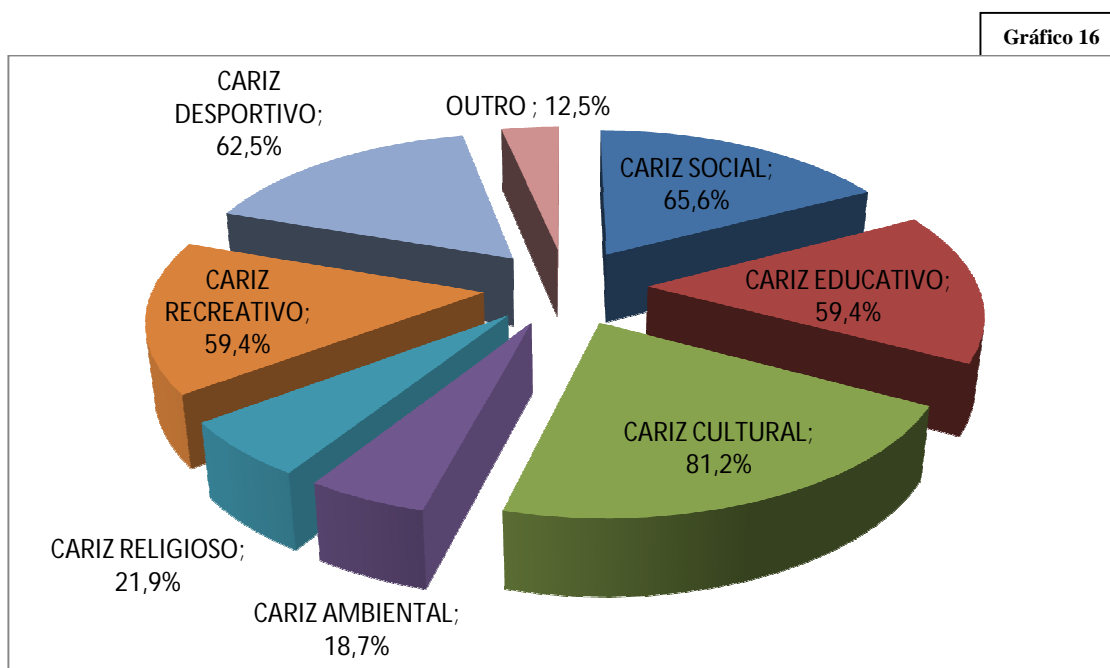
Na perspectiva de Roca (1990: 34 e 61) o voluntariado é uma qualidade da acção que nasce da consciência solidária, com carácter altruísta, sem pretensões de lucro e originado pelo desinteresse. Este autor explica também que, segundo a Carta Europeia para os voluntários, o trabalho voluntário deve incluir os seguintes elementos: que se ocupem dos interesses das outras pessoas ou da sociedade; que careça de interesse económico pessoal.

Também Silva e Ferreira (2005:25) e Claves (1994: 133) definem o voluntariado como a realização de um trabalho de ajuda aos outros sem receber pagamento monetário e a referência à intenção ou ao desejo de ajudar os outros.

Quanto ao item “*outro*”, teve as seguintes respostas: “*criar oportunidades de mobilidade para os jovens*”; “*permitir o ensino e a aprendizagem do futebol às crianças*”, “*pesquisar raízes etno-folclóricas e um participante não apresentou qualquer resposta*”.

5.3.4. Actividades promovidas pelas associações

Com o objectivo de uma maior clareza interpretativa, os resultados das frequências foram convertidos em percentagens. Desta forma, observamos no gráfico 16 que as associações juvenis inquiridas promovem predominantemente actividades de cariz cultural, seguidas pelas actividades sociais, desportivas, recreativas e educativas.

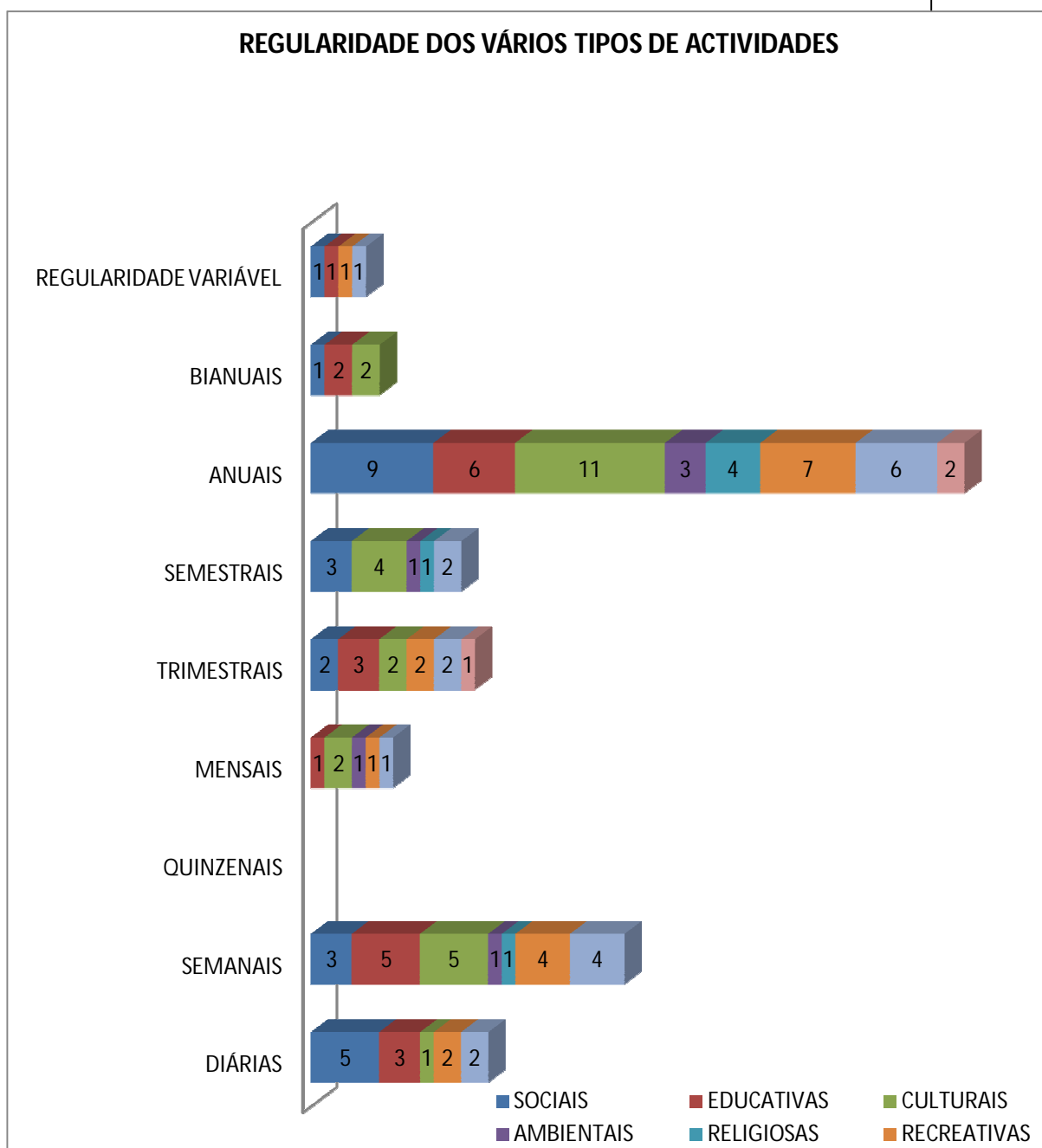


No que concerne à regularidade das várias actividades, como se constata no gráfico 17, a frequência é predominantemente anual, seguidas pelas actividades realizadas semanalmente e diariamente.

Anualmente são promovidas mais actividades de carácter cultural, seguidas pelas actividades de âmbito cultural e educacional, promovidas semanalmente, e as actividades de índole social, realizadas diariamente.

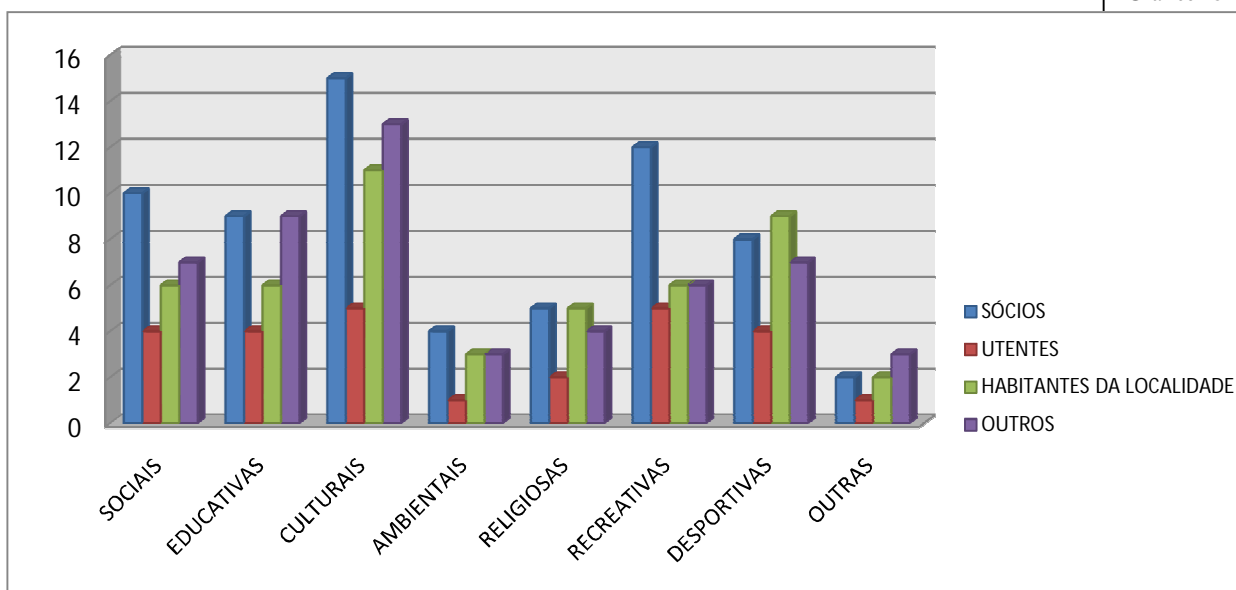
Aquando do tratamento de dados, tivemos de criar duas novas categorias: “bianual” e “regularidade variável”, pois alguns inquiridos utilizaram-nos nas respostas dadas.

Gráfico 17



Quanto aos públicos abrangidos pelas actividades realizadas, o gráfico 18 mostra a frequência do público abrangido pelas várias actividades.

Gráfico 18



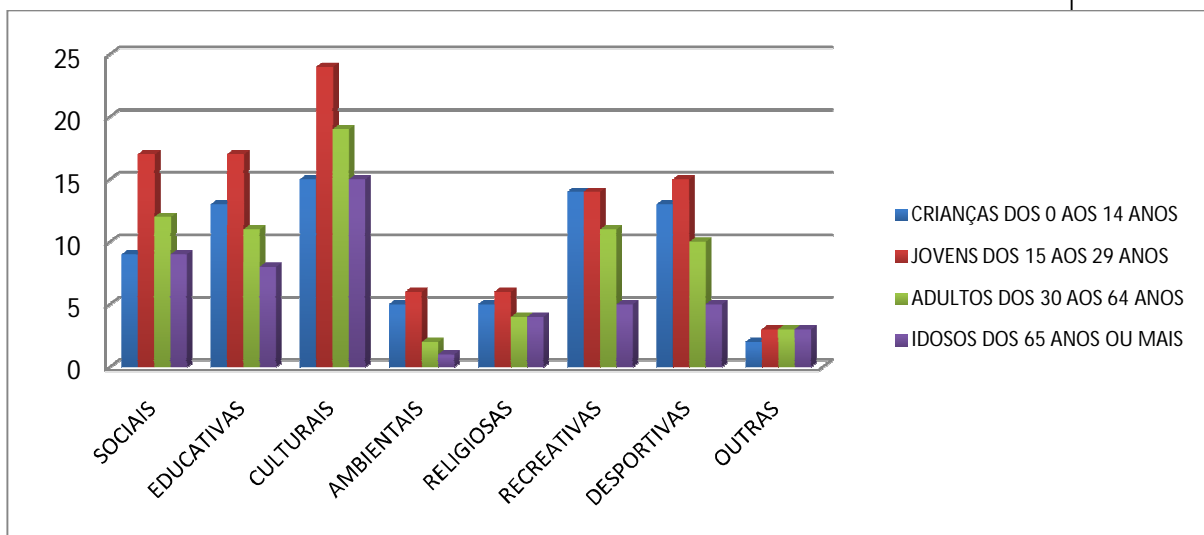
À excepção das actividades *desportivas* e *outras* que se dirigem predominantemente para os *habitantes da localidade* e para *outros indivíduos*, todas as outras actividades, de acordo com os dados observáveis no gráfico 18, abrangem principalmente os *sócios*.

No que diz respeito ao termo *outros*, a partir dos enunciados dos inquéritos fomos tomando nota relativamente a quem se referiam: “transeuntes”, “estudantes”; público em geral”; “jovens”; “todos os interessados”; “familiares e amigos” e “jovens na UE”.

Estes dados não corroboram o estudo de Monteiro (2004:205), no qual os destinatários/utentes dos serviços prestados pelas Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDLs) são predominantemente prestados em favor de não associados/comunidade local/população em geral.

Relativamente aos grupos etários a quem se destinam as actividades, observamos no gráfico 19 uma predominância do coorte dos *jovens dos 15 aos 29 anos*. Os grupos etários apresentados destacam-se nas actividades culturais, educativas e sociais.

Salientamos que duas actividades de cariz social, uma de cariz educativo, quatro de âmbito cultural, uma religiosa, três recreativas e cinco desportivas não se referem à sua regularidade, aos públicos abrangidos, nem a que grupos etários se destinam.



5.3.5. Práticas associativas dos associados

Através da opinião dos Presidentes das Associações Juvenis foi analisada a prática associativa dos associados, usando para tal uma escala de concordância com cinco respostas possíveis: *sem opinião; discordo totalmente; discordo; concordo e concordo totalmente*.

Para tal, elaboraram-se seis categorias de questões: *meios e recursos associativos disponibilizados pelos associados; participação dos associados no processo associativo; razões da participação dos associados nos resultados associativos; implicação na tomada de decisões dos associados; periodicidade da participação dos associados e formas de participação dos associados*.

Quantificamos as respostas de cada item no software estatístico SPSS15 e os resultados das frequências absolutas foram convertidos em percentagens - frequências relativas de forma a clarificar a sua interpretação.

Sobre o número de reuniões das associações, ao item das *reuniões ordinárias* não responderam dois inquiridos; ao item das *reuniões extraordinárias* não responderam quatro inquiridos. A mediana de reuniões ordinárias anuais é de 2,5 e de reuniões extraordinárias anuais é de 2. Em ambas a moda é de uma reunião.

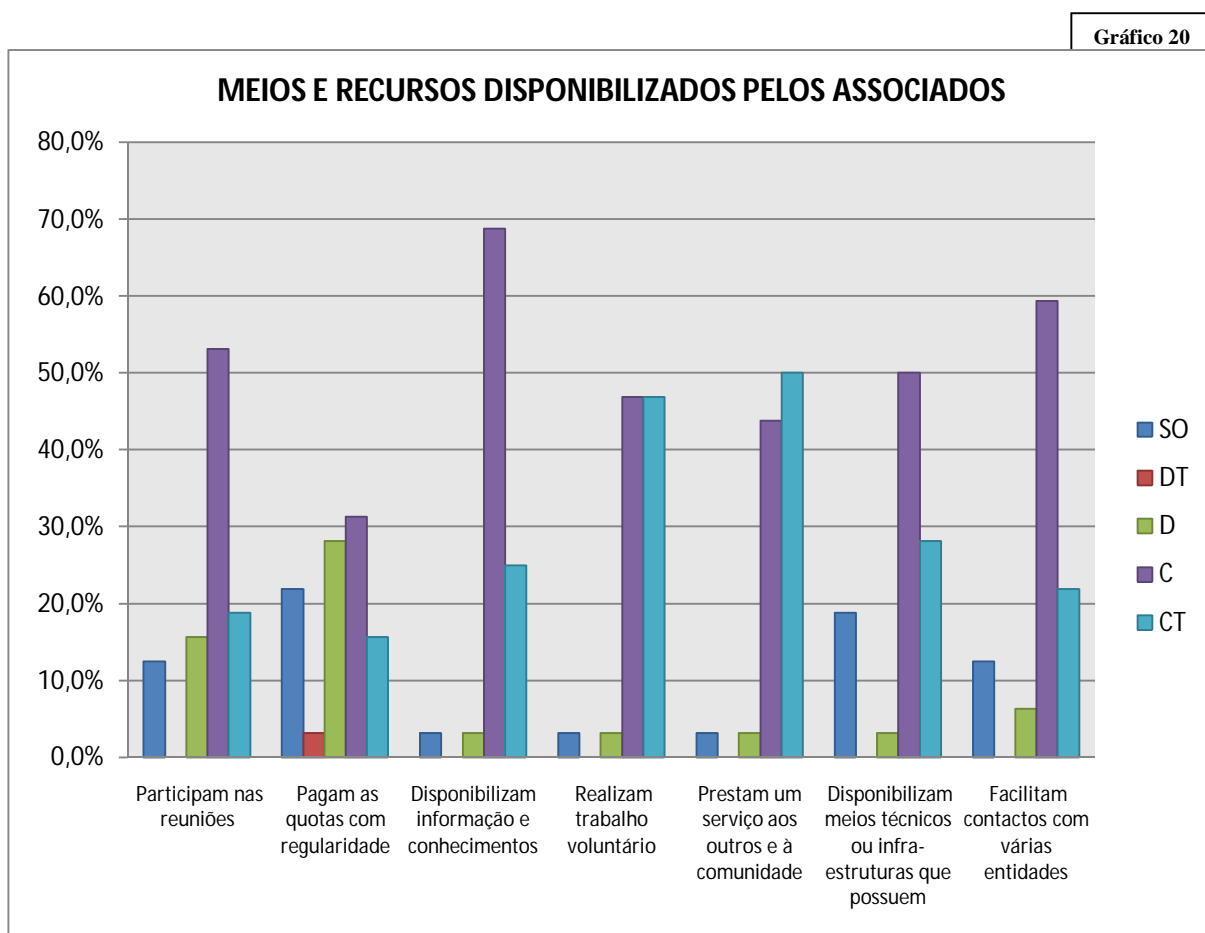
Relativamente à categoria - meios e recursos associativos disponibilizados pelos associados - reúne sete itens: *participam nas reuniões; pagam as quotas com regularidade; disponibilizam informação e conhecimentos; realizam trabalho voluntário; prestam um serviço aos outros e à comunidade; disponibilizam meios técnicos ou infra-estruturas que possuem e facilitam contactos com várias entidades*.

Verificámos que 53,1% dos trinta e dois associados inquiridos *concordam* com o facto dos associados *participarem nas reuniões*, seguindo-se a resposta *concordo totalmente*, que obteve 18,8% do total das respostas dadas.

Quanto ao *pagamento de quotas* a expressividade não é muito nítida, devido à existência de 21,9 % dos inquiridos *sem opinião* sobre este item. No entanto, 46,9% respondem afirmativamente.

No que diz respeito aos restantes itens - *disponibilização de informação e conhecimentos, realizam trabalho voluntário; prestam um serviço aos outros e à comunidade; disponibilizam meios técnicos ou infra-estruturas que possuem e facilitam contactos com várias entidades* a concordância é clara, como se observa no gráfico 20.

Parece-nos, então, que os associados das associações juvenis, segundo a opinião dos inquiridos, disponibilizam recursos e meios associativos.



Na categoria “participação dos associados no processo associativo”, reunimos nove itens: *definem os objectivos da associação; elaboram o programa anual; elaboram os métodos de intervenção; executam as tarefas de gestão; realizam as*

actividades planeadas; analisam os processos e os resultados; empenham-se no projecto associativo; avaliam as actividades durante o seu desenvolvimento e avaliam as actividades finalizadas.

Constatamos que a maioria dos associados, cerca de 81,3%, segundo a opinião dos inquiridos, *define os objectivos da associação*. Na *elaboração do programa anual*, 50% dos inquiridos concordam com a participação dos associados. No que diz respeito à *elaboração dos métodos de intervenção*, 34,4% não opinaram, 25% discordaram e apenas 37,6% responderam afirmativamente. A *execução das tarefas de gestão*, segundo 62,5% dos inquiridos, é realizada. No item *realizam as actividades planeadas* responderam apenas 31 inquiridos, no entanto 90,6% manifestaram uma opinião favorável. No item *analisam os processos e os resultados*, 21,9% dos inquiridos não manifestaram a sua opinião e as respostas afirmativas atingiram apenas 50%. É também claro que os associados *empenham-se no projecto associativo*. No entanto, *a avaliação das actividades durante o seu desenvolvimento e a avaliação das actividades finalizadas* apresentam algumas diferenças. Neste último item são menos os inquiridos que discordam e que não têm opinião e mais aqueles que respondem afirmativamente.

Realçamos também a falta de uma resposta de um inquirido no item *avaliam as actividades durante o seu desenvolvimento*.

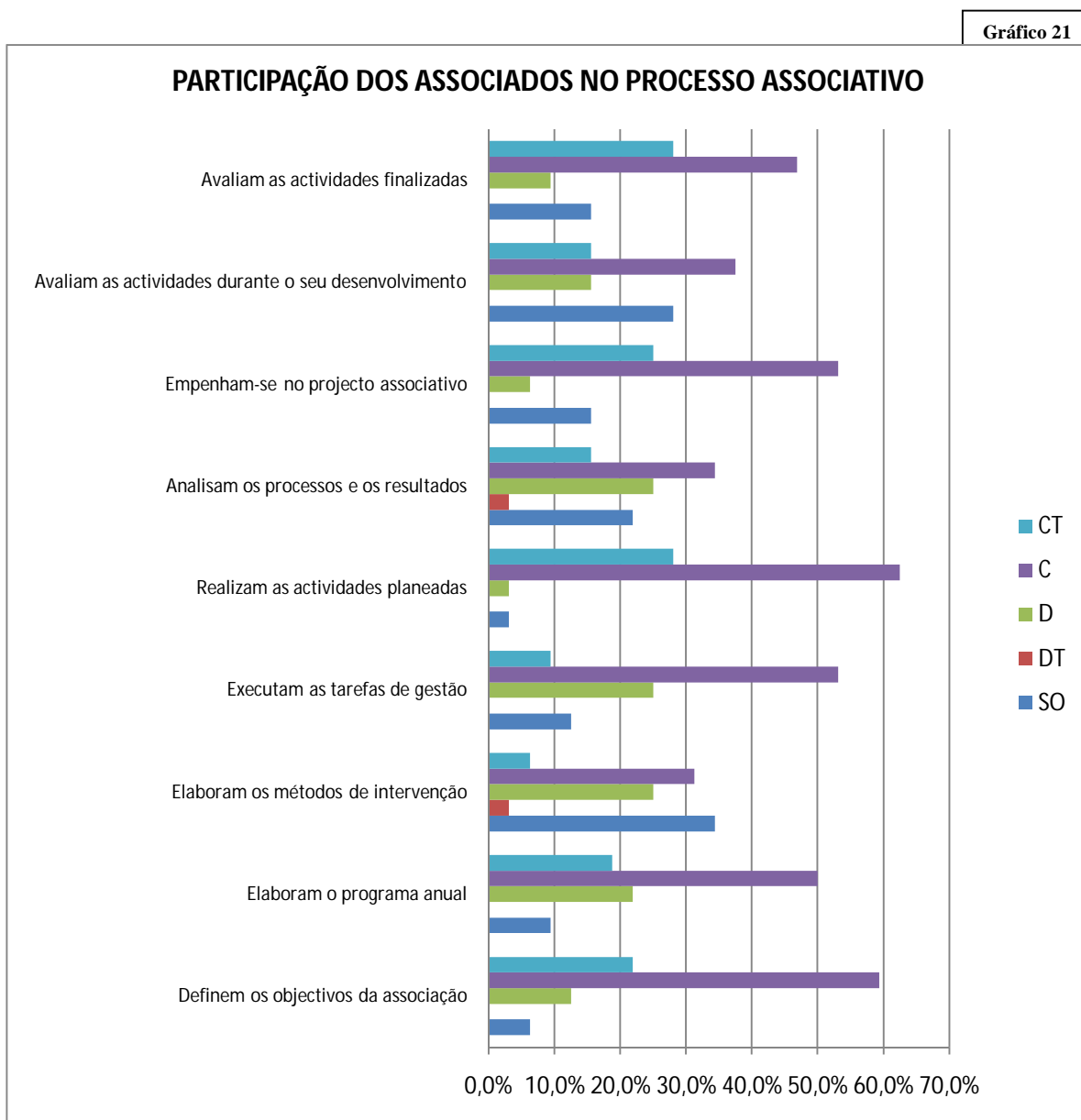
De uma maneira geral, e observando o gráfico 21, os inquiridos têm uma opinião muito favorável sobre a participação dos associados no processo associativo.

Palacios, (1994:11-14), explica que uma verdadeira participação pressupõe que o grupo de indivíduos constituído elabore, em conjunto, determinados objectivos. Ora, segundo as respostas dos inquiridos, cerca de 81,3% *define os objectivos da associação*.

Limbo (1986:23) refere que a eficácia da actividade e do funcionamento do grupo baseiam-se na avaliação dos resultados obtidos em relação aos objectivos fixados e determinados no início da acção de um projecto. Com efeito, as respostas dos inquiridos relativamente à avaliação das actividades finalizadas apresentam valores consideráveis.

Por *envolvimento*, Lima (1998: 186-188) designa as atitudes e o empenhamento variável dos actores face às suas possibilidades de participação na organização, em termos de mobilização de recursos e de vontades convocados/empenhados na tentativa de defender certos interesses e de impor certas soluções. Toda a participação acarreta algum tipo de envolvimento. Deste modo, este autor classifica a participação em activa, passiva e reservada.

Também Limbos (1986:9) entende a participação como centrípeta e centrífuga, esta última entendida como um envolvimento activo dos associados. Parece-nos então que, os dados obtidos revelam que a participação dos associados no processo associativo é activa e centrífuga, visto a definição dos objectivos da associação, a realização das actividades planeadas, o empenhamento no projecto associativo e a avaliação das actividades finalizadas excederem 75% das respostas afirmativas.



Detendo-nos agora sobre a categoria “participação dos associados nos resultados associativos”, reunimos doze itens, tal como se observa no quadro 12.

Participação dos associados nos resultados associativos	SO	DT	D	C	CT
Usufruem dos serviços prestados pela Associação			6,3%	62,5%	31,3%
Ganham o respeito dos outros ao serem associados	18,8%	18,8%	15,6%	43,8%	3,1%
Aperfeiçoam os níveis de informação e comunicação interpessoal	15,6%		3,1%	50,0%	28,1%
Adquirem novas experiências e enriquecimento pessoal	9,4%			50,0%	37,5%
Beneficiam de vantagens económicas	21,9%	21,9%	21,9%	31,3%	3,1%
Beneficiam de vantagens culturais	12,5%	3,1%	12,5%	56,3%	15,6%
Conhecem novas pessoas	3,1%			50,0%	46,9%
Obtêm prestígio	28,1%	9,4%	15,6%	46,9%	
Melhoram a auto – estima	25,0%			62,5%	12,5%
Beneficiam de um espaço de convívio	3,1%	3,1%	6,3%	46,9%	40,6%
Contribuem para a transformação da sociedade	18,8%			53,1%	25,0%
Fazem-se ouvir se participarem numa associação	15,6%	3,1%	6,3%	56,3%	18,8%

Nos itens *usufruem dos serviços prestados pela associação; aperfeiçoam os níveis de informação e comunicação interpessoal; adquirem novas experiências e enriquecimento pessoal; beneficiam de vantagens culturais; conhecem novas pessoas; melhoram a auto-estima; beneficiam de um espaço de convívio; contribuem para a transformação da sociedade e fazem-se ouvir se participarem numa associação*, os inquiridos manifestaram claramente a sua concordância. Parece-nos que, em relação a estes aspectos, e tendo em conta a categorização de Limbos (1986: 9), a participação é centrípeta – o associado tem vantagens, obtém facilidades e tira partido de variados benefícios.

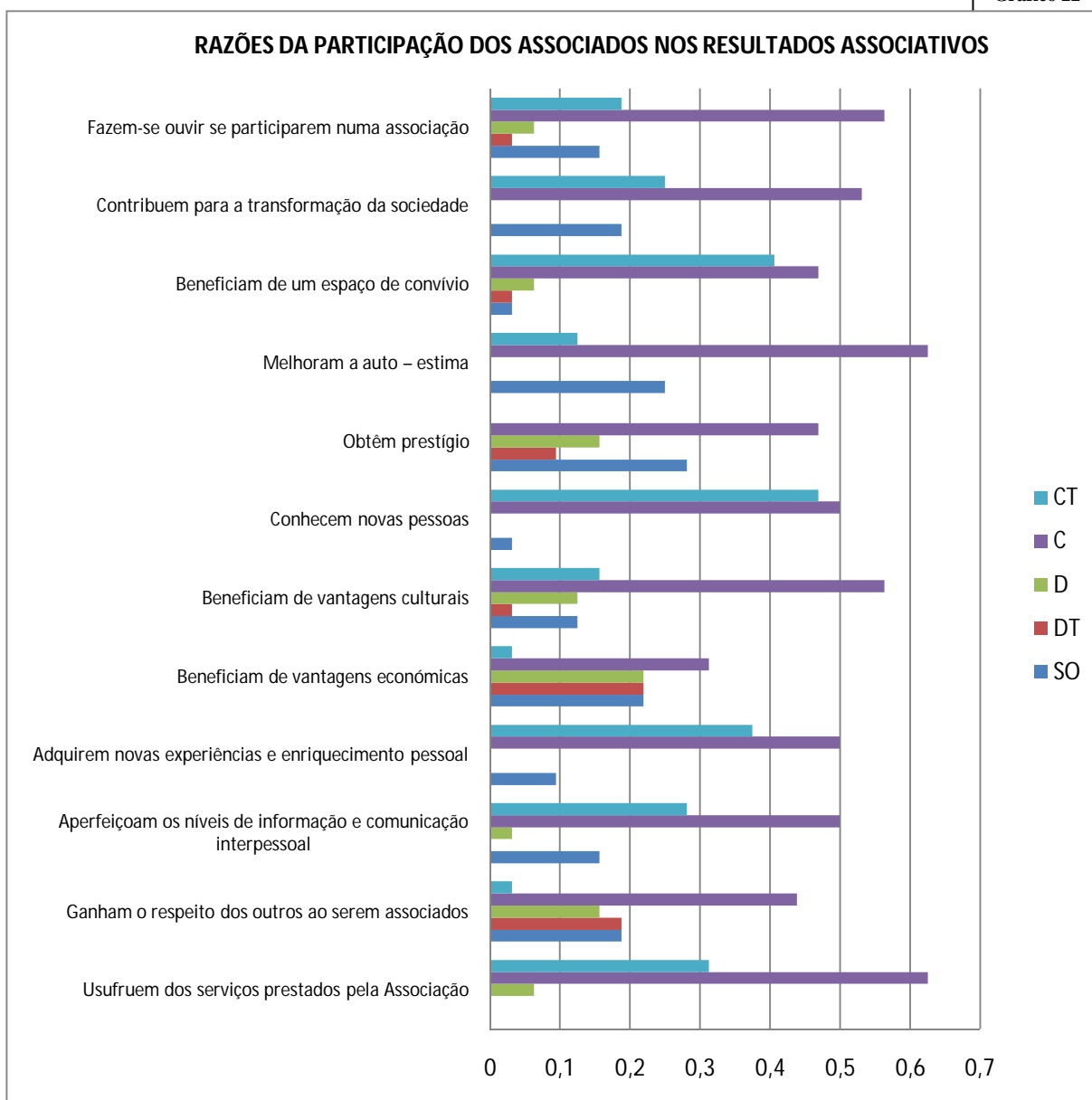
Os itens *ganham o respeito dos outros ao serem associados e beneficiam de vantagens económicas* apresentam um número significativo de respostas negativas e *sem opinião*. Estes dados fazem-nos recorrer a Laville *et al.* (1997: 69-70), que distinguem as associações de empresas e explicam que na sociedade comercial existe um anonimato onde o interesse dos participantes é material, enquanto nas associações apela-se a um bem comum.

O item *obtêm prestígio*, não obstante os inquiridos concordarem com o facto dos associados obterem prestígio quando participam na associação, também apresenta um número considerável de respostas *sem opinião*.

Por fim, os itens *aperfeiçoam os níveis de informação e comunicação interpessoal, adquirem novas experiências e enriquecimento pessoal e contribuem para a transformação da sociedade* foram respondidos apenas por 31 inquiridos.

Observando o gráfico 22 constatamos uma clara concordância nas razões apresentadas sobre a participação dos associados nos resultados associativos. Estes dados coincidem com a perspectiva de Claves (1994: 69), que considera que as pessoas participam bastante nos resultados associativos.

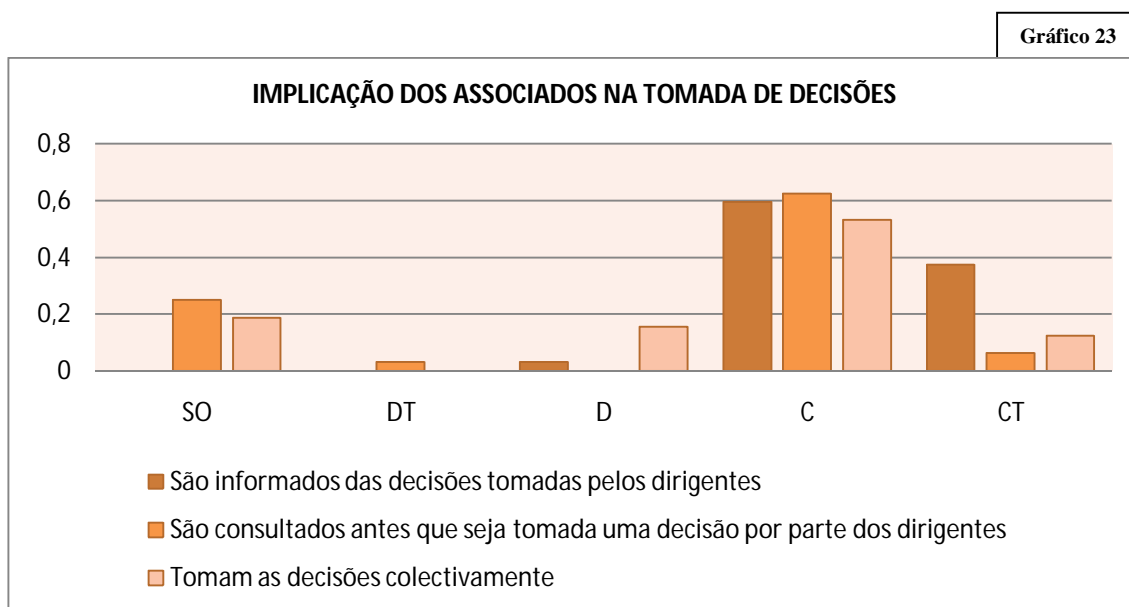
Gráfico 22



Relativamente à categoria “implicação dos associados na tomada de decisões”, utilizamos três itens, observáveis no gráfico 23.

O item *são consultados antes que seja tomada uma decisão por parte dos dirigentes* foi respondida apenas por 31 inquiridos. Os três itens são apontados como importantes, embora o item *são informados das decisões tomadas pelos dirigentes* obtém uma maior

preferência. Assim, a implicação na tomada de decisões dos associados é mínima, já que, segundo Claves (1994) e Palacios (1994) a informação é o grau mínimo de implicação possível, seguida da consulta, em que os membros têm oportunidade de opinar antes da tomada da decisão por parte dos dirigentes.



No que diz respeito à periodicidade da participação dos associados, reunimos quatro itens. Cerca de 78,1% dos inquiridos discordaram da afirmação *não participam* (ver quadro 13).

Quadro 13

Periodicidade da participação	SO	DT	D	C	CT
Participam permanentemente e habitualmente	18,8%		15,6%	56,3%	9,4%
Participam em assembleias ordinárias ou extraordinárias	15,6%		12,5%	59,4%	12,5%
Participam pontualmente	18,8%		9,4%	62,5%	9,4%
Não participam	12,5%	37,5%	40,6%	9,4%	

Observa-se uma tendência para a *participação pontual e nas assembleias ordinárias ou extraordinárias*: cada um destes itens apresenta 71,9% de respostas afirmativas. Estes dados corroboraram as informações do quadro 14, no qual o item *a participação manifesta-se através de representantes eleitos* apresenta 71,9% de respostas afirmativas.

O item *participa permanentemente e habitualmente* apresenta 65,7% de respostas afirmativas.

Parece-nos então existir uma clara participação que se divide em sistemática e esporádica.

Esta questão prende-se com a categoria seguinte: formas de participação dos associados. Neste contexto, é pertinente abordarmos Lima (1986: 183-185), que distingue participação decretada, formal, participação regulada por regras não formais (ou participação não formal) e participação regulada por regras informais (ou participação informal). Este autor também diferencia a participação directa, caracterizada essencialmente pela intervenção directa no processo de tomada de decisões, da participação indirecta, realizada por intermédio de representantes designados para o efeito.

Os cinco itens apresentadas qualificam-se desta forma:

Quadro 14

VARIÁVEIS	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
<i>Participa em situações de convívio.</i>	Directa informal
<i>Participam, nos órgãos da associação, nos processos onde são tomadas as decisões.</i>	Directa formal
<i>Delegam as suas responsabilidades em pessoas devidamente identificadas.</i>	Indirecta formal
<i>A participação manifesta-se através de representantes eleitos.</i>	Indirecta formal
<i>De forma espontânea e regular colaboram, por meio de terceiros, na dinâmica associativa.</i>	Indirecta informal

Segundo os inquiridos, os associados participam de forma directa informal e formal e indirecta formal e informal. Verifica-se no gráfico 24 uma expressa concordância nos cinco itens apresentados.

O item *participa em situações de convívio* destaca-se das restantes, pois todos os inquiridos responderam afirmativamente. A este item responderam apenas trinta e um inquiridos.

O item *participam, nos órgãos da associação, nos processos onde são tomadas as decisões* destaca-se com 78,2% de respostas afirmativas. O item *a participação manifesta-se através de representantes eleitos* apresenta 71,9% de respostas afirmativas.

Os itens *delegam as suas responsabilidades em pessoas devidamente identificadas* e *de forma espontânea e regular colaboram, por meio de terceiros, na*

dinâmica associativa apresentam 68,8% e 56,3% das respostas afirmativas, respectivamente.

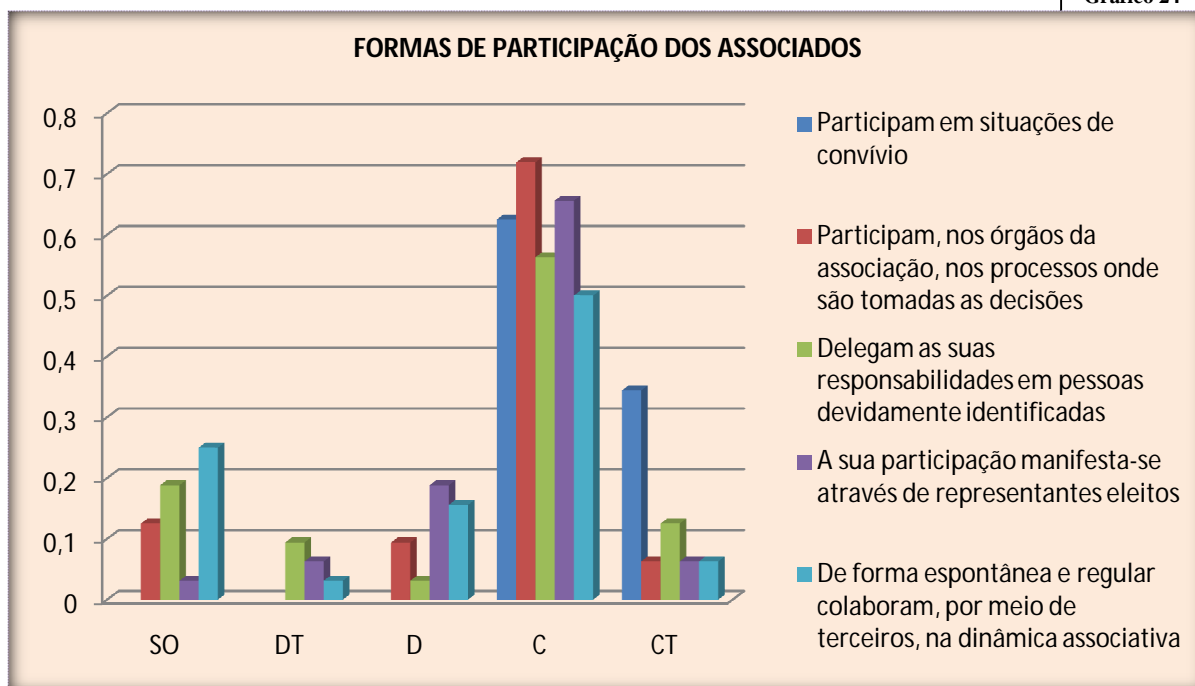
Desta forma, segundo os inquiridos, os associados enveredam sobretudo pela participação directa informal e formal, o que nos faz depreender, segundo as considerações de Lima (ibidem) uma propensão para o envolvimento directo nas tomadas das decisões. No entanto não descuram a participação indirecta formal, a qual se manifesta através de representantes eleitos.

Os itens *participam nos órgãos da associação, nos processos onde são tomadas as decisões e a participação manifesta-se através de representantes eleitos* poderão ser analisadas comparativamente com as informações do gráfico 23, sobre a implicação dos associados na tomada de decisões. Verificamos que os inquiridos consideram importante a consulta dos associados *antes da tomada de uma decisão*, mas também a comunicação de *informação aos associados das decisões tomadas pelos dirigentes*.

Desta forma, os inquiridos entendem que os associados são implicados na tomada de decisões de forma mais participativa, consultando-os previamente, mas também numa escala menos participativa, tal como Palacios refere (1994: 11-14), quando apenas lhe são comunicadas as decisões.

As respostas aos itens *participam nos órgãos da associação, nos processos onde são tomadas as decisões e a participação manifesta-se através de representantes eleitos*, apresentadas no gráfico 24, corroboram o grau de implicação dos associados na tomada de decisões, observável no gráfico 23.

Gráfico 24



5.4. Dinâmicas sócio-organizacionais das associações

Foram recolhidos dados sobre a dinâmica associativa das associações juvenis usando para tal uma escala de concordância com cinco respostas possíveis: *sem opinião; discordo totalmente; discordo; concordo e concordo totalmente*. Para isso, foram criadas seis categorias: *organização associativa; instrumentos de comunicação; comunicações exteriores; coordenação inter-associativa e relações com os poderes públicos; plano formativo e liderança*.

Os resultados das frequências absolutas foram convertidos em percentagens - frequências relativas de forma a clarificar a sua interpretação.

Quadro 15

ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA CENTRALIZADA	SO	DT	D	C	CT
Os diferentes cargos na associação estão estabelecidos segundo uma ordem hierárquica.		3,1%	15,6%	50,0%	31,3%
A adaptação às mudanças, produzidas ao longo do tempo, é muito difícil.	12,5%	6,3%	34,4%	40,6%	6,3%
As propostas e as ideias apresentadas são valorizadas em função da hierarquia associativa.	6,3%	15,6%	53,1%	21,9%	3,1%
As decisões de maior importância são tomadas por um ou pelas pessoas que constituem o núcleo central da associação.	6,3%	3,1%	21,9%	59,4%	6,3%
A informação circula de cima para baixo e os membros de base recebem e executam as decisões tomadas pelos dirigentes.	3,1%	12,5%	34,4%	40,6%	6,3%
As distintas funções e responsabilidades são desempenhadas sempre pelas mesmas pessoas.	3,1%	3,1%	50,0%	34,4%	6,3%
As estruturas de trabalho têm uma natureza hierárquica na qual um nível inferior depende do nível superior.	12,5%	9,4%	34,4%	40,6%	3,1%
O funcionamento interno e a forma de realização das tarefas estabelecem-se de acordo com regras determinadas e fixas.	9,4%		28,1%	59,4%	3,1%
A comunicação e a participação desenrolam-se por canais formais (reuniões dos órgãos).	9,4%	9,4%	28,1%	43,8%	6,3%
ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA PARTICIPATIVA	SO	DT	D	C	CT
As funções associativas são distribuídas de acordo com as capacidades/potencialidades e a disponibilidade dos seus membros.			6,3%	68,8%	25,0%
As ideias são valorizadas pelo seu interesse e não por quem são tomadas/representadas.				53,1%	46,9%
O trabalho desenvolve-se em equipa.				56,3%	43,8%
O funcionamento e a actuação associativa são avaliados e esta avaliação contribui para a melhoria do funcionamento da associação.	9,4%		6,3%	62,5%	21,9%
Nas decisões implica-se o maior número possível de membros.	12,5%	3,1%	3,1%	50,0%	28,1%
A informação circula tanto de forma vertical como horizontal, tanto de cima para baixo, como de baixo para cima.	9,4%	3,1%	6,3%	59,4%	21,9%
As decisões delegam-se, repartem-se e compartilham-se.	3,1%		6,3%	68,8%	21,9%
A organização está permanentemente aberta ao exterior (à sociedade, às outras associações e entidades, aos outros colectivos).			3,1%	62,5%	31,3%

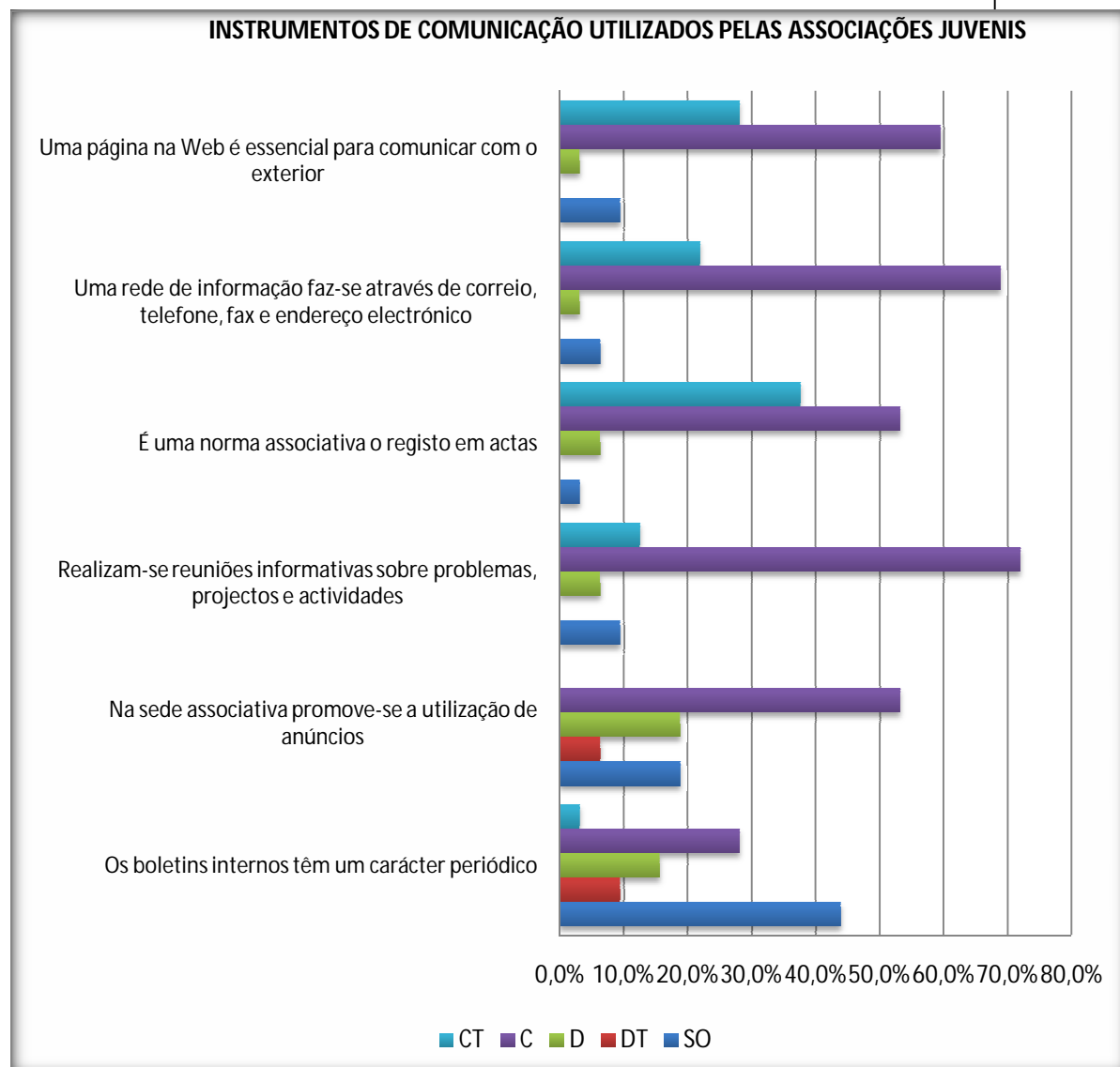
Em relação à primeira categoria - Organização associativa - verificamos que os itens relativos à *organização associativa centralizada*, comparativamente com os itens da *organização associativa participativa*, obtiveram uma variedade de respostas, desde respostas *sem opinião* até às respostas *concordo totalmente*. Também se verifica que os itens da categoria *organização associativa participativa* obtiveram uma percentagem residual de respostas discordantes ou *sem opinião*. Portanto, parece-nos que as associações inquiridas inclinam-se mais para a *organização associativa participativa*. A corroborar esta ideia estão as maiores percentagens de respostas positivas nos itens que pertencem à categoria *organização associativa participativa* e uma considerável percentagem de respostas negativas nos itens que pertencem à categoria *organização associativa centralizada*.

Claves, (1994: 71), defende que o modelo de organização centralizado é um obstáculo para o amadurecimento e desenvolvimento da associação tornando os seus associados alheados do projecto associativo. No modelo organizativo participativo consegue-se uma maior maturação e desenvolvimento quer dos associados, quer da associação. No entanto, este autor salienta a dificuldade em promover este modelo, que deve ser impulsionado sempre que houver condições.

A segunda categoria - Instrumentos de comunicação – mostra que todos os instrumentos de comunicação apresentados aos inquiridos são utilizados pelas associações juvenis. A *página Web*, o *telefone*, o *fax*, o *correio*, o *endereço electrónico* e o *registo das actas* são os mais utilizados. No que diz respeito aos *boletins internos*, 43,8% dos inquiridos não apresentaram a sua opinião. Este último, bem como o item *na sede associativa promove-se a utilização de anúncios*, foram os únicos em relação aos quais os inquiridos *discordaram totalmente*. Ao somarmos à percentagem daqueles que *discordaram*, concluímos que cerca de 25% dos inquiridos, em cada resposta da escala, demonstraram não utilizar estes instrumentos de comunicação.

O item *na sede associativa promove-se a utilização de anúncios* foi respondido apenas por trinta e um inquiridos.

INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

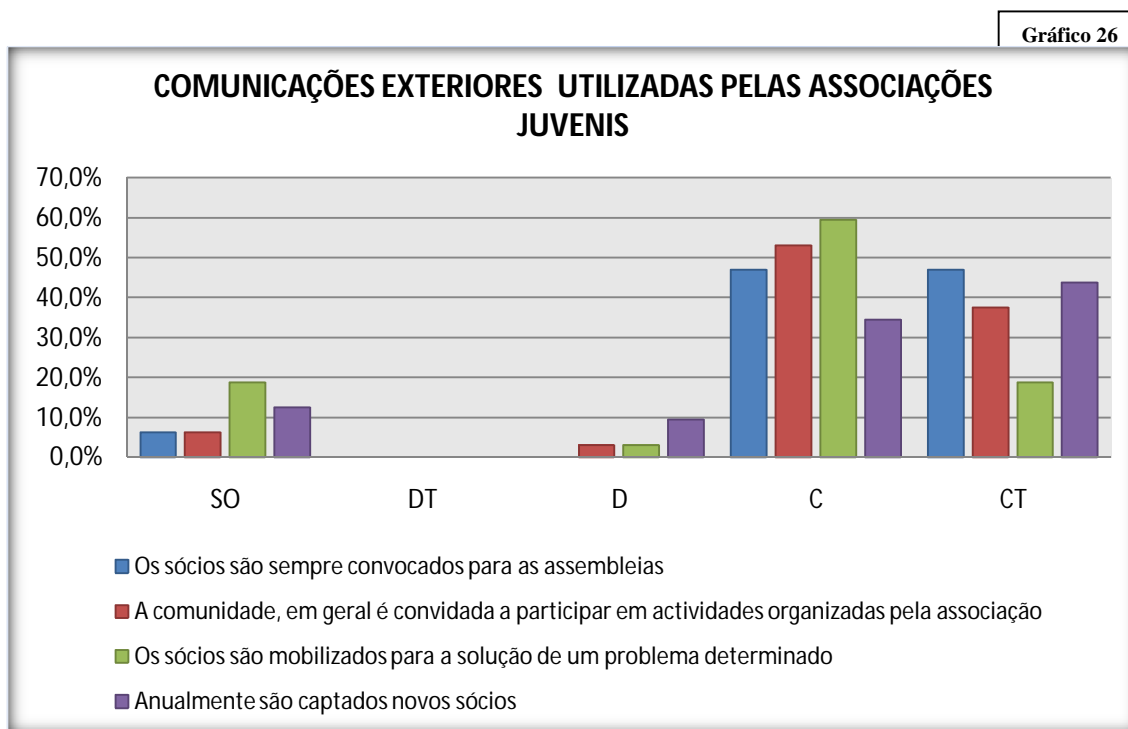


No que concerne à categoria “comunicações exteriores utilizadas pelas associações juvenis”, como se observa no gráfico 26, mais de 78% dos inquiridos adoptam os vários tipos de comunicações apresentados: *os sócios são sempre convocados para as assembleias; a comunidade, em geral é convidada a participar em actividades organizadas pela associação; os sócios são mobilizados para a solução de um problema determinado e anualmente são captados novos sócios.*

Parece-nos que é uma prática comum os sócios serem sempre convocados para as assembleias e a comunidade ser convidada para as actividades promovidas pela associação, atendendo à percentagem de mais de 90% de respostas afirmativas.

Palacios (ibid:24) é de opinião que uma boa participação implica o estabelecimento de estruturas de comunicação essenciais à intervenção dos membros

associativos. No mesmo sentido, Terron e Garcia, (1997:29-31) defendem uma comunicação constante e aberta de forma a enriquecer a associação e os membros associativos. As associações juvenis devem adoptar um modelo participativo de comunicação que potencie o diálogo e o compromisso consciente entre as pessoas.



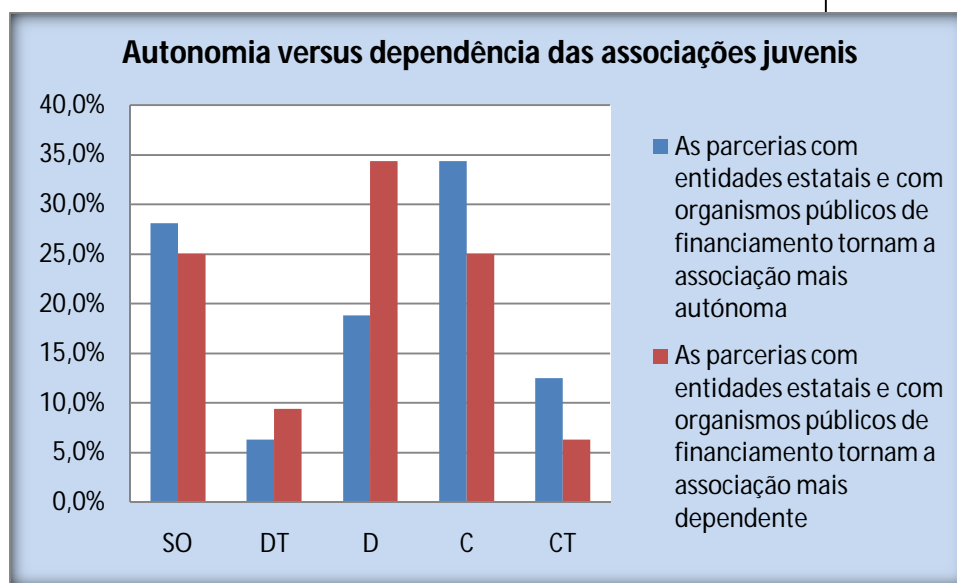
Relativamente à categoria “coordenação inter-associativa e relações com os poderes públicos”, e como se observa no quadro 16, 78,2% dos inquiridos *estabelecem parcerias e protocolos com outras entidades de âmbito associativo* e apenas 40,6% respondem que *a maioria das parcerias e protocolos são elaborados com entidades estatais*.

No que diz respeito à autonomia e independência das associações através das *parcerias com entidades estatais e com organismos públicos de financiamento*, os inquiridos apresentam valores idênticos nas respostas *sem opinião*. Quando reflectimos sobre as respostas negativas e as respostas de concordância, chegámos à conclusão que as associações juvenis inquiridas pensam que as parcerias financeiras com o Estado não interferem com a sua autonomia: 25,1% dos inquiridos não concordam com a autonomia das associações através das parcerias com o Estado e 46,9% concordam com esta afirmação; 43,8% não concordam com a sua dependência dos organismos estatais através dos financiamentos e 31,3% aceitam-na. Esta conclusão é observável no gráfico 27.

Quadro 16

COORDENAÇÃO INTERASSOCIATIVA E RELAÇÕES COM OS PODERES PÚBLICOS	SO	DT	D	C	CT
Estabelecem-se parcerias e protocolos com outras entidades de âmbito associativo.	15,6%		6,3%	46,9%	31,3%
A maioria das parcerias e protocolos são elaborados com entidades estatais.	18,8%	6,3%	34,4%	25,0%	15,6%
As parcerias com entidades estatais e com organismos públicos de financiamento tornam a associação mais autónoma.	28,1%	6,3%	18,8%	34,4%	12,5%
As parcerias com entidades estatais e com organismos públicos de financiamento tornam a associação mais dependente.	25,0%	9,4%	34,4%	25,0%	6,3%
A relação da associação com as entidades estatais garante a sobrevivência da associação em termos financeiros.	12,5%	6,3%	18,8%	46,9%	15,6%
A coordenação com outras associações permite alcançar resultados mais depressa que uma associação individualmente.	31,3%		9,4%	46,9%	12,5%
A coordenação com outras associações serve para implementar actividades de formação desde um curso formativo, à organização de um seminário, de um encontro, etc.	28,1%		6,3%	53,1%	12,5%
Na coordenação com outras associações partilham-se instituições informações de interesse mútuo, sobre subvenções, sobre programas, sobre métodos de trabalho, sobre formas de organização, sobre a gestão de recursos ou sobre questões legais.	21,9%			65,6%	12,5%
A coordenação entre associações é uma óptima forma de rentabilizar determinados recursos materiais (infra-estruturas e equipamentos).	25,0%			62,5%	12,5%
A coordenação entre associações é uma óptima forma de rentabilizar recursos humanos.	28,1%			62,5%	9,4%

Gráfico 27



No entanto, o item *a relação da associação com as entidades estatais garante a sobrevivência da associação em termos financeiros* apresenta valores contraditórios em relação aos anteriores: 62,5% dos inquiridos admitem que o relacionamento financeiro com os organismos estatais garante a sua sobrevivência, logo a sua subordinação. Se observarmos o gráfico 28 constatamos que os valores afirmativos neste item são

superiores ao que defende a dependência das associações através das parcerias financeiras do Estado.

Alcides Monteiro (2004:209) refere que, no que concerne aos recursos financeiros disponíveis para a gestão das IDLs, alguns dados permitem conhecer tendências a nível internacional quanto ao financiamento do sector associativo, composto normalmente por três rubricas: as receitas privadas (prestação de serviços, vendas, contribuições dos utentes, quotizações, rendimentos do capital...); os recursos disponibilizados pelos poderes públicos por via de subvenções, contratos ou outras formas de apoio à gestão; e de forma mais modesta os dons que resultam de comparticipações voluntárias de terceiros. Ao comparar fontes de financiamento em vários países, este autor verificou que o sector não lucrativo sustenta 47% da sua gestão a partir de receitas próprias, 42% são o resultado de financiamento público e os donativos representam 11% do total de recursos financeiros. No que diz respeito ao universo da IDLs portuguesas existe um incremento significativo dos financiamentos estatal sobre o total das receitas destas organizações.

Como se pode constatar no gráfico 20, os associados disponibilizam e facultam receitas privadas, tais como o pagamento de quotas, a disponibilização de informação e conhecimentos, a prestação de serviços e a disponibilização de meios técnicos ou infra-estruturas que possuem e facilitam contactos com várias entidades

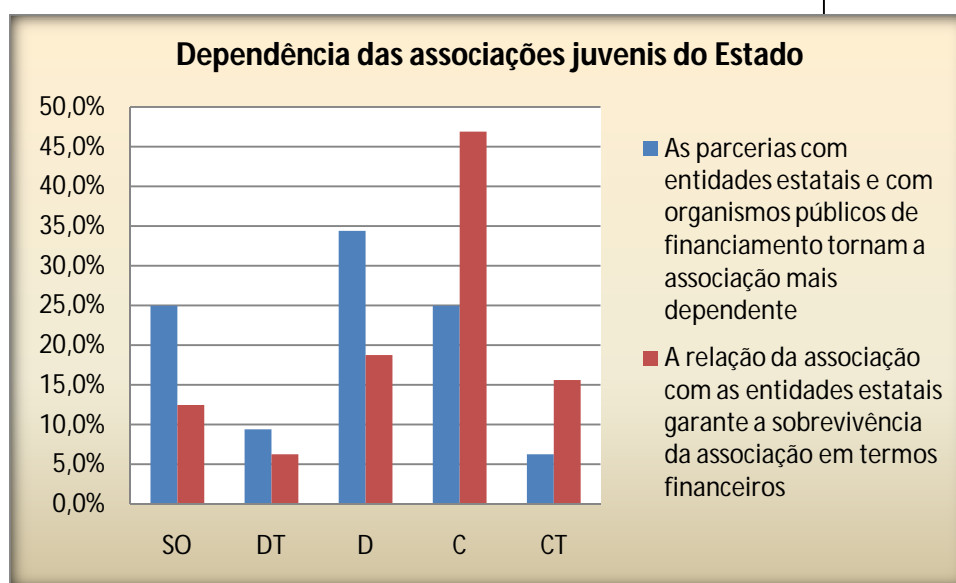
No entanto, depreende-se das informações do quadro 16 que 62,5% dos inquiridos são de opinião que *a relação da associação com as entidades estatais garante a sobrevivência da associação em termos financeiros*, logo maioritariamente pelo financiamento público, o que contraria a tendência internacional quanto ao financiamento associativo e adequa-se à realidade portuguesa.

Logo, estamos de acordo com Monteiro (2004:66) quando refere que a figura do Estado-Providência passivo tem vindo a ser progressivamente substituída por um outro modo de intervenção onde valores como os da individualização e simultânea globalização, parceria e implicação contratual procuram ser norma. Este novo modo de intervenção do Estado prefigura a imagem mais actual de um “Estado-animador”, caracterizado pelo estabelecimento da luta contra a dessocialização, a precariedade, a exclusão como prioridade. Nesta óptica, ele não é mais tutor da sociedade mas mobilizador dos seus recursos.

A constituição de redes de parceria entre a esfera pública e a sociedade civil acompanha esforços no sentido da descentralização, de descomplexificação da acção

administrativa, de abertura à participação de distintas categorias de actores sociais para além de procedimentos mais ou menos rotineiros de consulta. No entanto, Eme (1997, citado por Monteiro, 2004: 67) considera que, na medida em que estas iniciativas se têm vindo a tornar instrumentos de inserção ao serviço do Estado e das administrações regionais e locais, as iniciativas associativas e comunitárias têm-se transformado gradualmente num auxiliar funcional e dominado da acção dos actores públicos. Assim, o momento actual da relação entre o Estado e as experiências nascidas do dinamismo da sociedade civil é interpretada por este autor como o de uma “normalização”, regulada por aquele, da acção destas estruturas, em detrimento do efeito de imaginação e inovação que caracterizou o seu surgimento e evolução. Na opinião de Monteiro (ibid: 300-301) esta intervenção tende cada vez menos a desenhar-se na oposição clássica entre sociedade civil e Estado e entre estes e a esfera mercantil. Verifica-se sim, uma simultânea autonomia, dependência e concertação entre estes pólos.

Gráfico 28



De uma forma maioritária e com valores discordantes residuais, as associações juvenis inquiridas demonstraram que a coordenação inter-associativa é benéfica a diversos níveis. Tal como refere Claves (1994: 195-196), no tempo globalizado em que vivemos, a coordenação e a concertação de estratégias têm uma importância fundamental para o desenvolvimento associativo. Também Terron e Garcia, (1997:29-30) defendem que as associações não devem estar isoladas. O relacionamento com outras associações contribui para o enriquecimento das actividades e das ideias.

No que toca à categoria “Plano formativo”, e como se observa no quadro 17, os inquiridos valorizam muito a formação dos seus membros através da concordância em cerca de 93,8%, 90,6% e 81,3%, nos itens *a formação dos membros da associação é importante para a realização mais eficaz das tarefas de cada um, a formação dos membros da associação é importante para a coesão interna, de forma a melhorar o espírito de grupo e fortalecer o sentimento de pertença e a formação tem como principal objectivo a melhoria da organização, da gestão e do funcionamento da associação*, respectivamente. A mediana de concordância destes três itens é de 90,6%.

Claves, (1994: 183), explica que a formação é uma condição necessária e permanente na vida associativa. A participação dos associados não pode ser casual e intuitiva e depender apenas de um esforço voluntário. A formação é imprescindível ao bom funcionamento das associações.

No que diz respeito à promoção das acções de formação os inquiridos manifestaram a sua opinião e optaram por acções, quer dinamizadas pela própria associação, quer por entidades externas.

Quanto aos destinatários da formação promovida, os inquiridos responderam de forma afirmativa e maioritária aos itens que incidem na formação para todos *os membros da associação e para outras pessoas interessadas*. Nos itens que se referem à formação sectorial, os valores negativos foram na média de 59,4%.

No que diz respeito aos recursos formativos, são consideráveis os inquiridos que discordam do item *para a realização de actividades de formação a associação conta apenas com os seus recursos*, logo valem-se de outros recursos externos. Segundo os inquiridos, 50% das associações juvenis servem-se do financiamento externo para a promoção de actividades de formação e 31,3% não o utilizam.

PLANO FORMATIVO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS	SO	DT	D	C	CT
A formação dos membros da associação é importante para a realização mais eficaz das tarefas de cada um.	6,3%			71,9%	21,9%
A formação dos membros da associação é importante para a coesão interna, de forma a melhorar o espírito de grupo e fortalecer o sentimento de pertença.	9,4%			62,5%	28,1%
Os membros da associação participam em acções de formação promovidas pela própria associação.	15,6%		6,3%	65,6%	12,5%
Os membros da associação participam em acções de formação promovidas por entidades externas.	12,5%		18,8%	59,4%	9,4%
A formação tem como principal objectivo a melhoria da organização, da gestão e do funcionamento da associação.	12,5%	3,1%	3,1%	68,8%	12,5%
A associação promove actividades de formação para os seus membros e para outras pessoas interessadas.	15,6%		9,4%	62,5%	12,5%
Para a realização de actividades de formação a associação conta apenas com os seus recursos	15,6%		46,9%	28,1%	9,4%
Para a realização de actividades de formação a associação conta com financiamento externo.	18,8%	18,8%	12,5%	46,9%	3,1%
A formação realizada na e/ou pela associação envolve todos os membros da associação (sócios, dirigentes, profissionais e voluntários).	12,5%	3,1%	3,1%	62,5%	15,6%
A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os dirigentes.	21,9%	25,0%	37,5%	12,5%	
A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os trabalhadores.	28,1%	25,0%	34,4%	6,3%	3,1%
A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os sócios.	18,8%	18,8%	37,5%	12,5%	6,3%

Finalmente, na categoria “Liderança” chegamos à conclusão que os valores afirmativos incidem mais nos itens sobre a liderança democrática (ver o quadro 18). No gráfico 30 verificam-se valores residuais nas respostas *sem opinião e discordo*.

No entanto, como se constata no gráfico 30, os itens a *liderança deve ser constante e permanente para controlar tudo o que se passa na associação; os líderes associativos devem tomar as decisões e informar os restantes membros e os líderes associativos são mais reconhecidos quando garantem a coesão interna da associação e a tornam competitiva com outras associações e outros serviços e instituições* apresentam valores afirmativos consideráveis, o que nos faz reflectir sobre a realidade das associações juvenis inquiridas.

Entretanto, o item *os líderes associativos devem tomar as decisões e informar os restantes membros* apresenta valores concordantes elevados, 71,9%, o que corrobora os dados dos gráficos 23 e 24 nos quais os itens *são informados das decisões tomadas pelos dirigentes e a participação manifesta-se através de representantes eleitos* apresentam valores concordantes elevados.

Quadro 18

LIDERANÇA DEMOCRÁTICA	SO	DT	D	C	CT
A liderança partilhada e participada é mais eficaz para a associação alcançar os seus objectivos.	12,5%		6,3%	56,2%	25,0%
Escutar as opiniões dos outros é fundamental para tomar decisões.				53,1%	46,9%
A liderança deve estimular a reflexão, a participação e a iniciativa de todos os membros da associação.	3,1%			62,5%	34,4%
Os líderes associativos devem estar ao serviço da cidadania e da transformação da sociedade.	6,3%		3,1%	71,9%	18,8%
A liderança constrói-se com exemplos de compromisso e de dedicação, ganhando assim o respeito e a confiança dos outros.	6,3%			65,6%	28,1%
Os líderes associativos são mais reconhecidos quando se abrem à comunidade local e à sociedade em geral e cooperam com outras entidades.	12,5%			75,0%	12,5%
LIDERANÇA HIERÁRQUICA /AUTORITÁRIA	SO	DT	D	C	CT
A liderança individual é mais eficaz para atingir os objectivos da associação.	21,9%	9,4%	37,5%	28,1%	
A liderança é sempre exercida pela mesma pessoa porque dessa forma todos sabem quem manda e isso traz vantagens e resultados.	3,1%	21,9%	50,0%	21,9%	
A liderança deve ser constante e permanente para controlar tudo o que se passa na associação.	15,6%	9,4%	12,5%	59,4%	3,1%
Os líderes associativos devem tomar as decisões e informar os restantes membros.	6,3%	3,1%	18,8%	59,4%	12,5%
A liderança impõe-se contra a opinião dos restantes associados.	15,6%	28,1%	43,8%	12,5%	
Os líderes associativos são mais reconhecidos quando garantem a coesão interna da associação e a tornam competitiva com outras associações e outros serviços e instituições.	15,6%	3,1%	15,6%	56,3%	9,4%

Gráfico 29

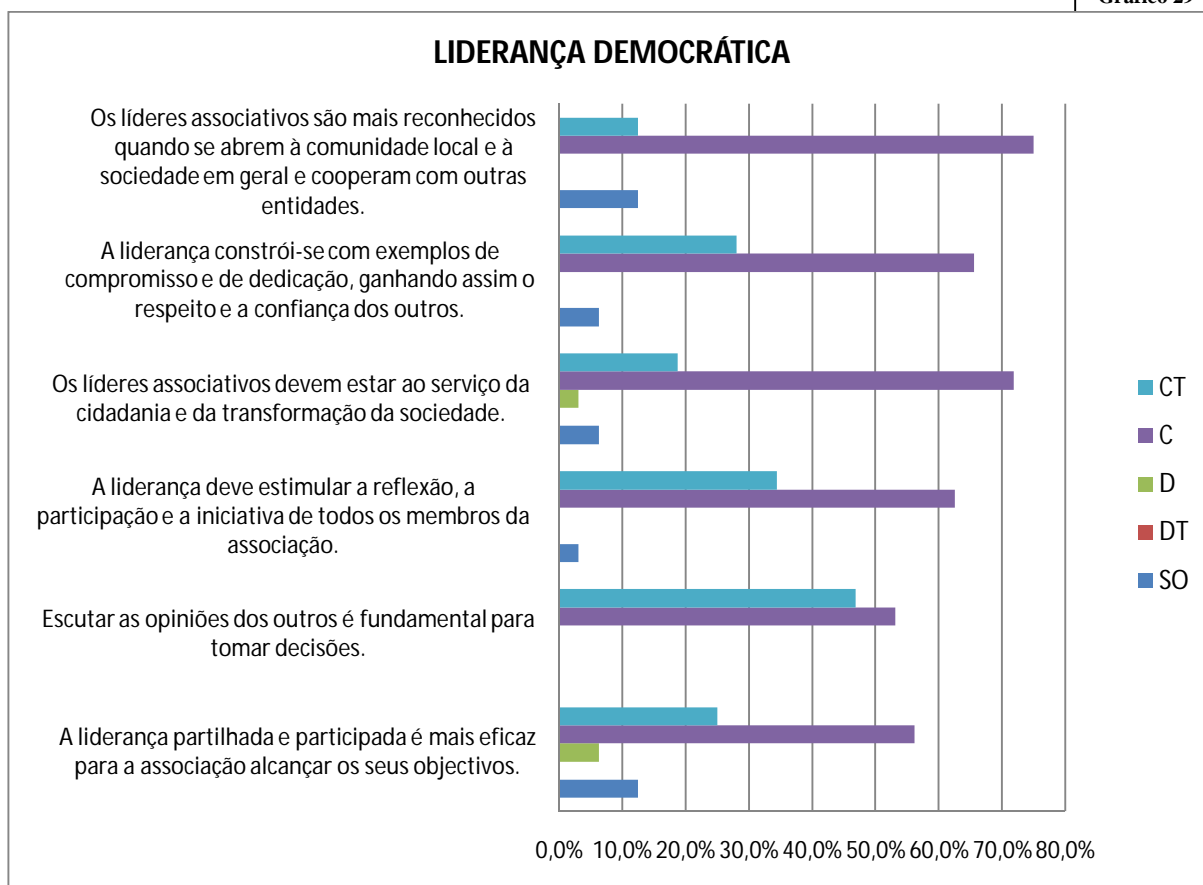
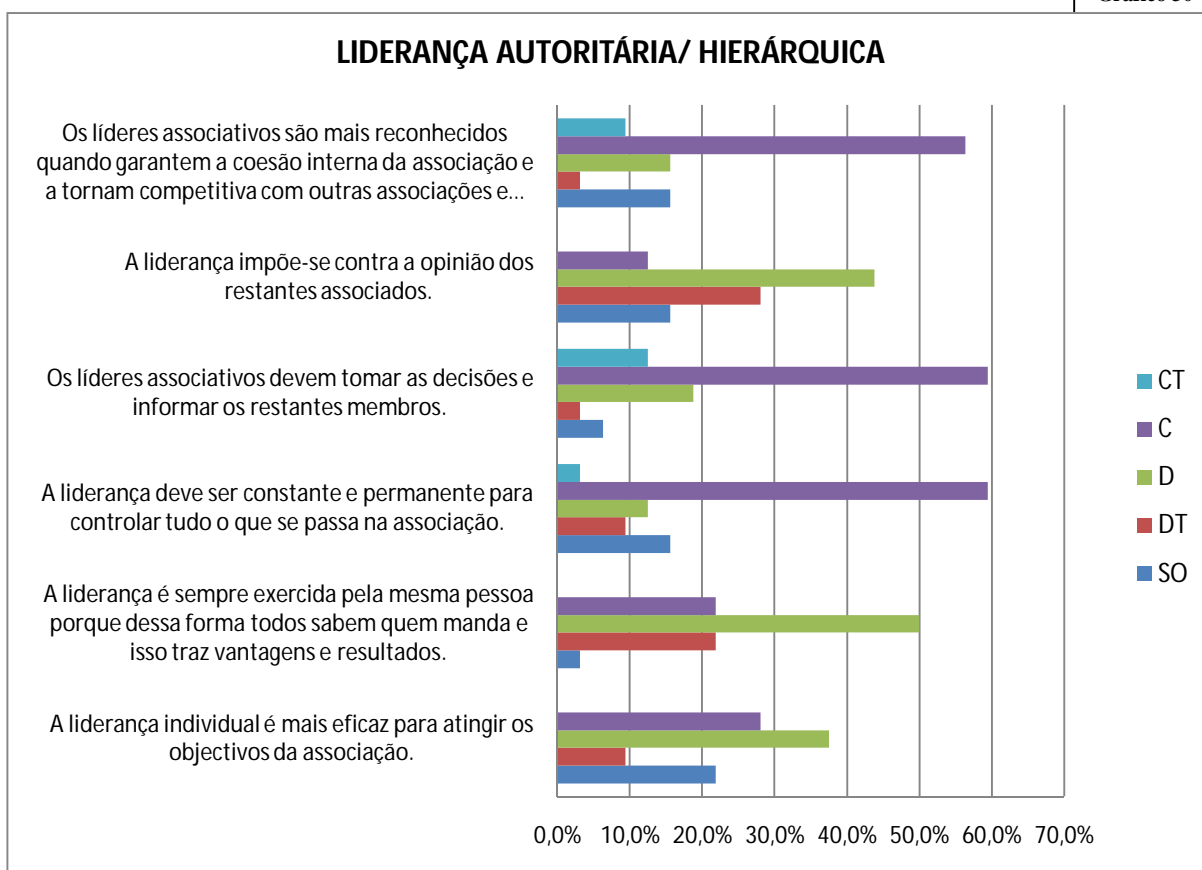


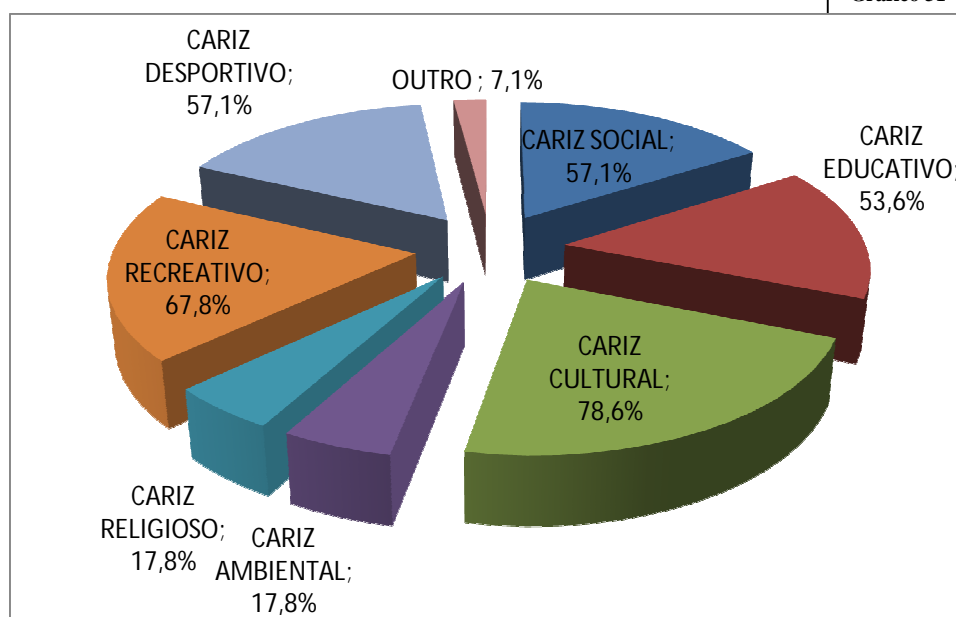
Gráfico 30



5.5. Participação dos utentes na associação

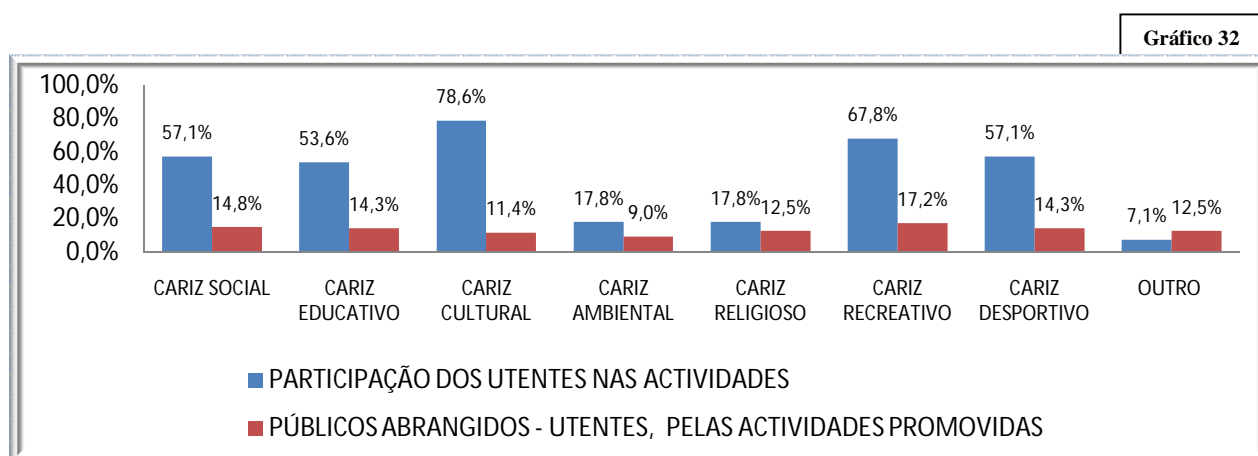
Apenas 28 associações juvenis responderam ao item *Participação dos utentes na Associação*. Como se pode observar no gráfico 31 os utentes das associações juvenis participam mais nas actividades de cariz cultural, seguidas das actividades recreativas, desportivas e sociais.

Gráfico 31



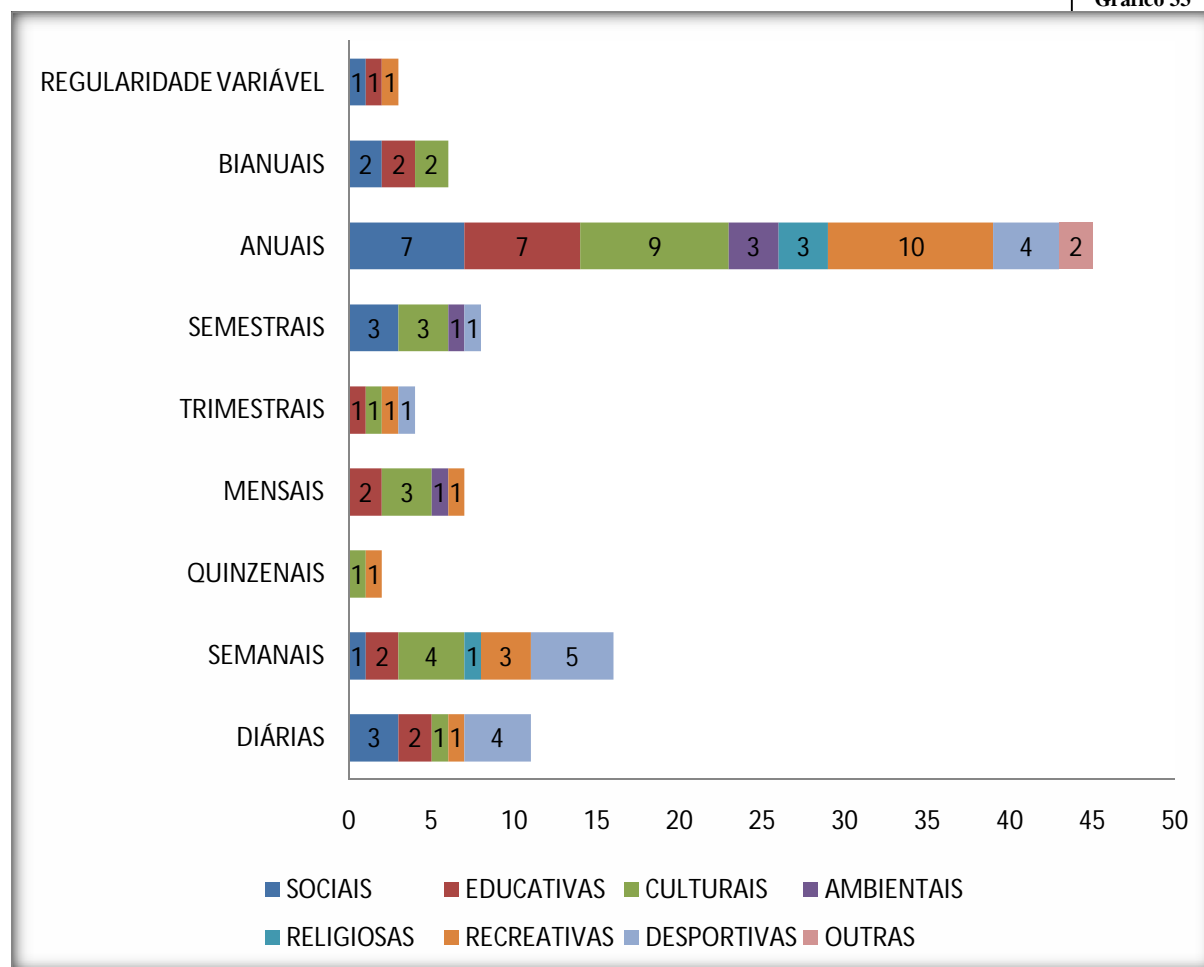
Esta informação vai de encontro à que foi apresentada no gráfico 16, no qual se demonstra a frequência das actividades culturais, promovidas pelas associações juvenis. No entanto comparando estes dados com os já colhidos no item *públicos abrangidos (utentes) pelas actividades promovidas* (gráfico 18), verifica-se um incongruência, visto no actual item haver uma considerável participação dos utentes nas actividades. O gráfico 32 assim o demonstra.

Em relação às respostas dadas a esta questão, levantam-se dúvidas quanto ao entendimento dos inquiridos em relação aos conceitos de “sócios”, “utentes”, e “outros”.



Quanto à “Regularidade da participação dos utentes nas actividades”, como se observa no gráfico 33 os utentes das associações juvenis participam predominantemente em actividades anuais, seguidas das actividades semanais e diárias.

Gráfico 33



Estes dados corroboram os dados do gráfico 17, no qual se observa uma preponderância de actividades anuais, semanais e diárias, realizadas pela associação juvenil.

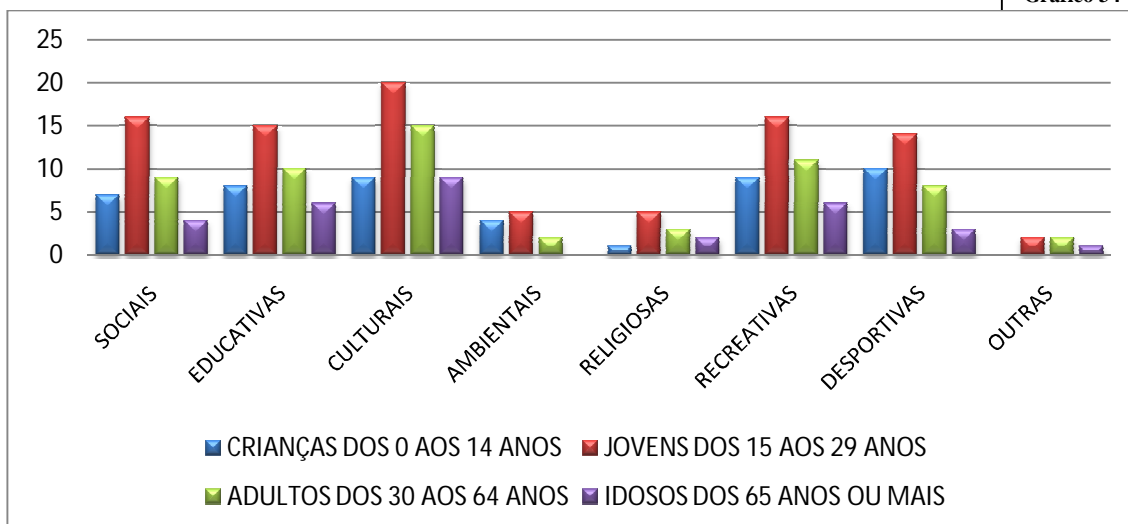
Também neste caso criamos duas novas variáveis: “bianual” e “regularidade variável”, pois alguns inquiridos utilizaram-nas nas respostas dadas.

Dos 32 inquiridos, 8 não responderam a este item.

No que respeita aos “grupos etários dos utentes participantes”, como se observa no gráfico 34 os utentes que participam nas actividades têm entre 15 e 29 anos de idade. Também estes dados vêm consolidar as informações do gráfico 19, no qual, segundo opinião dos inquiridos, as actividades promovidas destinam-se predominantemente à faixa etária dos *jovens dos 15 aos 29 anos*.

Dos 32 inquiridos, 6 não responderam a este item.

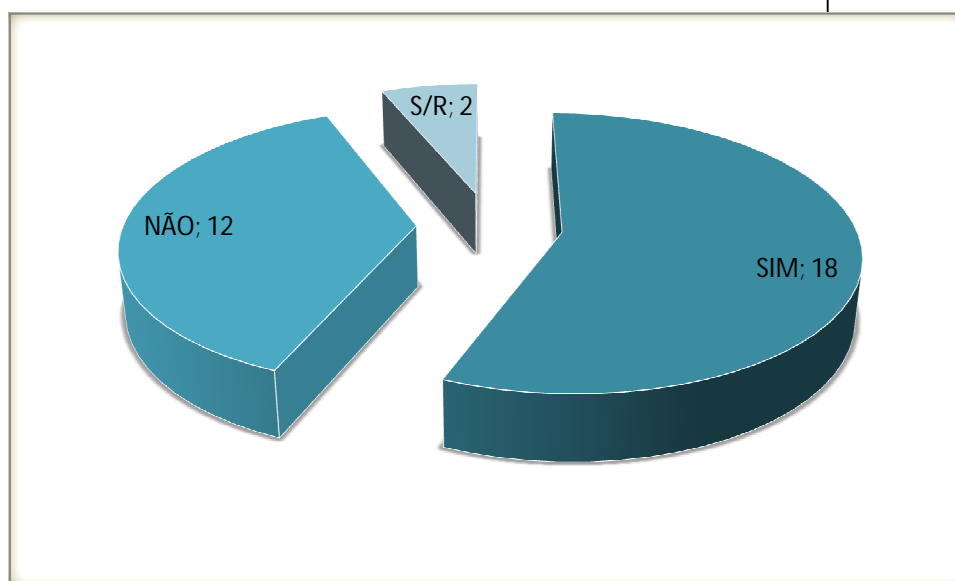
Gráfico 34



5.6 - Voluntariado nas associações juvenis

Quanto à “Existência de voluntariado nas associações juvenis inquiridas, e com base na opinião dos inquiridos, dezoito associações juvenis promovem o voluntariado na associação e doze não.

Gráfico 35



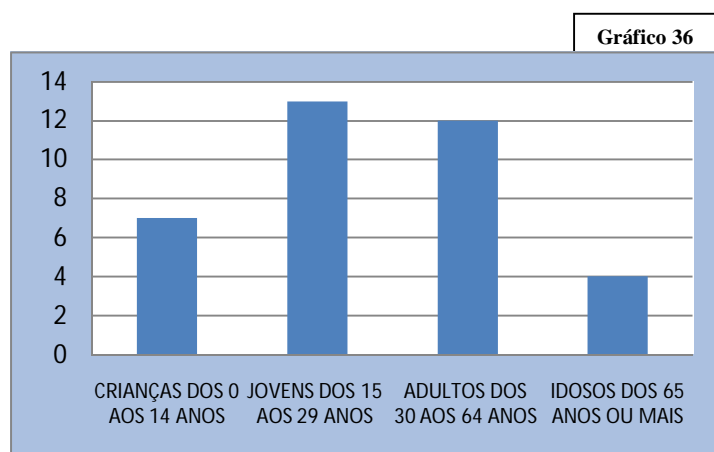
Este item do inquérito não foi respondido por dois inquiridos mas, como responderam à questão 2.8.7 sobre a motivação dos voluntários, depreendemos que existe voluntariado.

Uma associação, por ter respondido apenas a este item, justificou-se com o facto de “os voluntários não serem regulares e terem como princípio a mobilidade de recursos e pessoas para as diversas situações que vão surgindo”.

Outra questão pertinente é o facto do cruzamento desta questão com o item *realizam trabalho voluntário* da escala de concordância prática associativa dos associados, demonstrar-nos que em doze inquiridos que manifestaram não existir voluntariado na associação juvenil, dez *concordam* e *concordam totalmente* com o item *realizam trabalho voluntário*. Monteiro (2004: 166), baseando-se no Inquérito aos Valores Europeus registados para Portugal, salienta uma taxa de participação voluntária na qual metade dos que pertencem a associações não desempenha nelas qualquer trabalho voluntário.

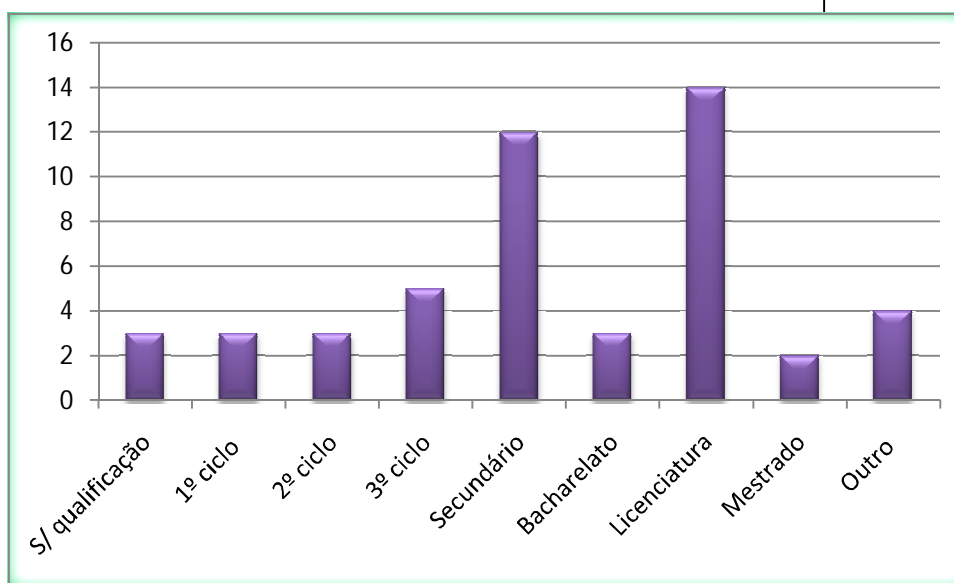
Das vinte associações que afirmam que desenvolvem o voluntariado, uma respondeu que os voluntários eram “*indeterminados*”, outra respondeu “*cerca de metade*”, o que não nos ajuda no tratamento dos dados. Duas não responderam a este item. As restantes dezasseis associações juvenis têm uma média de 49 voluntários. No cômputo deste item, respondido adequadamente, os voluntários do sexo feminino são mais do que os do sexo masculino: 848 do sexo femininos e 730 do sexo masculino.

Relativamente aos grupos etários dos voluntários, das vinte associações juvenis que dinamizam o voluntariado, duas não responderam a este item. Nas restantes dezoito, como se observa no gráfico 36, o grupo etário predominante dos voluntários é o grupo dos *jovens dos 15 aos 29 anos* de idade.



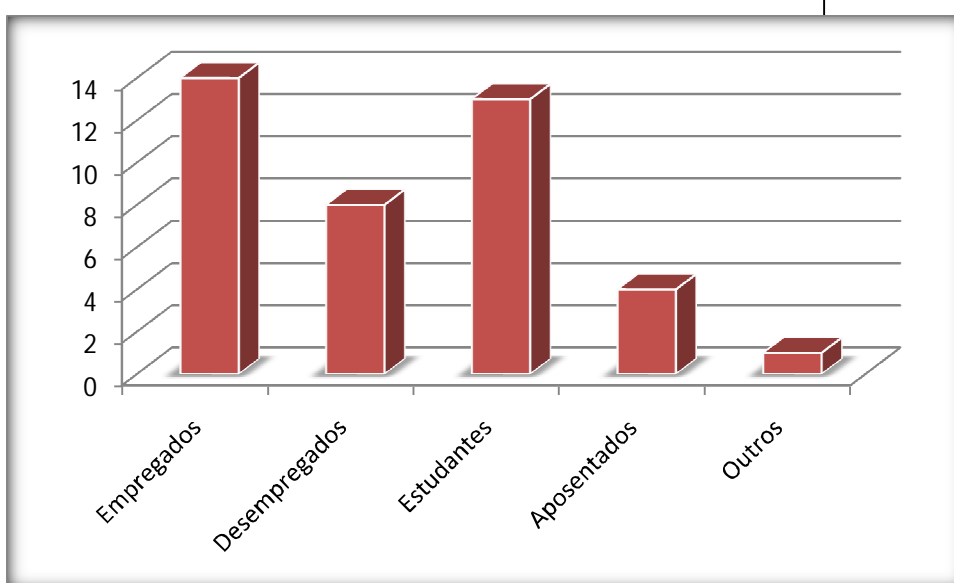
Em termos de qualificação académica, como se observa no gráfico 37, os voluntários são predominantemente licenciados, seguindo-se os que têm os estudos secundários. O item *outros* refere-se a doutoramentos e pós-doutoramentos. Estes dados corroboram os estudos de Marchioni e Puche (1990:85) e Silva e Ferreira (2005: 31), que sublinham uma maior qualificação dos voluntários de hoje.

Gráfico 37



No que respeita à situação profissional, como se observa no gráfico 38, os voluntários das associações inquiridas estão predominantemente empregados ou são estudantes. Efectivamente, e de acordo com Roca (1994:28), o voluntariado deixou de ser uma instituição residual que mobiliza unicamente pessoas desocupadas e elites ociosas para adquirir uma dimensão estritamente popular.

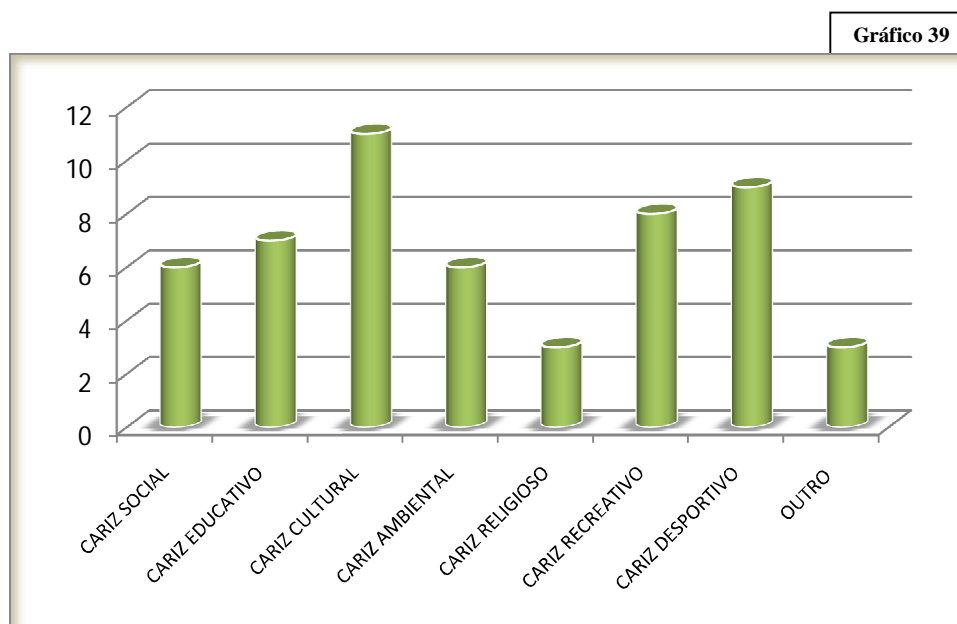
Gráfico 38



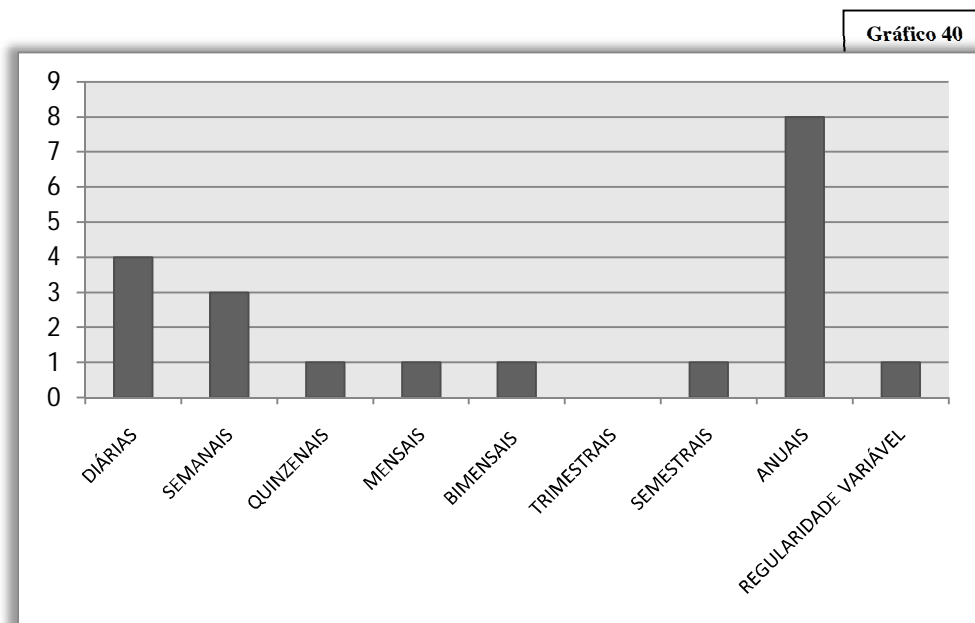
Quanto à natureza das actividades em que são voluntários, e de acordo com o gráfico 39, os voluntários das associações juvenis inquiridas realizam actividades predominantemente no âmbito cultural, seguidas pelas actividades de cariz desportivo e

recreativo. Esta informação vai de encontro às informações do gráfico 16, sobre as actividades promovidas pela associação, predominantemente culturais.

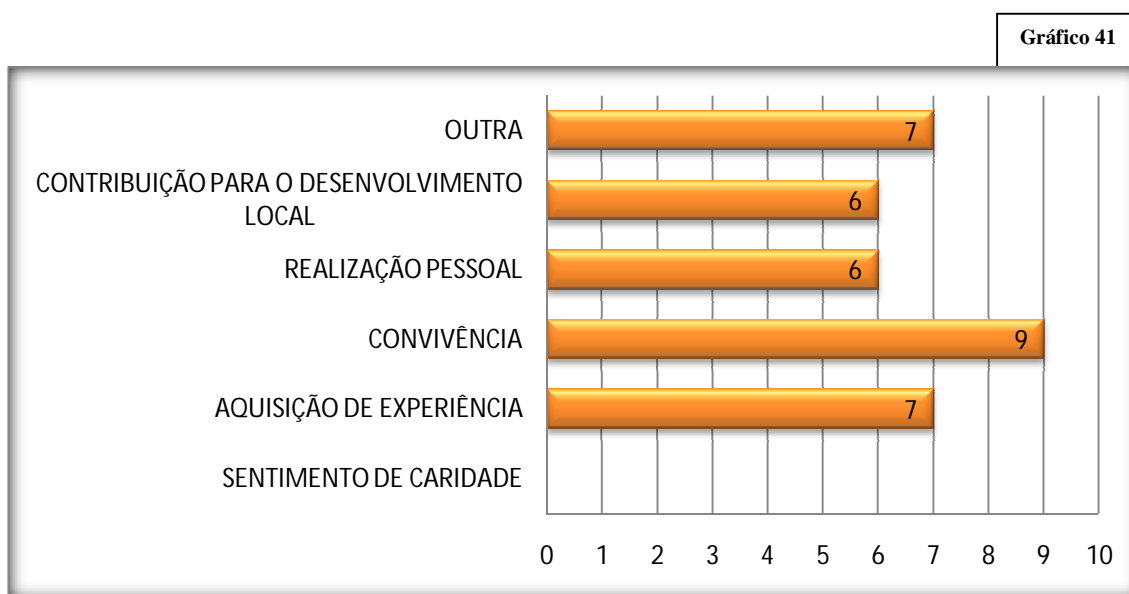
Marchioni e Puche (1990:85) salientam a diversificação dos âmbitos de actuação do voluntariado que vão desde a informação e a complementaridade de serviços que a própria administração vai pondo em marcha, tais como o apoio familiar, as actividades preventivas, através de acções educativas e de ócio e tempo livre, a reinserção de sectores sociais com mais dificuldades na sua comunidade, a dinamização social e cultural, a defesa do meio ambiente, ou a preocupação pelos problemas do Terceiro Mundo.



No que toca à regularidade do voluntariado, tal como se verifica nas actividades promovidas pelas associações juvenis (gráfico 17) e na participação dos utentes nas actividades (gráfico 33), os voluntários participam predominantemente em actividades anuais, seguidas pelas diárias e semanais, como se observa no gráfico 40.



No que concerne às motivações dos voluntários, das vinte associações que manifestaram promover o voluntariado, 4 não responderam a este item.



As restantes dezasseis, como se observa no gráfico 41, valorizaram a *convivência*, seguida da *aquisição de experiência* e de *outras* razões que passamos a transcrever: “desenvolvimento intercultural”; “contribuição para o desenvolvimento da associação”, “contribuição para a criação de uma identidade europeia;” “desenvolvimento de relações interpessoais e da capacidade de liderança”; “ajuda” e “participação em actividades”.

No estudo de Silva e Ferreira (2005:32), realizado através de mil entrevistas a indivíduos entre os 15 e os 29 anos, residentes em Portugal Continental, concluiu-se que as razões apresentadas das motivações dos jovens apontam para um interesse intrínseco na actividade ou para um sentimento de responsabilidade social, isto é consideram seu dever agir no sentido da mudança social. Tal como referimos na parte teórica deste trabalho, Pais (1998: 33-35) também refere que entre os jovens encontramos três triângulos de valores, um dos quais dá suporte a uma solidariedade convivial.

5.7. Discussão dos resultados

Chegou a altura de reflectir sobre os resultados do presente estudo, realizado com base no inquérito por questionário.

Estêvão e Afonso (1998: 93) referem Prieto Lacaci (1985) que explica que a probabilidade de pertencer a uma associação juvenil está directamente relacionada com a origem social e o habitat urbano. Desta forma, é de salientar a existência de um maior número de associações juvenis nos concelhos de Vila Nova de Gaia e Porto, com maior número de população juvenil (Cf. Quadro 6), o que vem consolidar também os dados de

Barrisco (2006), que demonstram a existência de uma maior concentração de jovens em distritos marcadamente urbanos, nomeadamente, em Lisboa e no Porto. Em 2004, as duas metrópoles concentravam 37,3% dos jovens portugueses (19,8 em Lisboa e 17,5% no Porto). Em suma, a distribuição territorial da população juvenil nos últimos 14 anos (1991-2004) vem cimentar as tendências de litoralização e urbanização da população jovem portuguesa.

Os inquiridos, dirigentes associativos, apresentam idade igual ou acima dos 30 anos e são sobretudo do género masculino. Temos que confessar que esperávamos inquiridos de idade mais jovem. Para além dos contextos e da conjuntura actual tardarem em tornar os jovens em adultos, a própria legislação portuguesa prevê esta situação e considera *jovens* os indivíduos com idade igual ou inferior a 35 anos.

Igualmente, Sáez, *et al.* (2006:56-61) referem que uma das causas do alongamento da etapa da juventude é constituída pelas alterações educativas dos últimos anos, quer pela universalização da educação escolar, quer pela sua extraordinária ampliação.

No que diz respeito à escolaridade, metade dos inquiridos são licenciados e 73% dos estudantes são licenciados. Estes dados são sustentados pela literatura. Pais (1998) e

Ferreira S. (1998) explicam que existe uma correlação entre o modelo cultural do pós-materialismo e os níveis de instrução mais elevados que simultaneamente tendem a precipitar um envolvimento de atitudes pós-materialistas. Outra ideia apreendida destes dados é o facto dos jovens não se contentarem com o capital escolar assimilado e investirem ainda mais nele, como meio pessoal de realização intelectual e cultural. Para além desta ideia, as próprias transformações estruturais da globalização exercem influência nos jovens e exigem uma formação permanente e actualizada.

Quanto ao envolvimento associativo, a categoria “ajuda” acolheu mais respostas afirmativas do que a categoria “interesse”. Naquela, o item *contribuir para que a sociedade se torne melhor* é a preferida dos inquiridos. Desta forma, quanto ao seu envolvimento associativo, os inquiridos manifestam atitudes de elevado envolvimento, explicando o espírito de voluntariado, pois agem de forma desinteressada e altruísta. Também se observam valores pós-materialistas, tais como a dimensão humanista da vida, a tolerância e a solidariedade social, referidos por Ferreira S. (1998).

A maioria das associações inquiridas foi criada a partir da década de 1990, o que vem corroborar Monteiro (2004) que regista na década de 1990 um crescimento do número de associações.

No que diz respeito às *actividades promovidas* pelas associações juvenis, 81% das associações inquiridas promovem predominantemente actividades de cariz cultural, seguidas pelas actividades sociais, desportivas, recreativas e educativas.

A frequência da *regularidade das actividades* é predominantemente anual, de cariz cultural, seguida pela frequência de actividades semanais, de âmbito cultural e educacional e diárias, de índole social. Estes dados corroboram as informações da categoria *regularidade da participação dos utentes nas actividades*, predominantemente anual, seguidas das actividades semanais e diárias e a categoria *regularidade do voluntariado*, porque as actividades promovidas pelos voluntários são principalmente culturais.

Relativamente ao item *públicos abrangidos pelas actividades realizadas*, à excepção das actividades desportivas e outras que se dirigem predominantemente para os habitantes da localidade e para outros indivíduos, as restantes actividades são direccionadas aos sócios. Estes dados não corroboram o estudo de Monteiro (2004), no qual os destinatários/utentes dos serviços prestados pelas Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDLs) são predominantemente prestados em favor de não associados. No entanto, no levantamento dos dados relativos à *participação dos utentes*

nas actividades, temos dúvidas sobre o entendimento dos inquiridos quanto aos conceitos de “sócios”, “utentes” e “outros”, visto haver uma considerável participação dos utentes nas actividades, contrariando os dados relativos à categoria *públicos abrangidos*, na qual os “utentes” apresentam um número inferior de respostas afirmativas, comparativamente aos “sócios”, “outros” e “habitantes da localidade”.

As actividades dinamizadas destinam-se sobretudo aos jovens, dos 15 aos 29 anos de idade. Estes dados são validados pelas informações das categorias *grupo etário de utentes participantes* e *grupos etários dos voluntários*, que situam as idades entre os 15 e os 29 anos. Marchioni e Puche (1990) também destacam este coorte etário como estando mais disposto a dedicar uma parte do seu tempo à solidariedade social.

No que diz respeito ao voluntariado, os inquiridos indicam que 62,5% das associações juvenis o promovem. Verifica-se também um número superior de voluntários do sexo feminino, com uma qualificação académica de nível superior, sobretudo licenciados, empregados ou ainda estudantes, o que vem reforçar as conclusões dos estudos de Marchioni e Puche (1990) e Silva e Ferreira (2005), que sublinham uma maior qualificação dos voluntários de hoje, e de Roca (1994), que esclarece que o voluntariado deixou de ser uma instituição residual mobilizando unicamente pessoas desocupadas e elites ociosas, para adquirir uma dimensão estritamente popular. As motivações dos voluntários incidem na responsabilidade social e na solidariedade convivial. Estêvão e Afonso (1998) citam Galland (1991), que salienta a preferência dos jovens, em contextos de microssolidariedade com carácter informal, sem hierarquia permanente e funcionando largamente em bases efectivas.

Assim, parece que os jovens tendem a rejeitar ou a não aderir com tanto entusiasmo a formas de participação mais duradoiras e formais, o que não é somente a consequência de uma evolução ideológica: é também a transformação efectiva dos modos de entrada na vida adulta.

Relativamente à prática associativa dos associados, estes disponibilizam meios e recursos, logo a sua participação qualifica-se de activa, pois, segundo Lima (1998), é uma manifestação de atitudes e comportamentos de elevado envolvimento na organização individual ou colectiva. Baseando-nos na opinião de Limbos (1986),

Palacios (1994) e Lima (1998), parece-nos que a participação dos associados no processo associativo é activa e centrífuga, visto a definição dos objectivos, a realização das actividades planeadas, o empenhamento no projecto associativo e a avaliação das actividades finalizadas excederem os 75% das respostas afirmativas. Neste âmbito,

Laville *et al.* (1997) explicam que a vida associativa constitui-se numa experiência de coesão social de indivíduos que através das diferenças se juntam na realização de um projecto comum.

No entanto, o grau de implicação na tomada de decisões é mínimo, porque, de acordo com Claves (1994) e Palacios (1994), a *informação* é o grau mínimo de implicação possível, seguida da *consulta* em que os membros têm oportunidade de opinar antes da tomada da decisão por parte dos dirigentes.

Os inquiridos também são de opinião de que os associados participam bastante e de forma centrípeta nos resultados associativos. Centrípeta porque, segundo Limbos (1986), o associado obtém facilidades e benefícios. No entanto, o item *beneficiam de vantagens económicas* apresenta um número significativo de respostas negativas, o que corrobora a ideia de Laville *et al.* (1997), que explicam a ausência nas associações de um interesse material e relevam o bem comum.

No que diz respeito às formas de participação, Lima (1986) distingue participação formal, participação regulada por regras não formais e participação regulada por regras informais. Também diferencia a participação directa caracterizada essencialmente pela intervenção directa no processo de tomada de decisões, da participação indirecta, realizada por intermédio de representantes designados para o efeito. Nos dados dos inquéritos constatámos que a periodicidade da participação divide-se em sistemática e esporádica e a forma de participação é sobretudo directa informal e formal, não descurando a participação indirecta formal.

Na dinâmica associativa, as associações inquiridas inclinam-se para uma organização associativa participativa. A corroborar esta ideia estão as maiores percentagens de respostas positivas nos itens que pertencem à categoria *organização associativa participativa* e uma considerável percentagem de respostas negativas nos itens que pertencem à categoria *organização associativa centralizada*. Claves, (1994), salienta no entanto, a dificuldade em promover esta dinâmica participativa nas associações.

As associações inquiridas utilizam diversos instrumentos de comunicação e promovem comunicações exteriores essenciais à intervenção dos membros associativos, como recomendam Terron e Garcia (1997). Também dinamizam a coordenação inter-associativa e as relações com os poderes públicos. Com estes últimos, verifica-se uma simultânea autonomia, dependência e concertação, como refere Monteiro (2004).

O plano formativo é muito valorizado e a liderança parece incidir na forma democrática, apesar dos itens da liderança autoritária/hierárquica apresentarem valores afirmativos consideráveis, o que nos fazem questionar os dados referentes ao modelo de organização associativo participativo, inferidos nos dados dos inquéritos recolhidos.

Cristóvão e Miranda (2006), no estudo que realizaram no espaço Douro-Duero, verificaram que a participação dos associados na dinâmica das organizações é, salvo raras excepções, muito reduzida. Caracteriza-se essencialmente pela comparência em números habitualmente escassos às Assembleias Gerais e pontualmente pelo envolvimento nas iniciativas realizadas. O baixo nível de participação dos associados nas dinâmicas organizativas deve-se, do ponto de vista destes autores, ao facto dos associados pensarem que as organizações existem para lhes resolver os problemas, e parecer assim haver uma certa demissão de um papel mais activo na procura de soluções colectivas; às lacunas em termos de actividades de dinamização da participação e de construção de formas de comunicação colectiva; e aos escassos recursos humanos e financeiros das organizações, o que dificulta a realização de uma acção mais enérgica e continuada.

No nosso estudo, através da opinião dos inquiridos, verificamos que a participação dos associados nos meios e recursos é clara. A título de exemplo, mencionamos a participação dos associados nas reuniões, que atinge os 71,9% de respostas afirmativas, e a disponibilização de recursos humanos através do trabalho voluntário. No entanto, a periodicidade da participação é sistemática e esporádica, esta última também em assembleias ordinárias ou extraordinárias.

No que diz respeito aos processos e resultados associativos, os inquiridos têm uma opinião muito favorável. Entre muitos outros, recorremos ao item *usufruem de serviços prestados pela Associação*, com 93,8% de respostas afirmativas, que confirma que os associados usufruem bastante da actividade associativa.

Relativamente à construção de formas de comunicação colectiva, os dados indicam que as associações juvenis utilizam de forma satisfatória os instrumentos de comunicação e promovem comunicações internas e externas.

No que toca ao financiamento, parece-nos que existe uma subordinação ao Estado, tendo em conta os dados disponibilizados no gráfico 28 e o facto das associações juvenis estudadas estarem inscritas na RNAJ – Registo Nacional do Associativismo Jovem, o qual é uma condição *sine qua non* para acederem a apoios do Estado.

Relativamente à participação activa da massa dos associados na vida das respectivas associações, os dados que recolhemos são convergentes com o estudo de Monteiro (2004), no qual conclui que a participação associativa não é global e homogénea. Para se falar dos níveis de participação associativa, importa reter as diferentes naturezas que essa participação pode tomar: uma dissociação entre aqueles associados que apenas contribuem através das suas quotas e os que, para além dessa contribuição, assumem uma disponibilização de tempo e participação activa na vida da instituição, mas também a consideração daqueles que não estando filiados/associados contribuem de modo esporádico para a associação (donativos e outros) ou ultrapassam esse patamar para se envolverem em colaboração nas acções empreendidas.

CONCLUSÃO

A juventude é uma ideia que contempla multiplicidades que, à primeira vista, são justificadas com aspectos do desenvolvimento biopsicológico do ser humano. Contudo, é um conceito elaborado de acordo com a contextualização histórica-espacial e as condições político-sociais e culturais existentes. É uma categoria heterogénea, pois encerra diferentes condições e culturas juvenis.

Actualmente o alongamento da etapa da juventude deve-se, em grande medida, ao aumento da escolaridade que, por sua vez, retarda a entrada na vida profissional e atrasa cada vez mais o acesso à condição de adulto. Legalmente, o Estado Português considera jovens, todos os indivíduos com idade igual ou inferior a 35 anos; existem outras definições que delimitam a juventude de acordo com diversas variáveis biológicas, psicológicas e sociais.

Estamos num tempo de grande mobilidade geográfica e tecnológica impulsionadas sobretudo pela expansão das vias e meios de comunicação, pelas inovações informáticas e nada é tido como certo ou permanente: nem a formação, nem o emprego, nem as relações pessoais. As relações laborais dos jovens são precárias e tardias o que provoca instabilidade nos seus vínculos afectivos e habitacionais; o seu processo educativo precipita-os para um envolvimento de atitudes, por vezes incompreensíveis para as gerações anteriores ao 25 de Abril que viveram numa época mais desassossegada e simultaneamente mais linear e consolidada. Parece que a juventude portuguesa actual orienta o seu sistema de valores para a defesa da liberdade e realização pessoal, valoriza a igualdade, a democracia, a ecologia, o multiculturalismo, a paz, a qualidade de vida e o aumento da participação. Não deixa de valorizar os domínios do trabalho, da profissão e da educação, fazendo transparecer uma compatibilidade entre valores de carácter materialista e pós-materialista.

Neste contexto, também se verifica o enfraquecimento da actuação do Estado-Providência e a aposta de novas sinergias entre a sociedade civil e o Estado, isto é, na difusão de um “Estado Animador”, simultaneamente impulsionador, supervisor e avaliador do redesenho de alternativas na vida associativa.

Desta feita, as associações são organizações dinâmicas que emergem da sociedade civil no sentido de prosseguir um objectivo comum, são espaços com uma importante função educativa pois permitem a aprendizagem de habilidades, técnicas e

atitudes para a participação social que se traduzem numa responsabilidade na transformação social. As associações encerram um enorme potencial de participação dos cidadãos, de capacidade de reflexão, de discussão e resolução de problemas locais.

A Constituição Portuguesa refere que fazer parte de uma associação é um direito inalienável de todos os portugueses. As associações juvenis, de natureza heterogénea, são agentes mediadores que permitem a participação dos jovens na vida social e constituem-se em verdadeiras escolas de cidadania.

Ora, escreve-se tanto sobre o que é a participação, que através da opinião dos Presidentes da Direcção das associações juvenis, quisemos conhecer e compreender o processo de participação associativo e saber se é e como é promovida pelas associações juvenis. Para isso, recorremos ao inquérito por questionário, o qual foi enviado aos Presidentes da Direcção de oitenta e nove associações juvenis do distrito do Porto, inscritas na RNAJ, em Março de 2008. Apesar de se ter tornado num trabalho meticoloso e perseverante, quer através de telefonemas, quer de correio electrónico, só obtivemos resposta de trinta e duas associações: vinte e nove, através do questionário electrónico e três, via postal.

As associações juvenis inquiridas localizam-se em dezassete concelhos do distrito. Constatámos a ausência de associações juvenis, inscritas no RNAJ, num concelho e a não resposta de várias associações juvenis em quatro concelhos.

As associações, enquanto tipos específicos genericamente integráveis nas organizações voluntárias/organizações não-lucrativas, não são homogéneas, pois são o resultado de variações de várias dimensões organizacionais, logo são difíceis de classificar. No entanto, das diversas tipologias encontradas na literatura utilizámos a tipologia proposta por Monteiro (2004), que classifica as organizações não lucrativas em onze grupos. Atendendo aos parâmetros das *actividades desenvolvidas* e à *regularidade das actividades* em cada associação juvenil, concluímos que cerca de 72% das associações juvenis inquiridas se enquadram no âmbito da cultura, desporto e lazer.

Através do software estatístico SPSS15 e do programa Excel tratamos estatisticamente os dados do inquérito e obtivemos resultados que passamos a sintetizar:

As associações juvenis inquiridas são, grosso modo, dirigidas por homens, com formação académica e quase no limite legal de idade; os inquiridos manifestam uma participação activa, quanto ao seu envolvimento associativo; as actividades promovidas, por voluntários são essencialmente culturais; as actividades são dinamizadas por

voluntários essencialmente com idades entre os 15 e os 29 anos, para utentes da mesma idade.

No que diz respeito à área da *prática associativa dos associados* inferimos que os associados participam nos meios e recursos, no processo associativo e nos resultados, no entanto, a implicação na tomada das decisões apresenta valores superiores no item *são informados das decisões tomadas pelos dirigentes*, logo constata-se um grau mínimo de implicação. Esta ideia vem ao encontro da forma de participação, indirecta formal, realizada por intermédio de representantes eleitos, precedida pela participação directa informal e formal.

Na dinâmica associativa, as associações juvenis inclinam-se para uma organização associativa participativa, corroborada pela forma de liderança democrática. Contudo, os valores afirmativos do item da liderança autoritária /hierárquica são consideráveis, o que nos leva a questionar o modelo de organização participativo depreendido dos dados recolhidos do inquérito por questionário e a implicação na tomada de decisões dos associados.

No que diz respeito à comunicação interna e externa, os inquiridos manifestaram a sua opinião demonstrando que utilizam e dinamizam as relações com os poderes públicos. Inferimos destes dados uma simultânea autonomia, dependência e concertação entre o Estado e as associações Juvenis.

Ao utilizarmos a técnica do inquérito por questionário, não pretendemos elaborar um estudo minucioso de cada associação juvenil inquirida, mas somente conhecer e compreender o processo de participação associativa e saber em que medida as associações juvenis do distrito do Porto promovem a participação, com base nas perspectivas dos presidentes da Direcção.

Alguns aspectos não puderam ser aprofundados através do inquérito por questionário, tais como as idades dos associados e a razão de serem uma associação juvenil. No entanto, ao longo do trabalho de investigação, constatámos que várias associações juvenis são escolas de futebol, tunas académicas, federações associativas, coros e prestadoras de serviços. Algumas delas não poderão ser apelidadas de associações gestionárias ou empresas associativas? Ora, só com recurso a investigações de natureza intensiva, com recurso ao estudo de caso e abordagens metodológicas de natureza qualitativa se poderá aprofundar esta heterogeneidade associativa no universo juvenil.

Assim, esta investigação não aspira mais do que a constituir-se como uma contribuição parcelar no estudo do associativismo juvenil, limitando-se a uma aproximação mais problematizadora do que conclusiva.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILETA, L. Estado, Sociedad Civil Y Procesos de Participacion. In: L. AGUILETA, G. ROCA, M. MARCHIONI, et al (1990). *El Voluntariado en la Acción Sociocultural*. Madrid: Editorial Popular, pp. 5-32.
- ALMEIDA, F. (1990). *Portugal, Os Próximos 20 anos – valores e representações sociais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARRISCO, S. Demografia, Família. In: S. FERREIRA, (2006). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*. Instituto Português da Juventude, pp. 23-74.
- BELL, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BORGES C. e PIRES L. Escola Trabalho e Emprego. In: J. M. PAIS, (Coord.), (1998). *Geração e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 247- 318.
- CAPUCHA, L. (1990). Associativismo e Modos de Vida num Bairro de Habitação Social. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 8, pp.29-41.
- CLAVES, E. (1994). *Gestión Participativa de las Asociaciones*. Madrid. Editorial Popular.
- CRISTÓVÃO, A. e MIRANDA, R. Animação e Desenvolvimento Rural: reflexão a partir do território do Douro-Duero. In: M. LOPES, e A. PERES, (2006). *Animação, Cidadania e Participação*. APAP, pp. 34-47.
- DELGADO, J. Animação Sociocultural e o Acolhimento Familiar: uma relação por construir. In: M. LOPES, e A. PERES, (2006). *Animação, Cidadania e Participação*. APAP, pp. 196-198.
- DUQUE, E. (2007). *Os Jovens e a Religião na Sociedade Actual*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.

- ESTÊVÃO. C. e AFONSO A. (1998). Associações de Estudantes em Contexto Escolar: a Construção Sociológica de uma Singularidade Organizacional. In: L. LIMA. (1998). *Por favor, Elejam a B*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FELIZES, J. (1994). *A Utilização do Inquérito por Questionário: análise de um caso prático*. Braga: Universidade do Minho, ICS.
- FERNANDES, A. Justiça. In: S. FERREIRA, (2006). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.
- FERREIRA A. Atitudes perante a vida, moralidades e éticas de vida. In: J. M. PAIS, (Coord.), (1998). *Geração e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 61- 144.
- FERREIRA, I. (2004). “Ambiguidades das políticas sociais contemporâneas: a participação sem participantes.” *Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. “A Questão Social no Novo Milénio”, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Disponível online: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/propostas/pdfs/fferreira.pdf>
- FERREIRA, I. (2005). *O Local em Educação. Animação, Gestão e Parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA S. Atitudes Perante a Sociedade. In: J. M. PAIS, (Coord.), (1998). *Geração e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 141- 244.
- FERREIRA, S. (2004). *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*. V Congresso Português de Sociologia, Braga: Universidade do Minho.
- FERREIRA, S. Introdução. In: S. FERREIRA, (2006). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*. Lisboa: Instituto Português da Juventude, pp. 13-22.
- FERREIRA, V. (1986). O Inquérito por questionário na construção de dados sociológicos, in A.S. Silva e J. M. Pinto (orgs). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

- FRIEDMANN, J. (1996). *Empowerment. Uma Política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- GARCIA, L. e TERRON J. Análisis de la comunicación en las asociaciones juveniles. In: R. LÓPEZ, e J. DÁVILA, (Coord.), (1997). *Guia de comunicación para asociaciones juveniles*. Madrid: Editorial Popular, pp. 15-36.
- GARCIA, B. La comunicación en la labor de las asociaciones juveniles. In: R LÓPEZ, e J. DÁVILA, (Coord.), (1997). *Guia de comunicación para asociaciones juveniles*. Madrid: Editorial Popular, pp. 209-232.
- GHIGLIONE, R. e MATALON, B. (1997). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, A. (1995). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- HALL, A et al (2006). *Grande Maratona de Estatística no SPSS*. Aveiro: Departamento de Matemática. Universidade de Aveiro.
- JAVEAU, C. (1992). *L'Enquete par Questionnaire*. Bruxelles : Editions de l'Université de Bruxelles. Belgique.
- LAVILLE, e J., HAERINGER, J. Introduction : penser l'association, du projet au fonctionnement. In : J. LAVILLE e R. SAINSAULIEU (direction), (1997). *Sociologie de l'association – Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris : Desclée de Brouwer, pp. 19-21.
- LAVILLE, J. L'association : une liberté propre à la démocratie. In : J. LAVILLE e R. SAINSAULIEU (direction), (1997). *Sociologie de l'association – Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris : Desclée de Brouwer, pp. 42-70.
- LAVILLE, J. L'association : une organisation productive originale. In : J. LAVILLE e R. SAINSAULIEU (direction), (1997). *Sociologie de l'association – Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris : Desclée de Brouwer, pp. 75-86.

- LAVILLE, J. e SAINSAULIEU, R. Les fonctionnements associatifs. In : J. LAVILLE e R. SAINSAULIEU (direction), (1997). *Sociologie de l'association – Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris : Desclée de Brouwer, pp. 284-285.
- LAVILLE, J. et ALL. Conclusion : Association et société. In : J. LAVILLE e R. SAINSAULIEU (direction), (1997). *Sociologie de l'association – Des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris : Desclée de Brouwer, pp. 326-332.
- LIMA L. E ERASMIE T. (1982). *Inquérito às associações do distrito de Braga*. Braga: Universidade do Minho.
- LIMA L. E ERASMIE T. (1989). *Investigação e Projectos de Desenvolvimento em Educação*. Braga: Universidade do Minho.
- LIMA, L. (1986). *Associações Para o Desenvolvimento no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro Cultural do Alto Minho.
- LIMA, L. (1998). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho.
- LIMBOS, E. (1986). *La Participation – conseils et méthodes pour développer la qualité et l'animation de la "vie associative"*. Paris : Les éditions ESF.
- LÓPEZ, R. E DÁVILA, J. (1997). *Guia de Comunicación para Asociaciones Juveniles*. Madrid. Editora Popular.
- MARCHIONI, M. e PUCHE, F. Notas Sobre El Voluntariado. In: L. AGUILETA, G. ROCA, M. MARCHIONI, et all (1990). *El Voluntariado en la Acción Sociocultural*. Madrid: Editorial Popular, pp. 64-80.
- MONTEIRO, A. (2004). *Associativismo e Novos laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.
- PAIS, J. M. (coord.) (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude.

- PAIS, J. Introdução. In: J. M. PAIS, (Coord.), (1998). *Geração e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 18- 58.
- PAIS, J. (1996). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS, J. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho Futuro*. Porto: Âmbar.
- PALACIOS, S. (1994). *Participación en la gestión educativa*. Madrid: Santillana.
- PEIXOTO, T. (2002). *Instituto Português da Juventude – uma organização pública*. Braga: Universidade do Minho.
- PERUZZO, C. (1998) *Comunicação nos Movimentos Populares – A participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Editora Vozes.
- PIRES, L. ANTUNES, M. Vida Religiosa. In: J. M. PAIS, (Coord.), (1998). *Geração e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 470- 518.
- PUGA, P. Saúde e Condutas de Risco. In: S. FERREIRA, (2006). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*. Lisboa: Instituto Português da Juventude, pp. 113-144.
- QUINTÃO, C. (2004). Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual. Disponível em <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/working5.pdf> (último acesso em 31/03/2007).
- QUINTÃO, L. (2002). *Associativismo Juvenil – Vertente Contabilista e Fiscal*. Relatório de Estágio do IPJ. Barcelos.
- REGOJO, L., MAS, C. TSCHORNE, P. (1990). *Guía Para La Gestión de Asociaciones*. Madrid: Editorial Popular.
- ROCA, G. Estado, Voluntariado, Estado Y Sociedad Civil In: L. AGUILETA, G. ROCA, M. MARCHIONI, et all (1990). *El Voluntariado en la Acción Sociocultural*. Madrid. Editorial Popular, pp. 33-60.
- ROCA, J. (1994). *Solidaridad Y Voluntariado*. Santander: Sal Terrae.

- ROFSTEUTSCHER, S. Democracia Associativa – As Instituições Voluntárias como Campo de Treino para a Democracia? In: L. VIEGAS, e E. DIAS (2000). *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta Editores, pp. 233-254.
- SÁEZ P, FERNÁNDEZ X, GONÇALVES J. (2006) *Relatório sobre a Juventude no Espaço Atlântico, Informe sobre a Xuventude no Espacio Atlántico*. Vigo: Stella Maris.
- SANTOS, B. (2001). *Globalização – Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, L. (1979). *Cultura, Participação e Desenvolvimento*. Braga: Universidade do Minho.
- SILVA, M. Globalização Hegemónica e Globalização Contrahegemónica. In: L. VIEGAS e E. DIAS, (2000). *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta Editores, pp. 289-305.
- SILVA, P. e FERREIRA. P. (2005). *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.
- TRILLA, J. (2004). *Animação sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa. Instituto Piaget.
- TUCKMAN, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, P. Vida Familiar. In: J. M. PAIS, (Coord.), (1998). *Geração e Valores Na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 322- 404.
- VIEIRA, J. Educação e Emprego e Desemprego. In: S. FERREIRA, (2006). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*. Lisboa: Instituto Português da Juventude, pp. 75-112.

OUTRAS FONTES

Características do distrito do porto

<http://www.govcivilporto.gov.pt/p.distrito.g/pagina/6> (último acesso em 20/10/2009).

Mapa do distrito do porto

<http://mapadeportugal.net/distrito.asp?n=porto> (último acesso em 31/10/2009).

Sítios da Juventude

<http://juventude.gov.pt/Portal/> (último acesso em 02/08/2009).

<http://juventude.gov.pt/Portal/IPJ> (último acesso em 02/08/2009).

<http://juventude.gov.pt/Portal/FDTI> (último acesso em 02/08/2009).

<http://juventude.gov.pt/Portal/MOVIJOVEM> (último acesso em 02/08/2009).

<http://www.sejd.gov.pt> (último acesso em 02/08/2009).

Instituto Nacional de Estatística - INE

www.ine.pt (último acesso em 20/05/2010).

Base de Dados sobre Portugal Contemporâneo

www.pordata.pt (último acesso em 15/05/2010).

Lei nº23 de 2006 de 23 de Junho – Estabelece o regime jurídico do associativismo jovem.

ANEXOS

Anexo 1 - Carta de apresentação do inquérito enviado as associações juvenis.

Anexo 2 - Inquérito via postal e electrónico.

XXX, XX de XXXXXXXX de 20XX

Assunto: Solicitação de preenchimento de questionário

Exm^o Sr. Presidente da Direcção da Associação Juvenil – **Associação ...**

Estou a elaborar um projecto de dissertação de Mestrado em *Associativismo e Animação Sócio-cultural*, na Universidade do Minho, sob orientação do Prof. Doutor Fernando Ilídio Ferreira, que tem como finalidade conhecer o panorama associativo no distrito do Porto. Neste trabalho pretendo utilizar um questionário, de forma a obter dados para posterior análise.

Como tenho alguma premência na recolha dos dados, para concluir a dissertação nos prazos previstos, venho por este meio solicitar a sua disponibilidade para preencher o questionário e reenviá-lo no envelope em anexo

A sua colaboração é muito importante para o desenvolvimento deste trabalho, pelo que agradeço, desde já, toda a sua disponibilidade e cooperação.

Para qualquer informação adicional, queira contactar-me por e-mail (XXXXXX@gmail.com) ou telefonicamente (96XXXXXXX)

Com os melhores cumprimentos.

A Mestranda,

Lúcia Faria

O presente questionário insere-se no projecto de dissertação do Mestrado em *Associativismo e Animação Sócio-cultural*, da Universidade do Minho, tendo como objectivo conhecer o panorama associativo no distrito do Porto. A sua colaboração é muito importante para o desenvolvimento deste trabalho.

Muito Obrigada.

Lúcia Faria

1 – PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

1.1 - Categoria etária a que pertence : 15- 19 anos ☐ 20 – 24 anos ☐
25 – 29 anos ☐ igual ou superior a 30 anos ☐

1.2 - Sexo: F ☐ M ☐

1.3 - Habilitações académicas: 1º Ciclo do Ensino Básico ☐ 2º Ciclo do Ensino Básico ☐
3º Ciclo do Ensino Básico ☐ Secundário ☐ Bacharelato ☐ Licenciatura ☐
Mestrado ☐ Outro ☐ Especificar:

1.4 - Actividade/Profissão

Outras situações: Desempregada ☐ Estudante ☐ Aposentado ☐

Outra ☐ Especificar:

2 - RAZÕES DO SEU ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO

2.1 – Está ligado(a) a esta associação desde a sua fundação? SIM ☐ NÃO ☐

2.2 - Se SIM, assinale a (s) razão/razões que o (a) levaram a envolver-se na criação desta associação.

Contribuir para que a sociedade se torne melhor	
Resolver problemas na minha região	
Conviver com os amigos	
Ocupar o meu tempo livre	
Melhorar a minha qualidade de vida	
Ajudar os outros (membros da associação e outras pessoas)	
Adquirir prestígio	
Obter financiamento para a Associação e as suas actividades	
Outra:	

3 - IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

3.1 - Denominação/Designação:

3.2 - Morada:

Concelho:

Ano da sua constituição:

3.3 - Natureza Jurídica:

Nº de associados:

3.4 – Actividades promovidas, regularidade, públicos abrangidos e grupos etários.

Actividades promovidas		Exemplos de Actividades	Regularidade (diárias, semanais, quinzenais, mensais, trimestrais, semestrais, anuais)	Públicos abrangidos (sócios, utentes, habitantes da localidade, outros...)	Grupos etários A – crianças dos 0 aos 14 anos; B – jovens dos 15 aos 29 anos; C – adultos dos 30 aos 64 anos D – idosos dos 65 anos ou mais
Cariz social	<input type="checkbox"/>				
Cariz educativo	<input type="checkbox"/>				
Cariz cultural	<input type="checkbox"/>				
Cariz ambiental	<input type="checkbox"/>				
Cariz religioso	<input type="checkbox"/>				
Cariz recreativo	<input type="checkbox"/>				
Cariz desportivo	<input type="checkbox"/>				
Outro	<input type="checkbox"/>				

4 - PRÁTICA ASSOCIATIVA DOS ASSOCIADOS

4.1 - Nº de reuniões ordinárias anuais:

Nº de reuniões extraordinárias anuais:

4.2 – Manifeste o seu grau de concordância/discordância em relação às seguintes afirmações sobre os **associados**:

	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente
Ganham o respeito dos outros ao serem associados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elaboram o programa anual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilizam informação e conhecimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizam trabalho voluntário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prestam um serviço aos outros e à comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilizam meios técnicos ou infra-estruturas que possuem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilitam contactos com várias entidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Definem os objectivos da associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pagam as quotas com regularidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Usufruem dos serviços prestados pela Associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Executam as tarefas de gestão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizam as actividades planeadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Analizam os processos e os resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empenham-se no projecto associativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliam as actividades durante o seu desenvolvimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliam as actividades finalizadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elaboram os métodos de intervenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conhecem novas pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participam nas reuniões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente
Aperfeiçoam os níveis de informação e comunicação interpessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
São consultados antes que seja tomada uma decisão por parte dos dirigentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participam em assembleias ordinárias ou extraordinárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Beneficiam de vantagens culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participam pontualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoram a auto - estima	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tomam as decisões colectivamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuem para a transformação da sociedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazem-se ouvir se participarem numa associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
São informados das decisões tomadas pelos dirigentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adquirem novas experiências e enriquecimento pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Beneficiam de um espaço de convívio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participam permanentemente e habitualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Beneficiam de vantagens económicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obtêm prestígio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Delegam as suas responsabilidades em pessoas devidamente identificadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participam em situações de convívio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participam, nos órgãos da associação, nos processos onde são tomadas as decisões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não participam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sua participação manifesta-se através de representantes eleitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De forma espontânea e regular colaboram, por meio de terceiros, na dinâmica associativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5 – DINAMICA ASSOCIATIVA

5.1 - Estabeleça, nas seguintes afirmações, um grau de concordância/discordância de acordo com a **dinâmica da sua associação**.

	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente
Os diferentes cargos na associação estão estabelecidos segundo uma ordem hierárquica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A adaptação às mudanças, produzidas ao longo do tempo, é muito difícil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As propostas e as ideias apresentadas são valorizadas em função da hierarquia associativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As decisões de maior importância são tomadas por um ou pelas pessoas que constituem o núcleo central da associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A informação circula de cima para baixo e os membros de base recebem e executam as decisões tomadas pelos dirigentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As distintas funções e responsabilidades são desempenhadas sempre pelas mesmas pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As estruturas de trabalho têm uma natureza hierárquica na qual um nível inferior depende do nível superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O funcionamento interno e a forma de realização das tarefas estabelecem-se de acordo com regras determinadas e fixas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A comunicação e a participação desenrolam-se por canais formais (reuniões dos órgãos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As funções associativas são distribuídas de acordo com as capacidades/potencialidades e a disponibilidade dos seus membros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As ideias são valorizadas pelo seu interesse e não por quem são tomadas/representadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O trabalho desenvolve-se em equipa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O funcionamento e a actuação associativa são avaliados e esta avaliação contribui para a melhoria do funcionamento da associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nas decisões implica-se o maior número possível de membros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A informação circula tanto de forma vertical como horizontal, tanto de cima para baixo, como de baixo para cima.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente
As decisões delegam-se, repartem-se e compartilham-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A organização está permanentemente aberta ao exterior (à sociedade, às outras associações e entidades, aos outros colectivos.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os boletins internos têm um carácter periódico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Na sede associativa promove-se a utilização de anúncios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizam-se reuniões informativas sobre problemas, projectos e actividades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É uma norma associativa o registo em actas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma rede de informação faz-se através de correio, telefone, fax e endereço electrónico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma página na Web é essencial para comunicar com o exterior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os sócios são sempre convocados para as assembleias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A comunidade em geral é convidada a participar em actividades organizadas pela associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os sócios são mobilizados para a solução de um problema determinado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anualmente são captados novos sócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estabelecem-se parcerias e protocolos com outras entidades de âmbito associativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A maioria das parcerias e protocolos são elaborados com entidades estatais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As parcerias com entidades estatais e com organismos públicos de financiamento tornam a associação mais autónoma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As parcerias com entidades estatais e com organismos públicos de financiamento tornam a associação mais dependente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A relação da associação com as entidades estatais garante a sobrevivência da associação em termos financeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A coordenação com outras associações permite alcançar resultados mais depressa que uma associação individualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente
A coordenação com outras associações serve para implementar actividades de formação desde um curso formativo, à organização de um seminário, de um encontro, etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Na coordenação com outras associações partilham-se instituições informações de interesse mútuo, sobre subvenções, sobre programas, sobre métodos de trabalho, sobre formas de organização, sobre a gestão de recursos ou sobre questões legais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A coordenação entre associações é uma óptima forma de rentabilizar determinados recursos materiais (infra-estruturas e equipamentos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A coordenação entre associações é uma óptima forma de rentabilizar recursos humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação dos membros da associação é importante para a realização mais eficaz das tarefas de cada um.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação dos membros da associação é importante para a para a coesão interna, de forma a melhorar o espírito de grupo e fortalecer o sentimento de pertença	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os membros da associação participam em acções de formação promovidas pela própria associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os membros da associação participam em acções de formação promovidas por entidades externas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação tem como principal objectivo a melhoria da organização, da gestão e do funcionamento da associação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A associação promove actividades de formação para os seus membros e para outras pessoas interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para a realização de actividades de formação a associação conta apenas com os seus recursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Para a realização de actividades de formação a associação conta com financiamento externo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação realizada na e/ou pela associação envolve todos os membros da associação (sócios, dirigentes, profissionais e voluntários)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os dirigentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os trabalhadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A formação realizada na e/ou pela associação envolve apenas os sócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A liderança é sempre exercida pela mesma pessoa porque dessa forma todos sabem quem manda e isso traz vantagens e resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente
A liderança individual é mais eficaz para atingir os objectivos da associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A liderança partilhada e participada é mais eficaz para a associação alcançar os seus objectivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A liderança deve ser constante e permanente para controlar tudo o que se passa na associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escutar as opiniões dos outros é fundamental para tomar decisões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os líderes associativos devem tomar as decisões e informar os restantes membros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A liderança deve estimular a reflexão, a participação e a iniciativa de todos os membros da associação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os líderes associativos devem estar ao serviço da cidadania e da transformação da sociedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A liderança impõe-se contra a opinião dos restantes associados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A liderança constrói-se com exemplos de compromisso e de dedicação, ganhando assim o respeito e a confiança dos outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os líderes associativos são mais reconhecidos quando garantem a coesão interna da associação e a tornam competitiva com outras associações e outros serviços e instituições	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os líderes associativos são mais reconhecidos quando se abrem à comunidade local e à sociedade em geral e cooperam com outras entidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6 – PARTICIPAÇÃO DOS UTENTES NA ASSOCIAÇÃO

6.1- Tipo de actividades em que participam os utentes da Associação, regularidade, escalões etários dos participantes e na sua opinião as motivações da participação.

Actividades em que participam		Exemplos de Actividades	Regularidade (diárias, semanais, quinzenais, mensais, trimestrais, semestrais, anuais)	Grupos etários participantes <small>A – crianças dos 0 aos 14 anos; B – jovens dos 15 aos 29 anos; C – adultos dos 30 aos 64 anos D – idosos dos 65 anos ou mais</small>	Motivações
Cariz social	<input type="checkbox"/>				
Cariz educativo	<input type="checkbox"/>				
Cariz cultural	<input type="checkbox"/>				
Cariz ambiental	<input type="checkbox"/>				
Cariz religioso	<input type="checkbox"/>				
Cariz recreativo	<input type="checkbox"/>				
Cariz desportivo	<input type="checkbox"/>				
Outro	<input type="checkbox"/>				

7 – VOLUNTARIADO NA ASSOCIAÇÃO

7.1 - Existe voluntariado na associação? SIM ☐ NÃO ☐

7.2 - N° de voluntários femininos:

N° de voluntários masculinos:

7.3 – Grupos etários, qualificação académica, situação profissional dos voluntários, natureza das actividades, exemplos de actividades e regularidade.

Grupos etários dos voluntários A – crianças dos 0 aos 14 anos; B – jovens dos 15 aos 29 anos; C – adultos dos 30 aos 64 anos D – idosos dos 65 anos ou mais	Qualificação académica (S/qualificação; 1º, 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico; Secundário, Bacharelato; licenciatura; Mestrado; outro)	Situação profissional (empregado; desempregado; Estudante; Aposentado; Outro)	Natureza das actividades em que são voluntários (Cariz social, educativo, cultural, ambiental, religioso, recreativo, desportivo, outro...)	Exemplos de Actividades	Regularidade (diárias, semanais, quinzenais, mensais, trimestrais, semestrais, anuais)

7.4 – Na sua opinião, quais são as principais motivações dos (as) voluntários (as)? (exemplos: sentimento de caridade, aquisição de experiência, convivência, realização pessoal, contribuição para o desenvolvimento local...).

Muito obrigada pela colaboração.

